



Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência  
Técnica, Extensão Rural e Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil

# ANAIIS



Brasília, DF – Junho de 2022





ANAIIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência  
Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil

SDS – Edifício Eldorado Bloco D Sala 218 - Bairro: Asa Sul – Brasília, DF - CEP: 70392-901  
Telefone: 61.3321-8246  
<https://www.faser.org.br>  
Whatsapp:  
Instagram:  
E-Mail: [faserdf@gmail.com](mailto:faserdf@gmail.com)

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA NACIONAL - 2018 – 2022**

LÚCIA MORAIS KINCELER - FAPER-SC - Coordenadora Geral  
RAIMUNDO NONATO DA S. RIBEIRO - ASSEMPA-PA - Coordenador Financeiro  
CLEISON MEDAS DUVAL - ASSER-DF - Coordenador Executiva  
ISOLETE MAGALI G. BACCA - ASAE-RS – Coord. de Relações Institucionais  
RONALDO VIEIRA DE AQUINO - SINTER-MG – Coord. de P. Sindical e Formação  
MARIA BETHANIA TORRES COSTA- SINTER-PB – Coord. de Comunicação  
PEDRO CARLOS CARLOTTO - SINTERP-MT - Coordenador de Ater  
ÉDSON RICARDO DE FARIAS ZUMBA - ASSEMA-RN - Suplente  
JOSÉ CARLOS SCHIPITOSKI - AFA-PR - Suplente  
RODRIGO BRUNO LOYO CADETTE - SEATER-RO - Suplente  
SABINO ALANO MAGALHÃES BIZARRIA - ASSEMA-CE - Suplente

**COORDENAÇÃO REGIONAL**

JOSÉ NEVITON SANTOS MELLO - SINTER-SE – Titular Nordeste  
JONAS DANTAS DOS SANTOS - SINTAGRI-BA – Titular Nordeste  
JOSÉ CLAUDIO FIDÉLIS PEREIRA - SINTER-PB – Suplente Nordeste  
HELLOYSE ALVES DOS SANTOS VILLAR - SINTER-PB – Suplente Nordeste  
GUSTAVO ADOLFO GOMES SCHOLZ - AFA-PR – Titular Sul  
GIOVANE RONALDO RIGON VIELMO - ASAE-RS – Suplente Sul  
ALEX VIEIRA LOPES - AFERJ-RJ – Titular Sudeste  
FERNANDA MARIA DE LIMA MAIA - SINTER-MG – Suplente Sudeste  
ECARLOS CARNEIRO DA SILVA - ASSER-DF – Titular Centro-Oeste  
ELLEN SILVA DA COSTA - SINTERP-MT – Suplente Centro-Oeste  
FRANCISCO EVANDRO DE OLIVEIRA SOUZA - SEATER/RO - Titular Norte  
VICENTE DE PAULA PAIVA NETO - STAFPA/PA - Titular Norte  
LEANDRO GADELHA DE OLIVEIRA - SEATER/RO - Suplente Norte  
LUIZ VIEIRA REGIS DE SOUZA - STAFPA/PA - Suplente Norte

**CONSELHO FISCAL**

CARLOS JOSÉ DE CARVALHO - AFA-PR - Titular  
MARCO ANTÔNIO DANTAS DE OLIVEIRA - SINDAGRO-AL - Titular  
AMINADABLE MOREIRA DA SILVA - SINTAPE-PE - Titular  
AMBROSINA PEREIRA DO NASCIMENTO - ASSEMPA-PA - Suplente  
JOÃO ALVES DE MOURA- ASSEMA-RN - Suplente  
MANOEL SARAIVA MARQUES - SINTAPE-PE – Suplente

**ANAIIS XIV CONFASER – ORGANIZAÇÃO E REVISÃO**

GUSTAVO ADOLFO GOMES SCHOLZ - AFA/PR  
MARIA LUCIENE L. TAVARES ALBUQUERQUE - SINTAPE/PE  
MARINES ROSALI BOCK - ASAE/RS - COORDENAÇÃO ADJUNTA  
RAIMUNDO NONATO DA SILVEIRA RIBEIRO - ASSEMPA/PA - COORDENAÇÃO  
ROBSON BECKER LOECK – ASAE-RS



## **MENSAGEM DA COORDENAÇÃO GERAL - EDITORIAL**

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER congrega servidores e empregados das entidades estaduais de ATER e Pesquisa do setor público, filiados aos sindicatos, associações e outras entidades que representam essas categorias ou associados.

A FASER tem como principais prerrogativas e deveres congregar, defender e representar os direitos e interesses coletivos de seus filiados; fortalecer a integração e a luta das entidades filiadas; defender e lutar pela consolidação das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, pela pesquisa agropecuária e do setor público agrícola, de natureza gratuita, com qualidade e quantidade suficientes que atendam exclusivamente à agricultura familiar; lutar pela melhoria das relações, condições de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, desenvolvendo ações junto às entidades de Assistência Técnica (ATER), da Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil estatal e/ou suas organizações.

É durante o Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (CONFASER), que ocorre a cada três anos em diferentes locais do país, que são debatidos os principais tópicos que envolvem a categoria, para definir e aprovar as diretrizes da FASER para os anos subsequentes. O CONFASER é um evento aberto a todos os profissionais ligados às entidades filiadas à FASER, além de convidados especiais de conhecimento reconhecido nas principais temáticas contemporâneas das políticas públicas para os meios rural, pesqueiro e ambiental.

O XIV CONFASER foi organizado pela Associação dos Servidores da Emater DF (ASSER-DF), filiada à FASER com apoio e patrocínio da Emater-DF. A temática principal do evento foi escolhida por enquete entre as filiadas. O assunto que permeou todas as entidades estaduais de ATER e Pesquisa, bem evidenciado durante o período de pandemia, trazendo oportunidades, mas também sendo visto como uma ameaça para a categoria de trabalhadores, a ATER Digital, foi selecionado como tema central do CONFASER. Os assuntos constantemente defendidos pela categoria, como o fortalecimento das entidades estaduais públicas de ATER e a Pesquisa – portanto nossa garantia de trabalho – estão sofrendo ações contínuas de enfraquecimento e colocam em risco, além de nossa empregabilidade, a visão da ATER pública comprometida com o Desenvolvimento Rural sustentável e o papel do Movimento Sindical. Dessa forma, continuam sendo temas importantes e em destaque neste CONFASER.

Assim, a Coordenação Colegiada Executiva Nacional e os Coordenadores Regionais e representantes das entidades filiadas da FASER se orgulham de organizar esta seara de debate político. Além de definir caminhos e diretrizes da Federação, o objetivo é proporcionar um ambiente de conagração, reunião e troca de experiências entre os profissionais da ATER e da Pesquisa pública do Brasil, num grande evento de integração que se constitui o CONFASER.

**Lúcia Morais Kinceler**

**Coordenadora Geral da FASER de novembro 2018 a junho de 2022**



## APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DO XIV CONFASER

### Comissão Técnico-científica

O XIV Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (CONFASER), realizado em Brasília, DF, no período de 12 a 15 de junho de 2022, foi executado no formato misto, presencial e on-line com transmissão para todo o Brasil.

Esta edição teve como tema central Sustentabilidade e Fortalecimento da ATER Pública na Era Digital e objetivou debater as questões aderentes a este tema que impactam a sociedade pela ótica extensionista, em especial a sustentabilidade da ATER pública e sua relação com a produção e o consumo de alimentos saudáveis. Com um posicionamento totalmente alinhado com a preservação ambiental, a agricultura familiar e os caminhos do movimento sindical, no final do evento são aprovadas as diretrizes decorrentes dos debates que orientarão as ações da FASER e das entidades de sua base representativa dos trabalhadores(as) da Extensão Rural e Pesquisa do setor público agrícola do Brasil. Além de visar à sustentabilidade e ao fortalecimento da ATER pública, tais diretrizes buscam propor políticas públicas para Agricultura Familiar para os próximos três anos.

O XIV CONFASER, por limitação de participação imposta por protocolos de saúde em razão da Covid-19, contou com a presença de 114 delegados inscritos. A programação foi desenvolvida em consonância com o tema central “Sustentabilidade e Fortalecimento da ATER Pública na Era Digital”, e os seguintes subtemas: Subtema 01 - Financiamento e Sustentabilidade da ATER Pública; Subtema 02 - ATER Pública e o Desenvolvimento Rural Sustentável; Subtema 03 - Caminhos do Movimento Sindical. Os subtemas foram eleitos pelas entidades sindicais e associativas que compõem a base da FASER mediante enquete realizada pela Comissão Técnico-Científica.

O Tema Central e os Subtemas foram desenvolvidos por palestrantes professores doutores de reconhecimento nacional e internacional, oriundos de universidades brasileiras consideradas como referência no ensino superior. Foram 06 palestras temáticas em sessões específicas com debates; 04 sessões de apresentação de 16 Resumos Expandidos selecionados para cada sessão, recomendados para apresentação oral por uma Comissão de Avaliação de Trabalhos constituída por professores universitários com *expertise* no tema; e, 04 Grupos de Trabalhos que elaboraram um total de 24 diretrizes e proposições aprovadas na Plenária Final, que nortearão as ações da FASER na próxima gestão, por um período de três anos.

Os trabalhos submetidos e aceitos no XIV CONFASER foram no formato de “Resumos Expandidos”, atendendo satisfatoriamente aos objetivos do congresso quanto à divulgação de saberes, compartilhamento de informações, construção do conhecimento e comparações com trabalhos relacionados e aderentes ao tema central e/ou aos subtemas eleitos nas modalidades: a) Trabalhos Técnico-Científicos - direcionados para retratar iniciativas envolvendo estudos, pesquisas que denotem a relevância do trabalho da pesquisa e da ATER pública para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e que tenha potencial de replicabilidade no país ou b) Relatos de Experiências Técnico-Profissionais - direcionados para retratar experiências exitosas que envolvem o dia a dia do extensionista com a comunidade/família rural assistida, o acesso a pelo menos uma política pública, revelando a relevância do trabalho da ATER pública e que tenha igualmente potencial de replicabilidade no país. Assim foram submetidos e aceitos 37 trabalhos no formato de Resumos Expandidos, os quais se encontram nestes Anais.



### **COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO**

Lucia Morais Kinceler – Coordenadora Geral da Faser – Faper/SC  
Cleison Medas Duval – Coordenador executivo da Faser – ASSER/DF  
Bruno de Mello Aquino - ASSER/DF  
Bruno Araújo Oliveira - ASSER/DF  
Fernando Frazão da Silva - ASSER/DF

### **COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA**

Gustavo Adolfo Scholz - AFA/PR  
Maria Luciene Luzia Tavares Albuquerque - SINTAPE/PE  
Marines Rosali Bock - ASAE/RS - Coordenação Adjunta  
Raimundo Nonato da S. Ribeiro - ASSEMPA/PA - Coordenação  
Robson Becker Loeck - ASAE/RS



## TEMA CENTRAL

# SUSTENTABILIDADE E FORTALECIMENTO DA ATER PÚBLICA NA ERA DIGITAL

### Justificativa

No Brasil, as atividades agrícola e pecuária envolvem aproximadamente 4,4 milhões de famílias e são responsáveis por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo, segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O trabalho de extensão rural é fundamental para apoiar e orientar o pequeno agricultor, promover seu desenvolvimento e fazer inclusive com que a juventude veja a importância da atividade agrícola, dando continuidade ao trabalho no campo. O extensionista é um ator social. Assim, toda política pública para o agricultor rural passa pelas mãos do extensionista, que a conduz com a finalidade de melhorar a vida do agricultor. O trabalho de ATER contribui para a permanência do homem no campo.

Nesse momento em que a realidade da crise se impõe, é preciso repensar caminhos para lidar com a escassez de recursos, reformular ações e parcerias, concentrar esforços para seguir adiante.

O serviço de ATER passa por um momento difícil nas agências estatais. A escassez de recursos, o quadro de mão de obra defasada, mal remunerada e deficiente qualificação continuada de pessoal e a necessária modernização/reaparelhamento da infraestrutura da ATER no país (máquinas, veículos, softwares, etc.) estão entre os principais gargalos. As soluções para tais problemas passam pela reconstrução, financiamento, concurso público para a renovação do quadro e recursos para a Agência Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural (ANATER).

Apesar da redução orçamentária nas empresas estaduais de ATER, isto não interferiu sobremaneira no comprometimento e na responsabilidade dos trabalhadores da ATER pública. Os segmentos da agricultura familiar e suas organizações continuam recebendo o serviço disponibilizado.

No entanto, o reconhecimento dos trabalhos de ATER nos parece insignificante, tanto pelo Governo Federal quanto nas esferas estaduais e municipais. Infelizmente, os governos em geral não veem a agricultura como uma prioridade orçamentária. Assim, é necessário trabalhar para a maior visibilidade institucional e a percepção da relevância da ação da ATER pelos governos. Também é preciso que haja conscientização da população sobre a importância dos serviços da ATER na oferta de bens de consumo, especialmente a alimentação saudável.

Com a pandemia do Covid-19, o processo de digitalização ganhou áreas nos espaços em diversos setores. Na agropecuária particularmente tornou possível a incorporação de tecnologias, inovações, encurtando distâncias e acelerando processos.

Durante este período de pandemia, ainda em curso, a extensão rural tem buscado se reinventar ainda mais. Além de se adequar à necessidade de distanciamento social, passou a interagir com os beneficiários através do uso mais intenso dos canais digitais, mantendo grupos de Whatsapp e contato telefônico. A meta não mudou: é atender as demandas dos produtores e prover prestação de serviços, até que as atividades presenciais pudessem ser gradualmente retomadas.



O atendimento do serviço de ATER realizado de forma presencial ou a distância, que combine os conhecimentos tradicionais com os científicos de forma a incorporar a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das diferentes ferramentas e plataformas digitais, amplia o acesso de produtores rurais, mulheres, jovens, população e povos rurais aos conhecimentos e às informações para a melhoria de sua qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável (PETTAIN, K. 2021).

Algumas TICs (aplicativos de clima, Whatsapp) já fazem parte do cotidiano dos agricultores familiares e impactam positivamente práticas rotineiras no âmbito das cadeias produtivas e nas formas de interação. Como exemplo, citamos a comercialização de produtos agropecuários via aplicativo de Whatsapp, que agrega e fideliza a relação de produção e o consumo entre agricultores e consumidores. Outro exemplo do uso de ferramenta digital praticada ocorre na Epagri, onde é utilizado um aplicativo denominado *Epagri Mob*, um recurso que marca a hora para a visita do extensionista ao agricultor rural. Através do aplicativo o agricultor também pode acessar seu prontuário na Epagri, analisar a versão digital de laudos solicitados e obter assistência técnica remota (<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/solucoes/epagri-mob/>).

Assim, a ATER digital deve qualificar e potencializar ações da ATER presencial em um contexto de avançadas transformações digitais no campo. Não se deve, porém, confundir a ATER digital com serviço virtual. A ATER digital não é um serviço virtual. Aliás, não se visa substituir o serviço presencial do extensionista, mas ampliar, inovar e qualificar seu trabalho como uso das TICs, ferramentas e plataformas digitais disponíveis para que o serviço de extensão (PETTAIN, K. 2021).

É necessário analisar as potencialidades e os desafios do processo de transformação digital para o serviço de ATER no Brasil, através de experiências, métodos, ferramentas e plataformas digitais utilizadas na prestação dos serviços de Ater, que contribuam para a qualificação dos serviços de ATER.

Como será a sobrevivência do serviço de ATER no Brasil na era digital, quando na maioria dos estados brasileiros, o extensionista ainda não tem o mínimo de recursos para desenvolver seu trabalho? A falta de equipamentos (computadores, veículos para a locomoção, escassez de combustível, cotas insuficientes, etc.) é um problema real que afeta o dia a dia do trabalho no campo.

Assim, o XIV CONFASER precisa mostrar para a sociedade e os governantes e não apenas para os participantes deste Congresso, a real situação sofrida pelas entidades públicas de ATER que, por limitações orçamentárias têm suas atividades e metas físicas comprometidas – situação esta que se agrava mais quando não há acesso aos recursos da ANATER e/ou aos convênios com o MAPA.

Sobre a importância e a necessidade do serviço público de ATER, merece destaque o documento que está sendo elaborado pela FASER em parceria com suas filiadas: ***Premissas e Diretrizes Estratégicas de ATER e Pesquisa na Ótica dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Extensão Rural do Brasil***, que representa um esforço da FASER no sentido de evidenciar a relevância e a imprescindibilidade do serviço de ATER e Pesquisa Agrícola estatal na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Além de mostrar ao governo federal caminhos, o documento aponta a necessidade de manter e fortalecer esses serviços essenciais. Para a FASER urge que o governo federal cumpra seu papel de parceiro dos governos estaduais e municipais, assumindo de forma continuada o *“compromisso da revitalização, manutenção e fortalecimento da política nacional de ATER Pública, promovendo a*



*alocação de recursos para a composição orçamentária das empresas estaduais e privilegiando ações a partir de uma matriz tecnológica com base Agroecológica, comprometida com a produção de alimentos limpos e saudáveis. Deve ser também um compromisso do Governo Federal a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, fixando-os no campo para cumprirem com seus papéis de mantenedores das culturas, costumes e saberes e responsáveis pela maioria do abastecimento alimentar das nossas cidades”<sup>1</sup>.*

As premissas e diretrizes propostas no referido documento estão assentadas na revitalização funcional e operacional da ATER estatal com ênfase no apoio à agricultura familiar, aos povos e às comunidades tradicionais, as quais, por suas características socioeconômicas e culturais, possuem lógicas distintas de produção, processamento e comercialização de seus produtos, além de demandas próprias para sua sobrevivência e reprodução social. Por isso, requerem políticas governamentais diferenciadas e instrumentos de intervenção específicos.

Apesar da insuficiente qualificação continuada de pessoal dos trabalhadores de Extensão Rural, a análise do perfil dos técnicos do serviço público mostra que eles ainda são os mais qualificados e têm o compromisso de qualidade para o com o Assistência Técnica pública desse país. Os trabalhadores têm competência, e essa competência está na ATER Pública do Brasil. Precisamos do fortalecimento dessa estrutura, para que possamos dar conta das demandas dos agricultores familiares, dos povos das florestas e das águas e também das demandas da sociedade, mas com a redução dos recursos investidos na ATER pública não vamos chegar onde queremos. Diminuir a qualidade dos serviços prestados é aumentar o desmonte já sofrido com a falta de recursos na esfera governamental, que hoje aperta o cinto devido ao comprometimento com a responsabilidade fiscal. Repassar a responsabilidade para a iniciativa privada, que não vai dar conta do serviço que atende somente a uma categoria de produtores, que já estão consolidados graças ao trabalho de anos da ATER pública. São as entidades públicas com suas estruturas de anos, que têm sido a fonte e a origem desses dados e informações. A extensão rural é crescimento inclusivo e sustentável, é o uso sustentável dos ecossistemas, é uso sustentável das águas, é desenvolvimento social, é desenvolvimento econômico, é respeito à vida, é respeito às comunidades tradicionais, é erradicação da pobreza, é segurança alimentar e nutricional, é consumo e produção de produtos sustentáveis, é vida saudável para a planta e para quem a consome, é tecnologia e inovação, é desenvolvimento regional, é saúde, é ecoturismo, é cidadania e é sociobiodiversidade (KINCELER, L. M., 2019).

Por isso tudo, o XIV CONFASER foi o momento de mostrar a realidade do serviço de ATER e apontar necessidades de investimentos no serviço de ATER. É o cenário onde podemos propor fontes de financiamentos que sejam sustentáveis para empresas de ATER. É um momento de construção de um trabalho através de comissões temáticas, apoiando o trabalho da Federação, para fortalecer a luta junto ao sistema de ATER e junto ao parlamento nacional. É buscar caminhos para o fortalecimento do serviço de extensão rural no Brasil com o acesso dos agricultores familiares aos serviços de ATER, de forma ampla, continuada e com qualidade. Esse fortalecimento é essencial para o desenvolvimento desse seguimento, pois busca melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção e de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável.

---

<sup>1</sup> Premissas e Diretrizes Estratégicas de ATER e Pesquisa: uma contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras da extensão rural e da pesquisa do setor público agrícola do Brasil – FASER no prelo.



O atual desafio da ATER é oferecer orientação técnica de qualidade lançando mão das novas tecnologias e ferramentas que apoiem a adoção de técnicas produtivas adequadas e facilitar o acesso aos conhecimentos técnicos e às políticas públicas para o investimento produtivo na propriedade rural, a preservação ambiental e a ampliação de mercado, na dimensão da sustentabilidade. É nesse contexto que o serviço e ATER é chamado a se posicionar, aprimorando suas práticas e adotando ferramentas digitais disponíveis para potencializar, qualificar e atualizar suas ações junto aos agricultores no contexto do desenvolvimento rural sustentável, para cumprir seu papel de comunicação e educação, diante das transformações nestes tempos da era digital. A ATER digital não é apenas uma ferramenta, mas um sistema de governança que permite utilizar as ferramentas que estão surgindo e ampliar a base de assistência técnica no Brasil. (FAO).

A digitalização não visa substituir o extensionista e sim potencializar seu trabalho. Trata-se de uma grande ferramenta para vencer desafios e ampliar os serviços prestados. Assim, a ATER Digital significa estabelecer conectividades na área rural e passa pela inclusão ao acesso a essas ferramentas. A internet deve ser incorporada dentro dos princípios da sustentabilidade em seu mais amplo conceito, equidade e inclusão social, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o diálogo de saberes, respeitando e integrando o saber popular e tradicional das famílias agricultoras com o saber acadêmico dos agentes de ATER.

Algumas palavras e expressões-chave para o tema central com foco nos temas debatidos: ATER Pública; Desenvolvimento sustentável (ODS); Reconstrução; Sustentabilidade da ATER Pública; Tecnologia social; Essencialidade; Agroecologia; Gestão de Resultados; Era digital; Movimento sindical/formação sindical; Sistema Nacional de ATER Pública; Fundo Nacional de ATER Pública; Papel do MAPA/ANATER & Diretrizes Nacionais de ATER; Caminhos do Movimento sindical/formação sindical; A “EXTENSÃO RURAL 7.0” propõe o uso estratégico das ferramentas digitais para facilitar a transição agroecológica e fortalecer os sistemas de produção orgânica de forma inclusiva, cultivando as relações de confiança.

## REFERÊNCIAS

KINCELER, L. M. Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER. Audiência Pública Ordinária. Câmara Federal - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Brasília - DF. 07/11/2019.

PETTAIN, K. Consultor da FAO Brasil - Referencial teórico para discussão sobre ater digital para agricultura familiar no pós-covid. Palestra proferida no Seminário de Ater Digital - Construção e Perspectivas) no dia 9 de novembro de 2021.



## PALESTRA MAGNA SOBRE O TEMA CENTRAL

**Palestrante Convidado:** Professor Sergio Schneider - UFRGS/RS

**Professor Avaliador Convidado:** Professora Cátia Grisa - UFRGS/RS

**Coordenação da Sessão:** Extensionista José Claudio Fidelis Pereira - SINTER/PB

**Relatoria:** Extensionista Ellen Silva da Costa - SINTERP/MT

**Apoio e Assessoria CTC:** Extensionista Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro -  
ASSEMPA/PA



A palestra do professor Sergio Schneider (com duração de 1h30m) está disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZWWmXDpdv0&t=4s>





ANAIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

**RESUMOS EXPANDIDOS REFERENTES AO TEMA CENTRAL  
SUSTENTABILIDADE E FORTALECIMENTO DA ATER PÚBLICA NA ERA DIGITAL**



## **ATER NA ERA DIGITAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O INCENTIVO DA VENDA DIRETA DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Luiz Carlos Leonardi Bricalli<sup>1\*</sup>; Fabiane de Souza Correia<sup>2</sup>; Joelma de Carvalho  
Barbosa<sup>3</sup>; Nathália Zouain Messina<sup>4</sup>**

bricalli@incaper.es.gov.br; fabianefsc2@gmail.com; joelmacb92@gmail.com;  
nathaliamegina@gmail.com

<sup>1</sup>Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural; Rua Afonso Sarlo, nº160; CEP 29052-010; Vitória, ES – Brasil;

<sup>2;3;4</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo; Av. Fernando Ferrari, nº1080; CEP 29066-380; Vitória, ES – Brasil.

### **RESUMO**

A venda direta dos produtos agrícolas aos consumidores finais, através das redes sociais, emerge como uma nova forma de negócio rural. Entretanto, a aproximação entre as partes interessadas ocorre, na maioria das vezes, de maneira informal, cabendo aos produtores e consumidores a tarefa de “se encontrarem” para comercializar. Nesse sentido, o projeto se propôs a atuar como agente articulador dessas duas pontas para que essa aproximação fosse facilitada. Objetivamente, foi desenvolvida uma metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que culminou na criação de uma plataforma digital (aplicativo e site) que permitiu que esses negócios fossem realizados com mais rapidez e credibilidade. Foram escolhidos os oitos municípios do Estado do Espírito Santo que possuem Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte (SUSAF) e incluídos outros quatro devido à proximidade da Região Grande Vitória.

**Palavras-chave:** Cadeias curtas; Redes Agroalimentares Alternativas; Comercialização; Extensão Rural.

### **INTRODUÇÃO**

Em virtude da pandemia instalada em todas as partes do mundo pelo Covid- 19, as relações comerciais sofreram muitas mudanças. Na agricultura, impactos econômicos foram observados, políticas públicas e ações emergenciais e estratégicas foram planejadas para garantir a segurança alimentar da população.

Embora relativamente recente, o movimento da venda direta dos produtos da agricultura aos consumidores finais vem avançando cada vez mais em nossa sociedade. Muitos deles passaram a dar “pessoalidade” no momento da aquisição de seus alimentos valorizando aspectos simbólicos, sociais, culturais, éticos e ambientais. Enquanto quem compra o alimento poderá saber exatamente de onde veio, como foi produzido e poder negociar um preço melhor, quem vende poderá ter maior retorno econômico, por se tornar protagonista das etapas de transformação, beneficiamento e comercialização.

<sup>1</sup> Mestre em Extensão Rural. Coordenador do projeto. <sup>2</sup>Licenciada em Ciências Biológicas. Pesquisadora bolsista.

<sup>3</sup>Bacharela em Ciências Biológicas. Pesquisadora bolsista. <sup>4</sup>Mestre em Desenvolvimento Urbano. Pesquisadora bolsista.



Embora esse movimento seja crescente e positivo, pois traz vantagens tanto para os produtores rurais quanto para os consumidores, entendemos que ainda há um longo caminho para aperfeiçoá-lo para garantir características como segurança, confiabilidade e rapidez desses negócios que envolvem a comercialização de alimentos. Em outras palavras, pode-se perguntar: qual a quantidade de alimentos que cada produtor consegue entregar? Em quanto tempo? Em que raio de distância? Como é a sua forma de produção? Os produtos são orgânicos? E o transporte desses alimentos, como é feito? Como são as condições de higiene na produção e no beneficiamento? Os produtos são somente daquele produtor que está vendendo ou ele pega com outros produtores também? Qual o perfil dos produtores rurais que estão interessados na venda direta digital? Com certeza essas e muitas outras perguntas ainda podem ser feitas (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Considerando esse contexto é que o projeto Feira na Palma da Mão foi elaborado, culminando no desenvolvimento de um aplicativo (app) e site para a venda direta dos produtos da agricultura familiar. Ao longo de dois anos foram identificados e cadastrados produtores rurais e consumidores de estabelecimentos comerciais dispostos a participar desse processo. Por meio deste artigo, iremos apresentar a metodologia e os primeiros resultados do uso do app pelos usuários, bem como os benefícios e desafios que ainda precisam ser superados para o aperfeiçoamento na venda direta digital, uma vez que se trata de um assunto novo tanto do ponto de vista acadêmico, quanto da formulação e execução de políticas públicas nessa promissora área de interesse público da sociedade.

## **METODOLOGIA**

O caminho percorrido para o desenvolvimento do aplicativo “Feira na Palma da Mão”, incluiu o momento da identificação de produtores rurais e estabelecimentos comerciais; desenvolvimento do aplicativo e site; testes de funcionalidade; capacitação aos produtores e consumidores e, por fim, o lançamento da plataforma digital.

Para a *identificação dos produtores rurais* com potencial de venda direta, foi realizado um diagnóstico inicial nos municípios que possuem SUSAF – Venda Novado Imigrante, Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Castelo, Guarapari, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Viana e municípios próximos, como Vila Velha, Fundão, Iconha e Santa Leopoldina. Nessa etapa, foram disponibilizados o conhecimento e o apoio técnico de cada um dos escritórios locais da instituição governamental do Estado do Espírito Santo, para a indicação de agricultores familiares, conforme os requisitos estabelecidos na Lei nº 11.326, 24 de junho de 2006 (BRASIL, 2006).

De posse dessas informações, foi realizada uma visita *in loco* para caracterizar a propriedade rural, os processos de produção, beneficiamento e comercialização e as demais características necessárias para o conhecimento inicial da realidade de cada produtor. O levantamento de dados dessa etapa foi realizado por meio de pesquisa de campo, mediante a aplicação de formulário semiestruturado, em forma de entrevista, composto de perguntas fechadas e abertas, no sentido de obter dados mais complexos e úteis, abrangendo uma série de perspectivas sobre as formas de produção e comercialização de produtos agrícolas (LIMA, 2018). Após realizar as entrevistas, as respostas foram sistematizadas em uma planilha de Excel com informações necessárias para cadastrar e criar o perfil de cada produtor na plataforma digital de venda a ser desenvolvida posteriormente.

Paralelamente aos levantamentos das informações dos produtores rurais, foi realizada a *identificação dos consumidores* em cada município para identificar uma rede de estabelecimentos alimentícios com potencial de compra direta dos agricultores. Em

cada empreendimento comercial identificado foram caracterizados a localização, os horários de funcionamento, a demanda de compra dos produtos da agricultura, entre outros itens importantes para a elaboração do cadastro de compra do consumidor. No ato da entrevista, além da aplicação dos questionários, foi feito o registro fotográfico de cada estabelecimento comercial.

De posse das informações sistematizadas dos produtores e consumidores deu-se início ao *desenvolvimento do app* por uma empresa contratada. Trata-se de uma Plataforma digital para facilitar a comercialização de venda direta, denominada Feira na Palma da Mão, podendo ser baixada gratuitamente através do Play Store nas versões Android e IOS.

Após a finalização do app de venda direta, a equipe executora do projeto teve o cuidado de promover testes de funcionalidade, junto com a empresa contratada, para garantir o bom desempenho da Plataforma. Para verificar a praticidade e avaliar a experiência geral do aplicativo, foram convidadas uma produtora e uma consumidora.

Para a execução do quarto momento, está prevista uma *capacitação* direcionada aos usuários envolvidos no projeto (produtores rurais, consumidores e técnicos da Instituição desenvolvedora da pesquisa), tendo por objetivo o aprofundamento do tema sobre *venda direta digital*; o cadastramento das informações complementares dos produtores rurais em cada módulo do app e, principalmente, as explicações necessárias para o manuseio correto do aplicativo e, por último, a entrega ao público.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pedido, quando realizado pelo *consumidor*, é direcionado ao *produtor* via WhatsApp, onde é possível combinar o local de entrega ou retirada, conferir a disponibilidade da quantidade solicitada e confirmar o pedido, de modo a estabelecer o contato direto entre as partes envolvidas.

Embora o aplicativo ainda não tenha sido apresentado ao público, até a presente data (abril de 2022), acredita-se que terá boa receptividade pela comunidade de produtores e consumidores que possam vender com preço justo e comprar produtos com qualidade, rastreabilidade e confiança.



**Figura 1.** Telas do app – Respective: Tela inicial (visão geral); Perspectiva do produtor; Perspectiva do consumidor  
Fonte: Elaboração própria, 2022



## CONCLUSÃO

“Produzir a gente sabe, difícil mesmo é vender”. Essa frase, que é comum a tantos agricultores, sem dúvida estimulou o desenvolvimento de uma pesquisa que discutisse e apresentasse soluções para esse problema. Como benefício do projeto, espera-se que a plataforma digital facilite e agilize os processos de comercialização direta dos produtos da agricultura familiar.

Antes de encerrar, lançamos como desafio e sugestões para novos estudos a necessidade de inserção de novos produtores através da metodologia aqui proposta, bem como encontrar mecanismos da logística de transporte e armazenamento dos produtos em minicentros de distribuição para facilitar a entrega aos consumidores finais.

Por isso, entendemos oportuna a aproximação da Assistência Técnica e Extensão Rural para aprofundar o conhecimento nessas áreas a fim de gerar resultados que possam ser difundidos para outras regiões do país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

LIMA, F.S. **Venda direta como forma de posicionamento estratégico na distribuição de alimentos da produção rural**. 2018. 116 f. Trabalho de dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2018.

SCHNEIDER, S., GAZOLLA, M. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: Negócios e mercados da agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 520p.



## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO CERTA, RS

Maicon Giovane Berwanger<sup>1</sup>  
Lauro Edilso Bernardi<sup>2</sup>  
Andréia Binz Tonin<sup>3</sup>  
Djeimi Isabel Janisch<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente relato de experiência apresenta o acúmulo gerado pelos serviços públicos de assistência técnica, social e de extensão rural do RS (ATERS), na implementação de um curso básico de capacitação na modalidade de educação a distância (EAD). Com o bloqueio de dois anos forçado pela pandemia e, para fazer frente à demanda existente na área de produção de morango em substrato em todo o Estado, a equipe responsável pelo Centro de Treinamento de Teutônia (CERTA), foi instada a converter seu curso básico presencial para a modalidade EAD. Utilizando metodologia descritiva, os autores que estiveram diretamente envolvidos com a implementação desta inovação institucional dirigida a agricultores familiares compartilham esta caminhada. Como resultados da utilização das tecnologias da informação e comunicação que impactam a produtividade corporativa deste espaço da Emater, RS, ampliou-se o alcance do Curso para todo o território gaúcho. A ação que a princípio era para ser mais restrita ao seu entorno foi ampliada e seu alcance quantitativo aumentou se comparado aos eventos presenciais. Canais de interação para além de disponibilização de conteúdos mostraram-se fundamentais. Dos cursistas, 68% nunca haviam participado de eventovirtual.

**Palavras-chave:** Educação a distância; Agricultura familiar; Inclusão; ATERS digital.

### INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos 10 anos ocorreu significativa alteração no sistema de produção de morango no estado do Rio Grande do Sul (RS), que até então se dava majoritariamente no solo. Hoje mais de 80% da área de cultivo ocorre em sistema de substrato em bancadas. Esse sistema, por distintas razões, com destaque à melhor ergonomia dispensada à mão de obra, passou a despertar inúmeras demandas em áreas não tradicionais da produção.

---

<sup>1</sup> Técnico Agrícola. Bacharel em Desenvolvimento Rural. Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar, coordenador do Certa. Instrutor do Certa. E-mail [mberwanger@emater.tche.br](mailto:mberwanger@emater.tche.br).

<sup>2</sup> Engenheiro-agrônomo. Esp. em Planejamento e Gestão Ambiental. Mestre em Extensão Rural. Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar. Instrutor do Certa. E-mail: [lauro@emater.tche.br](mailto:lauro@emater.tche.br).

<sup>3</sup> Engenheira-agrônoma. Esp. em Bases Ecológicas para a Gestão Ambiental. Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar do escritório municipal de Lajeado. E-mail: [abinz@emater.tche.br](mailto:abinz@emater.tche.br) Instrutora do Certa

<sup>4</sup> Engenheira-agrônoma, MSc. em Agronomia, Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar do escritório municipal de Venâncio Aires. Instrutora do Certa. E-mail [djanisch@emater.tche.br](mailto:djanisch@emater.tche.br)



No Quadro 1 abaixo é possível observar este movimento mensurado ente 2014 e 2020, onde no período ampliou-se pouco a área,mas ocorreu um incremento de 68% no número de famílias envolvidas e duplicou o número de municípios que passaram a cultivar morango, indo de 157 para 320.Com o objetivo inicial de atender demanda interna dos profissionais da extensão em face da expansão da atividade para regiões não tradicionais e da demanda externa de produtores iniciantes, estruturou-se em 2017 uma unidade didática junto ao Centro Regional de Treinamento de Teutônia (CERTA). O curso básico sobre produção de morango em substrato sem resíduos de agrotóxicos com carga de 16 horas foi disponibilizado em 2018. Em dois anos de operação, foram formadas dezoito turmas presenciais dirigidas a profissionais de ATERS e agricultores familiares iniciantes.

**Quadro 1.** Dinâmica de área produtiva de famílias e municípios envolvidos com a moranguicultura no RS entre 2014 e 2020

Componentes produtivos	ntamento 2014	ntamento 2020	Mudança (%)
Área de morango (em ha)	494,10	552,20	11,7
Número de famílias	1.645	2.467	68,0
Número de municípios	157	320	103,0
Produção em Toneladas	17.158,80	26.650,10	53,3
Produtividade (em Kg / ha)	34.727	48.259	39,0

**Fonte:** Levantamento Frutícola\_Base de dados Sisplan Emater RS

Quando em 2020 ocorreu o bloqueio total das ações presenciais e, em face da demanda ainda existente, a equipe responsável pelo curso foi instada pela sua coordenação a construir uma alternativa. A proposta que se evidenciou com viabilidade foi converter os dois dias presenciais em formato EAD, utilizando-se a plataforma FOCO, mantida pela Emater, RS. O aprendizado e os resultados desta conversão de um curso eminentemente centrado no saber-fazer prático ao formato EAD são compartilhados a seguir neste relato de experiência.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada baseia-se no relato dos autores que se envolveram diretamente na materialização desta proposta, incluídas aí a montagem da unidade didáticaprodutiva, a conversão do formato e a operacionalização enquanto instrutores do curso. Aprendeu-se logo que a ênfase neste campo da ATERS digital tem se dado muito aos meios, mas que a questão central é a adequação do conteúdo para interagir de forma apropriada com os agricultores familiares e seus distintos públicos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Converter 80% de conteúdo prático para o formato de extensão digital constituiu-se como o maior desafio. A modulação do curso foi sendo elaborada numa sequência lógica até se tornar adequada. À medida que foi considerada satisfatória, iniciou-se a etapa de gravação. Feito este ‘esforço campeiro’, dada a pouca experiência neste formato, começou a fase de edição dos materiais. Trabalho continuado iniciado em meados de 2020 que somente foi finalizado em março de 2021, quando se estabeleceu a dinâmica para oferecer o curso à primeira turma. Com aquela certeza de quem se dedicou muito e, com aquela angústia de quem está pisando num ambiente desconhecido, a equipe do Certa submeteu-se à validação desta construção, tendo os participantes da primeira turma como parceiros.



**Imagem 1.** Gravações das videoaulas realizadas na unidade didática do Centro de Treinamento de Teutônia (agosto de 2020)

Após rigorosa validação, o curso foi disponibilizado em formato de quatro módulos na plataforma FOCO da Emater/RS, onde cada inscrito recebe login e senha de acesso. A partir do primeiro ‘encontro virtual presencial’, onde se apresentam o curso e o cenário desta atividade, os participantes acessam o primeiro módulo. Ao longo das quatro semanas seguintes (uma semana para cada módulo), o conteúdo é acessado pelos participantes e ocorre um encontro virtual presencial mínimo de uma hora e meia com debate aberto entre os participantes. À medida que se responde a avaliação do módulo da semana com 60% mínimo de acerto, abre-se o módulo seguinte.

Paralelo ao desenvolvimento do curso é disponibilizado um grupo whatsapp para que ocorra a interação entre os participantes e instrutores, apresentando-se as questões que deixaram dúvidas e toda uma gama de questões associadas que emergem do cotidiano das famílias envolvidas nesse processo de capacitação, onde a troca do ensino-aprendizado às vezes confunde os papéis dos atores



envolvidos. Ao final, no último encontro, aqueles participantes que obtiveram êxito na avaliação dos quatro módulos, recebem certificado de conclusão de 24 horas.

O que ouvimos e o que aprendemos neste processo? Ouvimos das turmas que realizaram o curso ao longo deste período relatos emocionantes que nos impressionaram. Relatos de inclusão,

“Achava que esta história de curso EAD não era para mim. Foi muito legal, eu também posso e é muito simples (participe da T1). Se fosse presencial no Certa, possivelmente não teria conseguido participar. (participe T2). Parabéns. O curso é ótimo. Instrutores comprometidos e experientes. Gostaria que tivesse mais cursos assim como esse on-line (participante T4)”.

Outra questão importante sempre referida, quando se evidencia a ATERS digital, é o custo/benefício frente ao seu potencial de abrangência. Observando a síntese do Quadro 2, pode-se avaliar o alcance do curso EAD que em um ano obteve praticamente o mesmo alcance que em dois anos com turmas presenciais.

**Quadro 2.** Abrangência comparativa de participantes e turmas entre curso presenciais e EAD em períodos definidos

Modalidade	Período	Turmas	Nº de participantes	Nº de municípios abrangidos
Presencial	2018 e 2019	18	286	52
EAD	04 a 12/2021	6	279	149

**Fonte:** Base de dados Sistreina Emater, RS

Em termos de abrangência neste período, o curso EAD permitiu que tivesse participantes de todas as regiões administrativas do Estado, com efetiva redução de custos de logística, estadias e alimentação. Este formato, aliado à sua gratuidade para esse público, demonstrou adequado custo benefício. Ampliou-se em 186% o número de municípios envolvidos neste ano, incluindo jovens, mulheres e pessoas aposentadas, os quais, possivelmente pela dinâmica do curso presencial, não teriam esta possibilidade de acesso. O Gráfico 1 abaixo explicita o tamanho da inclusão digital e do potencial de trabalhos desta natureza ao registrar que 68% do total dos participantes nunca haviam acessado evento de capacitação através desta ferramenta.



**Gráfico1.** Percentual de cursistas que já haviam acessado algum curso em formato EAD

Tal alternativa que não substitui cursos presenciais, principalmente aqueles dirigidos a novos produtores(a)s iniciantes, mostrou-se adequada às expectativas durante o período pandêmico de bloqueio, mantendo aquecida a demanda de participação e evidenciando seu potencial de atendimento às famílias rurais em várias frentes descobertas de capacitação. Os canais interativos, associados ao conteúdo adaptados com recorte prático, mostraram-se altamente dinâmicos e necessários ao desenvolvimento da ATERS dialógica.

Importante ponderar que do ponto de vista do envolvimento dos profissionais vinculados à estrutura de suporte ao desenvolvimento do curso com essas características, ampliou-se a demanda de horas de trabalho.

## CONCLUSÕES

O aprendizado obtido com a estruturação do curso EAD é que há latente demanda para que os serviços públicos de extensão rural estruturem trabalhos qualificados e inovadores em muitas áreas hoje descobertas e desassistidas, principalmente em sistemas produtivos focados no abastecimento alimentar, onde há enorme expectativa de redesenhos mais sustentáveis. Trabalhos desta natureza, que emergem da demanda real e do acúmulo gerado por uma unidade didática que enfrenta os desafios do cotidiano produtivo, fazem a diferença, ao passo que traduzem protocolos (informação) em manejo aplicado, sem apelo comercial.

Associar a esse esforço de tradução de protocolos o pesado trabalho de bastidores, para dar conta de cadastros, contatos, capacitação inicial para acesso à plataforma, além de dar conta de múltiplos retornos aos grupos de Whatsapp organizados e à mobilização para encontros virtuais semanais, requer gente no suporte, envolvendo equipe de instrutores e de operadores de uma unidade didático produtiva. Para melhor aproveitamento desta experiência, destaca-se também a importância dos canais interativos disponibilizados que fizeram toda a diferença.



Importante ainda perceber que se tem dado muita ênfase a ATERS digital e seus meios (em muitos casos com análises simplistas de sua potencialidade, atribuindo-lhe poderes míticos e de baixo custo). Porém, uma das questões centrais que a viabilizam como ferramenta efetiva é a produção de conteúdo, que possa chegar de forma adequada e interativa (com espaços dialógicos) àquelas famílias demandantes deste serviço público. Assim, tanto a produção quanto a mediação interativa geram demandas de profissionais e *expertises* que vão além da mera ação burocrática operacional de disponibilizar conectividade e acesso.

A consolidação do curso de produção de morango em substrato sem resíduos de agrotóxicos hoje nas modalidades presencial e de educação a distância deixa igualmente um legado de sustentabilidade a estas novas frentes de expansão da produção no RS. Todo o conteúdo teórico e prático desenvolvido tem como base a experiência real de manejo e o uso de produtos biológicos, botânicos e de caldas alternativas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Levantamento Frutícola**. Porto Alegre. SISPLAN. Emater RS 2014 e 2020.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Número de participantes e turmas**. Porto Alegre. Sistreina Emater RS. 2018-2021.



## **CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR – EMATER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA AUTORES**

Francieli Pilati Gervasoni de Oliveira<sup>1</sup>  
Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR EMATER  
[fgervasoni@emater.pr.gov.br](mailto:fgervasoni@emater.pr.gov.br)

Gustavo Adolfo Gomes Scholz<sup>2</sup>  
Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR EMATER:  
[gustavoscholz@idr.pr.gov.br](mailto:gustavoscholz@idr.pr.gov.br)

### **RESUMO**

O uso das ferramentas de educação a distância na modalidade EAD pela ATER, durante período de pandemia, demonstrou eficácia, dado que permitiu aos profissionais de diferentes áreas superar obstáculos, manter as ações de ATER e de Capacitação, além de possibilitar a ampliação do público a ser atendido.

Palavras-chave: Digital; Cooperativa; Associação; Gestão; Educação.

### **CONTEXTO**

No mesmo período do processo de reestruturação das entidades que englobam o Sistema da Secretaria de Agricultura do Paraná (SEAGRI), houve o surgimento da pandemia do Covid-19. A incorporação técnica, financeira, administrativa e estrutural uniu a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – Codapar, o Centro Paranaense de Agroecologia – CPRA e o Instituto Paranaense de Extensão Rural – Instituto Emater e o Instituto Agrônomo do Paraná – Iapar, formando então o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar – Emater (IDR – Paraná).

Este processo, associado ao advento da pandemia, fez com que o IDR - Paraná, a exemplo das demais organizações, buscasse de forma ágil, atender os agricultores e colaboradores com segurança e baixo custo, via utilização do ferramental web e de plataformas EaD, seja para continuidade dos trabalhos da ATER, seja na extensão e/ou na continuidade dos seus atendimentos e capacitações.

Para isso, a Coordenação Estadual de Organização Rural preparou e disponibilizou um curso EaD utilizando plataforma da Escola de Gestão do Paraná. Tal capacitação ocorreu no período compreendido entre 19 de maio de 2021 a 21/12/21, sendo disponibilizada a 109 extensionistas das 23 regiões, bem como aos responsáveis pela Coordenação do Coopera Paraná/SEAB, que atuavam com cooperativas e associações e que precisavam de protocolos uniformes de atuação, visando a um trabalho fortalecido e que atendesse às várias demandas destas organizações.

---

<sup>1</sup> Economista Doméstica – Unidade Municipal de Marmeleiro - Paraná

<sup>2</sup> Engenheiro-agrônomo - Área de Organização Rural – Curitiba - Paraná.



Este protocolo de atuação nas cooperativas e associações de agricultores familiares do Paraná consiste na seguinte dinâmica: O protocolo preconizado prevê em resumo 05 fases, incluindo Cadastro da Organização; Projeto (Diagnóstico, Plano Estratégico, Plano de Negócios que pode incluir estudos de mercado, plano de financiamento e Plano de ATER); Educação Cooperativista (nos eixos de chamado Radar da Sustentabilidade – Eixos: Governança; Gestão; Atuação na Cadeia de Produção Agropecuária/Agroindustrial; Acesso a Mercados e Intercooperação; Acesso a Políticas Públicas (Programas/Projetos Governamentais); Empreendedorismo e Inovação e Acesso ao Crédito. O Ciclo é anual e retroalimentado.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Num primeiro momento, formou-se uma equipe pedagógica estadual que construiu o curso por meio de reuniões on-line para definição dos temas, módulos e conteúdos, bem como carga horária e professores/tutores.

Para tal construção, procurou-se conciliar atividades teórico-práticas conforme planejamento prévio, utilizando os seguintes modelos descritos:

- Briefing de Demanda de Curso – onde se minuta a proposta;
- Plano de Trabalho do Curso;
- Tabela com Cronograma do Plano de Trabalho;
- Formulário Modelo de Estrutura dos Cursos da Escola de Gestão – descrição sumária do funcionamento dos cursos;
- Demanda de Treinamento.

Em seguida, a Coordenação Estadual de Organização Rural estabeleceu o público-alvo, que foi aprovado por gerências e recursos humanos.

Tal processo de capacitação EaD consistiu na utilização da Plataforma da Escola de Gestão do Paraná, que foi criada como Escola de Governo ainda no ano de 2004. Não foi feita análise de custos de curso, dado que os materiais e sistemas utilizados não agregaram despesas ao processo.

A coordenação pedagógica do curso definiu como prioritária e necessária a uniformidade de metodologias nos módulos, ou seja: videoaulas, apostilas, materiais complementares e avaliação.

A carga horária total foi estimada em 120 horas assim distribuídas nos 6 Módulos de 20 horas cada: Módulo 1 – Noções Básicas de Cooperativismo + Oficina Prática de Cadastro e Diagnóstico, sob responsabilidade da extensionista e economista doméstica Francieli Pilati Gervasoni Oliveira. Módulo 2 – Bases Legais do Cooperativismo + Mapas de Maturidade, sob atribuição de Gustavo Scholz, engenheiro-agrônomo. Módulo 3 – Gestão Financeira e Contábil + Oficina Plano Estratégico/ Gestão, de responsabilidade dos técnicos Ovídio Barbosa e Rafael Meier, economista e engenheiro-agrônomo, respectivamente. Módulo 4 – Governança Cooperativista + Oficina de Assembleias Virtuais, com a coordenação da assistente social Rafaela Bernardo. Módulo 5 – Radar da Sustentabilidade. Responsáveis: Nélcio Gaio, técnico agrícola e Julian Mattos, engenheira-agrônoma.



Módulo 6 – Avaliação Geral e Postagem de Planilha para análise de processos, sob responsabilidade de análise e acompanhamento de toda equipe de Coordenação Organização Rural com apoio da Coordenação da Escola de Gestão do Paraná.

O objetivo principal após a finalização de todo o curso foi, num primeiro momento, proporcionar a capacitação necessária para atuação do extensionista em organizações rurais estruturadas num protocolo. Por isso, cada um dos módulos apresentou os passos desta ferramenta, para que, obrigatoriamente, fosse aplicada na organização rural assistida por tais extensionistas.

Após a aplicação, é possível visualizar as potencialidades, mas também as fragilidades e a partir daí determinar um plano de ação e de formação cooperativista em cada um dos eixos deste protocolo.

Módulo	Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV	Módulo V	Módulo VI
Base Teórica	Aula Inaugural e Introdução ao Cooperativismo e Orientações do Curso e dos Métodos de Trabalho da Área de Organização e Mercados.	Bases Legais - Legislação Cooperativista + Bases do Contrato Específico de Parceria Mais Gestão.	Gestão Financeira e Contábil	Governança Cooperativa	Planilha Radar da Sustentabilidade – Critérios de Avaliação - 3 etapas. (Webinar)	Avaliação Final – Postagem da Planilha (up-load) + Avaliação do Curso e Avaliação Geral no ambiente Virtual.
Datas	21/05	20/06	26/07	01/09	11/11, 16/11, 26/11	20/02/22

## RESULTADOS

A coordenação pedagógica acompanhou os relatórios e o andamento de cada um dos extensionistas na plataforma da Escola de Gestão do Paraná. Dos 109 inscritos, somente 69 extensionistas concluíram todos os 06 módulos, sendo que muitos dos indicados desistiram.

As atividades práticas desenvolvidas junto às organizações envolveram 63 cooperativas e associações de agricultores do Paraná, as quais foram acompanhadas ao longo do desenvolvimento dos módulos. Entre elas, 39 desenvolveram 70% a 80% das atividades previstas, mas como não encerraram atividades obrigatórias, não foram aprovadas. A prática junto às organizações para preenchimento da Planilha Radar de Sustentabilidade envolveu 19 associações e 44 cooperativas. Sobre os resultados do curso, no gráfico abaixo temos a pontuação média das organizações obtida com o uso da planilha Radar da Sustentabilidade - ferramenta diagnóstico:



Sobre o uso da ferramenta EaD, questionados se indicariam o curso, 93% dos participantes afirmaram que sim. A maioria (98%) afirmou ter interesse em realizar outros cursos nessa modalidade e nas mais diversas áreas. Houve a aprovação da aparência do curso, porém somente 16% aprovou o modo navegação. A maioria (98%) afirmou que o curso contribuiu com o aprendizado, com a aplicabilidade e que o curso foi ofertado de maneira objetiva e organizada.

Os certificados foram emitidos pela Escola de Gestão pelo conjunto de tarefas executadas incluindo as obrigatórias. Uma delas é a planilha diagnóstico, denominada de “Radar da Sustentabilidade. Percebeu-se que foi satisfatória a participação e o uso das ferramentas EaD.

Conclui-se que é preciso avançar nessa metodologia e no desenvolvimento de métodos didáticos, subsidiando os participantes com conteúdos claros e objetivos, que respondam prontamente às dúvidas e às demandas não só dos técnicos, mas principalmente do público da ATER. A Escola de Gestão é importante parceira na disponibilização e no atendimento de tal demanda.

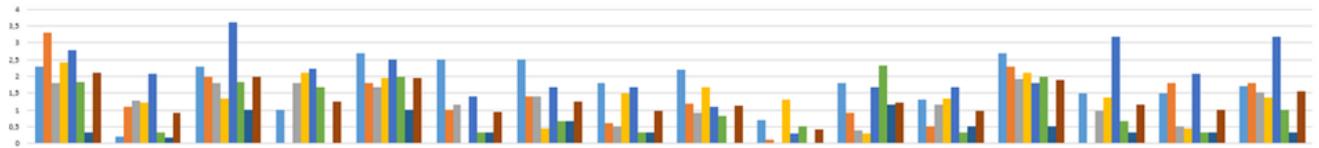
Como atividade recente da Área de Organização, o uso da Plataforma EAD da Escola de Gestão do Paraná se mostrou acessível e prático, devendo ter sua utilização aperfeiçoado. Sugerimos que na aplicação junto ao público da ATER a carga horária seja ajustada de acordo com os objetivos da capacitação/formação.

## AGRADECIMENTOS

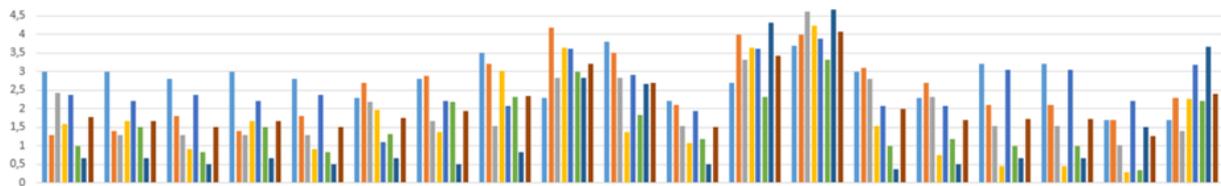
Agradecemos aos colegas do Grupo Pedagógico: Ovídio Barbosa, Francieli Pilati Gervasoni Oliveira, Rafaela Bernardo, Rafael Mattos, Julian Mattos e Nélio Gaio, extensionistas. A Sergio Roberto Auffinger – Coordenador da Área de Organização Rural do IDR. A Hur Ben Corrêa da Silva e Edna Batistela Lopes, da Coordenação Estadual de Desenvolvimento de Pessoal e Carreiras do IDR. Ainda a Silvia Thais de Poli e Valéria de Cassia Arantes – da Escola de Gestão (<https://www.ead.pr.gov.br/>) pelo apoio na elaboração e execução do Curso.



### Cooperativas – Resultados das pontuações por eixo analisados



### Associações – Resultados das pontuações por eixo analisado



---

<sup>3</sup> Os nomes foram suprimido dado que o exercício foi didático e integrante do processo de avaliação do Curso EAD para Agentes de ATER.



## O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NA ATER DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Cristiane Fonseca Costa Corrêa<sup>2</sup>  
Emater, Marituba/PA [criscorreavet@gmail.com](mailto:criscorreavet@gmail.com)

Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro<sup>3</sup>  
Emater, Marituba/PA, [ribeiorr1202@gmail.com](mailto:ribeiorr1202@gmail.com)

Ivanete Ferreira Alves Lopes<sup>4</sup>  
Emater, Marituba/PA, [ivalopes8@gmail.com](mailto:ivalopes8@gmail.com)

Elayne do Socorro da Silva Barbosa<sup>5</sup>  
Emater, Marituba/PA, [elayne.barbosa35@gmail.com](mailto:elayne.barbosa35@gmail.com)

### RESUMO

Este estudo foi realizado na Emater-Pará, junto aos extensionistas rurais, no período da pandemia de Covid-19, tendo como objetivo conhecer a realidade institucional para saber como estava sendo operacionalizado o atendimento do público beneficiário, a fim de identificar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na atuação extensionista para possíveis transformações nas ações de ATER. Nesse sentido a metodologia adotada foi consultiva, elaborada por meio de questionário semiestruturado disponibilizado no site da instituição na plataforma Google Forms (formulário digital) organizado em quatro tópicos: 1. Identificação do perfil atual do extensionista; 2. Conhecimentos dos recursos tecnológicos e sua utilização; 3. Públicos beneficiários de ATER e 4. Mediação para uso das TICs na ATER, com perguntas de múltiplas escolhas e, também, com opções para selecionar mais de uma resposta. No entanto, para efeito deste resumo, o resultado apresentado refere-se aos tópicos 2 e 4.

**Palavras-chave:** Metodologia; Extensão Rural; Mídias digitais; Agricultura familiar; Tecnologia.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve crescentes transformações que acompanham a sociedade, mudanças relacionadas principalmente ao uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Assim, considerando que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem a “informação” como um produto circulante entre a instituição e os agricultores e suas organizações em processos de mão dupla, a

---

<sup>2</sup>Méd. Veterinária, Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável/Resp. pelo Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>3</sup> Engº Agrônomo, Mestre em Ciências Florestais, Extensionista/Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>4</sup> Pedagoga, Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>5</sup> Bibliotecária, Especialista em Arquivologia/Núcleo de Metodologia e Comunicação.



Emater-Pará, por meio do Núcleo de Metodologia e Comunicação, realizou um estudo para verificar o uso dessas ferramentas no atendimento aos agricultores familiares e produtores rurais.

É de conhecimento público que o atendimento da extensão rural, até há pouco tempo acontecia quase exclusivamente no formato presencial, mas a partir de 2020, devido à pandemia do coronavírus (Covid-19), houve a necessidade de manter o distanciamento social e o afastamento das atividades presenciais, o que levou a Empresa a repensar o trabalho dos técnicos extensionistas rurais junto ao público atendido.

Diante de tal situação, o ponto de partida foi conhecer a realidade institucional sobre como estava sendo operacionalizado o atendimento do público beneficiário, a fim de identificar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na atuação extensionista no presente momento para possíveis transformações na ATER.

O objetivo da consulta é reunir subsídios para planejar ações, pesquisas, eventos e conteúdos que capacitem os técnicos sobre este assunto de interesse crescente e que adentra todos os setores, seja da vida cotidiana, profissional e até do lazer.

## **1 METODOLOGIA**

O campo de realização da consulta foi a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-Pará) com aplicação de questionário aos extensionistas rurais. Este levantamento de informações ocorreu no período de 06 a 31 de julho de 2020 e foi disponibilizado aos extensionistas das 12 regionais administrativas da empresa, contemplando os 144 municípios do Estado.

A consulta se deu por meio do *Google Forms* (formulário digital), semiestruturado, com perguntas de múltiplas escolhas e, também, com opções para selecionar mais de uma resposta, disponibilizado no site institucional da Emater-Pará durante o período subscrito.

Nesse sentido o conteúdo das perguntas do questionário foi organizado em quatro tópicos: 1. Identificação do perfil atual do extensionista; 2. Conhecimentos dos recursos tecnológicos e sua utilização; 3. Públicos beneficiários de ATER e 4. Mediação para uso das TICs na ATER Pará. O tratamento das informações foi feito através de comparativos e cruzamentos de dados em planilha excel e gráficos. Para efeito deste resumo, apresentaremos alguns resultados obtidos relacionados aos tópicos 2 e 4.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

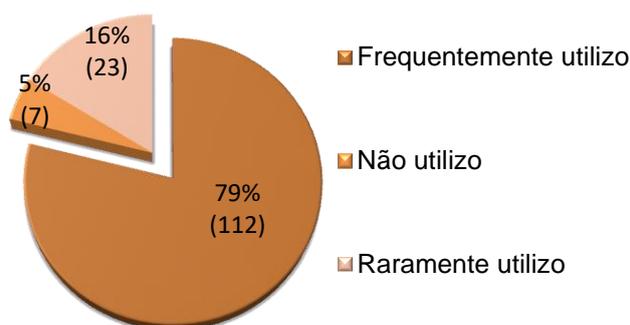
Registroaram-se 142 (cento e quarenta e duas) respostas dos extensionistas oriundos de diferentes áreas de formação, o que representou 24,35% do corpo técnico com atuação em campo e abrangência de 46% dos municípios do Estado do Pará.

### **Conhecimentos dos recursos tecnológicos e sua utilização**

De acordo com a pesquisa, durante o período da pandemia 79% dos técnicos utilizaram frequentemente as mídias ou aplicativos para manterem-se informados,

seguidos por 16% que raramente acessaram e 5% que não utilizam nenhum tipo de TICs (gráfico 1).

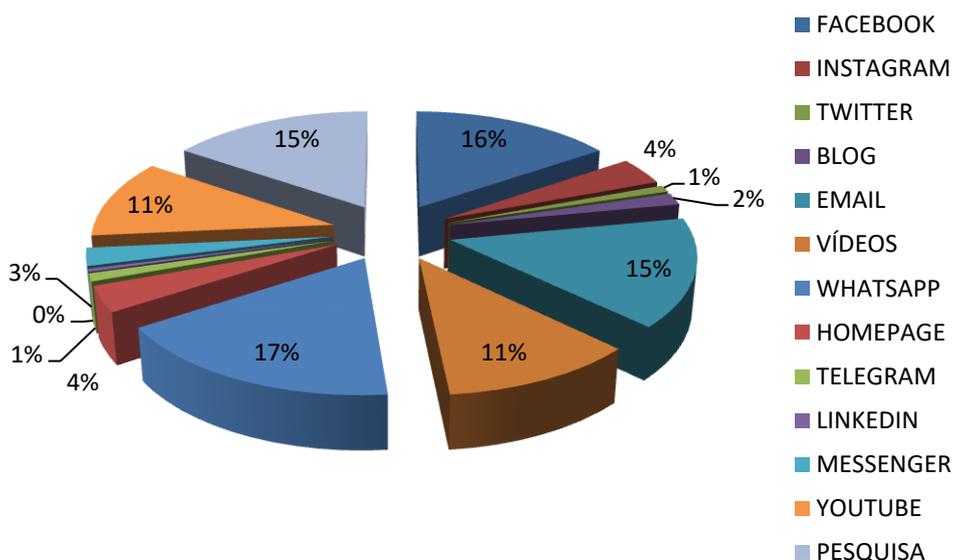
**Gráfico 1.** Frequência de uso das mídias ou aplicativos utilizados para se manter informado durante o período de pandemia do Covid-19



Fonte: Emater-Pará, 2020

No que diz respeito à frequência semanal utilizada das ferramentas da internet em decorrência da pandemia, os técnicos marcaram todas as que se aplicaram no sentido de se manterem informados. Destaca-se no gráfico 2 que, dentre as ferramentas mais utilizadas para que o extensionista se mantenha informado, estão principalmente o Whatsapp com 17%, o Facebook com 16% e o e-mail e a pesquisa na internet com 15%. Contudo, percebe-se que os técnicos têm conhecimento e fizeram uso de diversas ferramentas digitais para permanecerem informados.

**Gráfico 2.** Frequência e uso das ferramentas da internet no período de pandemia para manter-se informado – Frequentemente utilizado

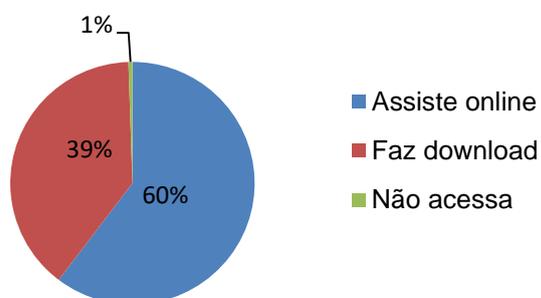


Fonte: Emater-Pará, 2020.

## Mediação para uso das TICs na Emater - Pará

Em relação a acesso de vídeos da internet pelos técnicos da Emater-Pará, para fins de conhecimento e domínio da ferramenta, foram obtidos os seguintes resultados contidos no gráfico 3: 60% dos técnicos assistem vídeos pela internet, sendo que 39% fazem download desses vídeos e 1% não acessam vídeos pela internet.

**Gráfico 3.** Acesso a vídeos da internet pelos técnicos da Emater-Pará



Fonte: Emater-Pará, 2020

Dentre os principais objetivos do uso de vídeos pela internet (gráfico 4) pelos técnicos da Emater-Pará, 59% utilizam para qualificar-se profissionalmente, 29% utilizam para capacitar os agricultores, 29% utilizam para o treinamento de colegas da empresa, 3% se enquadram em outros (reuniões on-line, informações em geral e informações a expositor de feiras artesanais) e 1% não utiliza.

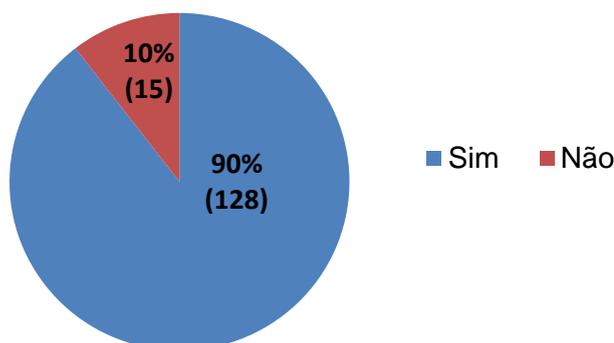
**Gráfico 4.** Finalidade do uso de vídeos pela internet



Fonte: Emater-Pará, 2020

Foi perguntado aos extensionistas sobre o fato de se sentirem preparados para atuar com as novas mídias sociais e o resultado gerou uma autoavaliação. Considerando que 90% (gráfico 5) responderam que se sentem preparados para usar as novas mídias sociais; no entanto, 10% das pessoas responderam que não se sentem preparadas. Percebe-se que praticamente a maioria do público participante sente-se preparada. Contudo, pode-se destacar que a falta de capacitação, o domínio ou falta de acesso a algumas TICs, além da timidez, foram mencionados na autoavaliação como fatores limitantes para o uso.

**Gráfico 5.** Autoavaliação em relação à preparação para uso das novas mídias sociais



Fonte: Emater-Pará, 2020

## CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que, perante uma pandemia, onde o distanciamento social foi um caso de necessidade pública, os extensionistas entenderam a necessidade de buscar formas de adquirir e transmitir informações. Para isso, as TICs foram de grande relevância na continuidade do atendimento dos agricultores familiares e de qualificação dos profissionais.

Com relação ao conhecimento dos recursos tecnológicos e sua utilização, demonstrou-se que durante a pandemia foi frequente o uso das mídias e aplicativos, além da elevada diversidade digital utilizada, que evidencia o domínio de conhecimento e a capacidade de acesso à internet existente.

Na mediação para uso das mídias, o estudo mostrou que o acesso das mídias tanto para qualificação técnica quanto para capacitação dos agricultores aponta o uso de vídeos/internet integrados à rotina de trabalho. Mostrou ainda a aptidão dos extensionistas para o uso das mídias digitais, o que deverá facilitar processos de capacitação técnica sobre o planejamento e o uso das TICs.

Portanto, repensar os métodos na extensão rural torna-se cada vez mais desafiador. É preciso se reinventar e se apropriar de informações antes não vistas ou praticadas na empresa, mas que passam a ser um dos passos para uma transformação nas metodologias de ATER aplicadas no campo. Mas para que o técnico se sinta mais seguro ao utilizar as diversas ferramentas tecnológicas, a empresa precisa oferecer suporte, material e subsídios. Só assim o técnico poderá desenvolver cada vez mais seu trabalho buscando o aperfeiçoamento maior de suas práticas de atendimento, seja no período de pandemia ou fora dele.

## REFERÊNCIA

CORRÊA, Cristiane Fonseca Costa; COSTA, Geiziane Miranda; LOPES, Ivanete Ferreira Alves; RIBEIRO, Raimundo Nonato da Silveira. **Resultado da consulta sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no serviço de ATER**. Marituba: EMATER - PA, 2022. 31p.



## COMUNICAÇÃO VIA MÍDIAS DIGITAIS COM O SERVIÇO DE ATER DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESTADO DO PARÁ

Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro<sup>1</sup>  
Emater, Marituba-PA, [ribeirorr1202@gmail.com](mailto:ribeirorr1202@gmail.com)

Cristiane Fonseca Costa Corrêa<sup>2</sup>  
Emater, Marituba-PA, [criscorreavet@gmail.com](mailto:criscorreavet@gmail.com)

Ivanete Ferreira Alves Lopes<sup>3</sup>  
Emater, Marituba-PA, [ivalopes8@gmail.com](mailto:ivalopes8@gmail.com)

Elayne do Socorro da Silva Barbosa<sup>4</sup>  
Emater, Marituba-PA, [elayne.barbosa35@gmail.com](mailto:elayne.barbosa35@gmail.com)

### RESUMO

Este estudo é resultado da consulta realizada com os extensionistas rurais da Emater-Pa durante a pandemia do Covid-19 quando o contato presencial entre os técnicos e o público assistido teve que ser interrompido. Assim, o objetivo foi saber quais as estratégias adotadas pelos extensionistas e dar subsídios para o planejamento de ações, pesquisas, eventos e conteúdos voltados para o uso das TICs, temática crescente em todos os setores da sociedade. Logo, o resultado apresenta as categorias, o número e o acesso à internet do público atendido pelos técnicos e faz uma reflexão sobre a comunicação por meio das mídias digitais. A metodologia utilizada teve uma abordagem baseada na participação consultiva, realizada por meio de questionário semiestruturado disponibilizado no site da instituição e elaborado via plataforma Google forms (formulário digital).

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Assistência técnica; Extensão rural; Informação; Tecnologia.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve crescentes transformações que acompanham a sociedade, mudanças relacionadas principalmente ao uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Assim, considerando que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem a “informação” como um produto circulante entre a instituição e os agricultores e suas organizações em processos de mão dupla, a Emater-Pará, por meio do Núcleo de Metodologia e Comunicação, realizou um estudo para verificar o uso dessas ferramentas no atendimento aos agricultores familiares e produtores rurais.

<sup>1</sup> Eng.-agr., Mestre em Ciências Florestais, Extensionista/Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>2</sup> Médica Veterinária, Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável/Resp. pelo Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>3</sup> Pedagoga, Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>4</sup> Bibliotecária, Especialista em Arquivologia/Núcleo de Metodologia e Comunicação.



O atendimento da extensão rural no Brasil, até há pouco tempo, acontecia quase que exclusivamente no formato presencial, mas a partir de 2020, com a pandemia do coronavírus (Covid-19), houve a necessidade de manter o distanciamento social e o afastamento das atividades presenciais, o que levou a empresa a repensar o trabalho dos técnicos extensionistas rurais junto ao público atendido. Assim, o desafio foi buscar alternativas que possibilitassem manter a orientação aos agricultores familiares e produtores rurais utilizando inovações tecnológicas no campo das TICs.

O ponto de partida foi conhecer a realidade institucional sobre a operacionalização do atendimento ao público beneficiário. Desse modo, este trabalho se ateve à definição das tipologias dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais que são beneficiadas e/ou buscam os serviços de ATER onde as metodologias participativas estão inseridas neste contexto.

O resultado da consulta tem como objetivo dar subsídios para planejar ações, pesquisas, eventos e conteúdos que capacitem sobre este assunto de interesse crescente e que adentra todos os setores, seja da vida cotidiana, seja da vida profissional e até do lazer.

## **METODOLOGIA**

O campo de realização da consulta foi na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-Pará) realizada entre técnicos extensionistas rurais. O levantamento das informações ocorreu no período de 06 a 31 de julho de 2020 compreendendo as 12 regiões administrativas da empresa, que engloba os 144 municípios do Estado.

Assim, por meio de uma consulta on-line com aplicação de questionário direcionada aos técnicos extensionistas rurais com atuação em campo, foi feita uma coleta de informações para identificar a realidade dos técnicos não só no período de pandemia, mas de uma maneira geral sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Nesse sentido o conteúdo das perguntas do questionário foi organizado em quatro tópicos: 1. Identificação do perfil atual do extensionista; 2. Conhecimentos dos recursos tecnológicos e sua utilização; 3. Públicos beneficiários de ATER, que se constituem no objeto deste resumo expandido; e 4. Mediação para uso das TICs na ATER do Pará.

O tipo de questionário abrangeu perguntas semifechadas com alternativas de múltiplas escolhas e, também, com opções para selecionar mais de uma resposta. Para a coleta das informações utilizou-se o Google forms (formulário digital) disponibilizado no site institucional da Emater-Pará durante o período acima especificado. O tratamento das informações foi feito através de comparativos e cruzamento dos dados em planilha excel e gráficos.

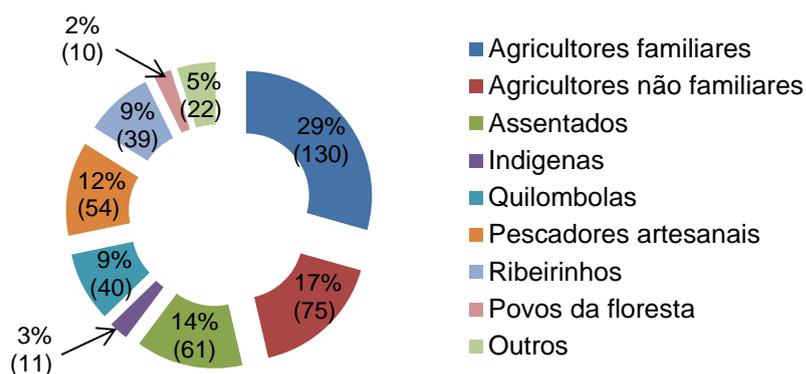
## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Registraram-se 142 (cento e quarenta e duas) respostas de técnicos de diferentes áreas de formação, o que representou 24,35% do corpo técnico com atuação em campo, abrangendo 46% dos municípios do estado do Pará. Por definição legal, o

público beneficiário de ATER é aquele que atende aos preceitos da lei 11.326/2006, contudo o estudo também considerou os médios produtores rurais. Assim, obtiveram-se os seguintes resultados:

A tipologia de público atendido pelos técnicos foi dividida por categorias (gráfico 01). Estes poderiam marcar mais de uma opção, dos quais, 130 técnicos responderam que atendem agricultores familiares (29%), seguidos dos agricultores não familiares com 75 das respostas (17%) e em terceiro lugar estão os assentados com 61 respostas (61%).

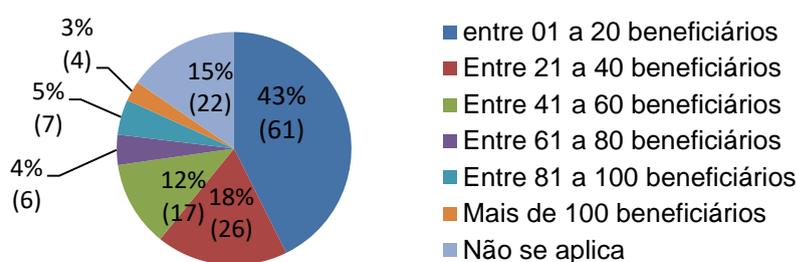
**Gráfico 1.** Tipo de público dividido por categoria atendido anualmente por técnico



Fonte: Emater-Pará, 2020

A média de beneficiários atendidos que possuem acesso à internet (gráfico 02) atingiu 43%, o que equivale de 01 a 20 beneficiários; 18% que equivale de 21 a 40 beneficiários; 12% que equivale de 41 a 60 beneficiários; e 15% não se aplicam, ou seja, não têm nenhum tipo de cobertura de internet.

**Gráfico 2.** Número de beneficiários atendidos com acesso à internet



Fonte: Emater-Pará, 2020

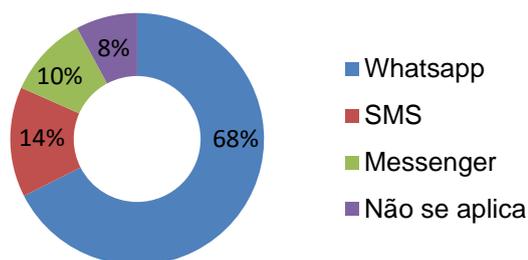
No período mais crítico da pandemia, o uso das ferramentas da internet e dos aplicativos se intensificou devido às atividades não presenciais entre os agricultores e produtores rurais dos municípios onde as atividades presenciais ficaram suspensas por determinado período. Contudo, as atividades diminuíram, mas não pararam totalmente em algumas localidades.

Nesse aspecto, a consulta verificou quais as estratégias de atendimento adotadas em relação à forma como o público beneficiário estava entrando em contato com os técnicos da Emater-Pará. Dentre as alternativas havia a possibilidade de marcar todas que se aplicavam. Assim, se obteve o seguinte resultado:

A *comunicação via mensagem de texto* dos agricultores/produtores rurais (gráfico

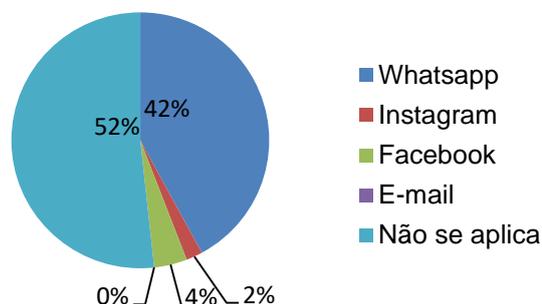
03) foi mais utilizada por meio do whatsapp (68%), seguida de SMS (14%) e do messenger (10%). A comunicação se dá também por meio do *contato via telefone*, sendo o telefone móvel o mais utilizado para ter contato com os técnicos com 86% e o fixo com 5%. Outra forma é a *comunicação por meio da produção de vídeos* (gráfico 04) que é encaminhado via: whatsapp (42%), instagram (2%), facebook (4%), não se aplica (52%). A *gravação de áudio* (gráfico 05) é outro meio de comunicação utilizado, sendo que 74% utiliza o whatsapp, seguido do instagram com 2% e 2% do facebook. Destacando que 21% não utiliza esse meio de comunicação.

**Gráfico 3.** Contato dos agricultores/produtores via mensagem de texto



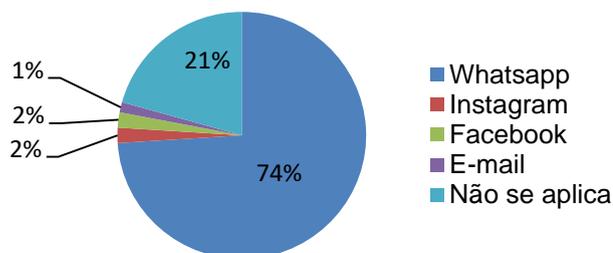
Fonte: Emater-Pará, 2020

**Gráfico 4.** Contato dos agricultores/produtores por meio de produção de vídeo com transmissão via aplicativos e outros



Fonte: Emater-Pará, 2020

**Gráfico 5.** Contato dos agricultores/produtores por meio de gravação de áudio com transmissão via aplicativos e outros



Fonte: Emater-Pará, 2020

Além destes dados, outras formas de comunicação que ocorreram foram mencionadas em expressões como: Google Meet; encaminhamento de fotos dos



trabalhos realizados; divulgação na rádio local; quando vêm à cidade ou a algum local que tenha cobertura da operadora de telefonia móvel, mandam mensagem ou áudio via whatsapp; em algumas comunidades tem internet via rádio, o que facilita a comunicação.

Os dados demonstraram que a totalidade de extensionistas pesquisados (100%) atende prioritariamente agricultores familiares em sua diversidade de tipologias cobertas pela lei nº 11.326/2006. Cerca de 83% da força de trabalho finalístico é direcionada para tal público e 17% para atender produtores rurais não pronafianos.

Sobre o acesso à internet, o estudo identificou que 85% do público atendido possui algum tipo de acesso à internet, o que representa um considerável quantitativo de agricultores e produtores rurais potencialmente “aptos” a trocar informações via mídias digitais.

## CONCLUSÕES

O estudo demonstrou que extensionistas e agricultores familiares perceberam a necessidade de buscar formas de interação não presenciais para dar continuidade aos trabalhos de assistência técnica e extensão rural durante a pandemia da Covid-19, conforme os dados a seguir especificados.

No período mais crítico da pandemia Covid-19, verificou-se que a interação entre extensionista e agricultor familiar/produtor rural foi mantida com a utilização das mídias digitais em suas diversas modalidades, evitando a interrupção dos serviços de assistência técnica e extensão rural. Ressalta-se ainda neste estudo a continuidade no pós-pandemia do uso das TICs, as quais certamente assumirão um relevante papel como ferramenta de ATER.

O estudo ressaltou a preferência de uso tanto dos agricultores e produtores rurais, quanto dos extensionistas, por determinados aplicativos durante a pandemia, muitos dos quais devem manter-se em uso, seja pela facilidade de acesso, seja pela larga abrangência hoje entre vários segmentos sociais no Brasil.

## AGRADECIMENTOS

À Emater-Pará e aos extensionistas rurais que participaram da pesquisa realizada no período citado.

## REFERÊNCIA

CORRÊA, Cristiane Fonseca Costa; COSTA, Geiziane Miranda; LOPES, Ivanete Ferreira Alves; RIBEIRO, Raimundo Nonato da Silveira. **Resultado da consulta sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no serviço de ATER**. Marituba: EMATER - PA, 2022. 31p.



## OS MULTIMEIOS UTILIZADOS PELOS EXTENSIONISTAS NA COMUNICAÇÃO COM OS AGRICULTORES DURANTE A COVID 19

Ivanete Ferreira Alves Lopes<sup>1</sup>  
Emater, Marituba/PA, [ivalopes8@gmail.com](mailto:ivalopes8@gmail.com)

Elayne do Socorro da Silva Barbosa<sup>2</sup>  
Emater, Marituba/PA, [elayne.barbosa35@gmail.com](mailto:elayne.barbosa35@gmail.com)

Cristiane Fonseca Costa Corrêa<sup>3</sup>  
Emater, Marituba/PA, [criscorreavet@gmail.com](mailto:criscorreavet@gmail.com)

Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro<sup>4</sup>  
Emater, Marituba/PA, [ribeiorrr1202@gmail.com](mailto:ribeiorrr1202@gmail.com)

### RESUMO

Os desafios enfrentados pela extensão rural durante a pandemia do COVID-19 levaram ao uso de novos meios de comunicação. No âmbito da Emater-Pará onde o atendimento ao público beneficiado por políticas públicas é feito de modo presencial se viu desafiada a utilizar as tecnologias digitais como meios de comunicação no trabalho extensionista. Esse levantamento de informações só foi possível a partir da realização de uma consulta com os extensionistas da instituição que teve como objetivo saber quais as estratégias adotadas por eles para continuar atuando, uma vez que o trabalho da extensão rural foi uma atividade vista como essencial. A metodologia utilizada teve uma abordagem baseada em dados primários a partir da participação consultiva realizada por meio de questionários semiestruturado disponibilizado online no site da instituição elaborado via plataforma digital para todos os extensionistas que poderiam responder voluntariamente.

**Palavras-chave:** Extensionista rural; Mídias digitais; Agricultura familiar; Recursos tecnológicos.

### INTRODUÇÃO

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-Pará) vem desenvolvendo suas ações em território paraense desde 1965. Contudo, nos últimos dois anos, a Empresa deparou-se com o desafio de se inserir nos meios digitais para se comunicar e atender os produtores e agricultores rurais, embora já sinalizasse para esse processo.

Na sociedade atual um dos principais meios de comunicação utilizados é a internet e suas ferramentas digitais, os quais, reunidos, criaram condições excepcionais de interação entre as pessoas. Esses recursos são meios que possibilitam o desenvolvimento de novas metodologias capazes de levar, entre acertos e erros, a um tipo novo de aprendizado, tanto de extensionistas quanto de produtores ou agricultores rurais.

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>2</sup> Bibliotecária, Especialista em Arquivologia/Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>3</sup> Méd. Veterinária, Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável/Responsável pelo Núcleo de Metodologia e Comunicação.

<sup>4</sup> Engenheiro-agrônomo, Mestre em Ciências Florestais, Extensionista/Núcleo de Metodologia e Comunicação.



Foi pensando nessa perspectiva que o Núcleo de Metodologia e Comunicação (NMC), setor ligado à Coordenadoria Técnica (COTEC) da Emater-Pará, realizou um estudo para verificar o uso dessa ferramenta no atendimento aos produtores e agricultores rurais quando o atendimento presencial tinha sido totalmente suspenso, devido à pandemia do coronavírus (Covid-19), atividade essa que até os fins do ano de 2019 acontecia, somente, de forma presencial.

Diante de tal situação, o ponto de partida foi conhecer a realidade institucional sobre como estava sendo operacionalizado o atendimento do público beneficiário, a fim de identificar o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) e a partir desse resultado direcionar para o planejamento de ações, pesquisas, eventos e conteúdos sobre o uso dessas novas mídias como recurso metodológico na atuação extensionista.

## **METODOLOGIA**

Este levantamento de informações foi realizado na Emater-Pará e ocorreu no período de 6 a 31 de julho de 2020, com registro de 142 (cento e quarenta e duas) respostas de extensionistas de diferentes áreas, o que representou 24,35% do corpo técnico com atuação em campo e abrangência de 46% dos municípios do estado do Pará.

O levantamento das informações junto aos extensionistas se deu por meio de aplicação de questionário on-line, semiestruturado, com perguntas de múltiplas escolhas e, também, com opções para selecionar mais de uma resposta. Essas perguntas foram direcionadas a todos os extensionistas com atuação em campo que poderiam responder de forma voluntária. O link de acesso ao formulário foi disponibilizado no site institucional durante o período subscrito.

Nesse sentido o conteúdo das perguntas do questionário foi organizado em quatro tópicos: 1. Identificação do perfil atual do extensionista; 2. Conhecimentos dos recursos tecnológicos e sua utilização; 3. Públicos beneficiários de ATER e 4. Mediação para uso das TICs na ATER do Pará.

A natureza da consulta foi quantitativa e qualitativa, por ser representativa para as ações extensionistas com informações coletadas que representam uma amostra, uma vez que se trata de uma primeira consulta exploratória que visa compreender os principais meios de comunicação utilizados pelos extensionistas com os agricultores, principalmente, durante o período de pandemia.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

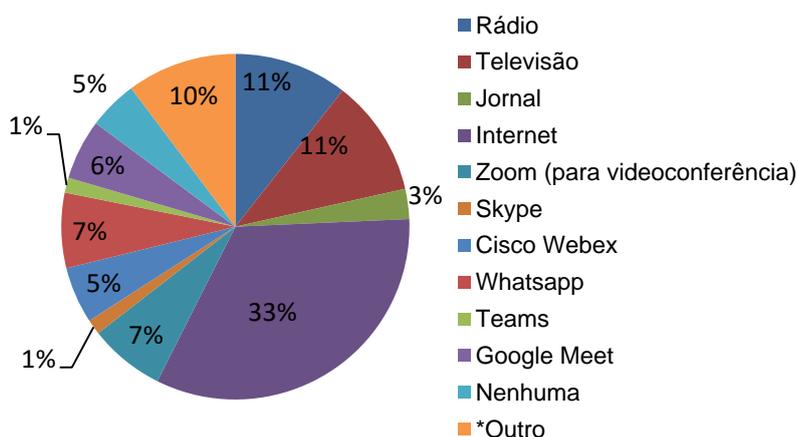
A pandemia do Coronavírus (Covid-19) em 2020 trouxe muitas mudanças, acarretando com isso uma nova forma de viver e trabalhar. Assim, muitos dos modos comuns de realizar as atividades tiveram de ser repensados: canais de comunicação tradicionais foram deixados de lado e a possibilidade de uso das novas tecnologias permitiu que os processos de comunicação fossem reformulados. Assim, cada vez mais, se reinventa e se muda a maneira de se comunicar. Como resultado, há um maior número de interações pelas mídias e pelas redes sociais, levando a uma mudança de comportamento por parte de técnicos e agricultores diante da nova

realidade, onde a comunicação ocorre por meio da utilização de aparelhos sonoros, audiovisuais e de multimídias.

Assim, sem desconsiderar as diferentes realidades e a existência de novas ferramentas de comunicação geradas pelo advento da internet, que se intensificou principalmente nesse período, foram incluídos no formulário, além do rádio, da televisão e do jornal, novas ferramentas como o Zoom para videoconferência, o Skype, o Cisco Webex, o WhatsApp, o Microsoft Teams, o Google meet, além de outros.

Desse modo, constatou-se que a internet foi o meio de comunicação mais utilizado, com 33% das respostas para disseminação e busca das informações necessárias, com 11% a televisão e também 11% o rádio. Seguida de 7% que utilizaram o Zoom para conferências e reuniões, juntamente com 7% das respostas para WhatsApp, 6% Google meet e 1% Team e 1% Skype. Cerca de 10% das respostas dizem respeito a outros canais, como, por exemplo, o telefone.

**Gráfico 1.** Meio de comunicação mais utilizado com os agricultores durante o período de pandemia



Fonte: Emater-Pará, 2020

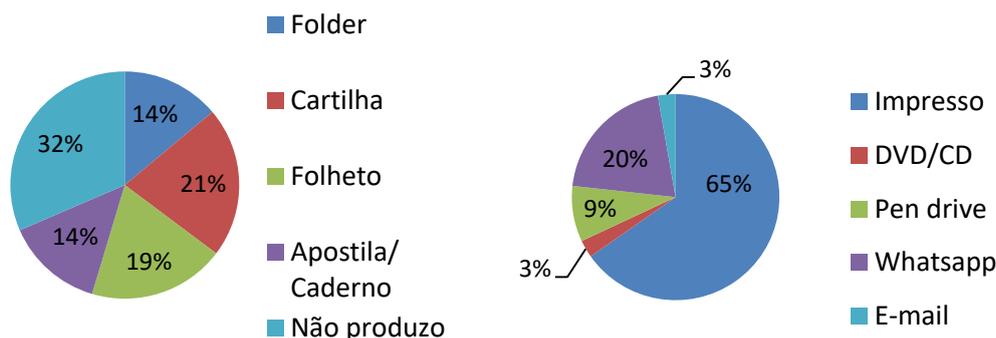
\*Outro: Telefone, e-mail, SMS.

Os multimeios utilizados para o registro das informações produzidas pela Instituição e necessárias para serem divulgadas aos agricultores, as publicações são outros meios muito utilizados, entre os quais se destacam os fôlderes, as cartilhas, os folhetos, as apostilas e os cadernos.

De acordo com a consulta realizada, entre os mais produzidos pelos extensionistas, destacam-se: as cartilhas com 21%, seguidas dos folhetos com 19%, das apostilas com 14%, dos fôlderes com 14%, sendo que aproximadamente 32% não produzem nenhum tipo de publicação.

Com relação ao suporte por meio dos quais foram produzidos e transmitidos, ainda prevalece o meio tradicional, que é o impresso, com 65% das repostas, seguido de 20% via WhatsApp. Cerca de 9% utilizam o pendrive como meio de transmissão e armazenamento, sendo que 3% ainda utilizam DVD/CD.

**Gráfico 2.** Tipo de Produção de publicação pelos técnicos da Emater-Pará e o meio de transmissão



Fonte: Emater-Pará, 2020

## CONCLUSÃO

Durante a pandemia do Covid-19, constatou-se que houve uma mudança de comportamento na sociedade como um todo, principalmente na maneira como as pessoas passaram a se relacionar. Como canal de comunicação entre os meios eletrônicos, a internet, passou a ser a mais utilizada nesse período e junto com ela vêm todas as suas ferramentas de comunicação.

Diante desse contexto, as instituições tiveram que se readequar para acompanhar as novas tendências que estavam sendo utilizadas. Na Emater do Pará não foi diferente. De acordo com a pesquisa realizada, os extensionistas passaram a se comunicar com os agricultores frequentemente via internet e, na maioria das vezes, utilizando seus próprios equipamentos pessoais como os aparelhos móveis – no caso o uso dos celulares – em substituição aos canais de comunicação tradicionais como televisão e rádio. Por outro lado, as cartilhas foram os tipos de publicações mais produzidas nesse período e o meio impresso foi a forma de divulgação mais utilizada.

## AGRADECIMENTOS

À Emater-Pará e aos extensionistas rurais que participaram da pesquisa realizada no período citado.

## REFERÊNCIA

CORRÊA, Cristiane Fonseca Costa; COSTA, Geiziane Miranda; LOPES, Ivanete Ferreira Alves; RIBEIRO, Raimundo Nonato da Silveira. **Resultado da consulta sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no serviço de ATER.** Marituba: EMATER - PA, 2022. 31p.



## ZAP RURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ATER EM MÍDIAS SOCIAIS

Filipe Espíndola<sup>(1)</sup>

Flavia Maria de Oliveira<sup>(2)</sup>

### RESUMO

O Zap Rural é uma experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) digital, dialógica, síncrona e assíncrona de divulgação de conteúdos nas redes sociais, no formato de vídeos curtos, objetivos, numa linguagem acessível. O foco de divulgação é na ferramenta de troca de mensagens WhatsApp, mas também é divulgado em outras redes sociais, como Facebook e Instagram. Os conteúdos divulgados no Zap Rural são de caráter técnico, social, ambiental ou qualquer outra temática ligada ao cotidiano do meio rural, mais especificamente à agricultura familiar e a suas relações com o mundo. Os conteúdos são criados pelos extensionistas, pesquisadores, agricultores familiares e outros profissionais que tenham algo para contribuir. Além da divulgação massal nas mídias sociais, esses materiais também são usados pelos extensionistas em situações específicas quando necessitam transmitir um determinado conteúdo para um agricultor.

**Palavra-chave:** Extensão Rural; Ater Digital; Agricultura Familiar; Conhecimento.

### INTRODUÇÃO

As tecnologias de comunicação e informação estão cada vez mais presentes nas vidas das pessoas em seus diferentes territórios. Segundo o Centro Regional de estudos para o desenvolvimento da sociedade da informação (CETIC), em 2020 65% dos domicílios rurais no Brasil tinham acesso à Internet e 80% dos domicílios rurais brasileiros possuíam celular. Nesse universo se destaca o uso das redes sociais, principalmente o WhatsApp, que possui fluxo de dados livre na maioria dos planos das operadoras. Esses números já vinham numa crescente e acreditamos que com o impacto da pandemia esses valores hoje cresceram consideravelmente. Com esse acesso à internet os agricultores familiares buscam informações, realizam pesquisas, qualificam-se, trocam mensagens entre si, trocam informações com assistência técnica privada e a ATER pública. Nesse movimento evolutivo, das diferentes formas de acesso à informação, a ATER Pública não pode ficar de fora. A necessidade de inserção no mundo digital ocorre através de diferentes métodos de extensão, como capacitações por meio de lives, vídeos informativos e redes sociais em geral.

A proposta de trabalho com o Zap Rural tomou forma após a participação das equipes, na capacitação on-line da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência e Setor Público Agrícola do Brasil (FASER) “Essencialidade da ATER Pública, Contexto Histórico e Desafios na Atual Conjuntura”, quando o professor Luis Fernando Soares Zuin apresentou dados de uma pesquisa que indicava que o agricultor prefere vídeos curtos e objetivos. Fez orientações relacionadas à forma de apresentação, como iniciar os vídeos com uma chamada direta remetendo ao assunto que será tratado e indo direto ao ponto.

1 Filipe Espíndola, engenheiro-agrônomo, extensionista rural

2 Flavia Maria de Oliveira, assistente social, extensionista social.



As equipes entenderam a importância de se iniciar com uma identidade visual, com uma vinheta e ser breve. Diante da possibilidade de produzir tais materiais, passou-se a pensar nos temas a serem trabalhados e, iniciadas as produções, lançado o primeiro Zap Rural, no dia 28 de março de 2022.

## **METODOLOGIA**

Numa proposta de comunicação dialógica, o Zap Rural vem para reforçar as ações de Ater digital das equipes municipais. Tem como proposta apresentar possibilidades de informações, onde a família rural acessa de forma rápida e fácil conhecimentos diversos, seja por meio de propostas de soluções, seja através de conhecimentos que lhe permitam buscar mais informações.

Ao todo, são mais de mil contatos que recebem duas vezes na semana, via WhatsApp, os vídeos produzidos pelas equipes municipais de Descanso e Pedras Grandes, Santa Catarina. As produções acontecem de forma remota, através de contatos virtuais entre as equipes dos dois municípios. Todo o conteúdo é repassado pelos extensionistas dos dois escritórios. Os contatos são mantidos via telefone ou computadores. As pautas são semanais e as produções acontecem poucos dias antes de serem lançadas. As produções são conduzidas pelos extensionistas que produzem textos, imagens e articulam parceiros para as produções. Não há custos para a produção, que é feita de forma amadora com equipamentos de uso pessoal de cada profissional, normalmente o próprio smartphone.

A informação emitida sempre contará com o arranjo social em que o receptor estará inserido. São sugestões de práticas voltadas ao cotidiano da agricultura familiar. São analisadas as questões existentes nas regiões onde os atores estão inseridos. Neste ano, por exemplo, a dengue voltou a ser uma situação crítica em todo o estado de Santa Catarina. Diante dessa situação, o Zap Rural trabalhou em duas peças informações pertinentes à questão. Numa primeira proposta, foi apresentada uma proposta de atenção com a Dengue também na área rural. De forma ilustrada, foram destacados os riscos e os principais cuidados que as famílias rurais precisam ter para eliminar possíveis focos do mosquito transmissor. Na sequência, em outra peça, foi apresentada a fabricação de um repelente natural contra os mosquitos, utilizando-se a planta Citronela, muito eficiente na repelência dos mosquitos.

O Zap Rural é um grandioso instrumento de preparação para o atendimento aos usuários. Em outro exemplo de peças produzidas, falamos no período de preparo de terrenos para os plantios. De forma fragmentada, apresentamos a necessidade de uma boa análise de solos, na sequência da necessidade de interpretação e calagem e ainda numa outra peça foram abordadas as diferenças entre os calcários existentes. Com todas essas informações, a família rural, antes mesmo de ir ao escritório municipal para buscar esse serviço, já tem um conhecimento prévio sobre o assunto, o que facilita a abordagem do tema.

Na mesma importância, recebemos as dicas e os conhecimentos dos agricultores familiares. Já foram produzidos Zap Rural com orientação de guarda de semente crioula, sobre o cultivo de chuchu e as práticas conservacionistas. Nesta proposta, as famílias rurais passam a ser as especialistas nos assuntos apresentados. São emissores e receptores em diferentes momentos e cenários. Ensinam e aprendem,



num processo constante de retroavaliação da experiência apresentada, onde os agentes envolvidos nessa comunicação visualizam a práxis de cada proposta apresentada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Até o presente momento foram produzidos 20 vídeos nos mais diversos assuntos: manejos e conservação do solo, controle e cuidados com o mosquito da dengue, sucessão familiar, saúde e qualidade de vida, produção para autoabastecimento, manejo de pomares, pecuária de leite e corte, sanidade animal e controle de insetos. Houve a participação de vários extensionistas, pesquisadores e agricultores nessas produções e a cada dia o número de parceiros é maior.

O projeto é recente e as equipes seguem buscando formas de estimar a dimensão do alcance dos conteúdos produzidos e de avaliar as diferentes dimensões do conhecimento ofertado. Porém, já são recebidos dos colegas extensionistas e famílias rurais diferentes retornos sobre a qualidade dos materiais, da objetividade dos mesmos. Muitos colegas extensionistas têm produzido peças com as famílias rurais dos seus municípios, enviando os materiais em grupos de WhatsApp gerenciados por eles ou de maneira pontual durante os atendimentos.

## **CONCLUSÕES**

O Zap Rural tem se mostrado uma excelente ferramenta de desenvolvimento sustentável da ATER pública, pois amplia as possibilidades de acesso à informação qualificada, atende os diferentes territórios rurais em suas singularidades e ultrapassa as barreiras físicas que impeçam o acesso da ATER tradicional aos locais. Qualifica o tripé da sustentabilidade, pois não onera quem emite ou quem recebe o conhecimento, num compartilhar de vivências sociais, visando ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. O relato de vários extensionistas sobre o uso dos materiais produzidos em seus trabalhos mostra que a ATER digital é complementar à ATER tradicional, sendo fundamental o uso dessas estratégias híbridas para garantir a sustentabilidade da ATER pública.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos inúmeros colaboradores do projeto que contribuem assistindo, compartilhando, sugerindo temas, redigindo materiais, encaminhando imagens, sugerindo melhorias e apoiando a iniciativa.



## **EXPERIÊNCIAS EM ATER DIGITAL DESENVOLVIDAS PELA EMATER-DF DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.**

Renato de Carvalho Lopes<sup>1</sup>  
Emater-DF - renato.lopes@emater.df.gov.br

Pedro Ivo Passos Braga<sup>2</sup>  
Emater-DF - coper@emater.df.gov.br

### **RESUMO**

Esse resumo tem o objetivo de apresentar algumas experiências institucionais em ATER digital desenvolvidas pela Emater, DF, durante a Pandemia de Covid-19, para atender o seu público beneficiário. Como metodologia, optou-se por coletar dados acessando notícias veiculadas pela página eletrônica oficial da Emater-DF e POR suas redes sociais. Foram também apuradas informações a partir de relatórios técnicos publicados pela empresa durante o período de pandemia de Covid-19. É possível verificar que a Emater, DF procurou ampliar e diversificar suas metodologias individuais e coletivas de ATER por mediação de diferentes ferramentas digitais e virtuais de comunicação para seguir atendendo os agricultores durante o surto mundial do novo coronavírus.

**Palavras-chave:** Extensão Rural; Assistência Técnica, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

### **CONTEXTO**

O objetivo deste resumo é apresentar algumas experiências relativas a intervenções individuais e coletivas de ATER que a Emater-DF e os extensionistas rurais têm realizado durante a pandemia de Covid-19, ilustrando parte das práticas da extensão rural que têm transformado as formas de planejar, organizar e agir da empresa e dos técnicos.

### **EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS**

Os dados apresentados neste trabalho foram coletados a partir de notícias veiculadas na página oficial da Emater-DF e em suas redes sociais como Facebook, Instagram e Youtube. Foram ainda analisadas informações dos relatórios de atividades técnicas publicados pela empresa referentes aos anos de 2020 e 2021. A seguir, são relatadas algumas experiências institucionais de Emater-DF no período em questão.

---

<sup>1</sup> Médico Veterinário - Extensionista Rural da Emater-DF

<sup>2</sup> Médico Veterinário - Extensionista Rural da Emater-DF – Coordenador de Operações (COPER).



## **1 - Documentos digitais**

Mesmo antes da pandemia de Covid-19, a Emater-DF tem procurado ampliar a emissão de documentos e registros em formatos digitais. Com o surto mundial, a empresa priorizou a emissão virtual de documentos, como formulários, certidões, declarações de atividade rural, carteirinha de produtor rural, dentre outros. Esses arquivos têm sido enviados aos beneficiários por meio de e-mail e WhatsApp. Para a empresa, estas ações passaram a garantir maior agilidade nos diversos processos burocráticos cotidianos dos agricultores trabalhadores rurais e de suas famílias, reduzindo o gasto financeiro com transportes, oferecendo maior comodidade e inclusão social de pessoas que têm dificuldades ou limitações temporárias ou permanentes para se locomover.

## **2 - Acesso ao conhecimento**

A Emater-DF tem disponibilizado ao seu público um amplo material técnico que pode acessado gratuitamente através de download em sua biblioteca virtual<sup>3</sup>. São mais de 100 títulos entre documentos técnicos, artigos científicos, fôlderes, dissertações e teses sobre variados temas relacionados a extensão rural, produção agrícola e pecuária, benefícios sociais e políticas públicas, dentre outros, muitos destes produzidos pelo próprio corpo técnico da empresa.

## **3 - Estreitamento da Comunicação Rural**

A Emater-DF tem procurado estreitar as formas e os caminhos comunicacionais remotos entre os agricultores e seu corpo técnico através de redes sociais, plataformas e ferramentas de atendimento individual e coletivo de troca de mensagens instantâneas de texto, imagem, áudio e vídeo, como WhatsApp, Telegram, Google Meet, etc. Isso tem se acentuado nos últimos 24 meses a partir do fornecimento aos extensionistas de diferentes dispositivos eletrônicos móveis com acesso à conexão de internet custeada pela empresa como notebook, tablets e smartphones. Em 2021, a Emater-DF realizou mais de 41 mil ações individuais por meio de recursos digitais (teleatendimentos). Contabilizam-se ainda mais de cinquenta metodologias coletivas, como cursos virtuais, webnários, videoconferências, dentre outras (EMATER, 2021).

## **4 - Atividades Assíncronas de ATER**

Nas atividades assíncronas de ATER, a empresa tem concentrado esforços na produção de vídeos de conteúdo técnico de diversas áreas (agrícola, pecuária, culinária, artesanato, benefícios sociais, gestão e administração rural etc.), que ficam disponíveis em suas redes sociais do Instagram e do YouTube. A conta de Youtube da Emater, DF está oficializada desde 2014 e, recentemente, em maio de 2022, possui cerca de 7,56 mil inscritos, mais de 160 vídeos publicados e 314 mil visualizações totais. Vale citar, por exemplo, que o vídeo técnico mais visualizado do canal aborda o tema “produção intensiva de peixes em tanque ferro-cimento” e foi assistido aproximadamente 153 mil vezes pelos dados computados em maio de 2022;

<sup>3</sup>Acesso através do link: <http://biblioteca.emater.df.gov.br/jspui/>



## **5 - Eventos Remotos Síncronos e Assíncronos**

Em ações síncronas (lives e webnários), mas que também podem ser gravadas e posteriormente disponibilizadas nas redes sociais para acesso assíncrono, um evento desta natureza que vale trazer como um evento desta natureza em ATER a “Festa do Morango Digital”. O evento ocorre regularmente com o apoio da Emater-DF desde 2005 na cidade satélite de Brazlândia e, devido à pandemia, em 2020 foi organizada em formato totalmente digital. Foram realizados cursos e palestras sobre plantio, cultivo, colheita e comercialização de morango, lives com receitas culinárias feitas por agricultores e extensionistas, venda de morango e derivados por meio de aplicativos onde consumidores entravam em contato direto com produtores rurais etc. O evento beneficiou diretamente cerca de 225 produtores de morangos, entre convencionais e orgânicos, no Distrito Federal. O setor gera mais de 1.500 empregos e o Valor Bruto de Produção do morango atinge cerca de R\$ 82 milhões por ano no Distrito Federal.

## **6 - Desenvolvimento de aplicativo e plataformas virtuais**

Sobre o planejamento e desenvolvimento de ferramentas digitais pela própria empresa, destacam-se aqui duas iniciativas:

6.1 A primeira trata-se do lançamento em 2019 do aplicativo para smartphones (iOS e Android), que inicialmente fora denominado “DF RURAL”. Atualmente, a partir de março de 2020, ele fora substituído pelo aplicativo chamado “EMATER-DF”. A plataforma, que foi desenvolvida pela própria empresa e pode ser baixada gratuitamente, tem o objetivo de desburocratizar a vida dos produtores rurais atendidos pela instituição. Dentre suas diversas funcionalidades, evidencia-se o acesso ao banco de empregos disponíveis na área rural; o acesso aos valores médios atuais dos produtos agropecuários e dos preços praticados nos últimos meses no CEASA-DF e no mercado nacional; o acesso a documentos diversos, como a carteirinha de produtor rural; e o acesso a uma caderneta de campo virtual onde os agricultores podem inserir dados de seus cultivos, como data de plantio, variedade ou cultivar, peso líquido, aplicações de defensivos agrícolas, informações sobre colheita etc. Ao final do processo, após o lançamento da colheita no aplicativo, o sistema gera uma etiqueta com identificação “QR code” que pode ser incluída na embalagem do produto conforme determina o programa de “Rastreabilidade de Produtos Agrícolas” do Ministério da Agricultura (Mapa).

6.2 - A segunda iniciativa refere-se ao lançamento, no mês de junho de 2020, da página de Internet denominada “Põe na Cesta”, que tem como objetivo reunir os produtores rurais do Distrito Federal num mesmo ambiente digital e permitir que consumidores que anseiam por produtos de qualidade, provenientes da área rural, possam obter informações sobre quem produz, como, onde e quando o fazem (EMATER-DF, 2020). A proposta é aproximar a área urbana da área rural num espaço onde os agricultores familiares possam divulgar seus produtos agropecuários e derivados, artesanatos, turismo rural etc., postar seus contatos pessoais e comerciais, anexar fotos e informações de seu interesse a fim de negociar diretamente com o consumidor interessado. A criação desta plataforma já era planejada pela empresa antes da pandemia de Covid-19, mas o momento fez a empresa acelerar seu lançamento. Dados de maio de 2022 mostram que a



plataforma “Põe na Cesta” está com 491 produtores rurais cadastrados, tendo recebido mais de 60 mil acessos nos últimos 12 meses. Isso tem se refletido diretamente em oportunidades de negócios, onde produtores têm relatado até 25% de incremento em suas vendas no varejo.

Finda-se este resumo trazendo a reflexão de que são muitos os desafios enfrentados pela extensão rural e seus trabalhadores no que se refere à implementação de ações em ATER digital. Há de se considerar os problemas de acesso e conectividade nas áreas rurais e urbanas periféricas do país; os problemas relativos à exclusão e letramento digital das pessoas que moram e trabalham no meio rural; a necessidade de suporte, capacitação contínua e fornecimento de equipamentos e serviços adequados aos técnicos para ações de ATER; os possíveis problemas relativos ao aumento de jornada, carga e volume de trabalho diário dos profissionais que trabalham de modo remoto e digital; as questões éticas e morais sobre os limites das práticas de ATER que podem ou não acontecer em ambiente digital; e, ainda, os problemas sobre a segurança dos dados de pessoas físicas e jurídicas que são acessados cotidianamente pelas entidades públicas de ATER do país (LOPES, 2021).

Logo, ressalta-se a importância de mobilização da sociedade civil para superar esses entraves, buscando, assim, sobressair o reconhecimento sobre as vantagens e oportunidades que o emprego das múltiplas ferramentas digitais pode criar na geração de emprego e renda e na melhoria na qualidade de vida das pessoas, famílias e demais coletivos sociais que vivem “do” e “para” o campo.

## REFERÊNCIAS

EMATER-DF. **Relatório de Atividades 2020**. 2020. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/RAT-EMATER-DF-2019.pdf>. Acesso em 03 mar. 2022.

EMATER-DF. **Relatório de Atividades 2020**. 2021. 2021. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio-de-Atividades-2021.pdf>. Acesso em 03 mar. 2022.

LOPES, Renato de Carvalho. **A ação extensionista frente aos desafios da Ater digital: Uma análise sobre a Emater-DF**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa – UFV. 2021.



## SUPORTE TÉCNICO DA EMATER-DF AOS EXTENSIONISTAS RURAIS EM AÇÕES DE ATER DIGITAL NA PANDEMIA DE COVID-19<sup>1</sup>

Renato de Carvalho Lopes<sup>2</sup>  
Emater-DF - renato.lopes@emater.df.gov.br

Prof. Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Viçosa - PPGER-UFV - marcelo.romarco@ufv.br

### RESUMO

Este trabalho apresenta as percepções dos extensionistas rurais sobre as ações de suporte técnico da Emater-DF para as atividades de extensão mediadas por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) durante a Pandemia de Covid-19. Foram aplicados questionários por meio da plataforma virtual Google Forms entre março e abril de 2021. Tomou-se como sujeitos os técnicos que se encontravam realizando atividades mediadas por TDICs junto ao público da empresa. Obtiveram-se 52 respostas, ou seja, 51,5% do efetivo. Como resultado, notou-se que os extensionistas apontaram ter recebido suporte satisfatório da Emater-DF em serviços e materiais para realizar ações de ATER no âmbito digital.

**Palavras-chave:** Extensão Rural; Ater Pública; TDICs.

### INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico de equipamentos e serviços de telefonia e informática alcançados nas últimas décadas, o serviço brasileiro de assistência técnica e extensão rural, que historicamente emprega ferramentas de informação para atender o seu público, também passou a se apropriar das múltiplas plataformas digitais e virtuais de comunicação para complementar, mesclar ou substituir parte das suas atividades cotidianas junto aos beneficiários da ATER (ESTEVIÃO; SOUSA, 2020; GODOY; SANSSANOVIEZ; PEZARICO, 2020).

As atividades presenciais e remotas de ATER que usam Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) de forma síncrona ou assíncrona nas metodologias individuais e coletivas que envolvem a difusão, a troca e a construção de saberes no processo de ensino-aprendizagem entre extensionistas e agricultores, têm sido tratadas nas esferas acadêmicas, políticas e institucionais como “ATER digital” (EMATER-MG, 2020; LOPES, 2021).

---

<sup>1</sup> Este trabalho é um extrato da dissertação de mestrado defendida pelo primeiro autor e orientada pelo segundo autor, no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa-MG (PPGER-UFV).

<sup>2</sup> Médico Veterinário - Extensionista Rural da Emater-DF.

<sup>3</sup> Cientista Social e Professor do Dep. de Economia Rural da UFV e do PPGER-UFV.



As ações de ATER digital têm se mostrado de suma relevância no decorrer da pandemia de Covid-19, a qual passou a afetar o planeta desde o fim de 2019. A doença tem provocado milhões de mortes e graves sequelas socioeconômicas pelo mundo. Buscando conter sua disseminação, autoridades sanitárias passaram a recomendar medidas de distanciamento social, o que fez aumentar o uso de recursos digitais para promover a comunicação sem a presença física das pessoas (AQUINO *et al.*, 2020; BEZERRA *et al.*, 2020).

Assim, este trabalho motiva-se pelo interesse em investigar as percepções<sup>4</sup> dos extensionistas rurais sobre o suporte e a assessoria que receberam para os seus trabalhos de ATER mediados por TDICs durante da Pandemia de Covid-19. Tomou-se como *locus* e sujeitos, respectivamente, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) e seus extensionistas.

## METODOLOGIA

O trabalho tratou-se de um estudo de caso e fora aprovado pelo Comitê de Ética da UFV<sup>5</sup>. Foi realizado junto aos extensionistas da Emater-DF, empresa fundada em 1978 e que se apresenta como o principal instrumento do Governo do Distrito Federal para realizar as atividades de ATER e políticas públicas em prol do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar da sociedade de Brasília e seu entorno (EMATER-DF, 2018). Na época desta pesquisa (em 2021), a empresa contava com 101 extensionistas trabalhando diretamente nos escritórios locais e em atividades de campo. Foram facultados a esses técnicos questionários aplicados por meio da plataforma Google Forms contendo 54 questões, sendo 50 de múltipla escolha e 4 questões abertas. Obtiveram-se 52 respostas, representando 51,5% de participação efetiva dos extensionistas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Questionados sobre os equipamentos e dispositivos eletrônicos que lhes foram disponibilizados pela Emater-DF para suas ações de ATER, observou-se que todos os profissionais receberam algum tipo de aparelho fornecido pela empresa. Na Tabela 01, onde os participantes poderiam marcar mais de uma opção, nota-se que 98,1% dos técnicos estavam de posse de tablets e 59,6% receberam algum tipo de computador portátil (notebook, laptop, ultrabook etc.).

---

<sup>4</sup> Reconhecendo a complexidade e a pluralidade de interpretações que o conceito de “percepção” trás, nesse trabalho a ideia de percepção inspira-se nos trabalhos de Tim Ingold (2008) como um processo que envolve dimensões do ver e ouvir, a partir das quais os seres humanos entendem os fenômenos em sua volta.

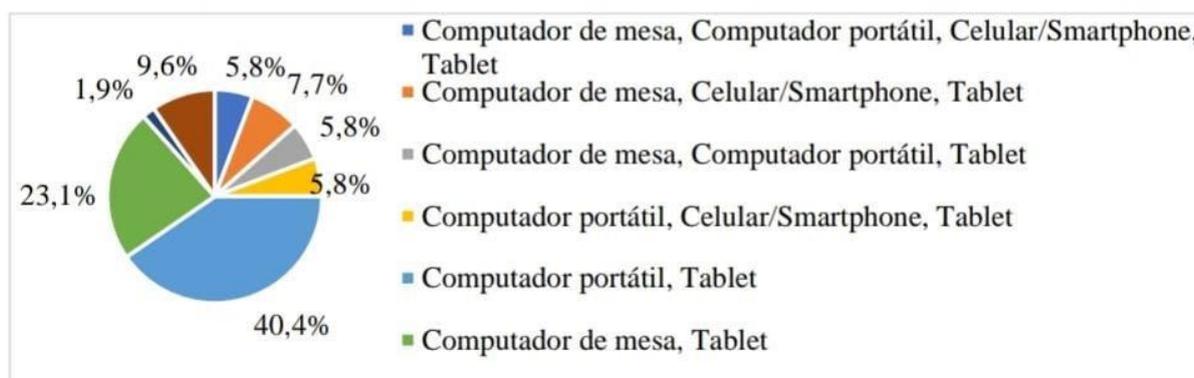
<sup>5</sup> Parecer Consubstanciado do CEP – UFV n° 4.593.471, emitido no dia 16 de março de 2021.

**Tabela 1.** Número de dispositivos eletrônicos disponibilizados aos extensionistas

Tipo de Dispositivo	Nº Extensionistas	%
Nenhum	0	0%
Celular/ <i>Smartphone</i>	10	19,2%
Computador de mesa	22	42,3%
Computador portátil ( <i>notebook, laptop, ultrabook, etc.</i> )	31	59,6%
<i>Tablet</i>	51	98,1%

No gráfico 01, 88,5% dos participantes indicaram ter recebido dois ou mais dispositivos eletrônicos.

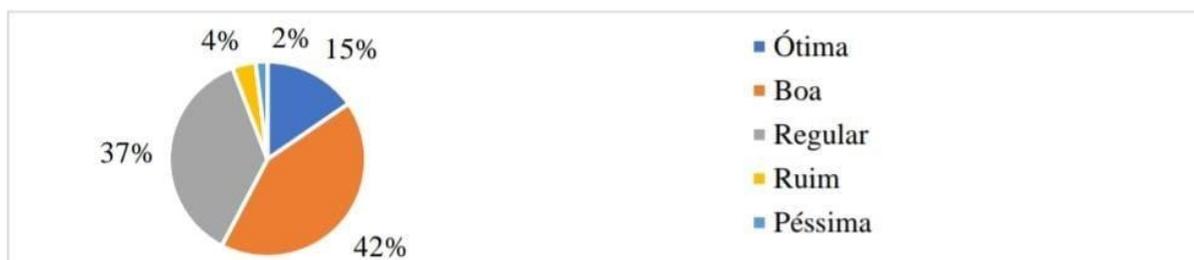
**Gráfico 01.** Dispositivos eletrônicos fornecidos pela Emater-DF aos extensionistas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Perguntados se os dispositivos fornecidos pela Emater-DF possuíam algum serviço de conexão à Internet custeado pela empresa, todos os extensionistas indicam ter recebido. No Gráfico 02 é observado que para 42% a qualidade do serviço de internet foi considerada boa e para 15%, ótima. Apenas 4% e 2% consideraram ruim e péssima, respectivamente.

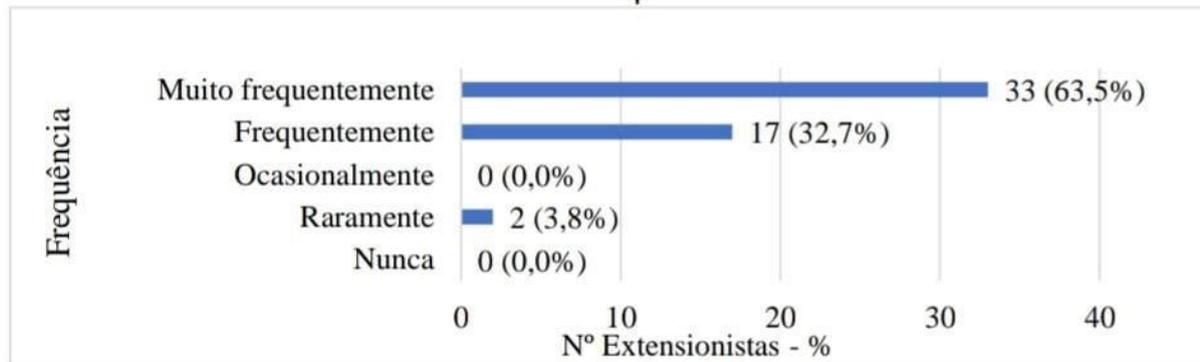
**Gráfico 02.** Qualidade do serviço de Internet em dispositivos fornecidos pela Emater-DF



Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Apesar de todos os extensionistas terem recebido algum dispositivo com conexão à Internet, constatou-se que a maioria também usava seus aparelhos particulares em atividades de ATER. No Gráfico 03 observa-se que 96,2% (63,5% + 32,7%) dos profissionais usam frequentemente seus aparelhos próprios.

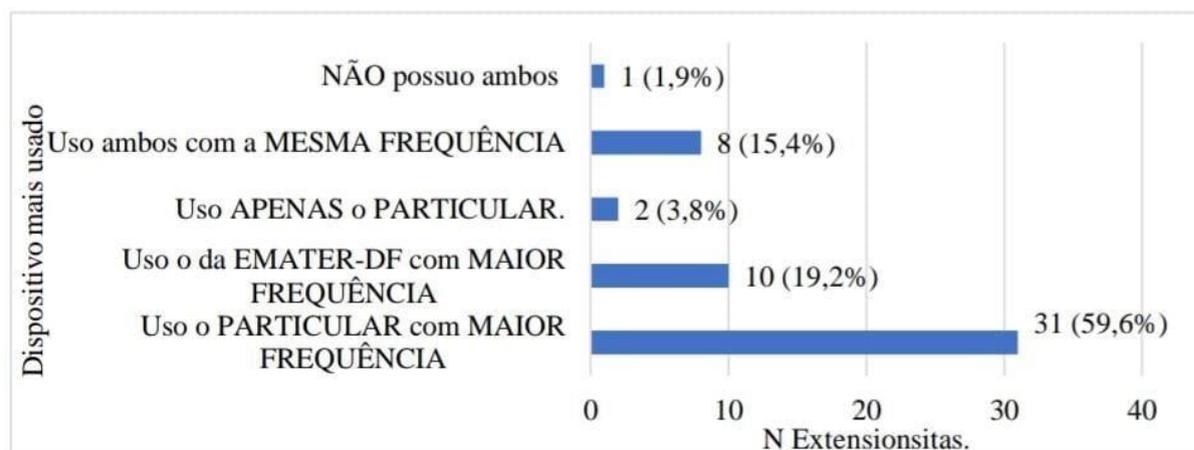
**Gráfico 03.** Frequência de uso de dispositivo móvel particular do extensionista rurais



Fonte: Dados de pesquisa, 2021

Foi indagado se, caso o participante tivesse tanto um dispositivo móvel particular quanto outro fornecido pela Emater-DF, qual destes eram mais utilizados para suas atividades cotidianas de ATER. O Gráfico 04 mostra que 59,6% dos extensionistas usavam o aparelho próprio com maior frequência do que o fornecido pela empresa; 15,4% usavam ambos com a mesma frequência e outros 19,2% usavam mais o dispositivo disponibilizado pela Emater-DF do que o particular.

**Gráfico 04.** Dispositivo eletrônico mais usado pelos extensionistas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021

O uso mais frequente de dispositivos particulares para atividades de ATER digital pode ter relação tanto à praticidade de manejar um único aparelho eletrônico ao

invés de vários, concentrando as suas necessidades laborais e pessoais nele, quanto ao fato de que os aparelhos fornecidos pela Emater-DF possivelmente não possuíam as mesmas funcionalidades, aplicabilidades ou qualidade de conexão à Internet que os aparelhos particulares dos técnicos.

Perguntou-se a opinião dos participantes sobre o suporte técnico que a Emater-DF havia fornecido a eles até aquele momento de pandemia para o uso de recursos digitais e virtuais na execução de metodologias de ATER de alcance coletivo. Ou seja, indagava-se se auxílio que a empresa prestava aos técnicos para o uso e aplicação de plataformas e redes sociais como Youtube, Instagram, Google Meet, Zoom dentre outros, era suficiente para realizar reuniões, cursos e demais atividades de encontros remotos entre extensionistas e agricultores de maneira remota e virtual. No Gráfico 05, observa-se que 44% consideravam este suporte bom ou ótimo, e 40% julgaram regular. Outros 16% apontaram que era ruim (10%) ou péssimo (6%).

**Gráfico 05.** Opinião sobre suporte e a assessoria da Emater-DF para ações coletivas em ATER digital



Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Nota-se que, para cerca de metade dos profissionais respondentes, a empresa prestou um adequado suporte técnico em relação ao uso e à aplicação das ferramentas digitais anteriormente descritas para a execução de atividades coletivas de ATER digital.

## CONCLUSÕES

Tomado como uma fração de um estudo mais amplo, este resumo aponta que os extensionistas rurais da Emater-DF têm a percepção que receberam um adequado suporte técnico de serviços e materiais para execução de suas atividades de ATER digital no período de pandemia de Covi-19. Foi possível inferir ainda que os técnicos seguem demandando por suporte técnico e capacitações, especialmente em relação ao uso de plataformas e ferramentas digitais de comunicação coletiva junto aos agricultores e suas famílias, para, assim, manterem a prestação de serviço público, gratuito e de excelência em ATER.



## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020.
- BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos *et al.* Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2411-2421, 2020.
- EMATER-DF. **Estatuto Social da Emater-DF**. 2018. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Novo-Estatuto-atualizado.pdf>. Acesso em: 6 mar 2022.
- EMATER-MG. **Mexpar 4.0**: ATER digital conectando pessoas. Belo Horizonte: Emater- MG, julho 2020. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=48445>, Acesso em: 3 mar. 2022.
- ESTEVÃO, P.; SOUSA, D. N. de. Scientific communication: the appropriation that rural extension workers make of the new vehicles of communication through of the web. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e418985624, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.5624. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5624>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- GODOY, W.I.; SANSSANOVIEZ, A.; PEZARICO, G. Limites e possibilidades do uso das TIC's pela agricultura familiar na região Sul do Brasil. **Redes (St. Cruz Sul Online)**, v.25, Ed. Especial 2, p.2086-2104, 2020.
- INGOLD, Tim. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano. **Ponto Urbe**. V. 3. 2008.
- LOPES, Renato de Carvalho. **A ação extensionista frente aos desafios da Ater digital: Uma análise sobre a Emater-DF**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa – UFV 2021.



## COMUNICAÇÃO NA EPAGRI: DESTAQUE PARA O CANAL DE YOUTUBE

Renata Murara Vieira<sup>1</sup>

Epagri – [renatavieira@epagri.sc.gov.br](mailto:renatavieira@epagri.sc.gov.br)

Eonir Teresinha Malgaresi<sup>2</sup>

Epagri - [eonir@epagri.sc.gov.br](mailto:eonir@epagri.sc.gov.br)

**Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**

### RESUMO

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) sempre investiu na comunicação. A empresa mantém um programa de rádio e um programa de TV no ar há mais de 50 anos. Em 2014 a produção audiovisual da Epagri conquistou a internet através do YouTube. Desde então o Youtube se tornou uma poderosa ferramenta de democratização da pesquisa científica e de aprendizado para as famílias do meio rural e pesqueiro e até mesmo para a sociedade urbana.

**Palavras-chave:** comunicação Epagri, audiovisual Epagri, audiovisual Ater Pública

A agricultura passa por transformações. As inovações surgem para oferecer proteção, segurança, conforto, rentabilidade e saúde. Para quem produz, para quem consome e para o meio ambiente. Empresas públicas de pesquisa agropecuária e extensão rural são fundamentais para propiciar rentabilidade no campo com desenvolvimento sustentável. Em Santa Catarina esse serviço é prestado há mais de 60 anos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri.

Vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, a Epagri foi criada em 1991 e uniu os trabalhos de pesquisa e extensão rural e pesqueira, somando décadas de experiência em diferentes áreas e fortalecendo ainda mais o setor. A empresa tem como missão “Conhecimento, tecnologia, e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade”.

O reconhecimento do trabalho da pesquisa e da extensão rural é imprescindível. Por isso, cada vez mais é necessário que as informações produzidas nos laboratórios, nos campos experimentais, nas estações de pesquisa e difundidas pela extensão rural sejam compartilhadas com a sociedade.

Ao longo de sua história, a Epagri sempre investiu em comunicação rural, como uma estratégia para que as famílias de agricultores e pescadores tivessem acesso às informações inerentes ao universo rural e pesqueiro, podendo assim conquistar melhor qualidade de vida no campo e no mar.

---

<sup>1</sup> Favor inserir formação e dados das autoras conforme os demais resumos

<sup>2</sup> Favor inserir formação e dados das autoras conforme os demais resumos



Em 1971, a empresa inovou e popularizou conhecimento com a transmissão do programa de rádio Panorama Agrícola, o qual é transmitido de segunda a sexta, com 10 minutos de duração e abrangência estadual. No ar há mais de 50 anos, o programa acompanha as evoluções tecnológicas, mas sua essência continua a mesma: informação acessível, de qualidade, que chega diretamente aos lares das famílias rurais e pesqueiras por meio do rádio e da plataforma de streaming.

Mais jovem que o rádio, porém, com mais de 40 anos no ar, a televisão rural também é um canal prioritário da Epagri para levar informação ao campo e ao mar. Atualmente, a empresa produz o programa de televisão *SC Agricultura*, com 30 minutos de duração, transmitido em rede nacional pelo Canal Terra Viva e outros 26 canais de TV a cabo, semanalmente.

O *SC Agricultura* e o *Panorama Agrícola* são programas dedicados à difusão de conhecimentos e novas tecnologias desenvolvidas pela pesquisa agropecuária e pesqueira. Por meio da extensão rural, estas tecnologias proporcionam maior produtividade de maneira sustentável, com agregação de valor aos produtos e com a melhoria da qualidade de vida.

Depois desses dois grandes marcos na comunicação rural no estado, em 2014 a empresa trouxe mais uma inovação: a utilização da plataforma do YouTube – a maior plataforma de compartilhamento de vídeos na internet – para disseminar informação com credibilidade por todo o país. O canal do Youtube Epagri Vídeos é destinado às produções audiovisuais da Epagri e nele é possível encontrar as reportagens veiculadas no programa *SC Agricultura*. O canal cumpre várias funções, como: democratizar o acesso à informação científica gerada pela empresa, aumentar o alcance e a velocidade com que a informação chega até o usuário, consolidar-se como um espaço de interação entre usuários, seguidores, produtores rurais e técnicos da Epagri. Além disso, o canal tem papel estratégico como instrumento de marketing, sendo uma vitrine para a empresa promover seus serviços e se fazer presente no ambiente on-line.

O conteúdo audiovisual da empresa é disponibilizado a toda a sociedade para livre download e é utilizado de diferentes formas. Os técnicos da Epagri utilizam os vídeos educacionais nas capacitações no meio rural, compartilham com agricultores e os agricultores compartilham entre si. Professores utilizam o material em sala de aula, emissoras de TV utilizam os vídeos factuais da Epagri na veiculação das notícias do Estado. Os vídeos institucionais levam o nome da Epagri e são exibidos em eventos pelo mundo afora, mostrando a importância do trabalho da empresa.

Recentemente, o canal da Epagri no YouTube, com mais de 1.000 títulos postados, atingiu a marca de 271 mil inscritos e mais de 32 milhões de visualizações. O canal é hoje um dos mais conhecidos e populares do segmento.

Difundir para a sociedade os esforços empreendidos pelos pesquisadores e extensionistas na busca de soluções aos problemas econômicos, sociais e ambientais são desafios constantes da comunicação da Epagri. Mais que isso: trata-se de um compromisso, uma responsabilidade em transmitir, com linguagem simples e direta, a importância do conhecimento para o avanço da sociedade.

A veiculação dos conteúdos no canal do YouTube cria um vínculo e estreita a relação entre a Epagri e a sociedade. Para Jenkins (2015), no que se refere à



pesquisa científica, o material audiovisual cumpre a função de aproximar o espectador de conceitos científicos e elementos técnicos que, muitas vezes, são considerados de complexo entendimento em uma explicação mais teórica.

A inclusão dos materiais no Youtube dinamizou todo o trabalho da empresa. Extensionistas rurais, sociais e pesquisadores geram demandas que são atendidas pela equipe do setor de TV, que inclui três novas matérias por semana do canal do YouTube.

De acordo com Mortimer (1996), citado por Izarias (2019), quando o conteúdo dos vídeos associa os conhecimentos técnicos e científicos ao contexto sociocultural dos espectadores, de modo a tornar a aprendizagem mais significativa e prazerosa, a compreensão e o interesse pelo assunto são ainda maiores. Para Kampff (2008) (apud OLIVEIRA, 2016), no meio audiovisual são apresentadas informações através de uma linguagem dinâmica de formato multimídia, ajustando imagem, áudio, texto e movimento. Assim, os vídeos são ferramentas capazes de oportunizar a aprendizagem a indivíduos com estilos cognitivos diferentes, podendo englobar várias representações de um mesmo assunto.

Citamos a seguir algumas experiências de destaque do canal de Youtube da Epagri.

- Com mais de 2,5 mil visualizações, o vídeo “Pitaia: como produzir” é o material mais visualizado do canal. Ele apresenta ainda mais de 1,5 mil comentários, perguntas, elogios e considerações. O vídeo trata do passo a passo para a produção de pitaia, fruta que na época da publicação do vídeo (2019), era uma novidade. Agricultores se interessaram pela planta por ser rústica e por ter alto valor de mercado. No vídeo, o pesquisador da Epagri Alessandro Lone explica, de forma simples, o cultivo da fruta do começo ao fim do seu ciclo.

- O vídeo “Carneiro Hidráulico Epagri – instalação e montagem” foi o segundo mais visualizado, atingindo a marca de mais de 2,2 mil visualizações. O carneiro hidráulico é uma alternativa para as famílias rurais que necessitam bombear a água morro acima. O equipamento é de baixo custo e não usa energia elétrica ou combustível para o seu funcionamento. O extensionista rural da Epagri Elcio Pedrão, do município Frei Rogério, criou um modelo em que utiliza peças e conexões disponíveis no interior, facilmente encontradas em lojas de material de construção.

- O vídeo apresenta as peças necessárias, como construir o equipamento e como instalar na propriedade rural. Tudo isso, de maneira didática e de fácil entendimento, para que a tecnologia possa ser adotada pelo agricultor. A veiculação ocorreu no programa de TV SC Agricultura e a postagem no canal do YouTube.

Os impactos do vídeo são surpreendentes! Relatos do extensionista rural indicam que, após a divulgação da tecnologia na TV da Epagri e a postagem no YouTube, ele recebeu mais de 50 mil ligações telefônicas, mais de 20 mil mensagens por WhatsApp e mais de 40 mil e-mails.

A busca por informações adicionais e o interesse em construir ou até mesmo em adquirir o equipamento vieram do mundo todo.

Além de enviar para todos os estados brasileiros, Elcio também forneceu carneiro hidráulico para 11 países. (Estados Unidos, Guatemala, Venezuela, Argentina, Paraguai, Uruguai, Angola, Portugal, França, Romênia e Japão).



Cada vez mais, o YouTube deixa de ser um acessório para se tornar uma ferramenta central nas estratégias de comunicação da ATER pública. Dada sua capacidade de alcance em diferentes públicos e plataformas, além do baixo custo para a veiculação de vídeos, torna-se prioridade para as organizações manter presença ativa nessa plataforma.

O canal Epagri Vídeos no YouTube é considerado uma fonte de informação importante, quando não a principal, quando se trata de mecanismos para difundir informação sobre pesquisa e extensão agropecuária. A tendência de aumento da importância da plataforma no meio rural deve acentuar-se com o aumento da disseminação da internet no interior do país, onde está a maioria dos agricultores, inclusive no estado de Santa Catarina.

O sucesso do canal Epagri Vídeos, assim como outras iniciativas similares encontradas no YouTube, pode ser amplificado por meio de ações de baixo custo e alto impacto, através do ajuste de configurações e das formas de se apresentar e promover os conteúdos já disponíveis na plataforma, assim como para novas produções do futuro.

## REFERÊNCIAS

IZARIAS, Nilma Silvânia et al. **Produção audiovisual no ensino de química: uma forma de democratizar a construção do conhecimento**. 2019.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. Aleph, 2015.

OLIVEIRA, Priscila Patrícia Moura. O YouTube como ferramenta pedagógica. **SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância**, 2016.



## EXTENSÃO RURAL E PANDEMIA: UMA ANÁLISE DO PASSADO E PRESENTE

Emanoel Chequetto<sup>1</sup>; Edion Maiquel Dubberstein<sup>2</sup> Associação dos

Servidores do Incaper - Assin - Espírito Santo

emanoel.chequetto@incaper.es.gov.br; edion.dubberstein@incaper.es.gov.br

### RESUMO

O presente artigo visa contribuir para a construção de um breve debate sobre a história da assistência técnica e da extensão rural no Brasil, desde a década de 1940, bem como busca abranger o momento que vivenciamos com a pandemia da Covid-19, para podermos, ao menos em parte, conjecturarmos um futuro. Neste futuro é necessário o investimento em inclusão e tecnologia digital dentro de um processo de construção multifacetada. Em função disso, os processos de comunicação nas organizações de ATER necessitam ser revisados em suas estratégias de produção de conteúdo, bem como em sua forma de interação com o público. Desta forma, ao trazer estes questionamentos, exprimimos o sentimento de transformação, de potencializar a partir de políticas públicas que envolvam atores sociais como protagonistas no processo de construção de projetos e compartilhamento de conhecimento. Neste sentido, é evidente que a ampliação das políticas públicas de ATER está diretamente relacionada com a melhoria da qualidade de vida da população rural.

**Palavras-chaves:** ATER digital; Covid-19; Atendimento remoto.

### INTRODUÇÃO

Ao longo da história do desenvolvimento agrícola no Brasil, os serviços de ATER passaram por mudanças importantes. Em um primeiro momento, tiveram como papel a difusão de tecnologias e a industrialização do meio rural, o que levou à “Revolução Verde”, com foco nas altas produtividades, utilizando o apelo do crescimento populacional e combate à fome (DIESEL et al., 2007).

Nesse cenário, a extensão rural no Brasil nasce sob o comando do capital, com forte influência norte-americana. Assim, era fundamental “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária, com isso ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento. Um modelo “tecnicista”, isto é, com estratégias de desenvolvimento e intervenção que levam em conta apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as questões culturais, sociais ou ambientais. Com raízes “difusionistas”, pois visa apenas divulgar, impor ou estender um conceito, sem levar em conta as experiências e os objetivos das pessoas atendidas (LISITA, 2022).

<sup>1</sup>Extensionista, Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, ELDR Boa Esperança-ES.

<sup>2</sup>Extensionista, Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, ELDR Vila Valério-ES.



Devido às consequências dessa industrialização do rural, aliada à compreensão da limitação dos sistemas produtivos e ao entendimento da limitação dos sistemas biológicos, deu-se início um processo de repensar a extensão rural pública no Brasil, sendo então intensificada a discussão a partir dos anos 1990. Iniciou-se a busca por um modelo de agricultura que respeitasse as dimensões da sustentabilidade e que englobasse a agregação de valor aos produtos com respeito às condições ambientais e a valorização dos saberes locais (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

Nesta condição, balizadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER), a ATER inicia uma reorganização na busca por bases sustentáveis na agricultura, reavaliando inclusive as metodologias até então desenvolvidas pela extensão rural. Buscar uma metodologia de trabalho com alternativas, como a agroecologia, é a base para a nova extensão rural, socialmente mais justa, ambientalmente mais aceitável e que possa dar conta das fragilidades deixadas pelo modelo produtivista (SILVA et al., 2013).

No Brasil e em todo o mundo, a partir de março de 2020, a pandemia da Covid-19 surpreendeu todos os setores socioeconômicos, impactando no funcionamento de estabelecimentos privados e governamentais. O setor agropecuário e os órgãos oficiais e privados de ATER não fugiram à regra. Na agricultura familiar, por exemplo, o isolamento social e a proibição do funcionamento de escolas e outros estabelecimentos comerciais em alguns municípios do Brasil resultaram na interrupção da comercialização de produtos para suprir as escolas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para restaurantes, além de limitar o contato com os consumidores diretos através das feiras (SILVA et al., 2020).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste artigo foi realizada através de revisão bibliográfica. O estudo deste trabalho consistiu em fundamentações, ideias e pressupostos de autores que contribuem com significativa importância na discussão e construção dos conceitos apresentados. Para tal objetivo, foram feitas análises de fontes primárias e secundárias, como relatórios técnicos, dissertações, artigos, trabalhos acadêmicos, livros e afins, aqui selecionados.

Este método de questionamento favorece uma liberdade na análise que permeia por diversos caminhos do conhecimento, permitindo admitir vários arranjos no decorrer de sua elaboração e que, por fim, não nos conduz a uma resposta única e universal, mas nos apresenta indicativos possíveis.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A história inicial da extensão rural no Brasil, chamada de fase “humanismo assistencialista”, prevaleceu de 1948 até o início da década de 1960. Aumentar a produtividade agrícola, melhorar o bem-estar das famílias rurais com aumento da renda e a diminuição da mão de obra necessária para produzir –, esses eram os objetivos do extensionista. Os métodos extensionistas nessa época, apesar de levar



em conta os aspectos humanos, eram marcados por ações paternalistas. Isto é, não “problematizavam” com os agricultores, apenas procuravam induzir mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas (LISITA, 2022).

A partir da década de 1960, o modelo produtivo agropecuário adotado no Brasil foi implantado com uma ação conjunta organizada pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, universidades, órgãos de pesquisa e de extensão rural foram os responsáveis pelo desenvolvimento e introdução dos pacotes tecnológicos voltados para a utilização intensiva de insumos e máquinas, com o objetivo de aumentar a produtividade (DIAS, 2012).

Esta segunda fase, que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), chamada de “difusionismo produtivista”, baseava-se na aquisição de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). Uma das mudanças era implantar a mentalidade nos produtores do “tradicional” para o “moderno”. A extensão rural visava persuadir os produtores, para que esses adotassem as novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, bem como suas reais necessidades não eram levadas em conta. A extensão assumiu um caráter tutorial e paternalista (LISITA, 2022).

Segundo Dias (2012), do início dos anos 1980 até os dias atuais, devido principalmente ao término do crédito agrícola subsidiado, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica”. O “planejamento participativo” era um instrumento de ligação entre os extensionistas e os produtores, com base na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. Essa fase foi chamada de “humanismo crítico”. Tais metodologias de intervenção rural devem pautar-se por princípios participativos que levem em conta os aspectos culturais do público-alvo. A grande diferença de orientação entre as metodologias de extensão na era do “difusionismo produtivista” e da era do “humanismo crítico” é a questão da participação ativa dos agricultores.

Contudo, mesmo havendo uma legislação como a PNATER com orientação explícita de princípios participativos e de promoção da consciência crítica, a maioria das empresas de ATER, tanto oficiais quanto privadas, continua com a orientação difusionista produtivista, ou seja, “incluir” o agricultor familiar na lógica do mercado, com dependência de insumos industrializados e, em muitos casos, com produção de *commodities*.

Assim, em uma perspectiva da extensão rural, antes mesmo do impacto da pandemia, no que tange ao isolamento social e às medidas restritivas, havia vários questionamentos e os extensionistas se perguntavam: para onde marchava o modelo atual da extensão rural brasileira? Fato é que o número cada vez menor de extensionistas, a diminuição de capacitação e treinamentos, a carência de estrutura mínima de trabalho (computador, internet, veículos, etc.), a necessidade de acesso à informação de forma cada vez mais rápida e, por fim, o enfraquecimento das políticas públicas de ATER já eram uma realidade.

É inegável que a progressiva digitalização de atividades da sociedade contemporânea supõe ponderar o desafio da exclusão digital do meio rural. Numerosas opções no



mercado têm proporcionado que populações excluídas não só consumam conteúdos, mas também os compartilhem e até mesmo se apropriem de habilidades interativas. (RUDNICKI et al, 2021).

Atualmente, as entidades de ATER não conseguiram internalizar com a velocidade necessária as transformações que os meios digitais proporcionaram. É fácil perceber que a linguagem utilizada ainda se resume a manter um site oficial e contas em mídias sociais como, por exemplo, instagran e facebook, o que, para a atividade de extensão, tem apenas um papel limitado e informativo de notícias e eventos.

No entanto, como estratégia de mobilização e acompanhamento aos agricultores familiares, os extensionista utilizam, majoritariamente, seus recursos particulares como celular, internet móvel e aplicativos de uso pessoal de mensagens para atender as demandas dos agricultores. Este dinamismo nas interações fez com que os extensionistas fossem compelidos a retornar estes contatos, mesmo em horários fora do expediente, incluindo sábados, domingos, feriados e até mesmo nas férias, contribuindo assim para um acréscimo significativo nas atividades.

## CONCLUSÕES

A pandemia de Covid-19 acelerou exponencialmente a utilização de plataformas digitais. Esta interação promoveu uma transformação na sociedade, impactando diretamente na extensão rural. Por determinado período, os métodos de extensão conhecidos não puderam ser utilizados e novas ferramentas precisaram ser empregadas para tentar amenizar a situação. Assim, o mundo virtual eliminou várias barreiras, uma vez que a conexão digital entre os agentes de extensão e agricultores ocorre em uma enorme velocidade neste cenário ideal. Contudo, a exclusão digital do meio rural e a falta de equipamentos de suporte aos agentes de ATER representam um gargalo forte para que a extensão consiga chegar efetivamente aos agricultores familiares excluídos.

O desafio das entidades de ATER, dos órgãos de pesquisa agropecuária e das universidades consiste em construir estratégias que incluam as ferramentas digitais de forma a complementar as metodologias participativas dos serviços de extensão ofertados, aplicando novas tecnologias, valorizando sempre os conhecimentos dos agricultores de maneira dialógica e potencializando os processos participativos.

## REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (2004). **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre (RS) 2004.

DIAS, M. (2012). **Extensão Rural e Associativismo**. Disponível em: <http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/08-18-47-extensaoruraleassociativismo-parteii.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2022.



DIESEL, V.; FROELICH, J. M.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. (2007).  
Privatização dos Serviços de Extensão Rural: uma discussão (des) necessária?  
**Revista de Sociologia Rural**, UFRJ.

LISITA, F. O.. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Disponível  
em:

[https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuário/artigo\\_agropecuário/consideracoes\\_sobre\\_a\\_extensao\\_rural\\_no\\_brasil.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuário/artigo_agropecuário/consideracoes_sobre_a_extensao_rural_no_brasil.html). Acesso em 18 de abril de 2022.

RUDNICKI, C. et al. (2021). **TICs, extensão rural e comunicação para o Desenvolvimento**. Brasília (DF) UnB, 2021. Disponível em:  
<https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343538-TICS-EXTENSAO-RURAL-E-COMUNICACAO-PARA-O-DESENVOLVIMENTO>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

SANTOS T. dos; Zonin, W. J.; Lorenzon, C. F. (2021). Assistência técnica e extensão rural no COREDE médio alto Uruguai: análise dos desafios e controvérsias. Brasília, agosto de 2021.

SILVA A. M. da; Pinto F. B.; PINHEIRO B. B.; (2021). **Estratégias da extensão rural oficial para atendimento remoto em época de pandemia no Espírito santo**. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343298-estrategias-da-extensao-rural-oficial-para-atendimento-remoto-em-epoca-de-pandemia-no-espírito-santo>. Acesso em 19 de abril de 2022.

SILVA, M. C. C; Silva, L. M. S, Herrera, J. A. (2013). Avaliação de sustentabilidade de agroecossistemas orgânicos. IN: VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS, Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15118/9811>. Acesso em 20 abril de 2022.



## CAMPANHA PRODUZINDO ALIMENTO SEGURO: POTENCIAL E LIMITES DO SUPORTE DIGITAL

Anna Cristina Xavier<sup>1</sup>

EMATER-RS/ASCAR - [axavier@emater.tche.br](mailto:axavier@emater.tche.br)

Lauro Edilso Bernardi<sup>2</sup>

EMATER-RS/ASCAR - [lauro@emater.tche.br](mailto:lauro@emater.tche.br)

### RESUMO

O Programa de Análise de Resíduos de agrotóxicos coordenado pela Central de Abastecimento do Estado do RS (CEASA/RS) indicou em sua primeira avaliação que 39% de as amostras de produtos hortícolas com resíduos de agrotóxicos insatisfatórios. Este trabalho confirmou denúncia realizada um ano antes por grupo investigativo de jornal de circulação estadual. Buscando superar esta realidade, o órgão oficial de extensão rural oficial foi instado para capacitar os agricultores familiares em Boas Práticas Agrícolas. Este processo se deu inicialmente utilizando-se metodologias tradicionais da extensão rural, porém, com a chegada da pandemia de SarCov-2 e a necessidade de isolamento social, as ações tiveram continuidade através de uma ação em meio digital. Intitulada “Campanha Produzindo Alimento Seguro”, esta ação foi protagonizada pela Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí/RS e teve duração de 275 dias, com produção de 42 vídeos, enviados semanalmente aos agricultores familiares, através do celular. Esse acúmulo é que os autores do presente relato de experiência buscam compartilhar e problematizar.

**Palavras-chave:** ATERS Digital; Boas Práticas Agrícolas; Alimento Seguro.

### CONTEXTO

Em decorrência do resultado de inconformidades em amostras de alimentos amostrados pelo PAR da CEASA/RS, o serviço público de extensão rural foi chamado a desenvolver um processo de orientação junto às famílias que abastecem este equipamento público. Na região do Vale do Caí, terceira região mais expressiva em termos de produção de frutas e hortaliças do Estado do Rio Grande do Sul, iniciou-se um forte trabalho de sensibilização. Trabalho este que contava com visitas, diagnósticos e dias de campo, ações que visavam a uma mudança de paradigma que resultasse em alimentos que não apresentassem resultados insatisfatórios de resíduos de agrotóxicos. Com a chegada da pandemia do SarCov-2, causador da Covid-19, a necessidade de isolamento social fez com que se continuasse o trabalho através de uma campanha. Embora seja uma metodologia tradicional na extensão rural, a campanha se utilizou de ferramentas digitais para sua veiculação e circulação. Este trabalho protagonizado pela Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí, objetivou manter ativa a temática das boas práticas

---

<sup>1</sup> Engenheira-agrônoma. Extensionista Rural do Escritório Municipal de Bom Princípio da EMATER-RS/ASCAR. Coordenadora do Coletivo Gestor da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí/RS.

<sup>2</sup> Engenheiro-agrônomo. Esp. Em Gestão e Planejamento Ambiental. MSc em Extensão Rural. Assistente Técnico Regional da EMATER/RS-ASCAR, Regional de Lajeado. Membro do Coletivo Gestor da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí/RS

agrícolas (BPA), de forma que se buscassem (re)desenhos dos sistemas produtivos na busca de maiores graus de sustentabilidade.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Ao final de 2016 foi publicada uma reportagem investigativa em um jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul, que revelava dados de análises com inconformidades de resíduos de agrotóxicos realizadas em laboratório particular contratado pela reportagem. Essa exposição das autoridades causou um unísono em toda a sociedade, forçando em resposta a criação do Grupo de Trabalho (GT)<sup>3</sup> Alimento Seguro. Um dos primeiros apontamentos do GT foi a obrigatoriedade do curso de BPA na Horticultura para os agricultores familiares que comercializam na CEASA/RS. Na região do Vale do Caí/RS, foram capacitados em 382 agricultores, através de dias de campo em outubro e novembro de 2017.



Figura 1. Capa do Jornal ZH, de 5 de dezembro de 2016

Também foi apontada pelo GT a necessidade de a própria CEASA/RS retomar, com apoio financeiro do Sebrae, a realização de análises de resíduos anualmente dos alimentos comercializados. Em 2018, segundo o engenheiro-agrônomo Guilherme Fraga, ao analisarem 250 ingredientes ativos, de 240 amostras e de 16 diferentes espécies vegetais, constataram-se resíduos insatisfatórios em 39% deles, o que fez com que se identificasse a necessidade de um aprofundamento nas ações de BPA junto aos produtores.

Neste contexto a EMATER/RS iniciou um trabalho de diagnóstico nas propriedades dos horticultores que apresentavam laudos insatisfatórios, buscando, através de um *check-list*, identificar os gargalos do manejo. Como fruto dessa ação a campo, os extensionistas sentiram a necessidade de aprofundar os temas abordados nos dias de campo. Ao mesmo tempo, identificaram uma resistência dos horticultores em participar de longos processos formativos, visto que o trabalho na horticultura é

<sup>3</sup> O Grupo de Trabalho Alimento Seguro se compõe pela CEASA/RS, SEAPDR/RS, CEVS/RS, LACEN/RS, EVA/CGSVS/SMS/PMPA, EMATER/RS, CREA/RS, MAPA-SFA/RS, FETAG/RS, ASSPCHERGS, EMBRAPA, FARSUL, SENAR/RS, SEAD/Casa Civil, MP/RS (CAOCON) e SEBRAE/RS.

intenso e há escassez de mão de obra familiar. Assim, nasceu a ideia de uma capacitação virtual, com vídeos de 4 a 6 minutos, que chegassem pelo celular e o agricultor pudesse assistir na sua casa, no horário que sua rotina permitisse.

Com a chegada da pandemia de Covid-19, a necessidade de se comunicar com esses horticultores sem a presença física, usando mídias digitais, passou de apenas uma possibilidade para tornar-se uma das poucas alternativas de se fazer Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS). Se, na década passada, seria utópico pensar em uma ação dessa, hoje essa alternativa se torna eficiente no Vale do Caí/RS, pois são poucas as propriedades de horticultores que não possuem acesso à internet e as redes sociais.

Para viabilizar este propósito, o Grupo de Olericultura do Vale do Caí (GOL), articulação interna de trabalho da EMATER/RS, criou uma estrutura de sugestões de temas para os vídeos. Contudo, por mais que a ATERS Digital passasse a ser praticamente uma necessidade imposta pela pandemia, a instituição não estava preparada para esse momento: não havia equipamentos suficientes, softwares específicos e tão pouco funcionários disponíveis para se fazer essa ação. Buscando uma solução, os extensionistas rurais que estavam inseridos na Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí<sup>4</sup> propuseram que a Câmara assumisse a campanha, sendo sua a responsabilidade de coordenar a produção, a edição e a distribuição dos vídeos. Já a extensão rural pública ficaria responsável por fazer os roteiros técnicos dos vídeos e a distribuição dos para os horticultores.

A ação, que recebeu o nome de “Campanha Produzindo Alimento Seguro”, teve início no dia 2 de julho de 2021, com um vídeo de abertura, seguindo com uma produção com 40 vídeos técnicos disponibilizados semanalmente no canal do Youtube® e demais redes sociais da Câmara de Olericultura. No dia 30 de abril de 2022 foi gravado o vídeo de encerramento da campanha, que durou 275 dias.



**Figura 2:** Vídeo mostrando a vinheta de abertura da Campanha Produzindo Alimento Seguro. Canal do Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCcYkE2C1DU2uvIzcSBVhqsQ>

A Campanha foi dividida em seis fases: Conceitos, Principais Gargalos, Tecnologias de Aplicação, Manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIPD), Principais Pragas e Doenças da Olericultura da Região e Rastreabilidade.

<sup>4</sup> Fórum que congrega entes da cadeia produtiva de hortaliças da região, tendo hoje em seu Coletivo Gestor: EMATER/RS-ASCAR, Regional Vale do Caí da Fetag/RS, Associação de Hortigranjeiros de Feliz/RS, Sebrae/RS, UCS, Uniagro, Secretaria da Agricultura e Câmara de Vereadores de Feliz/RS

Com a finalização da gravação e edição de vídeos, por entender que essa campanha é permanente e para que possa ser constantemente acessada por agricultores, extensionistas e parceiros, decidiu-se alocar todos os vídeos em um site, além de compilar o conteúdo e o link dos vídeos em um e-book, que ficará disponível nos escritórios da EMATER/RS da região.



**Figura 3.** Página Inicial do Site da Campanha Produzindo Alimento Seguro  
<https://camaraolericultura.wixsite.com/alimentoseguro>

## RESULTADOS

Foram disponibilizados 40 vídeos técnicos no Youtube® e nas redes sociais da Câmara de Olericultura. No Youtube®, as visualizações de conteúdo, nos 275 dias de campanha, chegaram a 1.655.

A Campanha Produzindo Alimento Seguro mostrou o potencial de alcance enquanto ferramenta da ATERS Digital, ao mesmo passo que se percebeu que ao longo da campanha, a mesma foi perdendo engajamento, e o envolvimento dos agricultores era mais satisfatório se encaminhado aos produtores com uma fala do extensionista, explanando o conteúdo do vídeo. A campanha teve maior adesão nos municípios onde os extensionistas da EMATER/RS estavam de fato comprometidos com a metodologia.

Segundo a agricultora Everlin Kremer, de Feliz/RS “O leque de assuntos abordados foi muito interessante e traz de forma fácil para o produtor rural a informação, mas não substitui um encontro presencial que deve ser trabalhado de forma conjunta, uma vez que, por mais que os vídeos tragam conteúdo para reflexão de forma rápida, nos encontros presenciais o produtor tem a troca também com outros produtores”. Tal leitura feita pelo público beneficiário não desconsidera a potencialidade desta ferramenta, delimita-a à uma ação de ATERS que não pode prescindir da interação, reconhecimento e troca de saberes.

Quanto ao objetivo efetivo do trabalho como um todo: na redução de amostras com inconformidades para resíduos de agrotóxicos ocorreram avanços, conforme se pode verificar na Tabela 1, abaixo. Segundo os resultados do PAR de 2021, houve uma queda significativa nas análises com inconformidades, se comparadas com situação identificada em 2018. Foram reduzidos 20 pontos percentuais nesses três anos, e a região do Vale do Caí, que era responsável por quase 1/3 das amostras com inconformidades, neste ano, com apenas 5 amostras fora do padrão, foi responsável por menos de 1/7 das amostras insatisfatórias.

**Tabela 1.** Número de amostras coletadas na CEASA/RS, percentuais de laudos com inconformidade nos resíduos de agrotóxicos nos canos de 2018, 2020 e 2021 no Rio Grande do Sul e Vale do Caí

Ano de Coleta	Nº de Laudos realizados pelo PAR-CEASA/RS	% em de Laudos com inconformidade em relação ao total	% em de Laudos com inconformidade no Vale do Caí em relação ao total	% em de Laudos com inconformidade no Vale do Caí em relação aos laudos com inconformidades
2018	240	39	12	31
2020	101	28	7	25
2021	191	19	3	13

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de dados FRAGA (2018) e SEAPDR (2022)

Atribui-se tais resultados à normatização da legislação das *minor crops*<sup>5</sup> e também ao dedicado trabalho desenvolvido por distintos agentes públicos e agricultores, destacando-se o trabalho continuado desenvolvido pela extensão rural pública, podendo se constatar que, particularmente no Vale do Caí, onde o trabalho teve continuidade na pandemia, a queda percentual de inconformidades foi maior do que a verificada no estado.

Conclui-se que a utilização de uma série de metodologias pode sim contribuir para com mudanças significativas no jeito do fazer produtivo, buscando incorporar elementos para uma agricultura mais consciente e sustentável que produza alimento seguro. O presente relato demonstra que ferramentas digitais viabilizaram a continuidade de ações estratégicas em momento sensível, evidenciando-se sua potencialidade e limites para uma ATERS que construa com o protagonismo das famílias envolvidas mudanças temporais.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos todas as entidades que formam o Coletivo Gestor da Câmara Regional de Olericultura e também, as entidades que contribuíram com os vídeos: UFSM, UFRGS, Embrapa, CEASA/RS, Secretaria da Agricultura de São José do

<sup>5</sup> Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI), em geral frutas e hortaliças, que possuíam poucos agrotóxicos registrados, incidindo em análises de resíduos insatisfatórias por agrotóxico proibido na cultura. Com a normatização das *minor crops*, os agrotóxicos deixam de ser registrados para uma cultura e passam a ser para um grupo, que é baseado nos moldes do *Codex Alimentarius*, considerando aspectos morfológicos, sua proximidade taxonômica, a semelhança de práticas agrícolas e a forma de consumo.



Hortêncio/RS, Dillon/Eccb, Agropecuárias Piá, Inovar, Agrosul Agropecuária e New Day.

## REFERÊNCIAS

FRAGA. P. G. **Apresentação dos resultados das análises de resíduos de agrotóxicos SEBRAE/CEASA 2018**. Porto Alegre. Diapositivos, abr.2019.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Presença de resíduos de hortifrutis tem queda histórica**. Porto Alegre. RS. [www.agricultura.rs.gov.br](http://www.agricultura.rs.gov.br). Maio 2022.

ROLLSING, Carlos *et. al.* 2016. " Ceasa vende alimentos com agrotóxico proibido, inadequado ou acima do permitido". **Jornal Zero Hora**, 05 e dezembro de 2016. Disponível em: <http://encurtador.com.br/joyKY>



## **SUBTEMA 1**

### **FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE DA ATER PÚBLICA**

#### **JUSTIFICATIVA**

Este é um tema de alta relevância por tratar da sobrevivência continuada da ATER e Pesquisas Públicas diante da escassez de recursos humanos, materiais e orçamentários: mão de obra defasada, mal remunerada, deficiente qualificação, estrutura e infraestrutura insuficientes e inadequadas (imóveis, móveis, máquinas, veículos, softwares, etc.) conforme levantamento da FASER, realizado com apoio das entidades sindicais e associações de sua base (Situação Atual das Empresas Estatais - dezembro/2021, além da demanda crescente por alimentos saudáveis, meio ambiente preservado e pela diminuição da pobreza extrema.

É preciso aprofundar o debate em questões como: criação de um novo Sistema Nacional de Ater Público; Fontes de financiamentos permanentes; fundo Nacional de ATER; papéis do MAPA, ANATER, FASER e dos Conselhos de Desenvolvimento Rural. O debate deve também permear aspectos legais sobre o dever constitucional da união, estados e municípios pela manutenção dos serviços de ATER e da pesquisa pública, conforme estabelecidos nos art. 186 e 187 da Constituição Federal, Lei Agrícola nº 8.171/1991, lei da Agricultura Familiar nº 11326/2006, Lei Geral de ATER nº 12.188/2010 e Lei de criação da ANATER – 12.897/2013.

É fundamental apontar caminhos, estratégias e mecanismos que possibilitem a revitalização do sistema nacional, redefinições de papéis com foco no atendimento das demandas, na operacionalização dos marcos legais, de modo que garantam os recursos necessários à ATER e à Pesquisa pública oficial nos três níveis político-administrativos.



**Palestrante Convidado:** Marcus Peixoto – Senado Federal/DF

**Professor Avaliador Convidado:** Marcus Peixoto – Senado Federal/DF

**Coordenação da Sessão:** Lucia Morais Kinceler – FAPER/SC

**Relatoria:** Felipe Abboud – AFA/PR

**Apoio e Assessoria CTC:** Robson Becker Loeck – ASAE/RS



A palestra (3h 16min) do Marcus Peixoto está disponível na íntegra em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=\\_ZWWmXDpdv0&t=7202s](https://www.youtube.com/watch?v=_ZWWmXDpdv0&t=7202s)

**XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL**

**SUSTENTABILIDADE E FORTALECIMENTO DA ATER PÚBLICA NA ERA DIGITAL**

**FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE DA ATER PÚBLICA**

**Marcus Peixoto**  
Consultor Legislativo

**SENADO FEDERAL**

**REALIZAÇÃO**  
FASER

**35**  
ANOS

**APOIO**  
EMATER-DF

**BRASÍLIA (DF)**  
12 A 15 DE JUNHO DE 2022

**Realização:** FASER, ASERDF  
**Correalização:** EMATER-DF  
**Apoio:** Instituto Serzedello Corrêa, Escola Superior do Tribunal de Contas da União



**RESUMOS EXPANDIDOS REFERENTES AO SUBTEMA 1  
FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE DA ATER  
PÚBLICA**



## FONTES DE FINANCIAMENTO DA ATER PÚBLICA: O CASO DA EPAGRI

Célio Haverroth<sup>1</sup>  
Epagri, [www.epagri.sc.gov.br](http://www.epagri.sc.gov.br)  
[celio@epagri.sc.gov.br](mailto:celio@epagri.sc.gov.br)

### RESUMO

O Serviço Público de Assistência Técnica e Extensão Rural é de grande importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, setor responsável por grande parte da produção de alimentos e pelo dinamismo econômico dos municípios e, em consequência, dos estados e federação. As dificuldades na manutenção deste serviço pela falta de recursos financeiros torna importante a busca de alternativas para o seu financiamento sustentável. Analisamos aqui as principais fontes próprias de recursos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri para a manutenção dos trabalhos com a qualidade necessária. A realização de contratos de prestação de serviços com as prefeituras municipais é a principal fonte financeira da empresa para investimentos e custeio, seguida de prestação de serviços diversos, obtenção de royalties e elaboração e supervisão de projetos de crédito rural.

**Palavras-chave** - Contrato de ATER; Receitas de ATER; Receitas de pesquisa.

### CONTEXTO

Considerando como problema norteador deste trabalho, o financiamento da ATER pública a partir do caso da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, analisamos as fontes de recursos utilizadas entre os anos de 2017 e 2021 para custeio e investimento, com o objetivo de avaliar as perspectivas para a sustentabilidade financeira do serviço público oferecido pela empresa.

### DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Foram verificadas e analisadas as receitas próprias da Epagri entre os anos 2017 e 2021 destinadas ao custeio e aos investimentos, comparando-os com os recursos provenientes da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Os recursos obtidos junto ao Governo do Estado, que têm como objetivo central o pagamento da folha e dos encargos, bem como os recursos provenientes de editais de pesquisa, não estão computados.

**Quadro 1.** Receitas próprias da Epagri nos últimos cinco anos

Ano	Receitas próprias (R\$)	Incremento anual (%)
2017	18.569.985,75	
2018	22.281.295,65	19,9
2019	20.727.435,56	-7
2020	25.551.774,93	23,2
2021	27.845.393,38	8,9

Fonte: Departamento Estadual de Gestão Administrativa e Financeira da Epagri, 2022.

<sup>1</sup>Engenheiro-agrônomo, Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento, Extensionista Rural e atualmente Diretor de Desenvolvimento Institucional da Epagri

Conforme o Quadro 1, entre 2017 e 2021 houve um incremento de 49,9% de receitas próprias, bem acima dos 25,59% acumulados do INPC do período.

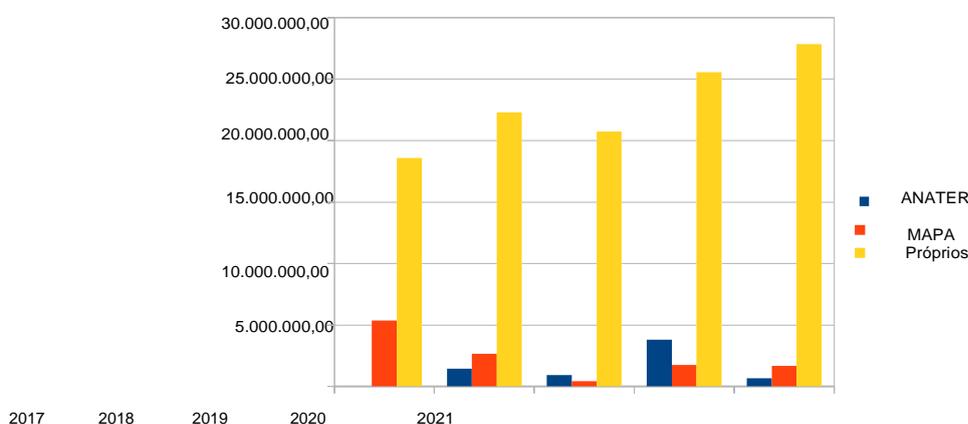
No Quadro 2 estão especificados os principais itens orçamentários das receitas próprias do período 2017-2021, em percentual. Os contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER realizados entre a Epagri e as prefeituras municipais representam a principal fonte de receitas. Os contratos são renovados anualmente e os valores são calculados de acordo com o número de profissionais lotados no Escritório Municipal e com o plano de trabalho da equipe. A estrutura oferecida pela prefeitura, como salas, telefone, internet e outros serve de contrapartida e consequente diminuição do valor do contrato. Além de manter esta fonte, a empresa trabalha num esforço contínuo para que as demais sejam fortalecidas, na busca da sustentabilidade financeira.

**Quadro 2.** Principais itens orçamentários de receitas da Epagri nos últimos cinco anos

Item orçamentário	2017	2018	2019	2020	2021
Contratos de ATER com prefeituras municipais	51%	45%	50%	42%	42%
Serviços de meteorologia	12%	10%	11%	8%	9%
Royalties	9%	8%	9%	7%	10%
Crédito rural	6%	10%	8%	9%	13%
Análise de solo	6%	5%	6%	4%	4%
Agricultura (venda de excedentes de pesquisa)	5%	4%	5%	6%	5%
Serviço de hospedagem	4%	3%	4%	1%	1%
Outras receitas	8%	15%	7%	23%	16%

Fonte: Departamento Estadual de Gestão Administrativa e Financeira da Epagri, 2022

Na pesquisa agropecuária, destacam-se como fontes de receitas os royalties obtidos com o desenvolvimento de cultivares de plantas, além de serviços de meteorologia, contratos de prestação de serviço, análise de solo e a venda de excedentes de experimentos, como grãos, frutas e hortaliças. Na ATER, uma importante fonte de receitas é a elaboração e supervisão de projetos de crédito rural.



**Figura 1.** Principais fontes de recursos para custeio e investimento na Epagri, em milhões de reais anuais



As principais fontes federais de recursos para a ATER da Epagri são a ANATER e o MAPA. Apresentamos, na Figura 1, a representatividade destas duas fontes em relação à captação de recursos próprios. Somadas, as duas fontes representaram 28% em relação aos recursos próprios em 2017, 18% em 2018, 6% em 2019, 21% em 2020 e 8% em 2021. Os dados demonstram que as captações de recursos próprios estão sendo fundamentais para a manutenção dos serviços de pesquisa e extensão rural.

## **CONCLUSÕES**

As incertezas provocadas pela fragilidade da política nacional voltada para a pesquisa e a extensão rural, que se repetem nos Estados com a consequente dificuldade de manutenção dos serviços pelas organizações públicas, torna cada vez mais importante a definição de estratégias de captação própria de recursos.

Neste contexto, a parceria entre a Epagri e as prefeituras municipais representa a fonte de receitas mais importante, seguida da prestação de serviços diversos, elaboração e supervisão de projetos de crédito rural, além do direcionamento de pesquisas para a produção de tecnologias geradoras de royalties.

Investir no fortalecimento destas e de outras fontes de recursos é fundamental. Contudo, os resultados do trabalho da empresa, evidenciados no balanço social que em 2021 apresentou R\$ 9,31 de retorno à sociedade catarinense para cada real investido, demonstram que o poder público deve investir em pesquisa e extensão rural como política pública fundamental para o desenvolvimento rural sustentável.

No âmbito federal, a ANATER precisa cumprir a sua missão de viabilizar prestação de serviços de ATER para agricultores familiares, pequenos e médios produtores e promover o desenvolvimento rural sustentável em todo o território nacional, o que implica necessariamente o aporte financeiro às organizações públicas de ATER. Também os Estados precisam criar e investir em políticas públicas de pesquisa e extensão rural, como o objetivo de garantir a sustentabilidade da agricultura familiar, importante geradora de riquezas e responsável pelo dinamismo econômico do País.



## O SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DA ATERS DENTRO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<sup>1</sup>Luana Lucas Alves Associação dos Extensionistas Sociais Rurais do RS - AESR/RS,  
[luanalucasalves3@gmail.com](mailto:luanalucasalves3@gmail.com)

<sup>2</sup>Márcia Teresinha Breitenbach Associação dos Extensionistas Sociais Rurais do RS - AESR/RS,  
[mbarbozabreitenbach@gmail.com](mailto:mbarbozabreitenbach@gmail.com)

<sup>3</sup>Rafaela Corrêa Sais SEMAPI/RS, [rafaela.semapi@gmail.com](mailto:rafaela.semapi@gmail.com)

<sup>4</sup>Regina da Silva Miranda Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS - ASAE,  
[regsilmir@gmail.com](mailto:regsilmir@gmail.com)

### RESUMO

O presente resumo expandido faz uma relação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com a Política Nacional de Extensão Rural (PNATER), apontando para a importância de uma aproximação entre ambas na busca de formas de financiamento e construção de um arranjo institucional que torne a ATERS um dos eixos estruturantes da PNAS, fortalecendo a execução dos serviços prestados no enfrentamento à pobreza e às vulnerabilidades no meio rural. A fim de elucidar essa aproximação são considerados aspectos da natureza socioassistencial da extensão rural, características do serviço prestado pela ASCAR e uma pesquisa que traz a percepção dos próprios funcionários sobre os aspectos internos à instituição que fortalecem o desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS), além de relatos ouvidos, através do Grupo de Trabalho Extensão Rural, das representações dos beneficiários do serviço.

**Palavras-chave** – ATERS; Natureza socioassistencial; Serviço socioassistencial; Defesa e garantia de direitos; Extensão rural social.

### INTRODUÇÃO

A Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) é a entidade oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social do Rio Grande do Sul. Desde a sua fundação, em 2 de junho de 1955, a ASCAR tem por finalidade prestar serviços das áreas técnica e social às famílias rurais do Estado, promovendo o desenvolvimento sustentável. Desde a década de 50 a entidade faz sua presença no campo crescer e se intensificar desenvolvendo os principais projetos e programas para o enfrentamento das desigualdades no meio rural, com ações planejadas e descentralizadas em suas 12 regiões administrativas, de forma a atingir os 497 municípios gaúchos, com ações focadas na integralidade da família.

<sup>1</sup> Extensionista Rural Social da ASCAR, formada em Letras e especialista em Educação e Diversidade Cultural pela UNIPAMPA, mestranda em Desenvolvimento Rural na UFRGS. Atualmente é presidente da AESR/RS.

<sup>2</sup> Extensionista Rural Social da ASCAR, pedagoga, especialista em Desenvolvimento Rural pela UFRGS e mestre em Educação pela UNIJUÍ. Atualmente é vice-presidente da AESR/RS.

<sup>3</sup> Extensionista Rural Social da ASCAR, pedagoga, especialista em Gestão do Social, acadêmica do curso de Serviço Social pela UNOPAR. Atualmente compõe a diretoria colegiada do Semapi RS e é sócia da AESR/RS.

<sup>4</sup> Extensionista Rural de Nível Superior da ASCAR, nutricionista, Coordenadora do GT Gênero e Diversidade da ASAE.



Para tanto, a ASCAR possui em seu quadro funcional profissionais das mais diversas formações, visando compor equipes multidisciplinares, que possibilitem a realização do trabalho de forma planejada, continuada e gratuita, promovendo a participação cidadã e o enfrentamento das desigualdades sociais, mediante a execução e o assessoramento de políticas públicas.

Vivemos um momento de desmonte de políticas públicas, serviços, órgãos e programas que são de extrema importância para a sobrevivência das famílias rurais. Como exemplo, temos o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Decreto 8.889/2016, que levou toda a temática para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), assim como as questões relacionadas aos povos e às comunidades tradicionais. Além disso, conforme a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede Penssan - (2021), 19 milhões de pessoas vivem em situação de fome no Brasil, sendo os índices de Insegurança Alimentar mais expressivos na área rural; 56% da população com sobrepeso e 19% com obesidade. Situação agravada pela Lei Nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021, que substituiu o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Bolsa Família pelo Programa Alimenta Brasil e Programa Auxílio Brasil, respectivamente, atingindo sobremaneira as políticas agrárias e agroalimentares, desestruturando todo um sistema complexo que até então existia na área de segurança e soberania alimentar e nutricional.

Enfim, ocorre um desmonte sistêmico, que impacta uma série de outras políticas, atingindo significativamente os agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e demais públicos assistidos pelo serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS), que também sofre uma série de cortes orçamentários e diminuição dos recursos humanos. Nos últimos sete anos a ASCAR perdeu mais de 750 profissionais da extensão rural e, hoje, um terço dos municípios do estado estão sem o extensionista social. Isso demonstra a dificuldade que todos os governos têm de compreender a importância dos aspectos sociais no meio ao rural, uma vez que historicamente esta é a área mais afetada quando se trata do aporte de recursos para desenvolvimento do trabalho e do corte de vagas nos escritórios municipais.

Segundo a Nota Técnica 03/2017, a diversidade e distribuição das áreas rurais no território brasileiro requer maior esforço de compreensão dessas áreas e o estabelecimento de diálogo da assistência social com as outras políticas públicas, mediante construção de estratégias articuladas e intersetoriais. E o trabalho social ofertado pela ASCAR desenvolve ao longo da história uma relação proativa com os conselhos, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), órgãos gestores, enfim, com toda a rede socioassistencial, ofertando de forma integrada serviços, programas e projetos, a fim de cobrir riscos e vulnerabilidades. Todavia sempre se vê questionada quando se trata da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Diante do exposto, o presente trabalho visa promover uma reflexão acerca do serviço socioassistencial prestado pela ASCAR, através da percepção dos funcionários e beneficiários do serviço, fazendo uma relação com o que compreende a PNAS. A constante insegurança quando se trata do CEBAS, bem como a incerteza dos profissionais da categoria social com relação a vagas e garantia de recursos para execução do trabalho, é o que justifica a importância dessa reflexão. Ao final, aponta-se para a necessidade de construção de instrumentos legais que contemplem a ATERS como um dos eixos estruturantes da PNAS no enfrentamento



à pobreza e às vulnerabilidades no meio rural, trazendo segurança à continuidade dos serviços ofertados.

## METODOLOGIA

Este trabalho baseou-se na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e suas principais Leis, Decretos e Resoluções, que tratam da oferta de serviços no meio rural e também no que preconiza a legislação do CEBAS, pois é por meio da parceria público x privado que o Estado regula a execução da PNAS junto com Organizações da Sociedade Civil (OSC). Também foi considerada neste estudo a Nota Técnica Nº 03/2017, que não está mais em vigor, mas trouxe esclarecimentos importantes no reconhecimento pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de atividades e serviços executados por entidades beneficentes de assistência social com atuação no meio rural e a Nota Técnica Nº 10/2018, que orienta as entidades e/ou OSCs e os gestores do SUAS sobre ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos.

Finalmente, foram utilizados para reflexão os resultados da pesquisa “ATERS - Visão e Presente e Futuro”, realizada pela Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS (ASAE), que foi construída pelo Grupo de Trabalho Extensão Rural, através de um formulário eletrônico e contou com a participação de 557 funcionários, de um universo de 1.740, sendo 59,2% do sexo masculino, 33,1% entre 5 e 10 anos de serviço na instituição e 73,2% lotados em escritórios municipais, além de aspectos apontados pelos representantes dos beneficiários dos serviços que estiveram conversando com o grupo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil obteve reconhecimento internacional por obter resultados importantes no combate à fome e à pobreza, criando um amplo aparato institucional para resolver a questão. Procurou também atender demandas específicas da Agricultura Familiar, incentivando formas familiares de produção. Entretanto, mesmo com tais ações, ainda permaneceram no país dinâmicas geradoras de desigualdades e ameaçadoras à justiça social e ambiental (MALUF, 2015).

Esse amplo aparato institucional só foi possível após a promulgação da Constituição de 1988, que, em seu **Art. 6º**, consagra que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A partir deste momento, quando se universalizaram e ampliaram os direitos, o Estado brasileiro se reorganizou para desempenhar sua responsabilidade por meio da implantação de políticas sociais que expressassem a proteção social no país. A partir desse contexto, a Assistência Social passa a se constituir como Política Pública, regulamentada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, LOAS, que traz entre seus objetivos a necessidade de “contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais em áreas urbanas e rurais” (BRASÍLIA, 2005).

<sup>5</sup> Nota Técnica 03/2017/DRSP/SNAS/MDS – trata da orientação técnica acerca da caracterização e do reconhecimento pelo Sistema Único de Assistência Social de atividades e serviços executados por entidades beneficentes de Assistência Social com atuação no Meio Rural.



A partir da LOAS, surgem novos conceitos de Assistência Social no país, visando ao atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos dos mais vulneráveis e/ou em risco social. Após uma década, no ano de 2004, é aprovada a PNAS, sendo possível, por meio dessa política pública, garantir os mínimos sociais e a universalização de direitos à população brasileira. Aplica-se também, a partir de então, um novo sistema de gestão dos serviços socioassistenciais, onde são estabelecidos novos padrões nos serviços, indicadores de avaliação e de resultado das ações executadas no âmbito da Assistência Social.

Coordenado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o SUAS surgiu para tornar possível que a LOAS fosse, de fato, efetivada, passando a ser gerida por meio de um modelo democrático, descentralizado e participativo, que visava ampliar a rede socioassistencial no Brasil. E, para isso, trouxe em seus eixos estruturantes as novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil com uma série de proposições e regulamentações que visavam à integração entre estes setores na garantia da proteção social (BRASÍLIA, 2005).

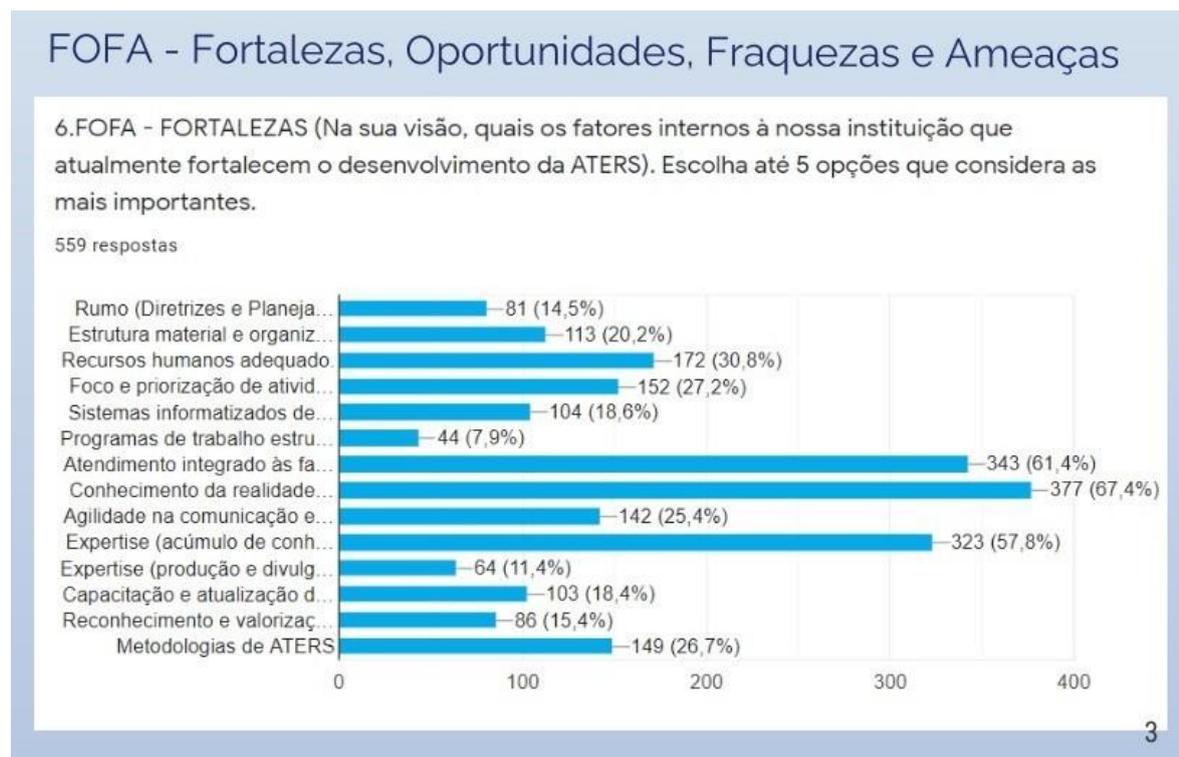
No II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026), aprovado pela Resolução Nº 7, de 18 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social, foi incluído o atendimento aos públicos em vulnerabilidade do Meio Rural. Nestes territórios, segundo a Nota Técnica 03/2017, é imprescindível a adoção de distintas estratégias para o atendimento das famílias, pois a exclusão pela renda e a inserção precária ou a não inserção no mercado de trabalho formal e informal são algumas das situações vivenciadas por famílias no campo, sendo fundamentais, portanto, atividades que fortaleçam, além da rede socioassistencial, as demais Políticas Públicas, serviços e programas sociais. Nestes territórios, então, entra o(a) extensionista da ATERS pública, que tem o papel de contribuir com o desenvolvimento de habilidades e a autonomia das famílias, assim como também planejar e definir prioridades para centrar os esforços, auxiliar na formulação de políticas públicas locais e facilitar o acesso às demais políticas existentes.

Considerando a ATERS Pública, segundo os funcionários da ASCAR, através da pesquisa realizada, em julho de 2021, pela Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS - ASAE - chamada “ATERS - Visão e Presente e Futuro”, os fatores internos à instituição, que fortalecem o desenvolvimento da ATERS, são os seguintes:

Observando o gráfico 1, segundo as cinco mais votadas:

- **Conhecimento da realidade (67,4%):** foi escolhido o fator que mais distingue o trabalho da ASCAR das demais instituições, considerando as características socioterritoriais, as especificidades do território e do público atendido, além das relações construídas com as famílias e comunidades rurais, que permitem um trabalho mais coeso com as reais necessidades do público assistido.
- **Atendimento integrado (61,4%):** uma vez que o trabalho é composto por uma equipe multidisciplinar, que visa atender a área social, ambiental e econômica, de forma a desenvolver um trabalho sistêmico nas propriedades.

Gráfico 1 .Fortalezas<sup>6</sup>



Fonte: Site da ASAE <https://site.asaers.org.br/2021/08/23/pesquisa-aters-visao-de-presente-e-futuro/>

- **Expertise (acúmulo de conhecimento dos extensionistas) (57,8%):** a capacidade de identificar e atender às demandas das famílias e a qualificação dos profissionais são diferenciais do trabalho, pois os extensionistas buscam por esforço próprio, quando não é possibilitado pela instituição, aprofundar seu conhecimento em áreas de seu interesse que venham a qualificar o serviço ofertado.
- **Recursos humanos adequados (30,8%):** referem-se à diversidade de formações dos extensionistas a fim de dar conta da complexidade do trabalho e da nova configuração do meio rural.
- **Metodologias de ATERS (26,7%):** abrangem a diversidade de ênfases metodológicas que orientam as ações extensionistas, buscam galgar dimensões de maior diálogo junto a grupos sociais, respeitando as diferenças entre eles.

<sup>6</sup> Agradecimentos: À Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS (ASAE), que tem pautado a luta em defesa da Extensão Rural Pública e o “Repensar da Emater”, criando o GT Extensão Rural, que construiu a pesquisa “ATERS - Visão e Presente e Futuro”, dentre outras ações. À Associação dos Extensionistas Sociais Rurais do Rio Grande do Sul (AESR/RS), que também tem pautado esta luta, em especial com foco na ATERS Social, criando e oportunizando espaços para que os profissionais possam realizar debates e atuar positivamente para o fortalecimento desta política.



Através do GT Extensão Rural da ASAE, também foram ouvidas as representações do público assistido, como a **Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (FETAG)**, a **Via campestina**, **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)**, o **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, a **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF)**, os **Representantes de Pequenas Cooperativas, dos Remanescentes de Quilombos e dos Indígenas**, que, de forma resumida, vêem a ASCAR como uma “entidade que tem capacidade para assistir as famílias em maior vulnerabilidade do campo, pois ela sim executa uma assistência técnica social”; “é o serviço da Emater que mais chega ao campo” e que “precisa dar maior destaque ao trabalho social da instituição, pois é o que mais consegue se destacar no trabalho da Emater”. Indicaram algumas dificuldades, como: enfraquecimento de todas as políticas públicas, especialmente de ATER; poucas pessoas para atuar; inconstância na atuação, pois muda conforme governos. E apontaram que deve “ser uma ATERS que considere o sujeito social”; “promover a autonomia dos agricultores, para estarem menos vulneráveis”; “criar espaços de diálogo dentro do território”; ter um “corpo técnico comprometido com os públicos assistidos”; ter “maior diálogo com as mulheres agricultoras, no sentido de inseri-las nos processos decisórios dentro e fora da propriedade”; e que “a multidisciplinaridade é imprescindível para Emater ter diferentes olhares, incluir outros profissionais que não sejam da formação agrária”, apontando por fim que “faltam sociólogos para auxiliar nos conflitos internos das comunidades”.

Conforme podemos perceber, as impressões trazidas pelos profissionais da ATERS e pelos beneficiários retratam os aspectos apresentados sobre serviço socioassistencial desenvolvido pela ASCAR, tanto no seu potencial e naquilo que “entrega” à população rural, quanto nas suas dificuldades e limitações. E, mesmo apesar destas, a ATERS busca desenvolver suas ações, individuais e coletivas, de forma a contribuir com o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social, considerando o gênero e a sucessão geracional, através de atividades de produção de alimentos, agregação de valor aos produtos e geração de renda, além de realizar encaminhamentos para programas de transferência de renda e cursos profissionalizantes a fim de evitar que essas famílias tenham seus direitos violados. Além disso, a ATERS apoia e propicia que indivíduos vivenciem experiências potencializadoras de participação social em grupos, fóruns, conselhos, associações e outros espaços de organização social. Tais aspectos atendem ao que descreve a Nota Técnica Nº 10/2018 e o que preconiza o Decreto nº 6.308/2007 em seu artigo 2º, incisos I, II e III, que atuam cumulativamente no atendimento e no assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, mantendo o compromisso com a execução das ações de ATERS, direcionada ao atendimento dos pressupostos legais presentes na LOAS para o trabalho em rede dentro do SUAS.



## CONCLUSÕES

Debates e estudos elaborados no âmbito da Secretaria Nacional de Assistências Social (SNAS), através de um grupo de trabalho em 2015, já apontavam para a forte relação entre PNAS e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e também as políticas voltadas para a Agricultura Familiar. Portanto, o serviço prestado pela ATERS, destinado à população rural, precisa ser visto como integrante do SUAS. Assim como é preciso pensar em fontes permanentes de financiamento para evitar a descontinuidade do serviço e a fragilização das estruturas que o executam. Somente através de uma ação intersetorial é possível discutir a priorização de acesso, com base nas vulnerabilidades e nos riscos sociais, proporcionando a melhoria das condições de vida das famílias, no sentido de favorecer a troca de experiências e a busca de apoio e obter soluções para problemas comuns, de maneira a constituir uma rede de proteção social (BRASÍLIA, 2009).

Portanto, o serviço socioassistencial desenvolvido pela ATERS se enquadra no que preconiza a Matriz de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos da Nota Técnica Nº 10/2018, em especial no estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda, pois quem chega a essas famílias são os extensionistas rurais. O serviço socioassistencial desenvolvido é focado nas pessoas, uma vez que possui um olhar atento e uma escuta sensível e destina-se à garantia de identidade e pertencimento para pleno exercício da cidadania, cujo objetivo maior deve ser o de transformar, ressignificar a vida de uma parcela significativa da população, que tem sua história de vida muitas vezes marcada negativamente.

## REFERÊNCIAS

ASAE. **Pesquisa ATERS – Visão de Presente e Futuro**. Site Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS, 2021. Disponível em:  
<https://site.asaers.org.br/2021/08/23/pesquisa-aters-visao-de-presente-e-futuro/>  
Acesso em: 17/05/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. 178 p.

BRASIL. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm) Acesso em: 06/05/2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 01/05/2022.

BRASIL. Decreto Nº 8.889, de 26 de outubro de 2016. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, ano 2016, n. 207, p. 6, 10 out.2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/>



[/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21293542/do1-2016-10-27-decreto-no-8-889-de-26-de-outubro-de-2016-21293405](#) Acesso em: 18/05/2022.

BRASIL. Lei Complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2021/leicomplementar-187-16-dezembro-2021-792101-norma-pl.html> Acesso em: 15/05/2022.

BRASIL. **LEI Nº 14.284, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.** Mensagem de veto. Conversão da Medida Provisória nº 1.061, de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Acesso em: 18/05/2022.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03//Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03//Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS** – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Nota Técnica 03/2017/DRSP/SNAS/MDS. Disponível em:  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2018/Nota%20T%C3%A9cnica%20n%C2%BA%2003%20-%20Meio%20Rural.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2018/Nota%20T%C3%A9cnica%20n%C2%BA%2003%20-%20Meio%20Rural.pdf) - Acesso em: 15/05/2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Resolução Nº 7 de 18 de maio de 2016. Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 mai. 2016. p. 58. Disponível em:  
[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22913949/do1-2016-05-20-resolucao-n-7-de-18-de-maio-de-2016-22913652](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22913949/do1-2016-05-20-resolucao-n-7-de-18-de-maio-de-2016-22913652) Acesso em: 17/05/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Nota Técnica 10/2018. Disponível em:  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2018/NOTA%20T%C3%89CNICA%20-%20ASSESSORAMENTO%20-%20SEI\\_71000.040792\\_2018\\_31.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2018/NOTA%20T%C3%89CNICA%20-%20ASSESSORAMENTO%20-%20SEI_71000.040792_2018_31.pdf) Acesso em: 18/05/2022.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO de 1988.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

BRASIL. DECRETO nº 6.308/2007. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6308.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6308.htm).

BRASIL. LOAS. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm).

LEÃO, M.; MALUF, R. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira.** Brasília: ABRANDH, 2012.



PLANO DECENAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2016/2026. Resolução Nº 7, de 18 de maio de 2016. <https://crp03.org.br/aquisicao/ii-plano-decenal-de-assistencia-social-2016-2026/#:~:text=Este%20documento%2C%20intitulado%20II%20Plano%20Decenal%20da%20Assist%C3%Aancia,democr%C3%A1tica%20e%20participativa%20e%20com%20a%20transpar%C3%Aancia%20p%C3%BAblica.>

REDE PENSAN. **Insegurança Alimentar e Convid-19 no Brasil: VIGISAN**  
Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Convid - 19 no Brasil. 2021.



## **ATER PÚBLICA: PARA QUÊ? PARA QUEM? CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Luiz Fernando Fleck<sup>1</sup>

<sup>1</sup>EMATER/RS, Porto Alegre, poa.fleck@gmail.com

### **RESUMO**

O presente texto apresenta considerações e dados a respeito da agricultura familiar, da assistência técnica e da extensão rural e uma possível fonte de financiamento a estas, a partir da utilização dos recursos provenientes do corte das desonerações aos insumos agropecuários. Todos os dados utilizados dizem respeito ao estado do Rio Grande do Sul, mas podem ser construídos para o Brasil. A partir dos dados do Governo do Estado, poderíamos contar com recursos anuais da ordem de R\$ 667 milhões para uso em políticas de apoio à agricultura familiar e financiamento da ATER pública.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Assistência técnica e extensão rural; Financiamento.

### **INTRODUÇÃO**

Estas breves considerações e os dados utilizados para lhes dar base têm como motivação a procura da sustentabilidade da ATER pública, que mantém uma relação positiva com maior vigor da agricultura familiar. Entretanto – neste período de desqualificação dos serviços públicos e de hegemonia da grande produção de grãos e de carne – as políticas de sustentação e os recursos financeiros para a agricultura familiar e para os serviços de assistência técnica e extensão rural têm sido exíguos. Necessária se torna portanto a procura de recursos financeiros para estas importantes atividades de cunho econômico e social.

### **METODOLOGIA**

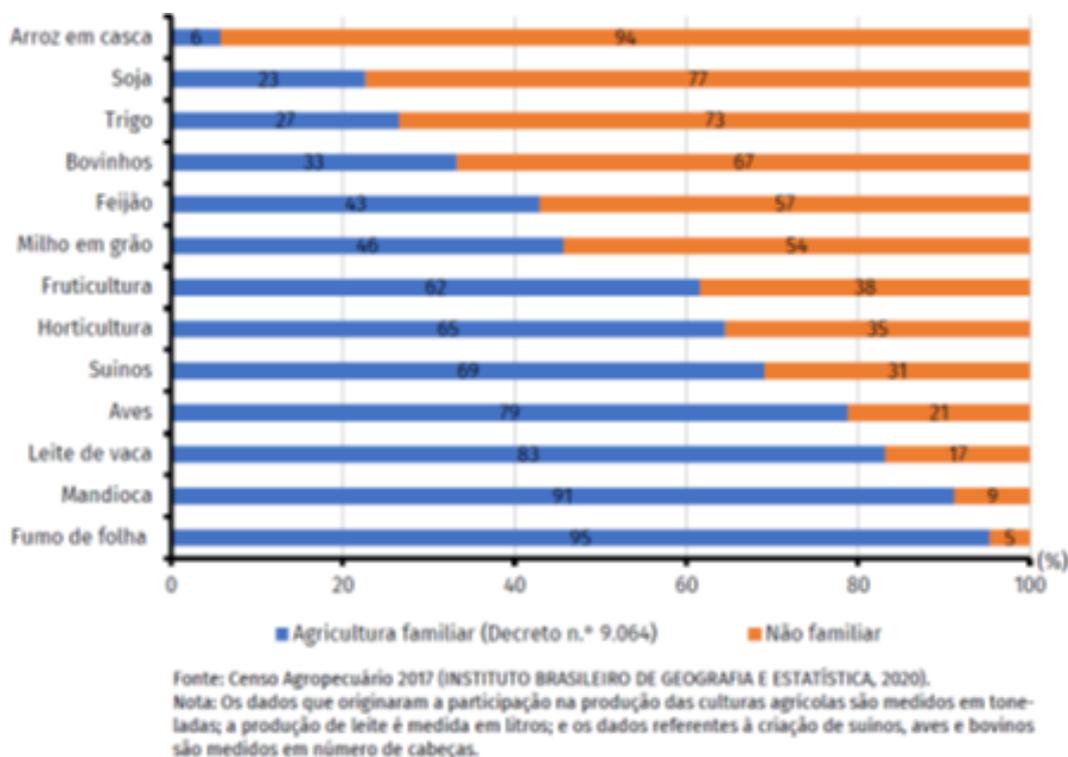
Essas considerações foram construídas com base em experiência e dados do estado do Rio Grande do Sul. Elas podem, entretanto, ser consideradas em âmbito mais geral para o conjunto do país. São utilizados dados do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, do Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e da proposta de reforma tributária enviada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa em 08/2020 e não aprovada. Outra fonte de dados importante é proveniente do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE.

### **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

O meio rural do estado de RS conta – atualmente – com 365.094 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017).

A agricultura familiar é característica de 80,5% do total de estabelecimentos e responde por 72,2% do pessoal ocupado na agropecuária do RS. Porém os estabelecimentos familiares ocupam apenas um quarto da área total destinada à

agropecuária gaúcha. Isso evidencia uma estrutura agrária concentrada, embora menos intensamente que as das demais regiões do Brasil. Segundo os dados de 2017, a agricultura familiar foi responsável por 37,4% do valor da produção agropecuária gaúcha (total de 36,6 bilhões de reais, DEE/2018), e é extremamente significativa sua participação na maioria dos produtos agrícolas e pecuários, notadamente os destinados à alimentação.



**Figura 1.** Participação da Agricultura Familiar e não Familiar na produção agropecuária do RS  
**Fonte:** IBGE (2017)

Importante considerar, a partir da figura acima, a expressiva participação da agricultura familiar na produção de alimentos, tanto na produção de grãos (feijão, milho), mandioca, fruticultura e horticultura na produção vegetal, quanto na produção animal (suínos, aves, leite).

Consideração primeira: A agricultura familiar no RS é fundamental por duas das funções primordiais na sociedade nos tempos atuais: a produção de alimentos e as ocupações no meio rural, as quais devem ser objeto principal das políticas públicas para o setor rural, especialmente neste período de alto desemprego e aumento dos níveis de insegurança alimentar.

Por outro lado, uma das características do meio rural gaúcho, apesar de sua pujança econômica e social, é a presença de um amplo setor empobrecido.

Tomando em conta o Cadastro Único (CADÚNICO) do Ministério da Cidadania/2022, como indicador da vulnerabilidade das famílias do meio rural do RS, os números, infelizmente, são bastante expressivos; com de 171.276 famílias cadastradas, sendo 66.730 famílias em situação de extrema pobreza e 20.169 famílias em situação de pobreza, perfazendo cerca da metade das famílias inscritas no CADÚNICO.



O CADÚNICO, autodeclaratório e de livre adesão, é o cadastro de “porta de entrada” para diversas políticas públicas do governo federal e dos governos estaduais. Ele é realizado nos municípios, pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Seus critérios atuais são um corte de renda para suas categorias, sendo R\$ 105,00 por pessoa mensais para extrema pobreza, R\$210,00 para pobreza, até ½ salário mínimo para baixa renda e uma quarta categoria para famílias com mais de ½ SM por pessoa, indo até o limite três salários mínimos mensais.

Neste ambiente convivem 19.835 famílias de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores artesanais) e agricultores assentados, com inscrição no CADÚNICO (06/2022) e cerca de 39 mil famílias em sua totalidade (SEAPDR).

Consideração segunda: Apesar de uma relativa pujança do meio rural do RS, temos um grande segmento de produtores e povos e comunidades tradicionais com rendas inferiores a um (01) SM mensal, além de um número expressivo de famílias em situação de pobreza.

A ATER no RS, segundo o Censo Agropecuário do Estado, apresenta a seguinte tabela:

**Tabela 1.** Recebimento de ATER pelos produtores rurais do RS

Recebem ATER no RS  
Estabelecimentos= 365.052  
Sim = 182.235 (49,9%)      Não: 182.814 (50,1%)  
De quem:  
Governo (EMATER) = 32,1%  
Cooperativas = 32,9 %  
Integradoras = 28,8 %  
Própria = 24,5 %

Fonte: IBGE (2017)  
Elaboração do autor

A Assistência Técnica e a Extensão Rural atendem, segundo os respondentes do Censo Agropecuário e de acordo com os estratos de área, a:

**Tabela 2.** Recebimento de ATER por classes de áreas de até 50 ha

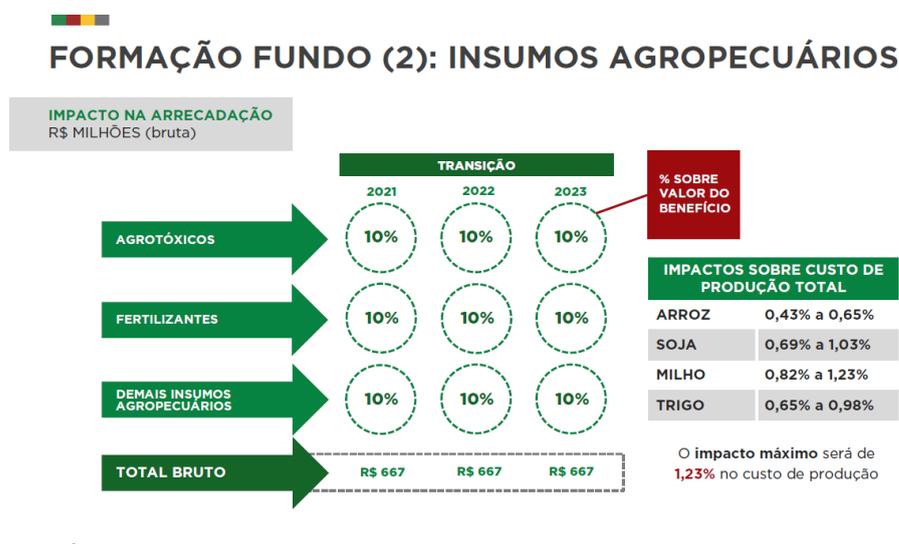
Áreas em hectares	% com ATER
1,0 a menos de 2,0	1,9
2,0 a menos de 3,0	2,6
3,0 a menos de 4,0	3,0
4,0 a menos de 5,0	3,5
5,0 a menos de 10	43,1
10,0 a menos de 20	53,0
20,0 a menos de 50	60,1

Fonte: IBGE (2017)  
Elaboração do autor

Os dados da Tabela 2 revelam, segundo os respondentes do Censo Agropecuário, uma consistente abrangência da ATER nos segmentos mais estruturados da agricultura familiar do RS, bem como uma baixa cobertura de ATER no segmento de pequenas áreas, provavelmente pela escala de produção limitada desta parcela da população rural.

Consideração terceira: É importante o recebimento de ATER (especialmente a ATER pública) no segmento mais estruturado da agricultura familiar no RS, estrato este compreendido nas áreas de cinco a 50 hectares. Entretanto, os setores mais empobrecidos e com menores áreas a ATER ainda têm um alcance bastante limitado.

A agropecuária gaúcha e brasileira conta com diversas políticas de apoio, tais como o crédito agrícola, a ATER, o seguro agrícola e outros. Entre esses, encontra-se a desoneração de tributos aos insumos agropecuários através de diversas legislações, como a Lei 10.925 de 2004, a resolução do CONFAZ 100/97 e o decreto 7.660/2011 que isenta ou reduz as alíquotas de impostos como IPI, PIS/CONFINS e ICMS sobre os insumos agropecuários e especialmente sobre os agrotóxicos.



**Figura 2.** Desonerações dos tributos estaduais dos insumos agropecuários  
Fonte: Reforma RS (2020)

Segundo dados do Governo do Estado do RS, em sua proposta de reforma tributária de 2020 não aprovada pelo parlamento gaúcho, o total das desonerações atinge o valor de R\$ 667 milhões anuais, conforme a imagem acima. A proposta do Governo do Estado então era a criação de um Fundo para acolher os recursos provenientes do corte de 10% das desonerações e destinado ao apoio a diversas atividades.

É necessário considerar quem se beneficia destas desonerações. Elas atingem todos os produtores do Estado; entretanto, somente no caso dos agrotóxicos podemos ver a enorme concentração destes subsídios a um pequeno conjunto de produtores, conforme a Tabela 3, a seguir:



**Tabela 3.** Grupos de áreas de lavoura e despesas com uso de agrotóxicos / RS

Áreas lavouras	Nº estabelecimentos	Despesas em R\$
0 – 50 hectares	103.358	117.523.000
20 – 50 hectares	26.376	407.551.000
200 – 500 hectares	4.473	779.092.000
+ de 500 hectares	2.656	1.697.629.000

Fonte: IBGE (2017)  
Elaboração do autor

Uma leitura rápida na tabela acima nos permite concluir que cerca de 77% dos subsídios dados aos agrotóxicos para as lavouras no RS – especialmente para a soja – são direcionados a apenas 7.129 estabelecimentos, ou seja: cerca de 02% do total de estabelecimentos rurais.

Consideração quarta: As desonerações podem ser importantes para determinados produtos agrícolas ou pecuários e, em determinados tempos, possam se fazer necessárias. A justiça tributária – porém – deve ser o principal critério a ser adotado, contemplando os setores mais empobrecidos e no caso da agropecuária direcionados à produção de alimentos e ao fortalecimento da agricultura familiar, amplamente majoritária nos campos do RS e no Brasil.

## CONCLUSÃO

A produção de alimentos e o emprego rural conferem parte das bases para a sustentabilidade no meio rural e da sociedade brasileira. Também a Assistência Técnica e Extensão Rural Pública é fortalecida em estados que contam com uma forte agricultura familiar, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Dentre o espectro da agricultura familiar, deve-se dar atenção aos seus setores mais empobrecidos, aí referidos a famílias dos agricultores como também aos povos e comunidades tradicionais. Assim, a ATER pública pode ser direcionada exclusivamente para o apoio à agricultura familiar e aos setores mais empobrecidos do meio rural. As receitas provenientes da retirada das desonerações – 667 milhões/ano no caso do RS – devem ser direcionadas para políticas de apoio à agricultura familiar e ao financiamento da ATER pública.

## REFERÊNCIAS

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (SEAPDR). **Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2021**. Rio Grande do Sul: 2021.

REFORMA RS. **Reforma Tributária do Estado**. Apresentação. Rio Grande do Sul: 2020. Disponível em: [www.rs.gov.br](http://www.rs.gov.br)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário IBGE**. Brasília, DF: 2017.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; BORGES, B. K. **Painel do agronegócio do Rio Grande do Sul - 2021**. Porto Alegre: DEE/SPGG, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Cadastro Único**.



## OPÇÕES DE FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATER PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO\*

Magno dos Santos Roza<sup>1</sup>

Marcelo Duncan Alencar Guimarães<sup>2</sup>

Marcus Peixoto<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Técnico em Agropecuária e Zootecnista – Discente na UFRRJ  
E-mail: sejadocampo@hotmail.com / Tel: (21) 96699-5115

<sup>2</sup> Engenheiro Florestal - Docente Adjunto na UFRRJ  
E-mail: duncanmarcelo@gmail.com

<sup>3</sup> Engenheiro-agrônomo - Consultor Legislativo no Senado Federal  
E-mail: marcusp@senado.leg.br

### RESUMO

O provimento de recursos para custeio e investimento na assistência técnica e extensão rural (ATER) pública tem se mostrado irregular e incipiente em diversos momentos da história destes serviços. Por este motivo, percebe-se que estas entidades demandam mudanças estruturais, de gestão e operacionais que lhes proporcionem outras fontes de recursos e, conseqüentemente, melhores condições financeiras para o pleno exercício das suas funções. Este trabalho tem como objetivo analisar a origem dos recursos financeiros, custeios e receitas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) no ano base 2020 e apresentar alternativas adotadas por outras entidades públicas, entre elas a prestação de serviços remunerados/reembolsáveis sem que isto comprometa o princípio legal da gratuidade previsto pela Lei nº 8.171, de 1991. A análise dos relatórios mostra que a maior parcela dos recursos foi destinada para cifras administrativas (folhas de pagamento) e menos de 1,0% para custeio das ações de ATER. Parcerias público-privadas, modificação da personalidade jurídica (agências, institutos, fundações e consórcios intermunicipais de ATER), cooperação com fundações de apoio, exploração de royalties, marcas e patentes e prestação de novos serviços técnicos (a exemplo do georreferenciamento de imóveis rurais) remunerados ou reembolsáveis são alternativas com potencial de contribuição à reorientação das entidades prestadoras de ATER pública.

**Palavras-chave:** Extensão rural; Serviço público; Captação de recursos.

---

\* Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão “**Opções de Financiamento dos Serviços de ATER Pública no Estado do Rio de Janeiro**” para obtenção do título de Especialista no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégias no Agronegócio – PPGEAGRO / UFRRJ, em Outubro/2021.



## INTRODUÇÃO

A prestação destes serviços de ATER pode ser de origem pública (provida por entidades da esfera municipal, estadual ou federal) ou privada, de forma gratuita ou remunerada. O Censo Agropecuário 2017 mostra que estabelecimentos agropecuários podem ter acesso a mais de uma destas formas simultaneamente, no entanto, na maioria dos casos, estes serviços não estão disponíveis ou não são oferecidos (**IBGE, 2017**). A combinação de situações desfavoráveis à prestação dos serviços se traduz em cenários de incerteza para as equipes locais das entidades estaduais, que normalmente são demandadas a elaborar os seus planos de trabalho no início do ano, mesmo sem ter qualquer previsão orçamentária para o custeio básico das unidades locais e a realização dos trabalhos de campo. Diante da imprevisibilidade e insuficiência nas dotações orçamentárias destinadas para a ATER Pública, as recorrentes tentativas de fusão ou mesmo extinção destas entidades, o baixo recrutamento de pessoal, as precárias condições das unidades locais e o público beneficiário que demonstra baixa percepção de valor quanto aos serviços oferecidos, abordar esta temática pode gerar conteúdo de utilidade para os serviços públicos de ATER.

Nesse sentido, este resumo apresenta uma análise da estrutura física, do corpo técnico e do relatório de despesas e receitas da EMATER-RIO no ano base 2020 e discute alternativas já implementadas por outras entidades públicas, visando aprimorar os seus mecanismos para captação de recursos, prestação de novos serviços e geração de receita através dos recursos patrimoniais e humanos disponíveis.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho utilizou dados públicos sobre a EMATER-RIO disponibilizados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro através das páginas da internet Portal da Transparência e Secretaria de Estado da Casa Civil e Gestão (**SECCG**), Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**SEAPPA**) e o próprio site da EMATER-RIO. Os documentos de referência analisados foram: Lei Orçamentária Anual (LOA) do Ano Base 2020 e Base de Dados de Receita e Despesa da LOA 2020, os Relatórios Anuais da EMATER-RIO de 2016 a 2020 e a publicação “**A EMATER- RIO por seus funcionários**” de autoria da Associação dos Funcionários da EMATER-RIO (**AFERJ, 2021**). Este trabalho foi concebido diante de um cenário de recuperação fiscal, possibilidade de reativação do Plano Estadual de Desestatização (PED) e iminentes propostas do Governo Estadual de extinção e fusão de entidades públicas estaduais, entre elas a EMATER-RIO.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à sua estrutura física, arranjo institucional e abrangência territorial, a EMATER-RIO está presente nos 92 municípios do Estado, dispendo de 72 Escritórios Locais, 11 Postos Avançados, 05 Escritórios Regionais, 01 Escritório Central (Niterói), 07 Escritórios de Engenharia Rural e 03 Centros de Treinamento (Italva, Cordeiro e Três Rios). De acordo com o **AFERJ (2021)**, a empresa contava com 608 funcionários distribuídos em atribuições das partes técnica (ciências agrárias) e administrativa, com 71% e 29%, respectivamente, sendo que deste total, 479 (79%) encontravam-se no exercício de atividades de ATER diretamente no campo. Segundo o Quantitativo de Servidores por Órgão do Governo (**LOA 2020**), a empresa conta com 596 servidores ativos informados, sendo esta diferença entre as fontes possivelmente atribuída à movimentação de pessoal (cessão, reintegração, desligamento e outros) ao longo do ano. Quanto ao perfil do público atendido em 2020 (primeiro ano da pandemia), foram 30.575 pessoas, sendo destas 21.731 da agricultura familiar (equivalente a 71% do público total) (**EMATER-RIO, 2021**).

As despesas da EMATER-RIO no ano 2020 foram 100% oriundas do orçamento fiscal, totalizando R\$ 97.249.817,00, sendo que, deste montante, R\$ 96.317.152,00 (99,04%) foram destinados para Administração em Geral, enquanto R\$ 932.665,00 (0,96%) para a Extensão Rural. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 88.686.925,00 (92,37% do orçamento) e a Gestão do Patrimônio Imóvel em um total de R\$ 305.000,00 (0,32%). Do total de Outras Despesas Correntes (não especificadas acima), apenas R\$ 51.500,00 (1,02%) foram realizadas por meio de Recursos Próprios, enquanto os outros R\$ 4.993.227,00 (98,98%) foram executadas a partir do Tesouro Estadual. No tocante à provisão de receitas, foram apontadas três origens principais: Receitas Patrimonial, Agropecuária e de Serviços. O primeiro grupo foi representado pela Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado através de Aluguéis e Arrendamentos com R\$ 12.000,00 (3,02%), o segundo pela própria Receita Agropecuária com R\$ 120.000,00 (30,23%) e o terceiro pelos Serviços Administrativos e Comerciais Gerais com R\$ 265.000,00 (66,45%), totalizando R\$ 397.000,00 em receita bruta anual.

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e o seu Plano de Recuperação Fiscal (PRF) são destinados às unidades federativas e ao Distrito Federal em situação de desequilíbrio financeiro grave e elencam um conjunto de instrumentos e medidas (obrigatórias e adicionais) a serem utilizados para reequilibrar as contas públicas dentro do prazo de três anos (prorrogável por igual período). No Rio de Janeiro este RRF foi iniciado em 2017 e, entre as medidas executáveis, estão o financiamento do plano de desligamento voluntário de pessoal (PDV) e a antecipação da receita de privatização de empresas. O Plano Estadual de Desestatização (PED), inicialmente criado em 1995 (Lei nº 2.470 de 28 de novembro de 1995) tinha como princípios reestruturar a exploração pelo Estado da Atividade Econômica, transferindo à iniciativa privada aqueles serviços que não atendiam interesses coletivos. Em 2020,



uma proposta de retomada deste PED foi encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), com texto que sugeria alguns cortes de gastos, através da fusão e extinção de empresas, adoção de PDV e privatização, sendo a EMATER-RIO citada ao menos para uma destas medidas (**EXTRA, 2020, FOLHA DIRIGIDA, 2020**).

A primeira onda de modificação da personalidade jurídica nas entidades de ATER marcou a transição das associações de crédito e assistência rural (ACAR) para empresas (EMATER) e, mais recentemente, a segunda onda trouxe agências, institutos e fundações, a exemplo do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), em 2000 e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), em 2014, entre outros pelo país. Uma modalidade ainda não identificada no cenário nacional é um Consórcio Intermunicipal voltado para a prestação dos serviços de ATER, formato já adotado para viabilizar a prestação de outros serviços como a Saúde, Saneamento e Desenvolvimento Econômico. Iniciativas como o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF), instituído em fevereiro de 2000 como autarquia formada por 11 municípios da Região da Baixada Fluminense, podem servir como referência para um estudo de viabilidade na ATER, especialmente em regiões desprovidas deste serviço ou onde o ente público não dispõe de condições operacionais adequadas.

A atuação conjunta com fundações de apoio é uma prática mais rotineira em centros universitários e tem viabilizado a captação de recursos através de projetos, concessão de bolsas de residência e estágio, prestação de serviços remunerados, como cursos e a realização de leilões de animais, a exemplo da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), respectivamente, com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnologia da UFRRJ (FAPUR). Para as duas fundações citadas acima os seus regimentos internos preveem a possibilidade de apoio aos outros entes em todo o território nacional, desde que aprovado pela sua Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) de origem. Tendo em vista os convênios, contratos, termos de cooperação técnica e outras formas de parcerias firmadas entre as empresas prestadoras de ATER e as universidades, essa alternativa pode viabilizar ações extensionistas geradoras de receitas para o custeio e manutenção das ações nas unidades locais, através de métodos complexos, como dias de campo, cursos, treinamentos, seminários e palestras. No estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Parcerias Público Privadas (PROPAR) tem o propósito de promover as parcerias entre entes públicos da Administração Direta e a iniciativa privada através de contrato de concessão patrocinada ou administrativa. Isto possibilita a realização de algumas ações que isoladamente estes atores não conseguiriam executar em condições e prazo hábeis, a exemplo da implantação de unidades demonstrativas, realização de feiras agropecuárias, excursões, exposições e concursos de produtividade (leiteiro e agrícola). Este programa ainda conta com o Fundo Fluminense de Parcerias (FFP) e o Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas (FGP).



A inovação tecnológica, a produção de conteúdos e materiais técnicos e o desenvolvimento de ferramentas digitais são iniciativas alinhadas com a ideia de modernização e adequação da ATER aos novos canais e meios de comunicação, em consonância com o recém-lançado conceito de “ATER 4.0”. Através destas ferramentas é possível explorar uma série de mecanismos de proteção do patrimônio intelectual e tecnológico passíveis de remuneração à medida que são disponibilizados a terceiros, seja através de marcas, patentes, royalties ou direitos autorais. Exemplos aplicáveis à rotina da prática extensionista: criação de softwares de uso agropecuário e aplicativos para dispositivos móveis como o Sistema de Emissão de DAP (SISDAP) criado pela EMATER-RS e amplamente utilizado por outras empresas de ATER pública e os vídeos e softwares desenvolvidos e comercializados pelo Centro de Produções Técnicas (CPT) em Viçosa. O desenvolvimento de máquinas, implementos agrícolas, equipamentos e ferramentas de uso agropecuário e criação de conteúdo audiovisual em plataformas de streaming; e os canais do Youtube que remuneram os produtores de conteúdo (por visualizações, propaganda e interações com as publicações) também devem ser considerados pela ATER.

Quanto à possibilidade de prestação de novos serviços, propositalmente, foi destacado o Georreferenciamento de Imóveis Rurais, tendo em vista o grau de urgência que este assunto merece e ainda não recebeu, já que o prazo para a última categoria (Imóveis Rurais com área inferior a 25 ha) vence em 20/11/2025 e apenas 6,4% dos imóveis rurais do Estado foram cadastrados. O descumprimento às normas do Decreto 9.311/2018 implicará restrições ao arrendamento, venda, partilha, abertura de inventário e acesso ao crédito rural, condição que comprometerá não só os proprietários dos imóveis rurais, mas todo o setor agropecuário fluminense e políticas públicas relacionadas.

## **CONCLUSÃO**

Para o ano base 2020, as atividades propriamente relacionadas à área operacional da extensão rural na EMATER-RIO representaram menos de 1,0% das despesas, enquanto um pouco mais de 92% foi destinado para folha salarial dos servidores. A geração de receita teve três fontes e representou apenas 0,4% do total das despesas, o que é um dado preocupante, em especial, dentro do contexto de recuperação fiscal e das propostas de desestatização no cenário estadual. Na avaliação do autor, as iniciativas voltadas para o incremento das receitas da EMATER-RIO tendem a proporcionar melhor exploração das habilidades e competências profissionais do seu corpo técnico, assim como evitar que recursos patrimoniais (materiais, equipamentos e veículos) fiquem subutilizados ou mesmo sucateados. Também é necessária a realização de um estudo de viabilidade considerando a possibilidade de cobrança por serviços prestados aos agricultores, sem que isto descaracterize a natureza pública dos serviços de ATER. É importante que ocorra incremento na receita bruta da empresa através da prestação de novos



serviços (a exemplo do georreferenciamento de imóveis rurais), aumento da receita agropecuária proveniente das unidades de produção ou exploração do patrimônio imóvel. Não havendo o posicionamento por parte da empresa frente às demandas do seu público beneficiário, este possivelmente recorrerá aos outros prestadores de serviços (autônomos e/ou outras empresas) ou ainda, permanecerão sem acesso a estes serviços e tantas políticas públicas relacionadas. Provavelmente, a tradicional estratégia de difusão de tecnologias por si só não seja capaz de remunerar devidamente os prestadores de ATER Pública, cabendo a estes considerar a possibilidade de ofertar novos serviços, modalidades de cobrança ou reembolso (*cashback*), a criação, produção e geração de tecnologias mediante mecanismos de marcas, patentes e direitos autorais e a participação em parcerias público-privadas.

## REFERÊNCIAS

EMATER-RIO. **Relatório Anual de Atividades 2020**. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

EXTRA. <https://extra.globo.com/economia/emprego/servidor-publico/governo-retirada-alerj-projeto-de-desestatizacao-de-empresas-nova-proposta-de-corte-de-gastos-sera-enviada-24683287.html> 2020. Acesso em 15 de Outubro de 2021.

FOLHA DIRIGIDA. <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/especial-fd/governo-apresenta-reforma-administrativa-rj-ao-presidente-da-alerj> 2020. Acesso em 15/10/2021.

IBGE, 2019. **Censo Agropecuário, 2017**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível no endereço eletrônico: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

Acesso em 15/10/2021.

PROPAR. **Programa Estadual de Parcerias Público Privadas**. Lei nº 5.068 de 10 de julho de 2007.

SECCG. **Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020, Volume 1**. Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. 2020, 393 pg.



## **SUBTEMA 2**

### **ATER PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

#### **JUSTIFICATIVA**

A importância deste tema está posta pela urgente releitura da PNATER com relação ao objetivo geral de “Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações”, diante dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030.

A operacionalização do desenvolvimento sustentável tendo como elementos balizadores os fundamentos e as diretrizes da PNATER e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações de ATER, foi uma propositura inovadora, com ações de ATER desenvolvidas desde 2004. Contudo, qual tem sido a forma de gestão, monitoramento, acompanhamento e avaliação dessas ações, hoje, considerando os 17 ODS?

Qual o grau do desenvolvimento sustentável alcançado? Indicadores estabelecidos pelos programas e projetos governamentais em cada unidade federativa (estado) têm sido alinhados ao alcance de Metas dos ODS? Ou são apenas acompanhados e monitorados sem considerar referências da Agenda 2030 que permita a aferição de realização do desenvolvimento sustentável.

Sabe-se que somente em 2015 se torna possível a aferição do Desenvolvimento Sustentável, com a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável–ODS, que em 2017 somam 17, desta forma o que foi estabelecido em 2004 pela PNATER e reafirmado em 2010 pela Lei Geral de ATER (lei nº 12.188) passa a ter novas dimensões e atribuições que precisam de um debate mais aprofundado que possibilite mostrar à sociedade a relevância e a essencialidade da ATER e da Pesquisa Agropecuária Pública na promoção do desenvolvimento sustentável, levando em conta os ODS e suas metas.



**Palestrantes Convidados:**

Prof. Sônia Maria Pereira Bergamasco - UNICAMP/SP

Prof. Ricardo Serra Borsatto - UNICAMP/SP

Consultor Valter Bianchini - FAO

**Professor Avaliador Convidado:** Prof. Ricardo Serra Borsatto - Unicamp/SP

**Coordenação da Sessão:** Extensionista Vicente de Paula Paiva Neto - STAFPA/PA

**Relatoria:** Extensionista Marines Rosali Bock - ASAE/RS

**Apoio e Assessoria CTC:** Extensionista Gustavo Adolfo Gomes Scholz - AFA/PR

As palestras da professora Sônia Maria Pereira Bergamasco, do professor Ricardo Serra Borsatto e do consultor Valter Bianchini estão disponíveis na íntegra em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=YIR4dR5NsDw&t=3159s>

Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do Brasil

**ATER PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco  
Ricardo Serra Borsatto  
Valter Bianchini

CONFASER- JUNHO/2022

Realização: FASER ASSERDF  
Correalização: EMATER-DF  
Apoio: Instituto Serzedello Corrêa Escola Superior do Tribunal de Contas da União





**RESUMOS EXPANDIDOS REFERENTES AO SUBTEMA 2**  
**ATER PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO RURAL**  
**SUSTENTÁVEL**



## **CONTRIBUIÇÃO DA ATERS À PERSPECTIVA DE RETOMADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS INVISÍVEIS DO RURAL BRASILEIRO.**

Lauro Edilso Bernardi <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo sustenta que os serviços públicos de assistência técnica, social e de extensão rural (ATERS), apresentam-se como aliados estratégicos na execução de políticas dirigidas ao enfrentamento da pobreza rural brasileira. O acúmulo, gerado na execução do Programa de Fomento as Atividades Produtivas Rurais, evidencia esta expertise que pode ser potencializada numa perspectiva sociopolítica em disputa de retomada afirmativa de ações similares. Para dar conta desse desafio, utiliza-se como metodologia fragmentos da dissertação do autor que avaliou o desempenho desta política pública no RS. Os resultados deste estudo evidenciam o papel estratégico dos serviços públicos de extensão rural enquanto articuladores operacionais dessa complexa e inovativa política pública que chegou às famílias mais excluídas do meio rural do RS, alcançando resultados significativos possíveis no universo temporal de dois anos.

**Palavras-chave:** Pobreza rural; Legado; Serviço público de extensão.

### **INTRODUÇÃO**

Com a redemocratização do Brasil, verificou-se a retomada do debate sobre o binômio desigualdade social e pobreza. O País que passara da condição de um dos mais pobres para a condição de oitava economia global em 50 anos, o fizera sem alterar o padrão histórico que aponta essas desigualdades.

Neste contexto, operou-se com grande resultado uma política de transferência de renda, que de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/IBGE, entre 2002 e 2009, reduziu a extrema pobreza de 7,9% para 3,9% da população brasileira (CAMPELLO, FALCÃO, 2014). Porém, estudiosos do tema alertavam que a pobreza no meio rural era muito mais intensa quando comparada à urbana, referindo-se a uma blindagem de injustiça que ainda resiste às políticas sociais acionadas.

---

Para enfrentar esta realidade, em 2011 o governo federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria. Em sua regulamentação, sob a responsabilidade conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estruturou-se o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (doravante chamado Programa de Fomento), dirigido ao meio rural.

<sup>1</sup> Engenheiro-agrônomo. MSc em Extensão Rural. Extensionista da Emater RS/ Ascar. E-mail lauro@emater.tche.br

Consideravam-se beneficiários desta iniciativa agricultores, familiares e públicos especiais que encontravam-se simultaneamente em situação de extrema pobreza inscritos no Cadastro – CADÚNICO (BRASIL, 2011). Às famílias que aderissem ao Programa, garantiam-se o acesso aos serviços de assistência técnica e social no mínimo por dois anos e a transferência de recursos financeiros não reembolsáveis com objetivos de estruturar iniciativas que promovessem segurança alimentar, geração de oportunidades de inclusão produtiva que contribuíssem para o incremento da renda.

Mediante Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o Estado do Rio Grande do Sul e os dois Ministérios, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, definiu-se como entidade executora a Emater-RS. A execução do Programa de Fomento iniciou-se ao final de 2012. Envolveu um universo de 6 mil famílias distribuídas em 69 municípios gaúchos. Uma segunda etapa, iniciada em 2013, envolveu mais 5 mil famílias em 216 municípios.



**Figura 1** - Visitas de agentes de ATERS a domicílios vinculados ao Programa de Fomento

No desenvolvimento deste acordo de cooperação, a extensão rural deparou-se com público diferente e uma realidade distinta daquela vivenciada pelos agricultores consolidados, demandantes tradicionais deste serviço público (Fig.1). Encontraram-se situações de vulnerabilidade, carências, precariedade de moradia, isolamento, baixa autoestima e adoecimento social, pouca disponibilidade de terras, entre outras. Deparou-se com reconhecidos limites gerados por causas estruturais que caracterizavam outra realidade. A dimensão da pobreza rural do RS podia ser expressa naquele momento por três indicadores: a) 171.100 famílias estavam inscritas no Cadastro Único; b) 83.644 famílias rurais recebiam Bolsa Família; e c) 76.854 estavam enquadradas na extrema pobreza (MDS, 2013). Neste cenário, geraram-se vivências e acúmulos que credenciam este serviço público a contribuir com a perspectiva de retomada de políticas que buscam a superação deste cenário.



## **METODOLOGIA**

Para dar conta do objetivo do presente resumo expandido, utiliza-se como metodologia fragmentos da dissertação do autor que avaliou em 2015 o desempenho desta política pública no RS. Naquela pesquisa foi utilizado o referencial da abordagem interpretativa proposto por Rodrigues (2008), que considera “que o conhecimento produzido tem múltiplas dimensões e é constituído a partir de diferentes tipos de informações”, tomando como base a percepção ou forma de interpretação dos significados das políticas por distintos atores sociais envolvidos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados alcançados na primeira etapa do Programa de Fomento, dado à percepção de 60 profissionais contratados exclusivamente para trabalhar com as 6 mil famílias envolvidas, informa que a motivação destes profissionais foi crescente, que houve um grande aprendizado profissional e institucional sobre o fenômeno da pobreza. Indicam que onde o programa mais avançou foi em segurança alimentar, com alcances significativos em termos de geração de renda para mais da metade das famílias envolvidas e que a maioria dos projetos produtivos desenvolvidos fortaleceu suas estratégias de reprodução social, tendo elevada capacidade de continuidade e sustentabilidade. A cidadania das famílias envolvidas foi ampliada e, pelo direcionamento prioritário da titularidade dos projetos, fortaleceu-se a mulher nas relações de gênero dentro e fora da unidade de produção familiar. Em síntese, fez-se muito com muito pouco!



**Quadro 1.** Aprendizado auferido pelas equipes municipais de ATERS envolvidas na execução da primeira etapa do Programa de Fomento no RS

<b>Principais elementos apontados pelas equipes municipais executoras</b>
Conhecimento da desafiadora realidade deste “novo público” da ATERS.
Construção de uma nova percepção sobre a pobreza rural e suas causas estruturais.
Adaptação do conhecimento técnico a realidade e expectativas das famílias.
Melhoraram a integração entre extensionistas e o conhecimento sobre direitos e políticas de proteção social.
Intersetorialidade e integração social – articulação entre vários setores locais (saúde, educação, assist. social).
Dirimiram-se preconceitos – o público surpreendeu os gestores locais.
Focalização da política em nome titular BF estimulou protagonismo de mulheres e jovens.
Na socialização das famílias – ampliou-se sensivelmente o direito de falar, de ser ouvida, de conhecer experiências.
Fizeram-se melhorias na produção, na segurança alimentar e na renda com muito pouco recurso.
Reconhecimento e valorização do trabalho de ATER pelas famílias até então invisíveis.

Para Schröder & Camboim (2015), a atuação dos profissionais da ATER, diante da realidade de vulnerabilidade social encontrada, tendeu a avançar para além dos aspectos produtivos, assumindo papéis de mediação com vistas a incluir estas famílias noutras políticas sociais, constituindo-se parcerias estratégicas com agentes locais para além daqueles que compõem o universo produtivo. A atuação da extensão rural tendeu a alimentar um processo generalizado de circulação de informação e ampliar, conseqüentemente, o horizonte de possibilidades da família rural, que, recorrentemente, desconheciam a existência de várias ações governamentais das quais poderiam se beneficiar para superar sua condição de pobreza (SCHRÖDER; CAMBOIM, 2015, p. 13).

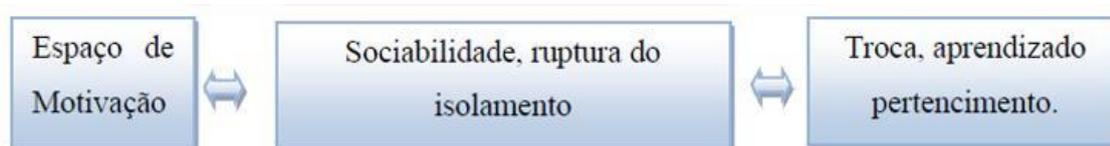
Significativo relato do trabalho da equipe municipal de Liberato Salzano, permite identificar esta sinergia percebida acima:

O Programa iniciou é já nos primeiros contatos com as famílias sentimos que o sonho maior era a melhoria da habitação. Iniciamos uma caminhada em apoio a este sonho [...]. Entramos em contato com a agência local da Crehnor que havia se disponibilizado em assumir a contratação do projeto habitacional no município. A Cooperativa prontamente topou o desafio [...]. Porém, o programa prevê uma contrapartida, que nós sabíamos que os beneficiários não teriam condições de pagar. Agendamos uma reunião com o Prefeito Municipal, a Crehnor [...]. O Prefeito Municipal se disponibilizou a assumir uma parte da contrapartida, ficando assim definido: o projeto será de uma casa de 42m<sup>2</sup> no valor de R\$30.600,00, sendo R\$28.500,00 do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, R\$1.500,00 a Prefeitura vai colocar de contrapartida e R\$600,00 a família pagará em até 6 parcelas. [...] Como resultado foram encaminhadas 24 casas pelo programa PNHR

do governo federal e um beneficiário do Fomento que não conseguiu a documentação necessária para o PNHR receberá uma casa que será doada pela Prefeitura Municipal (DUSO, 2013, p.3-4).

Dado o limite da presente síntese, recortaram-se cinco testemunhos em vozes das famílias entrevistadas. A entrevista 7 explicita a invisibilidade ao próprio direito de acesso aos serviços de ATERS garantido pelo Programa, informando que “nem sabia o que era Emater”. Oitenta e seis por cento das famílias beneficiárias entrevistadas informaram desconhecer os profissionais e seus serviços, que constitucionalmente deve ser público, gratuito e universal. As entrevistas 5 e 10 respectivamente, indicam a importância dos projetos majoritariamente terem sido elaborados em nome das mulheres. “Mas eu achei muito bom, pelo menos algum dia a mulher teve vez, ter capacidade, não só os homens ter tudo, ter oportunidade”. E “Acho que foi muito bom, eu sempre queria comprar uma máquina, nunca dava. Botei a mão no dinheiro e comprei”.

Quanto à importância da participação em eventos contratualizados pelo Programa, veja-se a fala da entrevista 5. ‘Muito bom, porque a gente aprende muita coisa, muitas coisas assim de horta, lavoura, muitas coisas que a gente não sabia e aprendeu. Deveria voltar de novo. A gente vai a Fontoura, nós éramos 32 em nosso grupo, é tão bom quando se acha com os colegas de reunião, tudo se conhece, tudo se abraça, é tão bom. Eu gostei muito’. Notam-se os espaços de motivação (FIG. 2)



**Figura 2.** Esquema que traduz a leitura das famílias entrevistadas sobre a participação em eventos do Programa de Fomento

O grau de satisfação das famílias entrevistadas em terem participado do programa foi de 100%, reivindicando sua continuidade e expansão para demais famílias.

## CONCLUSÕES

Com suporte adequado, o Programa de Fomento mostrou-se capaz de alcançar aquelas famílias mais excluídas do meio rural do RS, motivando e apoiando-as em seus projetos produtivos que tiveram reconhecido impacto na melhoria de sua segurança alimentar, com geração de renda possível em cada realidade. Adicionalmente, incidiu positivamente sobre a autonomia das mulheres, constituindo visivelmente espaços de sociabilidade e de relações destas famílias que deram passos no sentido de ampliar a cidadania. Ainda não aquela necessária, mas aquela possível em face de séculos de exclusão. Este acúmulo permite concluir que os serviços públicos de ATERS têm muito a contribuir numa perspectiva de retomada



de políticas públicas que buscam a redução das dimensões da pobreza mediante a superação de indicadores de privações, como ficou evidenciado.

## REFERÊNCIAS

BERNARDI, L.E. **Entre o sonho e a realidade**: legado do Programa de Fomento\_PBSM no RS. 2015. 182 f. (Dissertação Mestrado). UFSM, 2015.

CAMPELLO, T.; FALCÃO, T. O fim da miséria é só um começo. In: \_\_\_\_\_. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 793-822.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008.

DUSO, L. T. O sonho da casa própria. **Boletim AC-BSM Fomento**. Emater-RS, Porto Alegre, RS, Ano 1, n. 4, 5 de set. 2013. 8 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA. **Beneficiários do CadÚnico do Estado do Rio Grande do Sul**. Brasília, 2013.

RODRIGUES, L.C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Ceará, v. 1, n. 1, 2008, p.7-15.

SCHRÖDER, M.; CAMBOIM, I. L. Combate à pobreza e políticas públicas. Brasília. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 23, 2015. p. 87-103.



## O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL COM O CRÉDITO RURAL ORIENTADO PELA ATER

Marcelo Henrique Müller<sup>1</sup>  
Cleide Gutierrez<sup>2</sup>

Emater-RS/Ascar, rua Olavo Bilac, 370 – sala 4, Centro Colinas/RS.  
[emcolina@emater.tche.br](mailto:emcolina@emater.tche.br)

### RESUMO

A inserção da ATER no contexto familiar em típica propriedade rural, com o uso de ferramentas de desenvolvimento e o crédito rural assistido, promoveu o resgate da cidadania e sucessão rural atentando aos aspectos econômicos, sociais e ambientais inerentes ao processo.

**Palavras-chave** - Sucessão; Renda; Produção; Empoderamento; Gênero.

### CONTEXTO

O trabalho foi desenvolvido na propriedade rural da família Horst em Linha Roncador, município de Colinas, RS, no período de 2005 até os dias atuais, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural na propriedade nos enfoques econômico, social e ambiental, a fim de tornar o processo de sucessão rural capaz de proporcionar uma vida com qualidade e digna aos jovens e demais integrantes familiares.

### DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A Extensão Rural oficial do RS atende a família Horst desde os idos de 1998, quando da inauguração do escritório municipal da ATER neste município. Mas foi a partir de 2005 que a família aceitou o desafio de efetuar investimentos e melhorias na propriedade com orientações e acompanhamento da ATER em formato conjunto da área social e econômica, visando proporcionar ambiente favorável para o processo de sucessão rural. A composição da família dá-se com as seguintes pessoas: A avó H. H com 83 anos; o casal E. e C. Horst com 65 e 56 anos respectivamente; os filhos V. com 19 anos e solteiro, P. com 17 anos e solteira e R. e sua esposa D. F. B. com 32 e 33 anos respectivamente, que moram em casa separada, mas na mesma propriedade com seus filhos menores M. H. com 07 anos e I.L com 02 anos.

Durante a caminhada de desenvolvimento, diversas ferramentas metodológicas foram utilizadas, destacando a leitura de paisagem, caminhada transversal, mapa participativo da propriedade, Matriz FOFA (Fortaleza e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), matriz de priorização de problemas, planejamento e visitas, todas desenvolvidas em processo interativo e em ambiente de equidade.

Cronologicamente, a propriedade inicialmente estava alicerçada na produção de grãos (Soja e milho) iniciada em meados dos anos 70, onde na sequência fomentou-se a produção de leite iniciada no ano de 1982. Mas com a evolução dos tempos e a limitação natural imposta pelo sistema, a família viu-se obrigada a rever a matriz de

<sup>1</sup>- Extensionista Rural Econômico Nível Médio II, Técnico em Agropecuária e graduando em Ciências Contábeis;

<sup>2</sup> - Extensionista Rural Social Nível Médio II, Magistério, licenciatura curta - Ciências Físicas e Biológicas; licenciatura plena – Biologia, pós graduação – Especialista em educação ambiental.



produção imperiosa, sob pena de sucumbir ao longo do tempo. Na largada, com apoio direto e incondicional da ATER, a simpatia e o interesse da família, no ano de 2005 foram feitos investimentos na atividade suinícola na modalidade creche, com a instalação de uma pocilga com capacidade para 600 animais. Com o sucesso de primeiro empreendimento e o apoio da ATER, em 2008 foi construída a segunda pocilga com capacidade para também 600 suínos e terminação modalidade creche. O uso de tecnologias ambientais para o correto manejo dos dejetos (uso de piso vazado e esterqueiras internas e externas) resultou em um adubo de qualidade utilizado nas áreas agrícolas. Observa-se que esta atividade produtiva agregou substancial receita à atividade leiteira, pois reduziu o custo de produção das forragens com a diminuição do uso de adubos químicos.

Gradativamente o modelo de produção de grãos (principalmente a soja) em pequena área de terras foi substituído pela produção de forragens (milho para silagem e pastagens) com maior qualidade e quantidade, destinadas à alimentação do plantel leiteiro existente, proporcionando resultados econômicos e sociais muito acima do esperado quando comparado ao processo de produção da soja, fato este que incentivou a família a incrementar a produção leiteira.

No ano de 2014, após muitos embates com a ATER acerca da diversificação da matriz produtiva da propriedade, a família, em função de aptidão em processo de fabricação de panifícios, acredita na proposta de investimento, implantando uma agroindústria na respectiva área. O processo de agroindustrialização trouxe diversificação e alternativas aos que apresentavam limitação simpática às demais atividades desenvolvidas na propriedade.

À medida que o tempo passou, com o crescimento dos filhos, houve mais mão de obra disponível, tornando possível a continuidade e o incremento de produtos de qualidade produzidos para o sustento da família, reduzindo a saída de recursos financeiros.

Com a evolução dos processos produtivos na propriedade, houve no ano de 2020 uma preocupação com a quantidade de energia elétrica consumida que, em última análise, mostrava um custo relevante no contexto. Com a preocupação existente e durante as rotineiras visitas da ATER a esta propriedade, foi comentada a possibilidade da implantação de um conjunto de geração de energia fotovoltaica. Na discussão da família, o fato de poderem gerar sua própria energia elétrica, aliado à questão de que em médio prazo reduziriam drasticamente o valor da conta da energia elétrica, mesmo considerando o pós-amortizado o financiamento, indicava a possibilidade de melhorar os resultados da propriedade. Assim, a família decide pelo investimento.

No ano de 2021, já vivenciando o limite da atividade leiteira em termos de tamanho de rebanho versus processo de produção, a família com intenso diálogo com a ATER, investe na construção de unidade de “Compost Barn” (Criação de gado leiteiro sobre serragem), saindo do processo extensivo para o intensivo de produção. Esta mudança trouxe diversos benefícios para propriedade, entre os quais destacam-se: - incremento do número de animais produtivos; - incremento da produtividade do rebanho mediante processo de ambiência animal; - controle dos



dejetos produzidos pela atividade; - recomposição ambiental das áreas anteriormente ocupadas pelo processo extensivo; - despoluição ambiental provocada pela deposição dos dejetos “in natura” nos campos na modalidade extensiva entre outros.

O “compost Barn”, além do ganho ambiental no quesito de não poluição (dejetos confinados em ambiente controlado), valorizou o meio ambiente, criando condições diferenciadas e favoráveis ao manejo do gado leiteiro, proporcionando incremento de produtividade e também de produção, gerando ambiente favorável ao complexo tema de sucessão rural (renda x tecnologia). A produção de adubo orgânico de qualidade decorrente da prática exposta reduziu ainda mais o custo de produção da atividade leiteira com o uso cada vez menor de adubos químicos.

Conforme os processos de produção foram incrementados, surge uma nova demanda na propriedade: água de qualidade para os plantéis. Mesmo tendo abastecimento público de água, a família aceita, depois de muito diálogo e explicações, a execução da prática de proteção de nascentes disponíveis na propriedade. Como resultado, obteve a otimização do uso deste recurso natural, passou a aproveitar a água disponível na superfície em condições de qualidade e quantidade, economizando as águas profundas. Frisa-se que a água de profundidade oriunda de poços tubulares tem um custo muito maior quando comparada à da superfície. Considerada assim, a água torna-se um item de economia, gerando consequente incremento de entradas financeiras nesta propriedade rural, além do ganho ambiental inerente. Observa-se que a família apresentava fortes restrições à prática de proteção de nascentes em virtude de comentários de terceiros, afirmando que tal prática poderia ocasionar a perda da água com o deslocamento da nascente, fato este totalmente desmistificado quando da realização da respectiva prática.

Ainda em 2021, atendendo a uma preocupação com o plantel leiteiro no quesito alimentação com qualidade e quantidade, em ação da ATER, a família decide pela aquisição de um conjunto de fenação (segadeira, ancinho e enfardadeira) que lhe permitiu maior aproveitamento da produção das forrageiras disponíveis, tanto na modalidade de feno como para pré-secado. A presente ação tem apresentado resultados relevantes, pois, além de qualidade na alimentação, mantém sob controle da família o aproveitamento dos excedentes forrageiros, bem como o momento ideal para execução da prática, resultando em incremento nas entradas financeiras.

No contexto da propriedade rural, os integrantes estão conscientes de suas obrigações, do trabalho, do comprometimento e das responsabilidades. Têm ciência de que são donos do seu próprio negócio e precisam administrá-lo como tal. Questões de gênero são tratadas com equidade e clareza, onde o conjunto de atividades e atribuições promove o empoderamento dos integrantes, independentemente de seu segmento de atuação na propriedade. Reconhecem, sem restrições e ressalvas, a importância do trabalho conjugado (econômico, social e ambiental) desenvolvido pela ATER local para com o contexto da família e propriedade rural. Pode-se afirmar que a renda percebida por cada um dos integrantes tem relação direta com o processo de sucessão, bem como com o projeto de futuro estabelecido para esta propriedade rural. Todos labutam profissionalmente em prol do desenvolvimento da propriedade por inteiro, com clareza em seus discursos e foco em suas atuações.



**Resultados** – Principais pontos observados no decorrer do trabalho desenvolvido na propriedade rural:

- Processo consolidado de sucessão rural – filho mais velho atua nas atividades leiteira e suínos creche e irmã mais nova na agroindústria;
- Dificuldades em proporcionar condições para todos os filhos interessados em permanecer na propriedade – o terceiro irmão tem interesse em permanecer na propriedade, apesar de já ter trabalhado fora;
- Economia da água de profundidade com aproveitamento da água de superfície;
- Redução em mais de 90% da conta de energia elétrica da propriedade em virtude do sistema de geração fotovoltaico;
- Empoderamento do sexo feminino – mãe e filha, com auxílio da avó, têm controle total da agroindústria;
- Diálogo na família – Na atualidade a família decide em âmbito coletivo, de forma que todos têm direito a vez e voz, sucedendo o passado onde o pai era o mentor dos destinos da propriedade e da família;
- Renda – com o advento da diversificação da matriz produtiva, a renda percebida foi o fator limitante para consolidação do processo de sucessão rural;
- Autoestima da família – independente do integrante familiar, todos apresentam “brilho nos olhos” quando se reportam a propriedade ou família;
- Recuperação de áreas degradadas – mediante o uso de novas tecnologias e alternativas de produção que dispensam a exploração de áreas com limitações de uso;
- Satisfação pessoal – sentem orgulho de todos os feitos, acreditando em seu potencial para administração e trabalho;
- A família rural como agente de difusão de alternativas e práticas fomentadas pela ATER junto ao grupo de vizinhos e amigos;
- Otimização do trabalho da ATER, pois em uma visita questões de cunho social e econômico com suas adjacências são tratadas de forma consistente, direta e interativa.



## USO DA HOMEOPATIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Gilmar Francisco Vione<sup>1</sup> e André de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>EMATER-RS/ASCAR, Rua Guaporé, 1371, Santa Rosa-RS, [vione@emater.tche.br](mailto:vione@emater.tche.br)

<sup>2</sup>EMATER-RS/ASCAR, Av. Prefeito José Nunes de Abreu, 6000, Anexo B, Santo Antônio das Missões-RS, [adoliveira@emater.tche.br](mailto:adoliveira@emater.tche.br)

### RESUMO

Agrotóxicos causam contaminação e aumento de custos. Como alternativa, a EMATER-RS iniciou um trabalho com homeopatia para carrapatos e mastite bovina. Os bons resultados levaram a capacitar extensionistas e 620 famílias de agricultores em 39 municípios, em oficinas teóricas (princípios da homeopatia) e práticas (preparo e utilização de homeopatias). Nas propriedades, as famílias usaram homeopatias para animais e plantas, e nos encontros seguintes relataram resultados, num processo de aprendizagem coletiva. A apropriação do conhecimento da homeopatia auxiliou na resolução de problemas, diminuindo ou eliminando o uso de agrotóxicos, trazendo autonomia e sustentabilidade para os sistemas de produção. Assim, a homeopatia pode ser compreendida como tecnologia social, por permitir: menor dependência e maior autonomia das famílias, empoderamento das famílias sobre a tecnologia, construção e socialização de conhecimentos e caminhada na busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Ambiente; Sustentabilidade; Autonomia.

### CONTEXTO

Na região Noroeste do RS, predomina a agricultura familiar, destacando-se a produção de grãos (soja, milho, trigo, canola, girassol), leite, gado de corte e suínos. O uso de agrotóxicos é intenso, causando contaminação ambiental, desenvolvimento de resistência aos agroquímicos pelos organismos (insetos, ácaros, fungos, bactérias, plantas espontâneas), aumento de custos de produção e aumento de incidência de doenças em pessoas e animais, dentre as quais doenças degenerativas como câncer. O questionamento ao modelo agroquímico de fazer agricultura propõe uma nova forma de compreender e intervir nos agroecossistemas, a partir dos princípios da agroecologia, buscando a produção de alimentos saudáveis, juntamente com a preservação da sociobiodiversidade, a segurança alimentar e a autonomia das populações.

Em 2014, a EMATER-RS/ASCAR passou a trabalhar a formação de extensionistas sobre a ciência e a arte da homeopatia, em parceria com o Instituto Biocentrus/RS, Universidade Estadual de Maringá/PR e Universidade Federal de Viçosa/MG. Desde então, foi sendo desenvolvido nas doze regiões administrativas da EMATER-RS o trabalho com medicamentos homeopáticos, visando diminuir e/ou substituir o uso de agrotóxicos nos sistemas de produção, notadamente na atividade pecuária (bovinos de leite e corte) e na produção de frutas e hortaliças. Este trabalho contou com o suporte de políticas públicas como as Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, e do Programa de Agricultura de Base Ecológica do



governo do RS da época. Posteriormente, com a extinção do MDA e a mudança de governo do RS, estes apoios não mais se fizeram presentes, mas o trabalho com homeopatia continuou sendo realizado nos municípios graças à persistência e ao comprometimento dos extensionistas rurais, trabalhando com recursos próprios das famílias assistidas e eventuais apoios institucionais para aquisição de materiais para a realização de atividades individuais e grupais.

Os objetivos do trabalho com homeopatia têm sido a construção de agroecossistemas mais sustentáveis, em suas dimensões econômica, ambiental e social, pela redução da utilização de agrotóxicos, sua substituição por tecnologias alternativas e ecológicas, diminuição da contaminação ambiental, diminuição de riscos de intoxicação de agricultores, produção de alimentos mais saudáveis, redução dos custos de produção e empoderamento das pessoas sobre a arte e ciência da homeopatia.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Entre final de 2013 e início de 2015, a EMATER-RS proporcionou a capacitação sobre homeopatia para 50 extensionistas das 12 regiões administrativas e a partir daí foi iniciado o trabalho com as famílias rurais nas regiões. Na região Noroeste do RS, foram capacitados por livre adesão mais 75 extensionistas de escritórios municipais e do regional. A partir daí o trabalho com homeopatia passou a ser desenvolvido junto às famílias e às comunidades dos municípios.

Para alcançar os objetivos, foi utilizada metodologia participativa (oficinas), para que os beneficiários não apenas reproduzissem mecanicamente uma determinada técnica, mas que fossem incentivados a compreender o processo, se empoderando de uma tecnologia que pudesse resolver seus problemas mais imediatos e também ao longo do tempo, tais como o controle alternativo de pragas e doenças de plantas e animais.

Os materiais para o preparo dos medicamentos homeopáticos (matrizes homeopáticas, vidraria, álcool de cereais), foram adquiridos com recursos de políticas públicas (Chamadas Públicas do MDA e Programa de Agricultura de Base Ecológica do Governo Estadual do RS), sendo repassados aos beneficiários através de encontros e oficinas, onde os agentes de extensão rural primeiramente explicavam os princípios da homeopatia e, em seguida, mostravam o processo de preparo de medicamentos homeopáticos, a partir de pragas e doenças como carrapatos, formigas e leite com mastite trazidos pelos agricultores. Após a demonstração de preparo, os beneficiários eram motivados a preparar os seus medicamentos homeopáticos, levando para testarem em suas propriedades. Em encontros posteriores, os beneficiários socializavam suas experiências e, com os diversos resultados positivos relatados, foi aumentando o interesse pelo uso da homeopatia por mais famílias. Inclusive em diversos dias de campo, agricultores e agricultoras homeopatas participaram nas estações relatando suas experiências.

A maior parte das famílias envolvidas é da agricultura familiar, mas também há diversas famílias pertencentes à categoria social de pecuaristas familiares (famílias com áreas de terras maiores, localizadas em áreas do Bioma Pampa do RS, que se caracterizam por campos naturais aptos para o desenvolvimento da bovinocultura de corte e ovinocultura para carne e lã).



**Figuras 1 e 2.** Oficinas com grupos de mulheres – São Pedro do Butiá/RS



**Figuras 3 e 4.** Resultado de tratamento para verrugas com homeopatia –Tuparendi/RS



**Figuras 5 e 6 -** Oficina de Homeopatia com pecuaristas familiares em Santo Antônio das Missões/RS

## RESULTADOS

Desde o início da iniciativa em 2014, 620 famílias rurais, pertencentes a 39 municípios da região, foram atendidas com atividades relacionadas à homeopatia, entre oficinas, visitas e dias de campo. Deste total, 290 famílias de 28 municípios adotaram a utilização rotineira de medicamentos homeopáticos para animais e plantas nas propriedades. Aqui são consideradas as famílias que utilizam



homeopatia manipulada na propriedade, pois se fossem consideradas também famílias que adquirem homeopatia comercial, os números seriam bem maiores. Com os bons resultados alcançados, cada vez mais famílias vêm se interessando pela homeopatia.

Como destaques, temos o município de São Pedro do Butiá, onde está sendo trabalhada a homeopatia nas oito comunidades rurais, especialmente em bovinos de leite. Com este trabalho nas comunidades, ocorreu um processo de socialização dos conhecimentos e a apropriação da tecnologia pelas beneficiárias. Assim, a experiência tomou corpo, com as mulheres realizando a aquisição coletiva com recursos próprios, de materiais para a prática da homeopatia (vidraria, álcool de cereais), de maneira que o trabalho se disseminou por todo o município.

Outro município a destacar é Santo Antônio das Missões, onde uma associação de pecuaristas familiares com 35 participantes vem desenvolvendo há seis anos a prática da homeopatia para controle de carrapatos, com excelentes resultados, diminuindo em alguns casos mais de 90% da necessidade de utilização de carrapaticidas químicos.

Na região, existem atualmente em torno de 100 famílias com produção orgânica certificada através do processo participativo (OPAC), muitas delas utilizando homeopatia para controle de pragas e doenças em plantas.

A seguir, serão descritos alguns resultados obtidos com a utilização de Homeopatia na região. Na área animal, houve diminuição de problemas sanitários em animais (mastite, carrapatos, verrugas, verminose, tristeza parasitária e problemas reprodutivos). Os resultados alcançados no controle de mastite são avaliados através da Contagem de Células Somáticas (CCS), constante na nota do leite comercializado mensalmente pelas famílias. Os resultados de controle de carrapatos e verrugas foram atestados visualmente e por fotos, melhorando os resultados com tristeza parasitária e problemas reprodutivos pela diminuição de óbito de animais e no retorno da normalidade da atividade reprodutiva.

Em lavouras, hortas e pomares, constatou-se a resolução de problemas de ataques de pragas e doenças (lagartas, percevejos, pulgões, ácaros, caramujos, fungos) em plantas. Os resultados são avaliados visualmente e, por meio de fotos, constatou-se que os insetos e outros organismos prejudiciais desapareceram dos cultivos, não havendo mais sinais de danos.

Outro resultado relevante foi a redução de custos de produção, devido ao menor custo dos medicamentos homeopáticos em relação a tratamentos convencionais. Há casos relatados por agricultores que reduziram em 90% as despesas mensais para o controle de mastite.

A homeopatia proporcionou também a diminuição da contaminação ambiental e da intoxicação dos agricultores. Estes resultados poderão ser constatados a médio e longo prazos, através de análises da água e exames laboratoriais em agricultores. A redução de contaminantes nos alimentos também é um fato com o uso de homeopatia, pois os medicamentos homeopáticos não deixam resíduos prejudiciais à saúde. Isto é extremamente relevante, pois há a possibilidade de comercialização



dos alimentos imediatamente após os tratamentos homeopáticos, por não haver necessidade de carência (período entre aplicação e colheita dos alimentos) para eliminação de resíduos químicos. Se for considerado apenas o caso do leite, em que o uso de antibióticos não permite a comercialização até que seja cumprido o período de carência, que pode chegar a até 21 dias, esse leite descartado gera um prejuízo considerável para as famílias, pois os custos de produção continuam presentes, sem no entanto gerar renda.

A partir da apropriação do conhecimento sobre homeopatia pelas famílias rurais, foi possível resolver muitos problemas, com a diminuição ou eliminação da utilização de agroquímicos, trazendo mais autonomia e sustentabilidade para os sistemas de produção. Assim, a homeopatia pode ser considerada como tecnologia social, por permitir a menor dependência e a maior autonomia das famílias rurais, o empoderamento das famílias sobre a tecnologia, a construção e socialização de conhecimentos e a caminhada na busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental.



## PÕENACESTA – APROXIMANDO PRODUTORES DE CONSUMIDORES

Frederico Franco Bourroul Neves<sup>1</sup>; André Rezende Fróes de Moraes<sup>2</sup>; Vanessa Lira da Silva Neves<sup>3</sup>; José Nilton Campelo Lacerda<sup>4</sup>; Loiselene Carvalho da Trindade Rocha<sup>5</sup>

<sup>1</sup> EMATER-DF / [frederico.neves@emater.gov.br](mailto:frederico.neves@emater.gov.br); <sup>2</sup> (EMATER-DF / [andre.froes@emater.df.gov.br](mailto:andre.froes@emater.df.gov.br)); <sup>3</sup> (EMATER-DF / [vanessa.silva@emater.df.gov.br](mailto:vanessa.silva@emater.df.gov.br)); <sup>4</sup> (EMATER-DF / [jose.lacerda@emater.df.gov.br](mailto:jose.lacerda@emater.df.gov.br)); <sup>5</sup> (EMATER-DF / [loiselene.rocha@emater.df.gov.br](mailto:loiselene.rocha@emater.df.gov.br));

### RESUMO

O contexto que levou a desenvolver o trabalho foi a identificação de que muitos produtores, principalmente de sistemas de produção convencional, tinham dificuldades em se dedicar para abertura de novos clientes, habitualmente entregando produtos apenas no atacado. Foi identificado que não havia um catálogo de contatos de nossos produtores e que poderíamos usar o vasto banco de dados dos produtores atendidos pela Emater-DF para apresentar e aproximar os produtores rurais do Distrito Federal dos consumidores daqui e de todo país. O direcionamento foi focar em um catálogo de contatos digital, gerenciado pelos produtores e de acesso aberto para buscas por qualquer pessoa com acesso à internet. Pesquisa com os produtores ativos na plataforma PõeNaCesta mostraram que 63% dos produtores receberam contatos pela plataforma. Dos que receberam contato, 60% efetivaram pelo menos uma venda, com um acréscimo de renda médio (ponderado) de pelo menos 24,5%.

**Palavras-chave:** PõeNaCesta; Emater-DF; Produtores; Consumidores; Renda.

### CONTEXTO

O contexto que levou a desenvolver o trabalho foi inicialmente a identificação de que muitos produtores, principalmente de sistemas de produção convencional, tinham dificuldades em se dedicar para abertura de novos clientes, muitas vezes se conformando em entregar produtos apenas no Atacado. Aliado a isso, muitos estabelecimentos da área urbana (restaurantes, bares, hotéis, etc.) não conhecem os produtores das áreas rurais de sua própria cidade/região, permanecendo por vezes até acomodados em sistemas tradicionais de compra, optando por terceirizar serviços, obtendo muitas vezes produtos de outros estados, nem sempre tão frescos ou com a frequência desejada. Esses custos com terceiros poderiam ser empenhados na valorização do produto vindo direto do produtor. Foi identificado que não havia um catálogo de contato de nossos produtores e que poderíamos usar o vasto banco de dados dos produtores atendidos pela EMATER-DF para apresentar e aproximar os produtores rurais do Distrito Federal tanto dos consumidores daqui quanto de todo o território Nacional, através de um acesso simples por endereço na Web. Também seria possível entregar uma ferramenta simples aos produtores, algo que servisse de ponta pé inicial para a inclusão digital de muitos, e também como



forma de apresentarem de forma atualizada o que há de produção na propriedade, adicionando fotos, dados de contato, links de redes sociais e servindo de cartão de visitas digital para abertura de novos clientes.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Em janeiro de 2020, Frederico Neves apresentou para a direção um projeto que poderia ter muita relevância na área rural. Foram feitas algumas projeções de viabilidade de execução e dos níveis de complexidade que o sistema poderia ter. Sendo a EMATER-DF uma empresa pública, e as dificuldades que se teria para implementar determinados serviços, como plataformas de pagamento, houve o entendimento de que não conseguiríamos ter equipe suficiente para suporte técnico tão robusto, como exigiria um "market place". Além disso, a inclusão digital de muitos produtores seria mais difícil. Assim, o direcionamento definido foi de focar em um catálogo de contatos digital, gerenciado pelos produtores e de acesso aberto para buscas por qualquer pessoa com acesso à internet. Com o advento da pandemia de Covid-19, o projeto do PõeNaCesta foi priorizado pela direção da empresa, que colocou um programador (André Froes) em regime de exclusividade para a construção da estrutura. José Nilton, Loislene e Vanessa atuaram no direcionamento do formato dos campos de busca, das "janelas" de cadastro, do conteúdo da página de acesso restrito do produtor, das nomenclaturas de categorização e produtos vinculados, bem como na redação do termo de uso da ferramenta. O PõeNaCesta foi lançado em 30 de junho e de lá pra cá já conta com mais de 450 produtores com página criada, oriundos de diversas localidades do DF.

## **RESULTADOS**

Os resultados principais ocorrem com os próprios produtores, muitos estão ampliando seu leque e o perfil de clientes, com consumidores querendo conhecer as propriedades, participar da colheita, levar os filhos para conhecer uma propriedade rural e comprar direto do produtor. Há relatos de produtores que, mesmo não conseguindo entregar na casa dos clientes, passam o contato dos comércios onde entregam seus produtos, estimulando os consumidores a frequentar novos pontos, o que indiretamente também fortalece o produtor. Isso permite que as relações comerciais não fiquem engessadas e estimula o produtor a negociar formas, frequência e volumes de entregas, possibilitando que os produtores aprimorem sua renda e descubram novas oportunidades de mercado. Um dos setores que mais vem se beneficiando com a ferramenta é o dos produtores atendidos pela EMATER-DF que atuam com artesanato. Com um perfil de renda muitas vezes mais baixo, e predominantemente feminino, a ferramenta foi vista como uma importante vitrine para expor seus produtos. Como o catálogo permite a inclusão de dezenas de fotos, é possível ter uma boa noção da qualidade dos materiais e do portfólio de produtos de cada produtor. Em agosto de 2020, a plataforma passou por um grande teste num evento denominado Festa do Morango Digital, onde obteve um retorno enorme com os morangueiros que relataram receber ligações (através do PõeNaCesta) até tarde da noite. A partir daí a ferramenta foi incorporada também na Feira do Parque, organizada pela EMATER-DF mensalmente através da Gerência de Comercialização e Organização Rural (GECOR). Embora atendam presencialmente, os produtores passam seus contatos para os clientes, através do PõeNaCesta, para que possam combinar entregas de produtos que não trouxeram para o dia da feira,



ou combinar entregas de pedidos com maior frequência. A partir de novembro de 2020, foi possível habilitar o acesso para Pessoas Jurídicas atendidas pela EMATER-DF. Agroindústrias, cooperativas e associações podem se cadastrar e divulgar seus produtos e contatos no PõeNaCesta. Por fim, em janeiro de 2021 foi realizada uma pesquisa com respostas de mais de 80 produtores, pontuando que 63% dos produtores já receberam contatos pelo PõeNaCesta. Dos que receberam contato, 60% efetivaram pelo menos uma venda, e com um acréscimo de renda médio (ponderado) de pelo menos 24,5%. Também se obteve um panorama dos tipos de estabelecimentos para os quais esses produtores entregam seus produtos, sendo por ordem de importância, Consumidores Finais (67%), Atravessadores (28%), Quitandas/Sacolões (20%), Mercados/Hipermercados (14%), Restaurantes (13%), Outros Estabelecimentos (10%) e Bares (6%).



## **PAPEL DA PESQUISA APLICADA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO E NA SUSTENTABILIDADE DA ATERS.**

Lauro Edilso Bernardi<sup>1</sup>;  
Anna Cristina Xavier<sup>2</sup>; Fábio André da Encarnação<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Emater/RS-Ascar [lauro@emater.tche.br](mailto:lauro@emater.tche.br); <sup>2</sup>Emater/RS-Ascar  
[axavier@emater.tche.br](mailto:axavier@emater.tche.br); <sup>3</sup>Emater/RS-Ascar [fabio@emater.tche.br](mailto:fabio@emater.tche.br)

### **RESUMO**

O presente relato de experiência procura evidenciar a necessidade da articulação entre as demandas dos distintos públicos, caracterizados pela Lei da Agricultura Familiar e entidades públicas que possam executar pesquisa aplicada. Evidencia o papel central dos serviços públicos de assistência técnica, social e de extensão rural (ATERS) na construção de tais pontes de aproximação. Dado o apequenamento da estrutura pública de pesquisa que decorreu da extinção da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do RS, tais demandas não acolhem receptividade junto ao mercado que, nas justificativas do desmonte, “daria conta sempre com maior atualidade tecnológica e eficiência”. Com base em elementos empíricos, os autores compartilham resultados de articulação que inverte a lógica clássica da extensão persuasiva, construindo-se resultados significativos a partir de demanda de base que acolhe resposta afirmativa da universidade pública. Como resultados geram-se conhecimentos a partir da realidade, abrem-se portas para tecnologias apropriáveis e aponta-se para a importância de aprofundar tais parcerias estratégicas geradoras de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Pesquisa aplicada; ATERS; Sustentabilidade; Agricultura familiar.

### **CONTEXTO**

Buscando conhecer a percepção que as famílias tinham sobre seu papel na cadeia produtiva da olericultura, as principais demandas e gargalos existentes que demandavam suporte técnico-organizacional, em março de 2016, a Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí<sup>4</sup> propôs em reunião plenária a realização de uma pesquisa de campo. A partir da definição dos principais sistemas típicos de produção que envolveu 13 espécies vegetais e área de abrangência de 10 municípios, a pesquisa de campo foi conduzida de forma participativa pelas equipes municipais da EMATER-RS. O recorte amostral foi de 80 unidades de produção familiar que comercializam a produção na central de abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa-RS).

Em junho de 2016 apresentaram-se em reunião plenária os principais achados desta pesquisa que passaram a orientar as ações da Câmara Regional, destacando-se

<sup>1</sup> Engenheiro-agrônomo. Esp. Em Gestão e Planejamento Ambiental. MSc em Extensão Rural. Assistente Técnico Regional da Emater/RS-Ascar, Regional de Lajeado.

<sup>2</sup> Engenheira-agrônoma. Extensionista Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Bom Princípio. Coordenadora do Grupo Gestor da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí.

<sup>3</sup> Engenheiro-agrônomo. Supervisor Regional da Emater/RS-Ascar, Regional de Lajeado.

<sup>4</sup> A Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí é uma articulação informar criada em 2013, que se compõem pela representação dos setores públicos e privados, agricultores olericultores e entidades regionais de representação e apoio a este segmento (RI, 2016).

como principais gargalos a ocorrência e dificuldade de manejo da mosca-branca (*Bemisia tabaci*), a murchadeira das solanáceas (*Ralstonia solanacearum*), o manejo de solo e a falta de uma Câmara Setorial Estadual específica da olericultura. Evidencia-se que esta região do Vale do Caí, junto com as regiões Metropolitana e Serra, compõem a base de abastecimento da Ceasa-RS, por onde passam mais de 50% das frutas e olerícolas consumidas neste Estado.



**Imagem 1.**Reunião plenária de planejamento participativo da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí (2016)

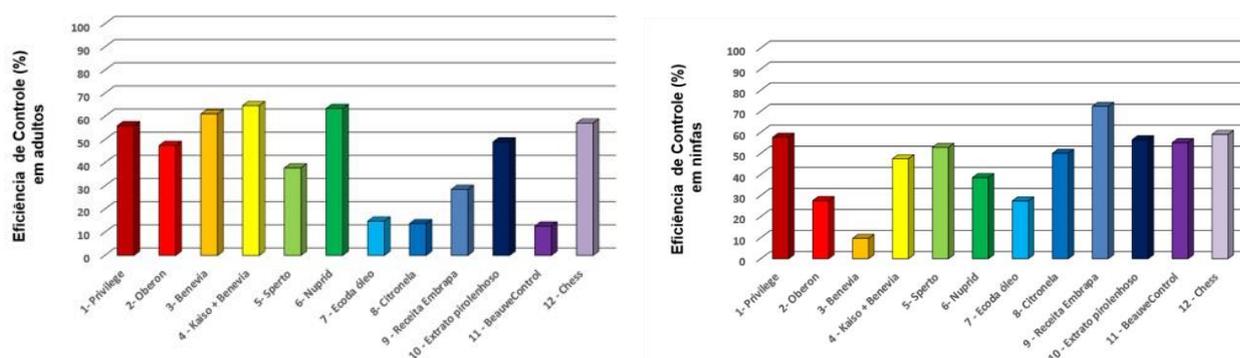
Em dezembro de 2016, em resposta a estas demandas, realizou-se o Primeiro Encontro Regional de Olericultura do Vale do Caí, tendo como base estes temas. A participação de um especialista da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que palestrou neste evento, desencadeou a realização de pesquisa aplicada que tem sequência até hoje. Este trabalho tem importância estratégica e servirá de substrato à descrição que segue. Por meio dele e de articulações que envolvem a demanda direta dos pequenos produtores, a mediação da ATERS e o acolhimento pela academia, estão sendo promovidas ações fundamentais à sustentabilidade da agricultura familiar e da própria estrutura pública de extensão rural, percebida através de seu rumo, capacidade operacional e credibilidade.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Buscando entender as dificuldades do manejo da mosca-branca, ao longo de 2017 e 2018, através de parceria estabelecida entre o Molecular Insect Lab/UFSM, a família Seidel de São José do Hortêncio e EMATER-RS, Regional Lajeado, que custeou a logística operacional deste primeiro momento, desenvolveram-se dois ensaios de campo. Utilizando-se metodologia científica, avaliou-se a efetividade de produtos e de grupos para o manejo deste inseto-praga no cultivo do tomate. Este trabalho

gerou orientações importantes que foram disponibilizadas no II Encontro Regional de Olericultura do Vale do Caí, realizado em Linha Nova no início de 2019, quando Jonas Arnemann, PhD, professor de Entomologia da Universidade Federal de Santa Maria e coordenador da ação, compartilhou os resultados desta pesquisa publicada em artigo internacional. A Figura 1 abaixo, extraída do fôlder elaborado sobre 'manejo de mosca-branca em tomateiro', sistematiza os resultados desta primeira fase do trabalho.

Para além de identificar problemas de resistência da mosca-branca a princípios ativos comerciais, devido à inadequada rotação de grupos químicos, e o bom efeito de produtos alternativos como a receita da Embrapa com extrato pirolenhoso e de produto biológico a base de *Beauveria bassiana*, identificou-se nas amostras semanais coletadas e encaminhadas para o laboratório da universidade, em ambiente de alta pressão química, a presença de parasitoides naturais agindo sobre ninfas da mosca-branca. Esta foi a motivação para a sequência do trabalho.



**Figura 1.** Eficiência de controle de mosca-branca no tomateiro. Média de dois ensaios desenvolvidos na unidade de produção da família Seidel em São José do Hortêncio/RS (2018)

Tal achado ensejou a produção de um segundo fôlder com medidas que devem ser observadas para se obter sucesso no manejo da mosca-branca em ambiente protegido, bem como de medidas que possam ser tomadas para favorecer a atividade destes aliados.

Com a descoberta do parasitoide, ao final de 2019 realizou-se uma reunião técnica mediada pela extensão rural pública, junto à Associação dos Horticultores de Feliz para debater a sequência do trabalho e seu custeio mínimo. Na ocasião a bolsista da Capes Daniela Moro, junto com seu orientador, apresentaram o pré-projeto para identificação de parasitoides de mosca-branca. Ao final, a Associação de Hortifrutigranjeiros de Feliz e a Associação Bom Morango de Bom Princípio comprometeram-se em apoiar parcialmente o custo logístico e das análises laboratoriais de identificação molecular necessárias para qualificar o parasitoides. As equipes municipais da EMATER-RS fariam a identificação de propriedades com ocorrência de ninfas de mosca-branca parasitadas e apoiariam as equipes de coleta nestas propriedades.

Como resultante desta parceria consolidada, em março de 2021 o Programa de Pós-Graduação de Agrobiologia da UFSM, promoveu a defesa pública da dissertação de mestrado da engenheira-agrônoma Daniela Moro, conforme se pode verificar na Imagem2.



**Imagem 2.** Reunião com Associação dos Horticultoricultores de Feliz para apresentar pré-projeto de identificação de parasitoides de mosca-branca (nov. 2019)

Mas qual a importância deste trabalho de entrelaçamento entre agricultores familiares, extensão e academia? A pesquisa aplicada foi buscando na vida real elementos para pesquisa científica com impactos técnicos diretos à sociedade. Mas qual o 'achado científico' deste trabalho de pesquisa? Utilizando protocolo e a evolução da taxonomia integrativa, que conta com o sequenciamento genético para identificar espécies, a mestranda identificou, nas amostras coletadas, um parasitoide predador com alto potencial de vir a compor estratégias de manejo integrado: a vespinha *Eretmocerus mundus*. Do ponto de vista técnico e aplicado, esta identificação é sensacional, pois mostra que, mesmo num ambiente de alta pressão negativa para esta vespinha predadora (calor elevado do ambiente protegido e convívio com aplicações sistemáticas de agroquímicos), este potencial aliado de manejo integrado está presente!





**Figura 2.** Convite para defesa de dissertação de mestrado socialmente construída (mar. 2021)

A expectativa dos atores sociais que compõem a Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí e que acompanharam esta defesa de mestrado era de que ocorresse a continuidade deste trabalho. Acreditava-se na perspectiva de que se pudesse avançar em metodologias que identificassem dietas e estratégias reprodutivas deste parasitoide de tal forma a viabilizar-se a produção em biofábricas, como já ocorre na região hoje, com a vespinha *Trichogramma*.

Entretanto, em decorrência do corte das bolsas federais para pesquisa, o desafio se ampliou. Para que esta produtiva caminhada fosse sequenciada, havia agora que se viabilizar, além do custeio logístico e de desenvolvimento metodológico e tecnológico, também o investimento em um bolsista pesquisador. Neste sentido a coordenação do grupo gestor da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí, exercida por uma extensionista da EMATER-RS, viabilizou aproximação com o gabinete de um deputado federal sensível a este debate. Através de emenda parlamentar destinada à universidade, uma aluna de doutorado foi instada a sequenciar este trabalho.

## RESULTADOS

Os resultados apresentados a partir desta construção social, em que os serviços públicos de ATERS tiveram papel central de mediação, sinalizam para a necessidade de expandir ambientes de pesquisa pública para acolher pautas e especificidades da agricultura de base familiar. O presente relato de experiência, para além dos resultados práticos gerados, quer seja de conhecimento aplicado ou ainda em desenvolvimento, evidencia o potencial desta relação invertida ao superar o modelo clássico de ‘transferência persuasiva de saber’ (pesquisa-extensão rural-agricultores adotadores). Evidencia a necessidade de inversão completa desta lógica. A pequena unidade de produção familiar, geradora de soberania e segurança alimentar aos distintos territórios brasileiros, vem sendo ‘trolada’ pela pressão de escalas e comoditização da produção com crescente ausência de recursos dirigidos à pesquisa. Os serviços públicos de extensão rural não podem ficar passivos diante desta enorme ausência de respostas e dos gargalos técnicos produtivos enfrentados. Construir pontes entre este público prioritário e a pesquisa pública deve ser objeto da ação extensionista.

A sustentabilidade dos serviços de ATERS e a viabilidade da agricultura encontram-se embricadas nesta necessidade. Evidencia-se como fundamental, numa perspectiva de não negação da ciência, a garantia de recursos adequados à pesquisa pública para a agricultura familiar, onde também se incluem ações estratégicas desta natureza. Como ficou demonstrado, são pequenos valores muito bem aplicados sob negociação e controle social.

## AGRADECIMENTOS

À família Seidel, de São José do Hortêncio. Às Associações de Hortifrutigranjeiros de Feliz e Bom Morango de Bom. À engenheira-agrônoma Danielle Oliveira da Rosa e aos estudantes do curso de agronomia Dener Ribas, Henrique Pozebon, Leonardo



Patias, Rafael Paz Marques. Ao professor Jonas Arnemann, PhD e à MSc Daniela Moro da UFSM, além do deputado federal Elvino Bonh Gass. Por fim, ao colega Martin Schmachtenberg, que revisou texto da presente síntese.

## REFERÊNCIAS

ARNEMANN, J. A. **Projeto: Manejo de *Bemisia tabaci* (Gennadius, 1889) em culturas hortícolas do Vale do Caí**. Santa Maria. 2018. UFSM. Relatório Técnico. 13p.

MORO, D. **Técnicas Integrativas de identificação de parasitoides de *Bemisia tabaci* (Gennadius, 1889)**. Dissertação (mestrado). UFSM. Programa de Pós-Graduação em Agrobiologia, RS, 2021. 79 p.

ARNEMANN, J.A.; et al. **Whitefly on greenhouse tomatoes: insights on chemical and biological**.  
Journal of Agricultural Science; Vol. 11, No. 5; 2019.



## **EXPERIÊNCIAS EM SECAGEM E ARMAZENAGEM DE GRÃOS EM PEQUENAS PROPRIEDADES NO MUNICÍPIO DE TUPARENDI NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Albino Motter<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Emater-RS/Ascar, Avenida Uruguai, 1945, Tuparendi-RS, [amotter@emater.tche.br](mailto:amotter@emater.tche.br)

### **RESUMO**

O município de Tuparendi/RS tem como principal atividade econômica a agropecuária, onde se desenvolvem atividades de produção de grãos como a soja, milho, trigo, bovinocultura de leite e corte e suinocultura. Com o objetivo de reduzir custos e manter a qualidade do produto, principalmente do milho utilizado na alimentação do rebanho, reduzir perdas e aumentar a renda das propriedades, em janeiro de 2004 o escritório municipal da Emater/RS-Ascar iniciou a elaboração e a implantação de projetos de secagem e armazenamento com ar natural em propriedades, secadores solares de leite fixos, silos secadores e silos armazenadores, todos com energia limpa. Com este sistema, o agricultor passou a ter autonomia com o seu produto, que é utilizado na propriedade ou pode ser vendido. Além disso, todo o processo desde o plantio até a comercialização está a cargo do agricultor. Atualmente, o município tem 55 estruturas em 26 propriedades, beneficiando 65 famílias e possui capacidade para armazenar 4.033 toneladas.

**Palavras-chave:** Qualidade; Autonomia; Sustentabilidade; Meio ambiente; Renda.

### **Introdução**

O município de Tuparendi está localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, onde predomina a agricultura familiar. As principais atividades desenvolvidas estão voltadas ao setor agropecuário, sendo a produção de grãos de soja, milho, trigo e canola, além de bovinocultura de leite, corte e suínos, os destaques. O milho é um dos principais componentes na alimentação do rebanho. Nas propriedades com sistema precário para armazenamento, normalmente ocorriam muitas perdas por pragas, roedores, queda na qualidade, entre outros aspectos que dificultavam o estoque do produto.

Uma das opções dos produtores era a entrega do milho para secagem e armazenagem em cooperativas ou no comércio local para posterior retirada, de acordo com a necessidade do rebanho. No entanto, nem sempre o produto devolvido apresentava boa qualidade e o custo de frete, secagem e armazenamento também era alto.

Diante deste contexto, surgiu a alternativa de conhecer o sistema de secagem e armazenamento com ar natural, construído em estrutura de concreto armado em



projetos elaborados e executados pela Emater/RS-Ascar, já em funcionamento em propriedades localizadas nos municípios de Nova Bassano e Casca, RS.

Este trabalho teve início no município de Tuparendi em janeiro de 2004, quando foram elaborados os primeiros projetos com o objetivo de melhorar e viabilizar a secagem e o armazenamento de produtos, especialmente o milho, nas propriedades. O método trouxe inúmeras vantagens às famílias, com redução de custos de frete, na secagem do produto e, principalmente, mantendo a boa qualidade do grão com possibilidade de comercialização do excedente em períodos de entressafra, com melhores preços.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

O trabalho de secagem e armazenamento de grãos em propriedades no município de Tuparendi iniciou em janeiro de 2004. Na época, foi realizada uma excursão com um grupo de agricultores associados de duas Associações de Prestação de Serviço e Assistência Técnica (APSATs) aos municípios de Nova Bassano e Casca, no Rio Grande do Sul, com visitas técnicas a propriedades para conhecer o sistema já em funcionamento.

O interesse em conhecer o método de secagem e armazenamento de grãos era importante, pois os agricultores não tinham estruturas adequadas para secar e armazenar produtos como soja, trigo, feijão e principalmente o milho, componente utilizado na alimentação de bovinos de leite e corte, suínos e aves, como também na alimentação humana. Devido às más condições de armazenamento, tinham muitas perdas por ataque de pragas e roedores, além de não manter a qualidade do grão, ter o custo de secagem e armazenamento realizado por terceiros e o frete. Quando retiravam o milho, a maioria das vezes ele estava em péssima qualidade.

A secagem é o processo no qual se retira a água do grão, reduzindo a umidade até níveis que minimizem sua atividade metabólica. Assim se impede o desenvolvimento de fungos e insetos e mantém-se a qualidade, o que permite o armazenamento do produto.

Após conhecerem o sistema, alguns agricultores já decidiram executar projetos elaborados pela Emater/RS-Ascar. Cada projeto é planejado de acordo com as necessidades de cada propriedade, tamanho de área cultivada e volume de produto a ser secado e armazenado, desde pequenas unidades até estruturas completas e automatizadas. As estruturas são construídas em concreto armado e utilizam ar natural para secagem dos grãos. Normalmente, são utilizados três sistemas: secador solar de leito fixo, utilizado somente para secagem do produto; silo armazenador, utilizado para armazenar o produto depois de seco; e silo secador, onde o produto é secado e armazenado na mesma estrutura.

Após a elaboração e execução dos primeiros projetos, essas unidades foram utilizadas para divulgação e conhecimento do sistema em funcionamento para outras famílias com interesse em desenvolver projetos em suas propriedades. A metodologia aplicada incluiu visitas técnicas e diversos dias de campo com a participação de agricultores de Tuparendi e região. Todos os projetos foram elaborados de acordo com as necessidades das famílias, com muito diálogo, muitas vezes associando outros investimentos para melhorar a estrutura produtiva das

propriedades, utilizando linhas de crédito específicas com juros e prazos diferenciados, principalmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).



**Foto 1.** Secador solar e silos armazenadores na localidade de Lajeado Barracão



**Foto 2.** Túneis – secador solar na localidade de Lajeado Barracão



**Foto 3.** Produtores da localidade de São Roque em silos secadores



**Foto 4.** Visita de técnicos e produtores à localidade de São Roque



**Foto 5.** Dia de campo sobre secagem e armazenamento de grãos na localidade de São Roque (julho/2018)



**Foto 6.** Troca de experiência entre agricultores sobre secagem e armazenamento de grãos em dia de campo (julho/2018)



## RESULTADOS

A autonomia dos agricultores sempre foi um dos preceitos defendidos pela Emater/RS-Ascar, e a possibilidade de o agricultor secar e armazenar seu produto colabora com isso. As vantagens são inúmeras: antecipação da colheita; menor custo de secagem e transporte; redução de perdas com insetos, ratos, fungos e micotoxinas; manutenção da qualidade do grão, uma vez que o sistema de secagem com ar natural (energia limpa) garante propriedades nutricionais, vigor e germinação; viabilidade de novos processos de transformação; aproveitamento de todos os resíduos utilizados para outros fins, como alimentação animal; e, principalmente, a menor dependência na hora da comercialização, com garantia de melhores preços.

Os projetos de secagem e armazenamento de grãos nas propriedades vêm sendo difundidos e elaborados pelos técnicos da Emater/RS-Ascar há vários anos. Os secadores solares de leito fixo, como os silos secadores e os silos secadores e armazenadores (neste último também é possível secar desde que os grãos tenham entre 14% e 16% de umidade) realizam a secagem lenta, com injeção de ar natural (vento) que, além de ter um custo menor, possibilita a manutenção da qualidade do produto. Os grãos secados e armazenados nessas estruturas, especialmente o milho, são de ótima qualidade, desde que se realize o manejo adequado. O agricultor normalmente recebe de 10% a 15% a mais pelo produto comparado ao preço de balcão.

O escritório municipal da Emater/RS- Ascar de Tuparendi é pioneiro nesse trabalho na região. As primeiras unidades foram instaladas em 2004, com dois secadores solares e três silos armazenadores, construídos na sede de duas APSATs para uso coletivo, beneficiando, na época, 26 famílias. No início eram dimensionadas pequenas unidades (de 50, 100 e até 500 sacas) dentro dos galpões que os agricultores já possuíam, destinadas ao consumo na propriedade, basicamente à alimentação de animais.

No entanto, a produtividade (especialmente a do milho) aumentou nas propriedades. O produto passou a ser mais valorizado e, assim, a demanda passou a ser por unidades bem maiores, construídas em galpões próprios, com moega, equipamento de pré-limpeza e todo o sistema de movimentação de grãos, facilitando o trabalho do agricultor. Atualmente, o município conta com 55 estruturas (silos secadores e armazenadores) em 26 propriedades, beneficiando 65 famílias, com capacidade estática de 4.033 toneladas ou 67.214 sacas. A Tabela 1, a seguir, demonstra os resultados alcançados até o momento.



ANAI DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

**Tabela 1.** Emater/RS-Ascar - Capacidade de secagem e armazenagem (maio de 2022)

N° fam	NOME	SECADOR SOLAR			SILO ALVENARIA			SILO SECADOR			OBS:
		N°	sc	t	N°	sc	t	N°	sc	t	
1	Produtor 1	1	50	3	1	300	18				Vila Progresso
8	Associação de produtores 2	1	450	27	3	1500	90				Na sede Apsat
2	Produtor 3				1	300	18				Na propriedade
1	Produtor 4				1	300	18	1	300	18	Na propriedade
1	Produtor 5				1	300	18				Na propriedade
18	Associação de produtores 6	1	370	22,2							Na sede Apsat
1	Produtor 7				2	800	48	1	700	42	Lajeado Ramos
1	Produtor 8							2	800	48	Campininha
2	Produtor 9				1	300	18				Na propriedade
1	Produtor 10				2	5200	312	2	2264	135,84	São Roque
2	Produtor11							1	350	21	Laje. Cascatinha
1	Produtor 12							2	300	18	São Pedro
3	Produtor13							2	500	30	São Pedro
1	Produtor 14							2	300	18	São Pedro
2	Produtor 15				1	350	21	4	1900	114	São Roque
1	Produtor 16							2	400	24	Lajeado Barracão
2	Produtor 17							1	500	30	Lajeado Capoeira
2	Produtor 18							2	800	48	Campininha
1	Produtor 19							2	800	48	Lajeado Capoeira
1	Produtor 20							1	150	9	São Pedro
1	Produtor 21							2	800	48	São Roque
2	Produtor 22							2	2000	120	Lajeado Minas
1	Produtor 23							2	430	25,8	Laj. Cascatinha
3	Produtor 24							8	38000	2280	São Marcos
2	Produtor 25							1	400	24	Campininha
2	Produtor 26							1	800	48	São Marcos
1	Produtor 27							4	4800	288	Três Fazendas
2	Produtor 28							1	650	39	Lajeado Capoeira
<b>65</b>		<b>3</b>	<b>870</b>	<b>52,2</b>	<b>13</b>	<b>9350</b>	<b>561</b>	<b>39</b>	<b>56994</b>	<b>3419,6</b>	

CAPACIDADE ESTÁTICA TOTAL:

TOTAL DE UNIDADES:

sc	t
67.214	4.033
55	



A tendência é que este tipo de projeto cresça no município e na região. Muitos agricultores que já conhecem o sistema vêm buscar informações técnicas referentes à elaboração de projetos no escritório municipal da Emater. Temos vários projetos elaborados aguardando a definição por parte das famílias para a implantação. O uso de energia alternativa, como a instalação de sistemas fotovoltaicos, também é crescente nas propriedades que já possuem estruturas de secagem e armazenamento, reduzindo significativamente o custo de operacionalização das unidades.

Nas propriedades onde a atividade principal é o cultivo de grãos, ter sua própria unidade de secagem e armazenamento é ainda mais essencial, porque a venda passa a ser direta, inclusive da propriedade para a exportação, no caso da soja. Ocorrem mudanças em todo o processo produtivo, com ampliação das lavouras/áreas de milho, o que leva à rotação de culturas, melhora o solo e, como consequência, aumenta as produtividades. São os preceitos do Programa Estadual Pró-milho/RS, que têm o objetivo de aumentar as áreas e as produtividades de milho no Estado para diminuir a dependência externa do grão. Sem esquecer que essas estruturas podem ser utilizadas para secagem e armazenamento de outros grãos, como soja, canola, aveia, trigo e painço.

Diante de tudo isso, é possível concluir que a secagem e o armazenamento nas propriedades são viáveis, permitem autonomia às famílias, a redução de custos e, especialmente, agregam valor, pois temos a manutenção da qualidade do produto. Todos esses objetivos são defendidos pelo trabalho da Emater/RS-Ascar, que é de extrema importância no meio rural.



## **DIAGNÓSTICO SITUACIONAL SOBRE A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS E MEEIROS DO CÓRREGO JACARANDÁ, SÃO GABRIEL DA PALHA, ESPÍRITO SANTO**

Emanoel Chequetto<sup>1</sup>

Associação dos Servidores do Incaper - Assin - Espírito Santo -  
emanoel.chequetto@incaper.es.gov.br;

Edion Maiquel Dubberstein<sup>2</sup>

Associação dos Servidores do Incaper - Assin - Espírito Santo -  
[edion.dubberstein@incaper.es.gov.br](mailto:edion.dubberstein@incaper.es.gov.br)

### **RESUMO**

O Brasil está entre os grandes consumidores mundiais de agrotóxicos e a região Noroeste do Espírito Santo, caracterizada pela cafeicultura de conilon tecnificada, abarca neste contexto a localização da Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais e Meeiros do Córrego Jacarandá, município de São Gabriel da Palha. Portanto, diagnosticar sua utilização, a intensidade e os excessos é muito importante para entendermos como ocorrem os processos de contaminação. Para tal, foram coletados dados através de questionário on-line para entender essa utilização. Os resultados revelaram números alarmantes, sendo que 100% dos entrevistados utilizam agrotóxicos, 41,7% não fazem uso de qualquer tipo de EPI e apenas 20,8% desenvolvem todas as embalagens dos agroquímicos, o que evidencia riscos eminentes sobre a população rural e o meio ambiente, visto que carecemos de fontes de dados que concentrem essas ocorrências de contaminação e intoxicação. Assim, os serviços de ATER são essenciais para mitigação desses riscos por meio do auxílio aos agricultores em relação ao uso e manuseio adequados dos agrotóxicos e à adoção de alternativas sustentáveis de manejo de pragas e doenças.

**Palavras-chaves:** Agroquímicos; Pesticidas; EPI; Devolução; Intoxicação.

### **INTRODUÇÃO**

Brasil se tornou, em 2008, o maior mercado mundial de agrotóxicos (CARNEIRO et al, 2015). Embora sua utilização seja focada em aumentar e estabilizar a produtividade agrícola, há diversas externalidades negativas associadas ao seu uso excessivo e inadequado, como os danos causados ao meio ambiente e à saúde.

Sobre os seres humanos seus impactos vão desde náuseas, dores de cabeça e irritações na pele até problemas crônicos como diabetes, malformações congênitas e vários tipos de câncer. Impactos ambientais também são extensos, incluindo contaminação da água, plantas e solo, diminuição no número de organismos vivos e aumento da resistência de pragas (MORAES, 2019).

<sup>1</sup>Extensionista, Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, ELDR Boa Esperança-ES.

<sup>2</sup>Extensionista, Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, ELDR Vila Valério-ES.



A região Noroeste do estado do Espírito Santo é a principal região produtora de café conilon (Incaper, 2022). Essa característica é classificada como de bom nível tecnológico, o que implica uma vasta utilização de insumos agrícolas, dentre os quais destaca-se a larga utilização dos agrotóxicos. Soares & Porto (2009) ressaltam a importância da prescrição de um profissional habilitado para o uso adequado e a redução do risco relacionado à utilização de pesticidas. Segundo os autores, seguir a orientação dos representantes comerciais foi associado a uma maior probabilidade de intoxicação dos agricultores, uma vez que o uso excessivo pode ser incentivado pelos vendedores, indicando condições inadequadas de uso.

A Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais e Meeiros do Córrego Jacarandá foi fundada em 31 de março de 2011, localizada na comunidade do Jacarandá, Zona Rural, Distrito de Vila Fatura – São Gabriel da Palha, ES. Possui 28 famílias associadas em seu quadro social, o que representa um número de aproximadamente 100 agricultores envolvidos diretamente em suas atividades, sendo que estes encontram-se distribuídos no município de São Gabriel da Palha e Vila Valério, ES. Suas principais atividades são a secagem e o beneficiamento do café conilon, o transporte de insumos, a prestação de serviços de maquinário e implementos agrícolas, inclusive para agricultores não associados das comunidades do entorno da associação.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2022, entre os associados da Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais e Meeiros do Córrego Jacarandá. A amostragem utilizada foi do tipo não probabilística por conveniência, em que todas as 28 famílias associadas foram convidadas a participar da pesquisa, resultando em 24 respondentes, correspondendo a 85,71% de participação.

O método utilizado para levantamento e coleta de dados foi a pesquisa *survey*, a qual consistiu no uso de questionário eletrônico on-line para obtenção dos dados. Os participantes responderam a um conjunto de perguntas objetivas que abordou questões relacionadas ao uso de agrotóxicos e à devolução das embalagens; faixa etária e escolaridade dos agricultores; condição de uso da terra; frequência de aplicação; armazenagem destes produtos em sua propriedade; utilização de equipamentos de proteção individual (EPI); e, por fim, apresentação de sintomas de intoxicação. Os resultados foram sistematizados em planilha eletrônica e submetidos à análise estatística descritiva baseada em médias simples e proporções.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao analisar os dados obtidos via formulário on-line, podemos apontar que a relação da terra do público da associação é caracterizada por 66,7% de proprietários, 25% de comodatários e 8,3% de parceiros (meeiros). A idade é composta por 45,8% na faixa etária de 41 a 50 anos, 25% na faixa etária de 31 a 40 anos, 16,7% na faixa etária de 51 a 59 anos, sendo que a faixa etária de 18 a 30 anos representa 12,5%. O grau de escolaridade é de 37,5% para o 1º incompleto, 16,7% para 1º completo, 4,2% para o ensino médio incompleto, 33,3% para o ensino médio completo e de 8,3% para o ensino superior completo.



Foi possível observar que entre os agricultores da associação a utilização de agrotóxicos em suas lavouras está presente em 100% dos respondentes, o que nos indica o quanto é comum o seu emprego. Destes, 16,7% fazem aplicação semanalmente de agrotóxicos, 45,8% aplicam mensalmente e 37,5% semestralmente. Segundo Rodrigues & Féres (2021), quanto maior a intensidade do uso de agrotóxicos, maior o impacto negativo na saúde da população rural.

Conforme Altoé (2018), no ano de 2016, apenas 35,02% das fichas de controle de agrotóxicos que os comerciantes são obrigados a remeter ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) foram enviadas. Nestas, por sua vez, obteve-se o volume de 1.904.856 L (um milhão e novecentos e quatro mil e oitocentos e cinquenta e seis litros) somente de herbicidas comercializados no respectivo ano, sendo que o glifosato representava 72% das formulações de herbicidas comercializados no Estado. Há de se ressaltar que o município de São Gabriel da Palha apareceu como o que mais comercializa esta formulação de herbicida.

Outro ponto analisado foi que 83,3% dos agricultores compram agrotóxicos com receituário agrônomo, 12,5% sem receituário agrônomo e 4,2% não conhecem o que é receituário agrônomo. No momento da compra, 70,8% apontaram que recebem orientações quanto a questões de segurança e utilização, contra 29,2% que disseram não receber. Foi registrado que 54,2% possuem local específico na propriedade para a armazenagem dos agrotóxicos e 45,8% não possuem. Quanto à utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), 58,3% responderam que utilizam algum tipo, contra 41,7% que não utilizam.

No quesito sobre a devolução obrigatória das embalagens vazias de agrotóxicos, 20,8% dos agricultores responderam que fazem a devolução de todas as embalagens, 16,7% fazem a devolução de apenas uma parte destas e 62,5% não realizam a devolução das embalagens. Quanto à tríplex lavagem obrigatória das embalagens de agrotóxicos, 75% afirmaram conhecer, enquanto, 25% não conhecem tal procedimento e, entre os agricultores que realizam a devolução, 58,3% realizam a tríplex lavagem antes de devolver e 41,7% que devolvem as embalagens não a realizam.

Ainda foi demonstrado que 29,2% dos entrevistados já apresentaram algum tipo de intoxicação após a utilização de agrotóxicos e 70,8% não apresentaram nenhum sintoma. É importante frisar, fortemente, que existe uma dificuldade de obter dados específicos sobre intoxicação de agrotóxicos registrados nos municípios do Espírito Santo.

## **CONCLUSÕES**

O levantamento feito através dos questionários indicou que a utilização dos agrotóxicos dos agricultores da Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais e Meeiros do Córrego Jacarandá é prosaica. Portanto, é de extrema importância capacitar os agricultores familiares sobre a temática da utilização, os cuidados, os riscos, os métodos eficientes de aplicação e os primeiros socorros. Neste sentido, os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) são um instrumento eficaz



para redução dos riscos à saúde dos trabalhadores rurais ao auxiliá-los no uso seguro dos agrotóxicos, na adoção de técnicas e práticas sustentáveis (Rodrigues e Féres, 2021).

De maneira geral, os resultados sugerem investimento em políticas públicas direcionadas para a ampliação da assistência técnica e extensão rural (ATER) nas propriedades rurais para que a intensidade do uso de agrotóxicos seja reduzida. Visitas periódicas de extensionistas para orientar corretamente sobre o uso de pesticidas, aliadas à estimulação da adoção do manejo integrado de pragas, por exemplo, podem beneficiar o desenvolvimento sustentável do setor agrícola. Além disso, a regulação do setor a fim de disponibilizar produtos mais eficientes e menos nocivos à saúde e ao meio ambiente necessita acompanhar tais políticas.

Ficou evidenciado que uma das dificuldades de estimar o impacto na saúde do uso de agrotóxicos é a limitação em relação à disponibilidade de dados. Informações referentes ao consumo de agrotóxicos, assim como dados relacionados ao mercado desse insumo, são de suma importância para que estudos aprofundados sejam realizados. Assim, a disponibilização de tais dados completos e desagregados é essencial para as pesquisas científicas.

Como estudos futuros, recomendam-se averiguar os impactos do uso das ações de assistência técnica e extensão rural (ATER) como forma de redução do uso indiscriminado dos agrotóxicos por parte dos agricultores familiares. Esses estudos podem contribuir para orientar a concepção ou o emprego de metodologias que promovam um caminho focado na sustentabilidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais e Meeiros do Córrego Jacarandá por contribuírem inestimavelmente com o presente estudo, em especial ao Senhor José Henrique Monteiro, presidente da associação, o qual não mediu esforços para a distribuição dos *links* do questionário aos associados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ, P. S. Agrotóxicos no Estado do Espírito Santo: **Uma análise das questões legais e dos efeitos nas águas superficiais do Rio Jucu causados pelo herbicida glifosato**. Tese de Mestrado, UFES, Vitória-ES, 2018.

CARNEIRO, F. F., RIGOTTO, R. M., AUGUSTO, L. G. S., FRIEDRICH, K., & BÚRIGO A. C., organizadores (2015). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, São Paulo: Expressão Popular.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – INCAPER. Cafeicultura conilon. Disponível em <https://incaper.es.gov.br/cafeicultura-conilon>. Acesso em 21 de abril de 2022.



MORAES, R. F. de. Texto para discussão Agrotóxicos no Brasil: **Padrões De Uso, Política Da Regulação E Prevenção Da Captura Regulatória**. Brasília, setembro de 2019.

RODRIGUES, L. C. C., FÉRES, J. G. **Impactos Do Uso de Agrotóxicos na Saúde da População Rural Brasileira**, disponível em <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/341327-impactos-do-uso-de-agrotoxicos-na-saude-da-populacao-rural-brasileira>. Acesso em 21 de abril de 2022.

SOARES, W. L., & PORTO, M. F. S. (2009). Estimating the social cost of pesticide use: An assessment from acute poisoning in Brazil. **Ecological Economics**. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800909002183#aep-section-id6>. Acesso em 21 de abril de 2022.



## PERCEPÇÃO DOS CITRICULTORES DO OESTE CATARINENSE ACERCA DA INCIDÊNCIA E MONITORAMENTO DA MOSCA-DAS-FRUTAS: BASE PARA AÇÕES PRECISAS DE ATER

Thiago Marchi<sup>1</sup>, Rodolfo Vargas Castilhos<sup>2</sup>, Ivan Tormem<sup>3</sup>, MariangelaPirotti<sup>4</sup>,  
Eduardo Brugnara<sup>5</sup> e Rafael Roveri Sabião<sup>6</sup>

<sup>1,2,3,4,5,6</sup>Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -  
EPAGRI. Email: thiagomarchi@epagri.sc.gov.br; rodolfocastilhos@epagri.sc.gov.br;  
tormem@epagri.sc.gov.br; mariangelapirotti@epagri.sc.gov.br;  
eduardobrugnara@epagri.sc.gov.br; rafaelsabiao@epagri.sc.gov.br

### RESUMO

O objetivo deste trabalho foi conhecer a percepção dos citricultores sobre a incidência e monitoramento da mosca-das-frutas em seus pomares. O trabalho foi construído numa participação integrada de pesquisadores e extensionistas da Epagri. Questionários foram aplicados a 58 citricultores e as respostas foram organizadas para análise dos resultados. A maioria dos citricultores (91,38%) considera a mosca-das-frutas um dos principais problemas fitossanitários da cultura e apenas 12,07% relatam como baixo o grau de incidência desta praga em seus pomares. A maioria dos agricultores não faz monitoramento do inseto ou desconhece o assunto, e alegam a falta de tempo como principal motivo para a não adoção desta prática. Os dados são preocupantes, pois revelam a negligência de parte dos citricultores com o monitoramento desta praga. No entanto, a partir deste diagnóstico, ações precisas de conscientização e de difusão serão realizadas pelos extensionistas rurais, na busca por uma maior adoção do monitoramento da mosca-das-frutas por parte dos citricultores.

**Palavras-chave:** *Anastrepha fraterculus*; Laranja; Tangerina; Manejo integrado de pragas; Diagnóstico.

### INTRODUÇÃO

Em Santa Catarina, mais de 95% dos citricultores cultivam seus pomares em pequenas propriedades, em regime de exploração familiar (KOLLER, 2013). Na safra 2017/18, os 1.317 produtores de laranja e tangerina catarinenses colheram 27 mil toneladas destas frutas em 1,5 mil hectares. O Oeste Catarinense representa cerca de 57% da área, número de produtores e produção, destacando-se como uma importante região produtora de citros (EPAGRI, 2022).

<sup>1</sup> Extensionista rural, eng.-agr. M.Sc, Escritório Municipal de Lajeado Grande

<sup>2</sup> Pesquisador, eng.-agr. Dr., Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar

<sup>3</sup> Extensionista rural, eng.-agr. Esp., Gerência Regional de Chapecó

<sup>4</sup> Extensionista rural, eng.-agr., Escritório Municipal de Lacerdópolis

<sup>5</sup> Pesquisador, eng.-agr. M.Sc., Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar

<sup>6</sup> Pesquisador, eng.-agr. Dr., Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar



Estes cultivos são frequentemente atacados pela mosca-das-frutas, principalmente da espécie *Anastrepha fraterculus* (Diptera: Tephritidae), que está entre os principais insetos responsáveis pela queda de frutos cítricos no Brasil, com variações da severidade dos ataques de acordo com o ano agrícola, a região produtora e o cultivar.

Por causar danos diretos à produção, que inviabilizam a comercialização dos frutos, a mosca-das-frutas necessita ser constantemente monitorada nos pomares, para que medidas de manejo sejam antevistas e adotadas enquanto a população da praga se encontra baixa. Desta forma, objetivou-se com este trabalho realizar um diagnóstico acerca da percepção dos citricultores do oeste catarinense sobre a incidência da mosca-das-frutas e seu monitoramento nos pomares, visando subsidiar ações precisas e eficazes de assistência técnica e extensão rural (ATER).

## METODOLOGIA

Através de uma discussão conjunta entre pesquisadores e extensionistas, foi elaborado um questionário técnico contendo questões essenciais para se traçar um panorama sobre a incidência da mosca das frutas e adoção do seu monitoramento em pomares de citros do Oeste Catarinense.

Foram entrevistados 58 citricultores de municípios pertencentes às regionais da Epagri de Campos Novos, Concórdia, Xanxerê, Chapecó, Palmitos e São Miguel do Oeste, que correspondem às Unidades de Gestão Técnica 1 (Oeste), 2 (Meio-Oeste) e 9 (Extremo Oeste) (Figura 1). As entrevistas foram realizadas entre abril e setembro de 2021, com a aplicação de um questionário técnico sobre a incidência e a adoção do monitoramento da mosca-das-frutas nos pomares de citros. Os questionários foram realizados por 18 extensionistas rurais com forte atuação pública na assistência técnica e desenvolvimento rural de diferentes municípios das cidades regionais.



**Figura 1.** Demonstração das regiões onde foi realizado o diagnóstico: municípios pertencentes às regionais da Epagri de Campos Novos, Concórdia, Xanxerê, Chapecó, Palmitos e São Miguel do Oeste, que correspondem às Unidades de Gestão Técnica 2 (UGTs) (Meio-Oeste), 1 (Oeste) e 9 (Extremo Oeste), indicadas com as setas.

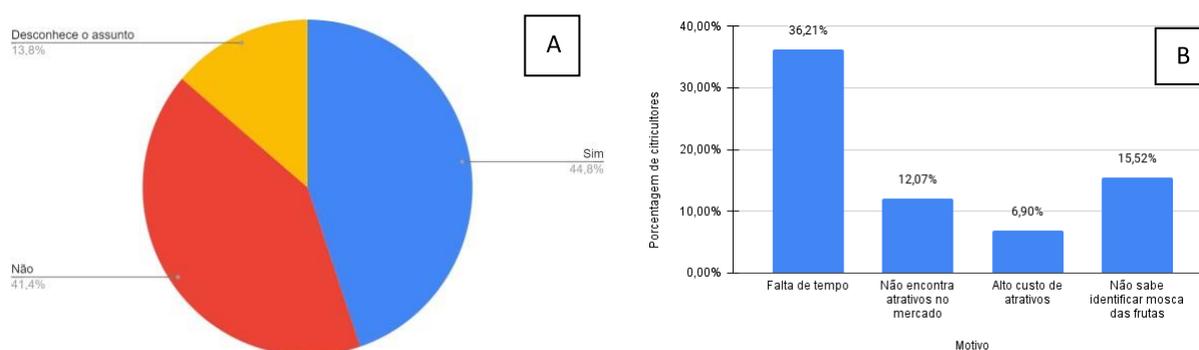
O questionário foi realizado “in loco”, com as respostas coletadas e organizadas no ambiente Google workspace. Após foi realizada a interpretação das respostas e a compilação dos resultados em gráficos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os citricultores entrevistados, a grande maioria (91,38%) considera a mosca-das-frutas um dos principais problemas fitossanitários da cultura. O grau de incidência desta praga nos pomares é relatado como baixo por apenas 12,07% dos produtores. Para 48,28% dos citricultores o ataque é considerado médio, com presença de alguns frutos caídos e poucos sintomas de ataque. Entre os citricultores, 39,66% o consideram alto, com muitos frutos caídos e sintomas de podridão, o que evidencia a relevância desta praga para a citricultura catarinense.

Scoz et al. (2006) consideram o monitoramento uma medida estratégica de importância fundamental para o manejo da mosca-das-frutas nos pomares. No entanto, a maioria dos citricultores entrevistados não adota esta medida ou simplesmente desconhece o assunto (Figura 2A).

O principal motivo para falta ou dificuldade na realização do monitoramento da mosca-das-frutas indicado pelos citricultores é a limitação de tempo, segundo 36,21% dos entrevistados (Figura 2B). A dificuldade na identificação do inseto, a dificuldade em encontrar atrativos comerciais e o alto custo dos atrativos também foram citados como entraves.



**Figura 2.** Realização do monitoramento de mosca-das-frutas: (A) porcentagem de citricultores que realizam o monitoramento e (B) motivos alegados pela não realização ou dificuldades encontradas para realização do monitoramento de mosca-das-frutas

Todos citricultores que monitoram com uso de armadilhas utilizam armadilhas caseiras feitas com garrafas pet (Figura 3B), provavelmente devido ao menor custo em relação à armadilha comercial do tipo McPhail. Apesar de armadilhas McPhail serem recomendadas e amplamente utilizadas para monitoramento de mosca-das-frutas, alguns modelos alternativos de armadilhas, quando fabricados de maneira



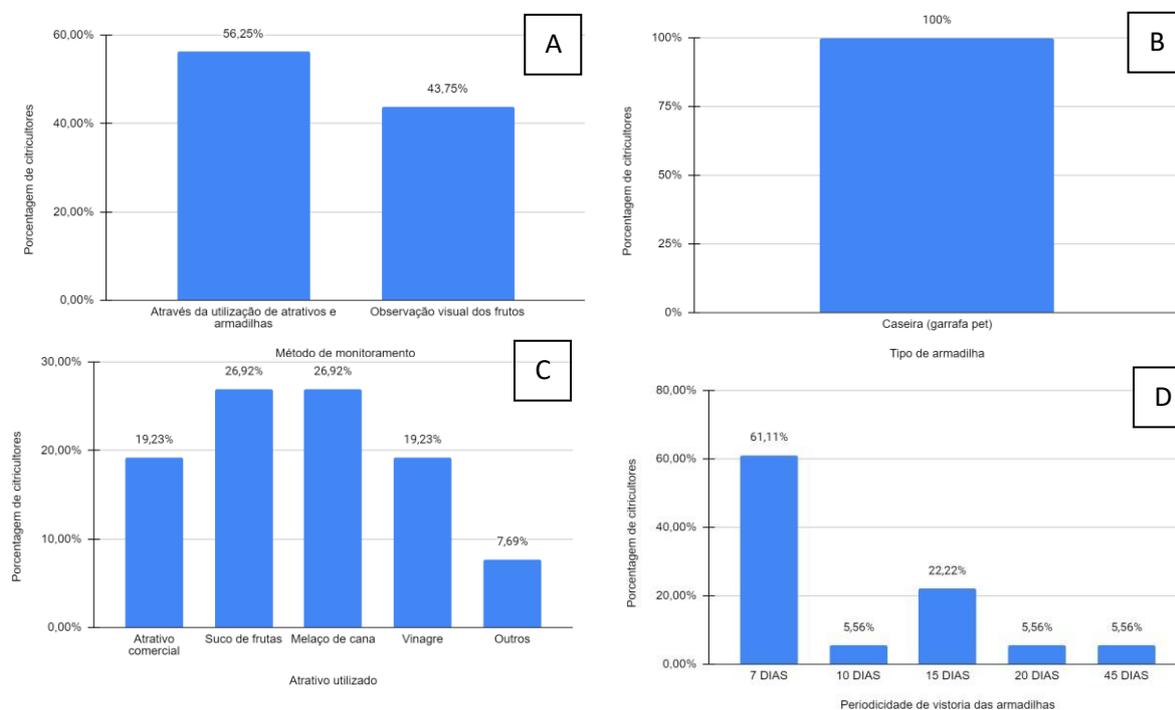
correta, são equivalentes ao modelo comercial na captura de adultos de *A. fraterculus* (RAGA et al., 2006; SCOZ et al., 2006).

Os atrativos mais utilizados em armadilhas são o suco de frutas (26,92%) e o melaço de cana (26,92%) (Figura 3C), por serem de baixo custo e fácil elaboração. Segundo Raga et al. (2006) esses atrativos são os mais comumente utilizados no Brasil mas, em muitos casos, têm comprometido os resultados do monitoramento devido à falta de padrão de qualidade e, conseqüente, baixa eficácia de captura dos insetos.

Quanto à periodicidade de vistoria das armadilhas, 61,11% dos citricultores a fazem a cada sete dias (Figura 3D), seguindo o recomendado tecnicamente (RAGA, 2005). Os demais fazem a cada 10, 15, 20 ou 45 dias.

O monitoramento em pomares de citros com armadilhas e atrativos deve ser constante e serve para nortear a realização de medidas de controle, que devem ser realizadas sempre que a população atingir o nível de controle (0,5 mosca/armadilha/dia), a fim de prevenir danos severos como queda de frutos (BORTOLI et al., 2016).

Na Figura 3, a seguir, observa-se a caracterização do monitoramento adotado pelos citricultores que o realizam. Dentre este grupo, 56,25% dos produtores realizam o monitoramento corretamente com uso de armadilhas, enquanto 43,75% monitoram através da observação visual dos frutos (Figura 3A).



**Figura 3.** Caracterização do monitoramento realizado pelos citricultores: (A) método de monitoramento utilizado, (B) tipo de armadilha utilizada, (C) atrativo utilizado na armadilha e (D) periodicidade de vistoria das armadilhas para mosca-das-frutas.



Os dados apresentados com este levantamento são de certa forma preocupantes, pois revelam a negligência do citricultor com a prática do monitoramento, o qual é realizado por menos da metade dos entrevistados. Esta informação reflete a prática errônea dos produtores de realizar controle químico quando percebe frutos caídos no pomar, o que é ineficaz, uma vez que danos econômicos já foram ocasionados. O monitoramento é uma prática fundamental para o sucesso do manejo integrado da mosca-das-frutas, uma vez que possibilita antever altas populações e realizar o controle no momento adequado.

Dentre as ações previstas pela ATER para modificação deste cenário têm-se: visitas constantes aos citricultores para orienta-los na adoção do monitoramento, cursos em conjunto com a pesquisa para capacitar citricultores e auxílio na elaboração de políticas públicas que facilitem o acesso dos citricultores a atrativos e armadilhas.

O conhecimento aprofundado da problemática enfrentada pelos agricultores em determinada atividade agrícola é fundamental para se identificar gargalos e assim planejar ações de ATER e políticas públicas voltadas aos reais problemas enfrentados. Desta forma, espera-se que este diagnóstico sirva para nortear a ATER na adoção de ações de difusão e conscientização dos citricultores do Oeste Catarinense, contribuindo para a maior adoção do monitoramento e do manejo adequado de mosca-das-frutas pelos produtores, com redução das perdas econômicas.

## CONCLUSÕES

A mosca das frutas é considerada a principal praga dos citros por citricultores do Oeste Catarinense, no entanto mais da metade destes produtores não realiza o seu monitoramento. Desta forma, ações precisas de ATER no âmbito da assistência técnica, capacitações e políticas públicas serão adotadas, visando à mitigação desta problemática através de um serviço eficiente e com aplicação adequada de recursos, contribuindo assim para o desenvolvimento rural de Santa Catarina.

## AGRADECIMENTOS

Ao extensionista Maikol Ouriques, por auxiliar na elaboração e organização dos dados do questionário no ambiente Google workspace; aos extensionistas rurais que aplicaram o questionário e aos citricultores que se dispuseram em respondê-lo.

## REFERÊNCIAS

BORTOLI, L.C.; MACHOTA, R.; GARCIA, F.R.M.; BOTTON, M. Evaluation of food lures for fruit flies (Diptera: Tephritidae) captured in a citrus orchard of the Serra Gaúcha. **Florida Entomologist**, v. 99, p. 381-384, 2016.

EPAGRI. **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina –Epagri**. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA. Painéis de Dados da Fruticultura. Levantamento de dados sobre a Fruticultura Catarinense -2017/18. Florianópolis: Epagri/ Cepa, 2022. Disponível em:



<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/fruticultura/paineis-fruticultura/>.

Acesso em 17 mar. 2022

KOLLER, O.L. (Ed.) **Citricultura catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2013. 319p.

RAGA, A. Incidência, monitoramento e controle de moscas-das-frutas na citricultura paulista. **Laranja**, Cordeirópolis, v.26, n.2, p.307-322, 2005.

RAGA, A.; MACHADO, R.A.; DINARDO, W.; STRIKIS, P.C. Eficácia de atrativos alimentares na captura de moscas-das-frutas em pomar de citros. **Bragantia**, v. 65, n. 2, p. 337-345, 2006.

SCOZ, P.L.; BOTTON, M.; GARCIA, M.S.; PASTORI, P.L. Avaliação de atrativos alimentares e armadilhas para o monitoramento de *Anastrepha fraterculus* (Wiedemann, 1830) (diptera: tephritidae) na cultura do pessegueiro (*Prunus persica* (L.) batsh). **Idesia**, Arica, v.24, n.2, p.7-13, 2006.



## SISTEMA DE PLANTIO DIRETO DE HORTALIÇAS (SPDH), MÉTODO DE TRANSIÇÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

Renato Guardini<sup>1</sup>; Marcelo Zanella<sup>1</sup>; Luiz H. Coelho<sup>1</sup>; Cassiele Lusa M. Bley<sup>1</sup>;  
Darlan R. Marchesi<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri,  
Rod. Admar Gonzaga, 1347 – Florianópolis, SC. renatoguardini@epagri.sc.gov.br;  
marcelozanella@epagri.sc.gov.br; luizcoelho@epagri.sc.gov.br;  
cassiele@epagri.sc.gov.br; darlan@epagri.sc.gov.br

### RESUMO

Em SC o cultivo de hortaliças é tradicionalmente convencional, afetando negativamente a saúde do solo, das plantas cultivadas, além de não atender à demanda da sociedade por alimentos saudáveis. A Epagri desenvolveu o SPDH, aprimorando o conceito de transição agroecológica. Este trabalho apresenta os principais resultados do sistema e seus benefícios para uma agricultura familiar sustentável, demonstrando a redução média de 50% do custo de produção, a diminuição de 35% de perdas no pós-colheita, o aumento nas taxas de infiltração, a redução na utilização de agrotóxicos e adubos químicos, com resiliência no enfrentamento às mudanças climáticas sem comprometimento da produtividade. Foram publicados seis boletins didáticos, um livro e instituída uma Política Pública. A Epagri tem como desafio desenvolver a agricultura catarinense adotando os princípios do SPDH, de forma contínua e prioritária. Como estratégia, está adaptando o sistema para outras culturas de forma a oferecer uma alternativa de transição.

**Palavras-chaves:** Transição; Adubos verdes; Agroecossistemas.

### CONTEXTO

Na agricultura catarinense foi disseminado o pacote da revolução verde, alterando os agroecossistemas, estabelecendo a produção agrícola chamada “moderna”, simplificando a paisagem rural. Essa simplificação nos sistemas de produção causa desequilíbrios ecológicos intensos, comprometendo a biodiversidade e utilizando recursos naturais de forma ineficiente. Deixando os produtores altamente vulneráveis às mudanças climáticas, dependentes de insumos externos as propriedades e suscetíveis a pragas e doenças, que estão cada vez mais presentes nas lavouras.

Em SC o sistema predominante na produção de hortaliças é o convencional, que estimula as interações negativas nos agroecossistemas, afetando a saúde do solo e das plantas cultivadas, comprometendo a produtividade, a qualidade dos alimentos e dos recursos naturais, além de elevar o custo de produção a cada ano. Os principais problemas relacionados com este tipo de cultivo estão no revolvimento intensivo do solo, principalmente com a utilização de arado, grade e enxada rotativa. Esse manejo favorece a formação de camadas compactadas, deixando a superfície do solo exposta, o que aumenta o impacto da gota da chuva e impulsiona os processos erosivos. Isso também estimula a germinação de plantas espontâneas e aumenta a



incidência de pragas, aumentando conseqüentemente o estresse nas plantas cultivadas e demandando mais aplicações de agrotóxicos.

Entretanto, é cada vez maior a demanda da sociedade por alimentos saudáveis e produzidos a partir de fundamentos sustentáveis, sobretudo quando se trata de hortaliças, cujo consumo remete diretamente à saúde do consumidor. Neste contexto, a Epagri vem desenvolvendo e recomendando há cerca de 20 anos o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), agregando a extensão rural, agricultores, pesquisa e instituições de ensino, como a UFSC e a UDESC. Este grupo vem desenvolvendo o SPDH através de métodos de extensão rural e pesquisa participativa, através de lavouras de estudo, cursos, viagens técnicas, dias de campo, palestras, publicações e reuniões para socializar os resultados. O SPDH se apresenta como método que aprimorou o conceito de transição, de um modelo de agricultura fragilizado e dependente para outro mais equilibrado e autônomo. Desenvolvido pela necessidade de construir um sistema que, além de diminuir expressivamente as perdas de solo, água e nutrientes, também promovesse a gradativa eliminação do uso de agrotóxicos, mantendo ou aumentando o rendimento das culturas. Paralelamente ampliou os conceitos e práticas de manejo do solo, rotação de culturas e adubos verdes (Figura 01).



**Figura 01.** Rotação de culturas e adubos verdes (Angelina, SC)

A proposta de transição do SPDH pode ser aplicada em toda a agricultura familiar, sendo capaz de dinamizar as transformações nos sistemas de produção e consumo de alimentos, para que evoluam no sentido das interações positivas nos agroecossistemas e, conseqüentemente, na complexidade do sistema, promovendo a saúde e melhorando as relações de consumo entre produtores, mercado e consumidores. Este trabalho tem como objetivo apresentar os principais resultados do método SPDH e seus benefícios para a agricultura familiar sustentável.



## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O SPDH está fundamentado em dois eixos interdependentes: o político-pedagógico e o técnico-científico. No primeiro é pactuado um compromisso mediante um “contrato de trabalho”. Este contrato é firmado entre agricultores e agentes de ATER, documentado em uma linha do tempo, momento em que são definidas as lavouras de estudos que serão instaladas nas propriedades, que são áreas de lavouras comerciais a serem conduzidas sob os princípios do SPDH.

No eixo técnico-científico, o princípio central é a promoção da saúde da planta, tendo como base o equilíbrio do solo, que é orientada pela minimização de estresses nutricionais, salinidade, disponibilidade de água, temperatura, luminosidade e pH. A implantação das lavouras de estudo inicia com a amostragem de solo estratificada de 0-10 e 10-20cm, para corrigir o pH e as concentrações dos nutrientes no perfil do solo. Além do acompanhamento evolutivo dos atributos físicos e biológicos, através do perfil cultural do solo e de observações. Para a correção do pH, Ca e Mg, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina (SAR) disponibiliza a política pública Programa Terra Boa, que realiza a doação de calcário aos agricultores familiares.

Posteriormente são planejadas as rotações de culturas e de adubos verdes, objetivando acumular uma cobertura de no mínimo  $10 \text{ t.ha}^{-1}$  de massa seca. No momento da implantação das lavouras, os adubos verdes são acamados com o uso de rolo-faca ou equipamentos semelhantes. Após isso utilizam-se equipamentos adaptados com discos de corte para abrir a linha de plantio. A nutrição das plantas é realizada com base nas taxas diárias de absorção de nutrientes, adequando-a às condições ambientais, às reservas nutricionais do solo e aos sinais apresentados pelas plantas. Estes conceitos e práticas foram adotados e aprimorados nos experimentos conduzidos em várias regiões de SC, nas lavouras de estudos de tomate, pimentão, berinjela, melancia, moranga híbrida, pepino, chuchu, brássicas, cebola, mandioquinha-salsa e alface (Figura 02).



**Figura 02.** Lavoura de estudo de alface (Antônio Carlos, SC)



## RESULTADOS

O SPDH não é estático, está sempre em desenvolvimento. Busca tecnologias nas diversas culturas trabalhadas, contribuindo para a produção de alimentos seguros do ponto de vista de resíduos, o que aumenta a confiança da cadeia produtiva e dos consumidores. Além disso, as diversas vantagens proporcionadas pelo sistema, como redução de custos, resiliência no enfrentamento das mudanças climáticas e alta produtividade, têm permitido a adesão de novas famílias de agricultores ao sistema. As estimativas da Epagri de 2020 demonstram que no Estado temos cerca de 4 mil ha em SPDH, representando 10% da área plantada com hortaliças. Os resultados alcançados até o momento demonstram a eficiência do SPDH, com redução média de 50% no custo de produção e de 35% nas perdas na colheita e pós-colheita e taxas de infiltração até três vezes maiores do que no sistema convencional, podendo gerar uma redução de até 80% no consumo de água na irrigação.

Na cadeia produtiva do tomate e pimentão, o SPDH tem permitido reduzir 60% do uso de fungicidas, 100% do uso de herbicidas e 60% do uso de adubos químicos, sem diminuir a produtividade. No cultivo de cebola, temos uma redução de 60% na adubação mineral, em mais de 40% no uso de fungicidas, permitido estender por 60 dias o período de armazenagem.

O destaque é na cadeia produtiva do chuchu, onde é possível eliminar 100% dos herbicidas e fungicidas, reduzir 80% dos inseticidas e 70% os adubos químicos. E os agricultores que aplicam todos os princípios do SPDH atingiram rendimentos de 100% na produtividade quando comparada ao sistema convencional. No cultivo das brássicas a redução de uso de fungicidas, bactericidas e nematicidas é de aproximadamente 90%. E quando comparamos com o sistema convencional a redução no uso de adubos é de 60% e de herbicidas e inseticidas 70%. Os dados acima demonstram que a redução no uso de insumos proporciona um aumento na renda. Também possibilita o fornecimento de alimentos saudáveis aos consumidores, aliado à conservação ambiental e à qualidade de vida das famílias rurais, estimulando que jovens rurais permaneçam nas propriedades.

Outro resultado é a publicação de 06 Boletins Didáticos em SPDH: tomateiro, chuchu, moranga tetsukabuto, brássicas, cebola e mandioquinha-salsa, permitindo uma imersão em cada cultura. Em 2019, a Epagri lançou o livro: “SPDH – Método de transição para um novo modo de produção”, como um guia para o sistema e também fomentou a criação da Política Pública denominada de Kit Solo Saudável, que é uma ferramenta para aquisição de adubos verdes e insumos.

Em 2017 o SPDH passou a integrar a Plataforma de Boas Práticas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), como tecnologia reconhecida na produção de alimentos saudáveis de forma sustentável. No ano de 2019 foi premiado pelo Projeto Bota na Mesa com o tema Mudança do Clima e Transição Agroecológica pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Em 2021 foi novamente premiado pela FGV como tecnologia no enfrentamento às mudanças climáticas para redução de riscos e vulnerabilidades da produção agrícola familiar em regiões metropolitanas.



ANAIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

Para que a olericultura catarinense seja conduzida adotando os princípios do SPDH, de forma contínua e prioritária, a Epagri tem um desafio como empresa pública de pesquisa e extensão rural, comprometida na busca de qualidade de vida para os agricultores familiares e o fornecimento de alimentos seguros para a sociedade. Como estratégia, a Epagri vem adaptando o sistema para outros cultivos, de forma a oferecer uma alternativa de transição sustentável.



## **ATER PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PNATER: CAMINHO PARA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Maria Vanderli Cavalcante Guedes  
EMATER-CE, [vanderli.guedes@ematerce.ce.gov.br](mailto:vanderli.guedes@ematerce.ce.gov.br)  
Francisco Edmar de Oliveira  
EMATER-CE, [edmar.oliveira@ematece.ce.gov.br](mailto:edmar.oliveira@ematece.ce.gov.br)

### **RESUMO**

Como consequência de profundas transformações do meio rural brasileiro, o desenvolvimento rural passou a levar em consideração aspectos essenciais para a sobrevivência saudável da agricultura. A partir da observância das dimensões ambiental, social, política e cultural, foram criadas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, dentre elas a PNATER, que rompeu com o antigo modelo difusionista de ATER e priorizou a agricultura familiar. Objetiva-se, com este ensaio crítico, refletir sobre a PNATER como meio para a sustentabilidade da agricultura familiar. A PNATER é uma grande conquista para a agricultura familiar na medida em que privilegia o desenvolvimento rural sustentável, a metodologia participativa, a multidisciplinaridade, a agroecologia, questões de gênero, raça, etnia e geração, além de ser o caminho pelo qual os agricultores familiares poderão ter acesso às novas ferramentas tecnológicas. Faz-se necessário, no entanto, sua ampliação, pois são poucos os agricultores contemplados com serviços de ATER no país. Além disso, ainda há sensível resistência dos técnicos para a adoção do modelo proposto pela PNATER para extensão rural. Conclui-se que a PNATER é uma política válida, que pode e deve ser mais bem exercida pelos profissionais a ela vinculados, para maior benefício dos agricultores contemplados e a garantia da sustentabilidade da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agricultura sustentável; Desenvolvimento rural; Políticas públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A agricultura familiar, uma das maiores responsáveis pela produção mundial de alimentos, possui relevante papel na geração de empregos na zona rural, contribuindo efetivamente para a renda e a estruturação familiar. Além disso, fornece insumos em diversos meios, como centrais de abastecimento e feiras, contribuindo para um acesso mais democratizado a produtos de qualidade. Percebe-se, assim, a importância de sua sustentabilidade.

A partir dessa premissa, faz-se necessária a presença de suporte técnico, logístico e financeiro para o bom desempenho dessa prática. Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) ingressa como forte aliada da agricultura familiar, facilitando processos de orientação, educação sobre processos de produção e modernização da produção de insumos, sensibilização para questões de políticas públicas, entre outros.

A PNATER pretende contribuir para uma ação institucional capaz de consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, potencializará atividades produtivas agrícolas



voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias-primas, bem como apoiar estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Igualmente, deverá estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais agrícolas e não agrícolas.

Para Altieri, a expressão 'agricultura sustentável' se refere à "busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas", o que requer a "otimização dos sistemas como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico" (ALTIERI, 2002).

Considerando-se o que sugere a PNATER, a consolidação do processo de mudança requer a formação de profissionais qualificados que levem em conta o respeito aos saberes, pois a transição pautada numa matriz agroecológica exigirá das instituições de ATER ensino e pesquisa o comprometimento com uma agricultura socialmente justa, assegurando um ambiente saudável para as gerações futuras. A PNATER surge, portanto, como proposta de resposta ao questionamento: Como assegurar a viabilidade da agricultura familiar frente a mercados cada vez mais imprevisíveis, competitivos e subordinados aos interesses industrial e financeiro?

Este trabalho aborda a contribuição da PNATER para o desenvolvimento da região, mostrando os avanços e desafios da nova ATER, e tem como principal objetivo refletir sobre a PNATER como meio para a sustentabilidade da agricultura familiar.

## **METODOLOGIA**

O trabalho apresenta uma visão geral da agricultura familiar e a produção agroecológica desse território. Apresenta ainda as ações de ATER reforçando a necessidade de ampliar e fortalecer esses serviços visando ao desenvolvimento rural sustentável. Realizou-se uma reflexão, a partir de uma revisão de literatura e de dados secundários obtidos junto aos órgãos governamentais, bem como as experiências vivenciadas pelos extensionistas em campo, permitindo uma análise crítica da política, suas potencialidades e limitações.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em resposta às consequências do modelo difusionista, a PNATER apresenta-se como uma alternativa baseada no diálogo e na construção participativa de um novo modelo de ATER. "A nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pretensamente aponta para um modelo de participação e democratização para a Assistência Técnica e Extensão Rural, propondo novas metodologias e ações mais compatíveis com o modo de vida, de trabalho e de produção da agricultura, especialmente aquela de caráter familiar, baseada na troca de saberes entre o conhecimento científico e popular e o uso de práticas rurais sustentáveis, orientadas pelos princípios da Agroecologia (LUSA, 2013, p.121)".

No entanto, desde sua origem, os serviços de ATER pública e gratuita não conseguem atender todos os agricultores familiares, apesar de serem considerados relevantes para o êxito das atividades agrícolas (IBGE, 2006). A nova política de ATER tem o



desafio de pensar o desenvolvimento em todas as suas dimensões e além do setor agropecuário. No entanto, se constata que os serviços de ATER ainda estão demasiadamente focados somente neste setor (GRÍGOLO; DEON; FROEHLICH, 2015). Deve-se considerar, porém que a Lei de ATER, a qual institui a PNATER é recente, enquanto o corpo técnico das instituições oficiais de ATER ainda carregam a cultura da antiga ATER, cujo modelo era exclusivamente difusionista e setorial.

Castro (2015, p.56-58) relata grandes avanços ocorridos recentemente, como a exclusividade da ATER pública para os agricultores familiares; a promoção do desenvolvimento rural sustentável com princípios agroecológicos, a gestão democrática e o controle social; além da formação de um sistema nacional de ATER pública, com entidades estatais e não estatais. No entanto, o autor adverte que a construção desse novo sistema de ATER ainda está incipiente e “há dúvidas sobre a capacidade estatal em conduzir essa empreitada, bem como sobre os resultados que serão obtidos desse processo”.

Um grande avanço da PNATER foi incluir os povos e as comunidades tradicionais comobeneficiários dessa política. Outra característica da PNATER que se contrapõe ao antigo modelo é a adoção da produção agroecológica como um dos princípios desta política. A produção agroecológica está relacionada com o desenvolvimento local e com o conhecimento dos agricultores, “que aparecem como base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento mais sustentável.” (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017, p. 281). Os autores defendem que esta mudança de paradigma não pode ser implementada com a ATER tradicional, mas uma Extensão Rural Agroecológica seria o meio pelo qual a transição aconteceria. No entanto, há vários obstáculos a ser transpostos, inclusive a resistência dos próprios técnicos. Outro avanço da PNATER foi garantir protagonismo às mulheres rurais. Conforme Souza, Maciel & Lima (2016) os autores destacam a importância do trabalho da ATER na organização e o empoderamento de agricultoras familiares. A presença de uma ATER específica para mulheres “a agroecologia abarcando as dimensões ecológica, social, cultural, econômica, política e ética, surge como instrumento sistêmico para a mudança de paradigma sobre o desenvolvimento”.

É notório que há grande resistência por parte dos técnicos extensionistas em pautar suas ações em consonância com os princípios da PNATER. Uma das possíveis razões desta oposição seria o fato de que boa parte dos quadros de profissionais das instituições estaduais de ATER teve sua formação acadêmica direcionada para atender os interesses da Revolução Verde e em práticas difusionistas dos pacotes tecnológicos. Foram décadas de trabalho praticando uma ATER na qual o técnico era o centro do conhecimento e o dono de toda razão. Transformar uma cultura institucional pode ser um processo extremamente demorado e cheio de obstáculos.

O reduzido acesso aos serviços de ATER, especialmente a ATER governamental, é um reflexo da precária estrutura das instituições estaduais de ATER. É a ATER governamental a responsável pela implementação da PNATER, principalmente junto aos agricultores familiares. Contudo, faz-se necessário que o poder público invista pesadamente para recompor o quadro de pessoal e a estrutura de trabalho dessas instituições. O desenvolvimento rural sustentável será realidade quando os serviços



públicos de ATER chegarem a todos os agricultores familiares. Nesse sentido, com a nova abordagem de desenvolvimento rural e a exigência de um novo perfil profissional, a formação do agente extensionista pode ser apontada como um fator indispensável, por serem os extensionistas elementos essenciais para a efetivação da PNATER.

Tome-se como exemplo a Região do Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará. Percebe-se que a agricultura desenvolvida no local tem uma diversificada base de recursos naturais em face da variabilidade de relevo, constituído por uma base geográfica com serra, vale com aluviões, tabuleiros altos e área de sertão. Os municípios dessa região se especializaram em diversas atividades, conforme a base de recursos naturais locais existentes e o investimento governamental. Pode-se dizer que nestes municípios predominam a fruticultura, a cultura do arroz, a olericultura e a pecuária. Esse modelo é fruto de uma ATER de transição, que tem como base os princípios da ciência da agroecologia, segundo a qual os estilos de agricultura são compatíveis com a heterogeneidade dos agroecossistemas, levando-se em conta os conhecimentos locais, os avanços científicos, a socialização e o uso de tecnologias menos agressivas ao ambiente e à saúde das pessoas através de uma agricultura familiar sustentável.

Apesar dos obstáculos criados por um aprofundamento da abordagem dualista da política agrícola brasileira, a luta pela reconstrução da ATER pública sob o paradigma da agroecologia constitui um relevante campo de disputa entre distintos modelos de desenvolvimento rural no seio da sociedade brasileira.

## **CONCLUSÕES**

A PNATER tem constituído um relevante significado para a agricultura familiar, pois tem melhorado a qualidade de vida do agricultor familiar a partir da implementação dos programas, serviços e projetos ofertados. Além de incluir a questão da sustentabilidade nas dimensões econômica, social, política e ambiental, propiciando o acesso às demais políticas públicas, a PNATER estimula a participação social das famílias, o que acaba resultando na promoção do desenvolvimento rural sustentável. No entanto, o serviço de ATER no país ainda não se apropriou integralmente dos princípios e das diretrizes da PNATER. Isso se confirma através da pluralidade de práticas extensionistas adotadas pelas diversas organizações de ATER, algumas, inclusive, incoerentes com a abordagem definida na própria lei.

Embora a PNATER represente uma grande conquista para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural, ainda há enormes desafios a serem vencidos. Dentre eles: recompor os quadros de profissionais e a estrutura de trabalho das instituições estaduais de ATER a fim de que mais agricultores tenham acesso aos serviços. Faz-se necessário também um esforço contínuo de capacitação promovido por estas instituições junto aos seus profissionais no sentido de mudar a antiga visão difusionista da ATER para uma atuação em consonância com os princípios da PNATER.

O que vemos hoje, sob a orientação de um mesmo governo nacional é a disputa de dois modelos de desenvolvimento rural e de agricultura: um modelo já velho, não



sustentável, mas ainda hegemônico; e outro, em construção, que trata de buscar a sustentabilidade da agricultura. A solução desta contradição está na implementação da PNATER, que poderá definir os rumos futuros do nosso desenvolvimento rural sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALTIERE, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária –

PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 2010

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. **Extensão Rural Agroecológica**: experiências e limites. *Redes - Santa Cruz do Sul*, v. 22, n. 2, p. 275 – 297, 2017.

CASTRO, C. N. **Desafios da agricultura familiar**: o caso da assistência técnica e extensão rural. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental – IPEA*, Brasília-DF, n. 12, v.1, p. 49-59, jul./dez. 2015

GRÍGOLO, S.; DEON, P. R. C.; FROEHLICH, J. M. A contribuição da abordagem do desenvolvimento territorial na transformação das práticas de extensão rural. **DRd- Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 109-126, 2015. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006.

LUSA, Mailiz Garibotti et al. Política nacional de assistência técnica e extensão rural e serviço social: o campo como desafio. **Cadernos Ceru**, v. 24, n. 1, p. 115-135, 2013. SOARES, A.C.A. A multifuncionalidade da agricultura familiar. *Proposta*, Rio de Janeiro, n.87. p.40-49, dez. 2000/fev/2001.



## UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E VOZ EM PELOTAS: O COMITÊ GESTOR QUILOMBOLA

Robson Becker Loeck<sup>1</sup>  
Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Pelotas - rloeck@emater.tche.br  
Marcio Carus Guedes<sup>2</sup>  
Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Pelotas - mguedes@emater.tche.br  
Francisco Antonio Arduin de Arruda<sup>3</sup>  
Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Pelotas - farruda@emater.tche.br  
Regina Goncalves Medeiros<sup>4</sup>  
Escritório Regional da Emater/RS-Ascar de Pelotas - rmedeiros@emater.tche.br  
Caroline  
Crochemore Velloso<sup>5</sup>  
Escritório Regional da Emater/RS-Ascar de Pelotas - cvelloso@emater.tche.br  
Regina da Silva Miranda<sup>6</sup>  
Escritório Central da Emater/RS-Ascar - Porto Alegre - regimira@emater.tche.br

### RESUMO

O trabalho relata o Comitê Gestor Quilombola, uma experiência genuína de participação, voz e controle social no município de Pelotas, RS, que oportuniza às comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares o acesso a políticas públicas.

**Palavras-chave:** Cidadania; Direitos sociais; Organização coletiva; Participação política.

### CONTEXTO

No início de seu livro, intitulado “Pelotas dos Excluídos”, o historiador pelotense Adão Fernando Moquelat escreve que “Pelotas é a cidade mais negra do estado, quiçá do país”. Segundo ele, se faz necessário examinar “o que a história tradicional não quis ver ou ocultou e que sempre esteve à altura dos olhos, por debaixo do longo e rodado vestido de festa da Princesa do Sul<sup>13</sup>”.

Neste relato de experiência não se fará o que sugere o autor, contudo, se traz à tona a presença negra no interior do município de Pelotas, mais especificadamente, nos quilombos rurais.

Importante, então, ressaltar que o passado escravista fez com que os quilombolas fossem alijados dos processos participativos e decisórios, o que muito contribuiu para que essa realidade assim continue hoje em dia e faça com que boa parte vivencie situações de vulnerabilidade socioeconômica em suas comunidades<sup>14</sup>.

<sup>1</sup> Sociólogo e extensionista rural.

<sup>2</sup> Engenheiro-agrônomo e extensionista rural.

<sup>3</sup> Engenheiro-agrônomo e extensionista rural.

<sup>4</sup> Economista Doméstico e Assistente Técnico Regional – ATR.

<sup>5</sup> Farmacêutica e Assistente Técnico Regional – ATR.

<sup>6</sup> Nutricionista e Assistente Técnico Estadual – ATE.

<sup>13</sup> Princesa do Sul é como também é referida a cidade de Pelotas.

<sup>14</sup> No interior de Pelotas existem quatro comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. São elas: Algodão, Alto do Caixão, Cerrito Alegre e Vó Elvira, que ao todo somam, aproximadamente, 1.377 pessoas.



## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Em Pelotas, RS, uma experiência que permite efetiva participação e voz de lideranças quilombolas foi fomentada por várias mãos<sup>15</sup>, e acabou por ser denominada de Comitê Gestor Quilombola.

O surgimento desse novo espaço coletivo foi resultado do Encontro Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas e Direito Humano à Alimentação Adequada, realizado em solo pelotense, promovido em maio de 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Emater/RS-Ascar.

No evento, foram apresentados dados de uma pesquisa realizada em quilombos do Rio Grande do Sul que indicavam uma elevada prevalência de insegurança alimentar e as adversas condições socioeconômicas vivenciadas pelas famílias em suas comunidades, tendo o Quilombo do Algodão um dos piores índices. A par dessa realidade e com a intenção de superá-la, participantes do referido encontro entenderam ser importante formar um coletivo de trabalho que oportunizasse e facilitasse o acesso dos quilombolas às políticas públicas, haja vista que, além do Algodão, outros três quilombos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares existem em Pelotas: Alto do Caixão, Cerrito Alegre e Vó Elvira.

Surgia assim o Comitê, que de fato foi constituído ainda durante o mês maio, no histórico e simbólico Casarão 2<sup>16</sup>, com a presença de quilombolas, da Emater/RS-Ascar e de gestores municipais (vice-prefeita e representantes de secretarias municipais: Cultura, Educação e Desporto, Desenvolvimento Rural, Justiça Social e Segurança, Qualidade Ambiental e Saúde).<sup>17</sup>

A sua primeira realização foi a promoção, junto aos edis, de uma audiência pública na Câmara de Vereadores, que, realizada em junho, acabou por dar voz a mais de uma centena de quilombolas que nela se fizeram presentes e expressaram as suas mais prementes vulnerabilidades e necessidades.

---

<sup>15</sup> Entre as pessoas que “construíram” a experiência estão os autores desse trabalho, que são profissionais da Emater/RS-Ascar, entidade que realiza a extensão rural e social oficial no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>16</sup> Construção que fica ao redor da principal praça de Pelotas, localizada no Centro Histórico, que foi erguido com mão de obra escrava.

<sup>17</sup> No momento da sua constituição, a vice-prefeita, hoje prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, disse que o Comitê Gestor Quilombola seria tratado pela gestão municipal como uma “política de governo”. Importante que se diga que o Comitê não é formalizado por um decreto ou lei municipal, fato esse que até o momento não foi impeditivo ao seu funcionamento.



**Figura 1.** Registro da constituição do Comitê Gestor Quilombola, no dia 13 de maio de 2015



**Figura 2.** Audiência Pública sobre os quilombos realizada na Câmara de Vereadores de Pelotas, no dia 09 de junho de 2015

A partir daí o Comitê passou a se reunir mensalmente<sup>18</sup> e a proporcionar uma grande interação entre os quilombolas, as secretarias municipais, a Emater/RS-Ascar e, a partir de 2017, a 3ª Coordenadoria Regional de Saúde do RS, que acabou por aprimorar as relações, fazendo surgir soluções coletivas e, muitas vezes, sem a necessidade de somas financeiras.

Em seu início, é importante que se diga que a coordenação do Comitê foi exercida por representante da Secretaria Municipal de Cultura. Posteriormente, estiveram à frente representantes da Secretaria municipal de Assistência Social e, interinamente, da Emater/RS-Ascar, até a coordenação ser assumida pelos próprios quilombolas<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Exceção no período pandêmico de 2020-21, em que houve maior espaçamento e as reuniões foram virtuais.

<sup>19</sup> Desde 2019 o Coordenador do Comitê é o quilombola Antônio Leonel Rodrigues Soares e o Coordenador Adjunto é o quilombola Charles Dias da Silva.



O avanço do Comitê vai depender, em muito, da continuidade do reconhecimento por parte do poder público de que seja um espaço legítimo para a definição de ações para as comunidades quilombolas e, quem sabe, um próximo passo para a sua efetiva manutenção seja a sua institucionalização por decreto governamental.



**Figura 3.** Registros de reuniões do Comitê do Gestor Quilombola

## RESULTADOS

O funcionamento do Comitê Gestor Quilombola, ao longo do tempo, resultou em algumas “conquistas”. A primeira é que os quilombolas passaram a ter visibilidade e voz para resolverem os seus problemas. Passaram também a participar de outros espaços públicos, como da audiência relatada acima e de Conselhos e Conferências Municipais<sup>20</sup>.

Como tudo começou a “passar” pelo Comitê, ele acabou também por se tornar uma instância de organização e controle social. Para se ter uma ideia, a discussão, a definição e o acompanhamento das famílias que vieram a participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e também a entregar alimentos à Prefeitura de Pelotas se deram nele<sup>21</sup>. E isso fez gerar autoestima, ainda mais quando espaços midiáticos passaram a ser ocupados com essa e outras notícias.

Pode-se listar, de uma maneira esquemática, as seguintes contribuições do Comitê às comunidades quilombolas:

- Visibilidade e direito a ter voz;

<sup>20</sup> Por exemplo, houve participação quilombola na Conferência Municipal de Assistência Social de Pelotas e, inclusive, um dos quilombolas participantes acabou representando os Usuários do SUAS na Conferência Estadual e, depois, na Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília.

<sup>21</sup> Há um preconceito em Pelotas e no RS de que os quilombolas não sabem produzir alimentos. A participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Municipal) demonstrou o contrário. Mostrou que em consonância com o seu lamentável passado de escravidão, as famílias quilombolas produzem, sim, alimentos com qualidade.



- Participação em espaços públicos;
- Qualificação do atendimento no Cadastro Único;
- Acesso ao talão do microprodutor rural;
- Acesso aos recursos da Estratégia de Saúde da Família Quilombola do RS;
- Acesso ao Programa Municipal de Calcário;
- Acesso facilitado às políticas públicas dos governos municipal, estadual e federal durante a pandemia de Covid-19<sup>22</sup>.

O apontado acima pode parecer pouco e, mesmo que o seja, provavelmente sem o Comitê Gestor Quilombola não teria acontecido. É evidente que ainda há muito a ser realizado para a superação das vulnerabilidades advindas do passado escravista. Todavia, com esse intento, o Comitê tem se mostrado um importante espaço de participação sociopolítica, que tem dado voz e garantido direitos a quem até pouco tempo atrás estava alijado dos processos participativos e decisórios no município de Pelotas.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Emater/RS-Ascar pela oportunidade de realizar extensão rural e social com as comunidades quilombolas no município de Pelotas.

## REFERÊNCIA

MONQUELAT. Adão Fernando. **Pelotas dos excluídos**: subsídios para uma história do cotidiano. Pelotas, RS: Editora Livraria Mundial, 2015.

---

<sup>22</sup> O fato do Comitê Gestor Quilombola existir fez com que as comunidades acessassem de pronto os recursos que advieram para amenizar as consequências da Covid-19, haja vista que todos os atores necessários para a tomada de decisões e para a realização de planos de ação estavam em um “mesmo lugar”, ainda que, em vários momentos, boa parte das interações tenha acontecido via grupo do WhatsApp.



## **PROGRAMA DE DIETA PARA VACAS LEITEIRAS EM VENÂNCIO AIRES VISANDO AO AUMENTO DA EFICIÊNCIA PRODUTIVA E DA SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE**

Diego Barden dos Santos <sup>1</sup>

### **RESUMO**

Atendendo prioridades no planejamento do Escritório Municipal da Emater de Venâncio Aires, iniciou-se um trabalho estratégico com bovinos de leite. Com a criação do Grupo do Leite, o Escritório Municipal pôde trabalhar com integração, qualificação técnica por meio de palestras, excursões e troca de experiências, o que acabou servindo de fórum de discussão sobre a cadeia do leite do município. Com visitas individualizadas foram implementadas as Unidades de Referência Técnica (URTs). O trabalho desenvolvido em 20 propriedades familiares por meio de visitas periódicas programadas orienta os assistidos nos controles gerenciais, no manejo do rebanho leiteiro e no cálculo nutricional. Foi possível observar o acréscimo de 149% na produção de leite comparando com a produção inicial. Fatores como eficiência produtiva, qualificação dos processos, assistência técnica e, conseqüentemente, a renda são determinantes para a permanência das famílias na atividade, independente da escala de produção. Quando entendemos as reais necessidades das famílias, conseguimos proporcionar melhores resultados e a sustentabilidade da atividade.

**Palavras-chave:** bovinocultura leiteira; Nutrição animal; Manejo de bovinos.

### **CONTEXTO**

Atentos à missão Institucional da Emater/RS–Ascar de “promover o desenvolvimento rural sustentável através de prestação de serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Social, Classificação e Certificação, em benefício da sociedade do Rio Grande do Sul”, e considerando as prioridades de ações da região administrativa de Soledade, na qual a bovinocultura leiteira está entre os trabalhos prioritários em 22 dos 39 municípios deste regional, o Escritório Municipal de Venâncio Aires trabalha de maneira estratégica na bovinocultura leiteira. Além de visitas e atendimento a algumas propriedades de maneira diferenciada, foram implementadas as Unidades de Referência Técnica (URT), onde foi trabalhado o manejo alimentar com cálculo de dieta, controle reprodutivo do rebanho, sanidade e genética.

### **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Em 2015, o Escritório Municipal da Emater de Venâncio Aires auxiliou na criação do Grupo de Produtores de Leite, com apoio da Prefeitura Municipal, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Sindicato Rural. A iniciativa tinha como finalidades a integração e a qualificação técnica por meio de palestras, excursões e troca de experiências, além de servir de fórum de discussão sobre a cadeia do leite do município.

<sup>1</sup> Engenheiro Agrícola, Esp. Em Bovinos de Leite, Extensionista Rural Nível Superior - Agropecuário



Como consequência desta primeira organização do Grupo do Leite, com visitas e atendimento a algumas propriedades de maneira diferenciada, foram implantadas as Unidades de Referência Técnica (URTs). Nestas propriedades o trabalho foi baseado em dois princípios: comprometimento do técnico em fornecer um acompanhamento periódico programado de visitas; a propriedade concordava em realizar e executar os trabalhos necessários para o desenvolvimento da atividade de leite.

Assim, o trabalho passou a ser desenvolvido em 20 propriedades familiares, que são Unidades de Referência Tecnológica (URTs). Nessas propriedades o extensionista rural, por meio de visitas periódicas programadas, orienta os assistidos nos controles gerenciais, manejo do rebanho leiteiro e cálculo nutricional. Baseado na metodologia SISLEITE, desenvolvida pela Emater/RS-Ascar, que permite uma visão sistêmica da propriedade familiar, o extensionista utiliza ferramentas técnicas e de trabalho como: mapeamento do solo agrícola, melhoramento genético, controle do rebanho e planilhas de cálculo de dieta ajustadas com a demanda alimentar das vacas em lactação.

O início da atuação na propriedade começa pela organização da alimentação, verificando a quantidade de animais e a quantidade de alimento – uma estratégia simples, mas que sempre tem ótimo resultado. A dieta equilibrada do rebanho, que é o passo seguinte, está diretamente vinculada ao balanceamento dos alimentos fornecidos para os animais utilizando um software ou planilha. Para realizar esta recomendação, ajustes de consumo de matéria seca, fibra, energia e proteína são os balanceamentos nutricionais mais importantes neste início de trabalho. Com este ajuste, já começam a gerar ótimos resultados em saúde e, quando o rebanho passa a ter melhor alimentação, observamos claramente a melhoria da saúde dos animais.

Associado ao trabalho de nutrição dos animais, também é desenvolvido o Controle do Rebanho, que é a organização das anotações sobre datas dos partos, inseminações, secagem e períodos pré-partos, para buscar o melhor desempenho dos animais no gerenciamento da reprodução do rebanho.

A melhoria da qualidade genética do rebanho não pode ser deixada de lado. Por isso, em todas as propriedades que são URTs é incentivada a realização do Curso de Inseminação Artificial por um dos membros da família, a aquisição do botijão de nitrogênio e a compra de sêmen após avaliação genética do rebanho. Para que aconteça a melhor escolha por meio do acasalamento genético, é necessário que as características das fêmeas sejam levadas em consideração, assim como a escolha dos touros que serão utilizados. Tudo sempre visando à evolução genética.

Saúde preventiva do rebanho é um fator essencial que gera muitos resultados, uma preocupação que está junto com o trabalho realizado. Além das principais vacinas obrigatórias pela legislação estadual, como Brucelose e Aftosa, há a recomendação de algumas vacinas que ajudam muito na melhoria da eficiência do rebanho. Rinotraqueíte Infeciosa Bovina - IBR, Diarreia Viral Bovina - BVD, Leptospirose, Mastite e Raiva são doenças que podem ser combatidas com vacinas que têm excelentes resultados práticos.



Um ponto importante na manutenção e continuidade do trabalho nas URTs é manter a evolução nas propriedades. Ao longo do tempo, acontece a acomodação por parte do produtor, tendo em vista que ele já atingiu ótimos resultados e a evolução passa a ser mais difícil de atingir. Outro ponto importante é que, nas primeiras melhorias de manejo, os resultados são muito expressivos e, com o passar dos anos, as melhorias na atividade passam a ser mais sutis e precisam de cada vez mais qualificação por parte do produtor, tanto qualificação técnica como gerencial.

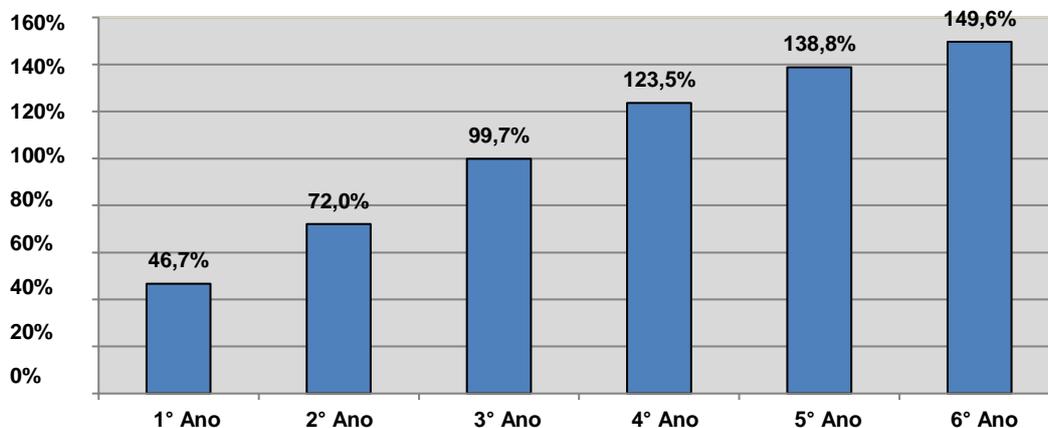
## RESULTADOS

Esta ação apresenta ótimos resultados no decorrer dos anos de trabalho conforme o acompanhamento constante da Emater/RS-Ascar, atingindo números significativos em 2020. Neste ano foi possível observar o acréscimo de 149% na produção de leite, comparando com a produção do início do trabalho (Gráfico 01). Quando considerado somente o aumento da produção de leite nestas propriedades, no período de 2015 a 2020, chegamos a em torno de um milhão de litros de leite a mais, o que resulta em uma renda de, aproximadamente, R\$1,6 milhões, se considerarmos a média de preço de 2020.

Apesar da redução de famílias na atividade nos últimos anos, o que está acontecendo em todo o Rio Grande do Sul e também no Brasil, o volume de leite produzido no município se mantém estável devido ao resultado que o trabalho de manejo e dieta dos rebanhos gerou junto às famílias que permanecem na atividade, o que se comprova nos números acima apresentados. Fatores como eficiência produtiva, qualificação dos processos, assistência técnica e, conseqüentemente, a renda são determinantes para a permanência das famílias na atividade.

Famílias param com a atividade de leite, e um dos argumentos é sempre a baixa escala de produção. Mas a escala de produção ideal muda de propriedade para propriedade: embora muitas famílias acompanhadas pelo programa de Programa de Dieta para Vacas Leiteiras não façam com que a escala aumente numa proporção muito grande, elas conseguem melhorar a eficiência, diminuindo os custos de produção, o que proporciona melhores resultados e a sustentabilidade da atividade leiteira nessas propriedades.

**Gráfico 01.** Evolução percentual média da produção de leite em relação ao ano de início do trabalho





**Foto 1.** Casa antiga de madeira, família Silva, localidade de Linha Cerrito, Venâncio Aires/RS (set/2016)

**Crédito Fotos:** Diego Baden dos Santos/Emater/RS-Ascar



**Foto 2.** Sala de ordenha, família Silva, localidade de Linha Cerrito, Venâncio Aires/RS (jan/2021)

**Crédito Foto:** Diego Baden dos Santos/Emater/RS-Ascar



**Foto 3.** Vacas na pastagem, Aline Regina Palhares, localidade de Linha Grão Pará, Venâncio Aires/RS (ago/2021)

**Crédito Foto:** Diego Baden dos Santos/Emater/RS-Ascar



## UNIDADE DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PECUÁRIA DE CORTE NO PLANALTO SUL CATARINENSE

Cristian Lemos de Medeiros Epagri – Escritório Municipal de Urupema  
cristianmedeiros@epagri.sc.gov.br

### RESUMO

No início do ano de 2021, foi implantado um projeto de extensão rural na localidade de São João do Pelotas, no município de São Joaquim, SC, denominado Unidade de Referência em Pecuária de Corte. A propriedade possui 90,3 hectares e a família proprietária do imóvel desenvolve a atividade de pecuária de corte, com gado de cria. O projeto iniciou quando João Paulo Nunes Goss procurou a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, em busca de orientação no sentido de maximizar os índices produtivos e a lucratividade da atividade em questão. Depois de realizado o diagnóstico da família e da propriedade, foi desenvolvido o plano de ação mais adequado, com foco na sustentabilidade técnica, econômica, ambiental e social. Atualmente a propriedade serve como referência na região, e as tecnologias utilizadas (de processos e de insumos) são divulgadas através de Dias de Campo. Já é possível observar a evolução dos índices produtivos, com foco na preservação dos recursos naturais disponíveis.

**Palavras-chave:** Lucratividade; Sustentabilidade; Tecnologias; Preservação.

### INTRODUÇÃO

Na região de São Joaquim, SC, e no Planalto Sul Catarinense a atividade de pecuária de corte é bastante tradicional, com grande importância econômica e social para os produtores rurais e para a sociedade. O sistema de produção adotado nessa região em grande parte ainda é extensivo, à base de campo nativo e pastagens cultivadas. Contudo, as propriedades já não são tão extensas como outrora. Índices zootécnicos, como taxa de lotação, taxas de prenhes, natalidade e desmame e peso ao desmame, são alguns dos principais parâmetros que ainda estão muito abaixo do ideal na região. A baixa taxa de lotação está diretamente relacionada com o baixo aproveitamento dos campos nativos, característico da região. Esses mesmos campos que possuem grande importância, tanto como componente da base alimentar forrageira dos animais quanto na questão paisagística (de grande importância ao turismo rural), ainda não recebem a devida atenção e relevância por parte da maioria dos pecuaristas. Com base neste contexto, surgiu a oportunidade de implantação de um projeto que servisse como modelo ou referência aos demais pecuaristas da região, com o objetivo de demonstrar na prática o potencial dos campos nativos bem manejados e depois melhorados, conciliando aumento de produtividade e rentabilidade com preservação dos recursos naturais disponíveis.

## METODOLOGIA

A propriedade possui 90,3 hectares e fica na localidade de São João do Pelotas, no município de São Joaquim, SC, numa altitude que varia de 1.088 a 1.170 metros. A atividade desenvolvida é bovinocultura de corte, gado de cria sendo que os proprietários a iniciaram com 30 matrizes no ano de 2021. A gestão e mão de obra é familiar, sendo composta pelo casal proprietário do imóvel: senhor Antonio G., e sua esposa senhora Sônia M.N.G. Mas quem gerencia e administra a propriedade e buscou o apoio junto à Epagri foi um de seus três filhos: João P. N. G., de 32 anos de idade.

A primeira ação realizada no início do trabalho foi o diagnóstico da família e da propriedade, seguido pelo mapeamento das áreas e pelo levantamento patrimonial e infraestrutura existente.

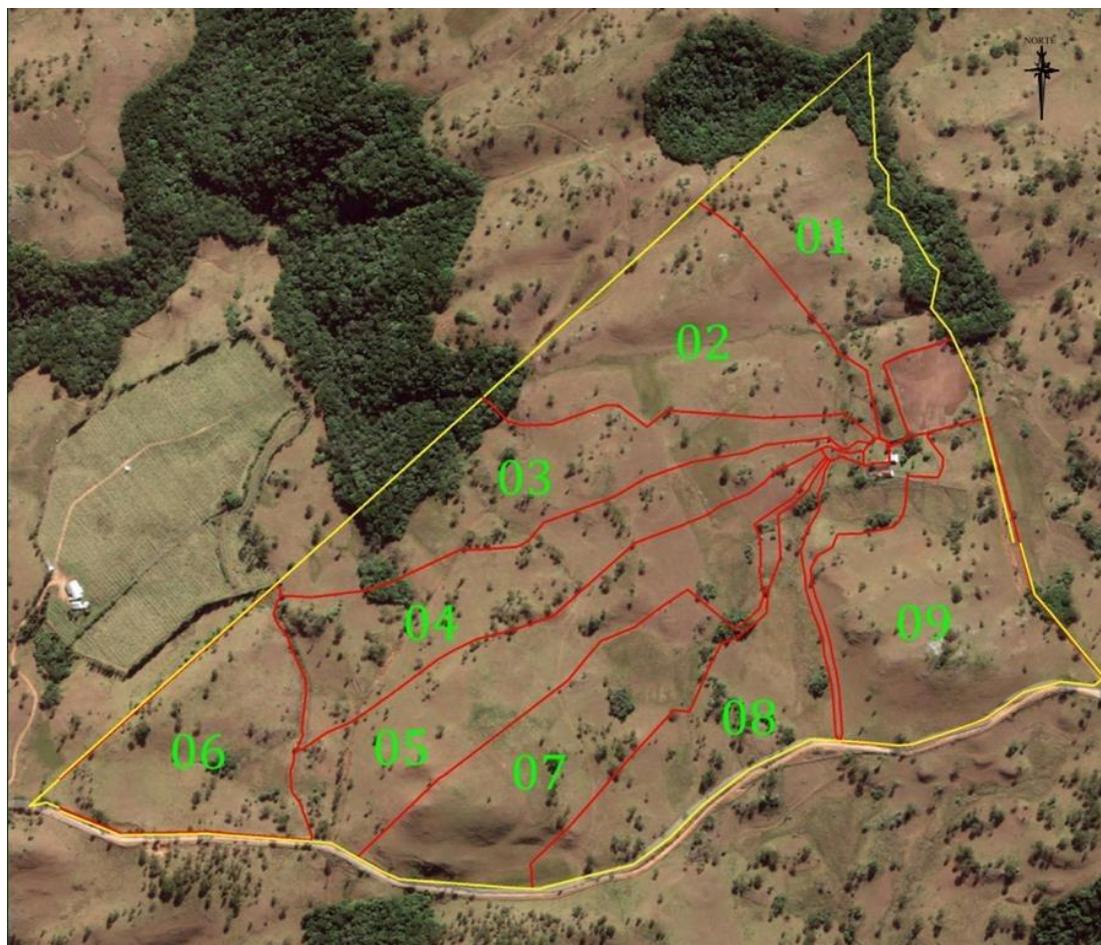


**Figura 1.** Mapa inicial da propriedade, caracterizado pelo sistema extensivo de exploração pecuária

Após o diagnóstico da propriedade, procedemos com o plano de ação que acordamos ser o mais adequado visando tanto satisfazer os objetivos da família, que buscavam mais produtividade e lucratividade, quanto os do projeto que objetivava a aplicação de tecnologias recomendadas. Os objetivos, portanto, eram e continuam sendo: aumentar de forma sustentável a capacidade de suporte e a taxa de lotação da propriedade; aumentar a taxa de desmame do rebanho; atingir um peso médio de desmame de 230 quilos, aproximadamente; preservar e melhorar o campo nativo e eliminar o uso das queimadas. Foi então que, com o apoio da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina, através do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), foi possível colocar em prática o projeto de subdivisão de toda a propriedade com cerca elétrica rural. Foram 6.300 metros de cerca eletrificada, que dividiram os 90,3 hectares em 9 (nove) piquetes de aproximadamente 9 (nove) hectares cada, e mais dois poteiros de 1,5 (um, vírgula cinco) hectares cada um. As áreas remanescentes são estradas internas, pátio e instalações.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mapa final após a implantação do sistema de piquetes pode ser observado a seguir:



**Figura 2.** Área após a implantação do sistema de piquetes

O objetivo principal desse investimento foi justamente possibilitar o manejo adequado das pastagens nativas, conforme alturas ideais de entrada e saída dos animais em cada piquete; e permitir a aplicação do diferimento estratégico de áreas para acumular forragem e, desta forma, disponibilizá-la aos animais nas épocas mais críticas (outono/inverno) juntamente com sal proteinado.

A subdivisão incorpora muitas das vantagens do pastoreio rotativo e do diferimento de pastagem, principalmente a menor oportunidade de seleção pelos animais e melhor aproveitamento dos excessos de forragem na primavera-verão. O aspecto fundamental é que tais sistemas de manejo mais eficientes somente podem ser adotados com um número mínimo de subdivisões. Também permite rendimento mais alto da pastagem nativa, mesmo com pastoreio contínuo, pela adequação correta da carga animal (CÓRDOVA, U. de A.; PRESTES, N.E.; SANTOS, O.V. dos; ZARDO, V.F (2004. 274p).



Apesar de recém-implantado o sistema rotacionado, que começou a funcionar a partir da primavera de 2021, já foi possível avaliar a evolução na capacidade de suporte e na taxa de lotação da propriedade, conforme mostram as tabelas a seguir:

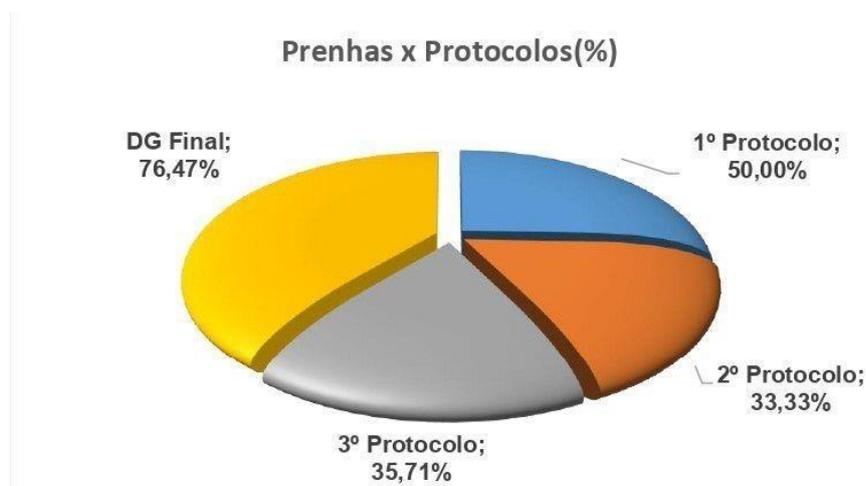
**Tabela 1.** Pesagem em Julho/2021 – Lotação e carga animal

PESAGEM JULHO/2021		
ESTRUTURA DO REBANHO	Número de animais (cabeça)	Peso por categoria (kg)
Terneiras de reposição	0	0,00
Novilhas	0	0,00
Vacas	30	12.827,00
Touros	0	0,00
Equinos	1	450,00
Outros	0	0,00
LOTAÇÃO (cabeças/ha)	0,37	
CARGA ANIMAL (UA/ha)	0,35	

**Tabela 2.** Pesagem em Abril/2022 – Lotação e carga animal

PESAGEM ABRIL/2022		
ESTRUTURA DO REBANHO	Número de animais (cabeça)	Peso por categoria (kg)
Terneiros/terneiras	23	4.884,50
Novilhas	0	0,00
Vacas	38	17.376,00
Touros	0	0,00
Equinos	1	450,00
Outros	0	0,00
LOTAÇÃO (cabeças/ha)	0,77	
CARGA ANIMAL (UA/ha)	0,63	

Com relação ao objetivo de elevação da taxa de desmame, o sistema subdividido e a disponibilidade de mão de obra viabilizaram a utilização de IATF dentro do manejo reprodutivo, através da contratação de médico veterinário especializado. Com a utilização de três protocolos de IATF, seguidos, com ressincronização precoce, foi viabilizada a redução da estação reprodutiva em 76 (setenta e seis) dias de duração, e atingida a taxa de prenhez de 76,47% (resultado comprometido em função da ocorrência de estiagem a partir do segundo protocolo). Com isso dispensou-se a necessidade de reprodutor na propriedade, eliminando seus custos e riscos de adoecimento e/ou morte. Com a redução significativa da estação reprodutiva, haverá uma maior padronização da próxima safra de bezerros, muito demandada pelo mercado atual. Vale destacar que buscamos reduzir ao máximo a taxa de mortalidade da prenhez ao desmame, através de cuidados sanitários estratégicos. Os resultados de taxa de prenhez obtidos através de diagnóstico de gestação com aparelho de ultrassonografia podem ser observados no gráfico a seguir:



**Figura 3.** Índices de prenhas em função dos protocolos de IATF

No que diz respeito ao peso médio de desmame almejado, foi adotada a estratégia do *Creep Feeding*, que se refere à suplementação apenas dos bezerros, através de cocho privativo com acesso restrito somente a esta categoria animal. Nesta última safra, os machos foram comercializados com peso médio de 246,63 kg, e as fêmeas com 210,0 kg de média.

## CONCLUSÕES

Através da aplicação das técnicas e tecnologias citadas anteriormente, seguindo uma sequência lógica de investimentos, fica claro que é possível conciliar o aumento dos índices de produtividade com a sustentabilidade financeira e ambiental, resultando em mais atratividade e rentabilidade com a pecuária de corte na região.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao João P. N. G. e seus pais, sr. Antonio G. e sra. Sonia M. N. G., pois através de sua parceria foi possível implementar esse projeto. Agradeço também ao nosso parceiro e colaborador Albino G., que executa os manejos no dia a dia da propriedade. Ao amigo Clovis F. O., que apoiou no mapeamento e o levantamento topográfico da propriedade, bem como aos colegas de Epagri: Marlon Francisco Couto, Nilton Nunes de Jesus e Newton Borges da Costa Jr., pelo apoio e pela colaboração de sempre.

## REFERÊNCIA

CÓRDOVA, U. de A.; PRESTES, N.E.; ANTOS, O.V.dos; ZARDO, V.F.  
**Melhoramento e manejo de pastagens naturais no planalto catarinense.**  
Florianópolis, 2004. 274p



## FORMAÇÃO DE EXTENSIONISTAS RURAIS EM HOMEOPATIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Carlos Roberto Vieira da Cunha<sup>1</sup>  
Doriana Gozzi Miotto<sup>2</sup>  
Gervásio Paulus<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Extensionista Rural da Emater-RS - cvcunha@emater.tche.br

<sup>2</sup> Extensionista Rural da Emater-RS - dmiotto@emater.tche.br

<sup>3</sup> Extensionista Rural da Emater-RS - gpaulus@emater.tche.br

### RESUMO

A busca por alternativas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável faz com que as instituições de caráter público de ATERS incorporem processos e tecnologias sociais, economicamente viáveis e de baixo impacto ambiental. Entre estas alternativas, a homeopatia apresenta-se como um campo de conhecimento que oferece um aporte teórico e prático muito relevante por ser de baixo custo, não impactar o ambiente, não deixar resíduos nos alimentos, não desenvolver resistência, oferecer riscos insignificantes à saúde e permitir uma construção e apropriação do conhecimento por parte dos beneficiários. O presente trabalho tem o objetivo de relatar uma iniciativa de formação de extensionistas rurais construída de forma conjunta entre Emater-RS, Epagri-SC, IDR-Paraná e Udesc, contemplando o conhecimento e experiência acumulados nas instituições, a partir de diversas demandas de capacitação internas e externas. No caso da Emater-RS, um antecedente importante foi a realização de um curso em nível de especialização, realizado nos anos de 2013-14, envolvendo instituições de ensino, pesquisa e extensão, que permitiu a formação de aproximadamente 40 extensionistas em homeopatia e o desenvolvimento de dezenas de experiências em todas as regiões administrativas da instituição. No caso de SC, a Epagri desenvolve, além da ATERS, atividades de pesquisa, contando inclusive com um laboratório de homeopatia na Estação Experimental de Lages. Já o IDR-Paraná (resultado da fusão recente da Emater-PR com entidades estaduais de pesquisa) possui um Centro de Referência em Agroecologia, no qual são desenvolvidas experiências com homeopatia há vários anos. Cada estado indicou 50 extensionistas, incluindo a área de produção agropecuária (técnicos da área animal e vegetal) e a área social (extensionistas sociais) que serão certificados pela Udesc. O Curso, denominado “Homeopatia no Manejo de Agroecossistemas”, iniciou em maio de 2021, com três etapas assim definidas: a primeira etapa contou com a apresentação de 15 aulas ou módulos, com conteúdo voltado para a história da homeopatia, conceitos e apresentação de mais de 60 matérias médicas homeopáticas. Cada módulo teve duração de 4 horas e foi trabalhado de forma virtual. A segunda etapa consistiu na realização de um encontro presencial, em nível estado, com duração de três dias, no qual foram reforçados conceitos e desenvolvidos, exercícios práticos de farmacotécnica, tomadas de caso, abordagens sistêmicas e formas de utilização e aplicação em vegetais e animais, assim como apresentações de experiências. A última etapa, ainda por realizar, será o momento no qual serão apresentados os estudos de caso, em grupos de 3 a 5 participantes. Esse curso é uma oportunidade para qualificar e ampliar



conhecimentos na área. Os resultados alcançados até o momento permitem concluir que existe um potencial muito grande para avançar com esse tema, e que a homeopatia oferece uma abordagem coerente e com embasamento teórico e prático para o manejo sustentável de agroecossistemas, contemplando os componentes vegetais, animais e os seres humanos que neles coexistem.

**Palavras-chave:** Homeopatia; Extensão rural; Tecnologia social; Manejo de Agroecossistemas; Sustentabilidade.

## CONTEXTO

A Emater-RS realiza anualmente, em conjunto com dezenas de entidades públicas e privadas, a Reunião Técnica Estadual sobre Plantas Bioativas, tendo já sido realizadas 15 edições. A região de Passo Fundo sediou algumas dessas edições, tendo organizado também, de forma concomitante, um Seminário sobre Homeopatia e Plantas Medicinais. A partir desses eventos, a integração com as instituições de ATERS e pesquisa dos estados de Santa Catarina e do Paraná foi se tornando mais frequente e consolidada. A partir daí, surgiu a ideia de realizar um evento conjunto, integrando as três instituições de ATERS de caráter público do Sul do Brasil: Emater-RS, Epagri-SC e IDR-PR. A opção pela homeopatia ocorreu em função das iniciativas já existentes nos três estados, incluindo a realização de um curso em nível de especialização no RS (2013-14), a existência de um laboratório de homeopatia na Estação Experimental de Lages, SC, e dezenas de cursos já realizados pela Epagri e, no caso do Paraná, a existência de um grupo de técnicos e pesquisadores atuando com homeopatia, especialmente no Centro de Referência em Agroecologia. A partir desse contexto, foram realizados os primeiros contatos e organizado o Curso de Homeopatia no Manejo de Agroecossistemas.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Definida a coordenação geral do curso, foram realizadas dezenas de reuniões virtuais para discutir o formato, o conteúdo e a duração do curso, culminando na seleção dos participantes. No caso do Rio Grande do Sul, optamos por fazer uma reunião com extensionistas que são referência em homeopatia em cada região administrativa, para discutir os critérios de seleção, optando-se por, no mínimo, 3 representantes de cada uma das 12 regiões administrativas, assim distribuídos: 01 extensionista da área de produção animal, 01 da área de produção vegetal e 01 da área social. Quanto ao formato, considerando que na época a pandemia da Covid-19 ainda estava no auge, e também por questões de custos, optou-se por realizar a primeira etapa, que contou com 15 encontros de 04 horas, com intervalos de duas semanas, de forma virtual. Para cada um desses módulos foi elaborada uma avaliação para ser respondida pelos alunos. Essa etapa iniciou em maio/2021 e foi concluída em novembro/2021.

A segunda etapa, com datas diferentes de realização, consistiu em um encontro presencial com os participantes de cada Estado, no qual foram reforçados aspectos conceituais, de farmacotécnica e legislação, assim como foi oportunizado o exercício



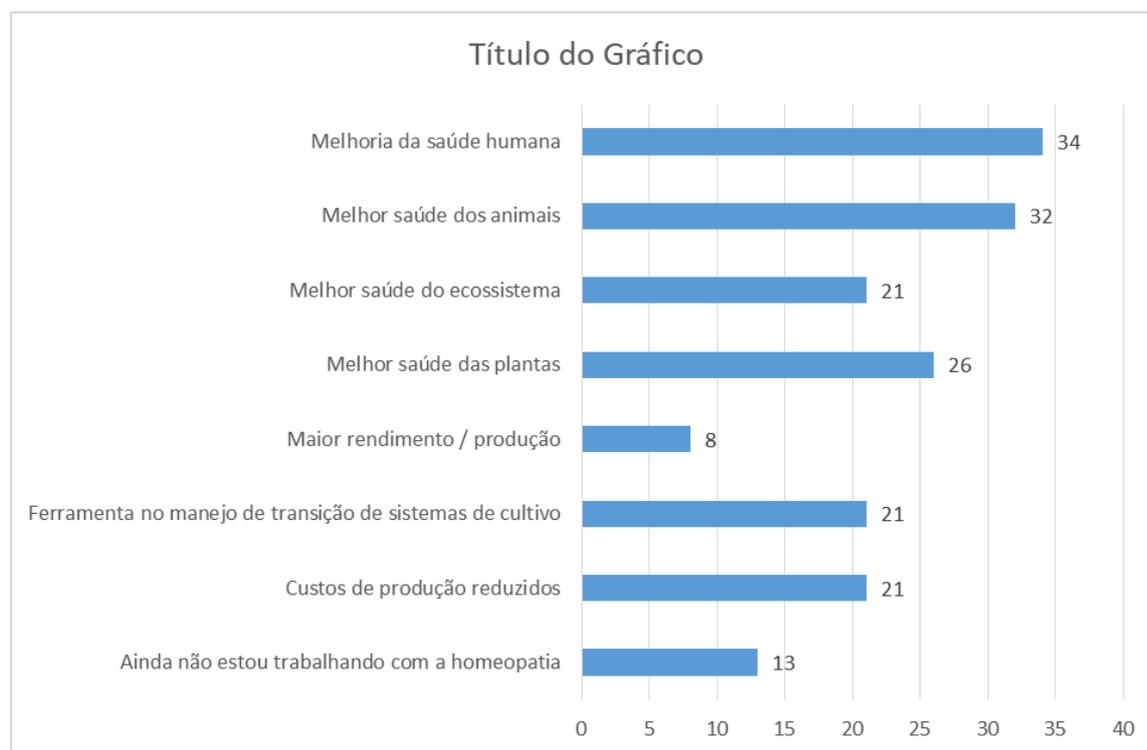
prático de tomadas de caso com repertorização, seleção de matéria médica, dinamização, impregnação e formas de aplicação dos preparados homeopáticos. Além disso, foram apresentadas experiências de capacitação e de ATERS nas propriedades, com a participação de extensionistas e um produtor rural.

A terceira e última etapa, que será realizada em agosto próximo de forma virtual com o conjunto dos participantes dos três estados, consistirá na apresentação dos trabalhos finais dos estudos de caso, a serem apresentados pelos grupos (compostos por 3 a 4 integrantes). Assim como na etapa inicial, este é também um momento de reafirmação institucional do trabalho de ATERS usando a abordagem da homeopatia.

## RESULTADOS

A avaliação (parcial) dos participantes do RS, referente ao primeiro módulo, apontou que a ampla maioria considerou adequado o conteúdo. Questionário respondido no formato Google forms revelou que 96% avaliaram o material de suporte ótimo, bom ou adequado e 98% recomendariam o curso para outras pessoas.

Para a questão “Quais são os principais benefícios na sua vida e no seu trabalho que você constatou ao aprender sobre homeopatia?” foram obtidas as seguintes respostas (múltiplas opções):



Do ponto de vista de institucionalização da homeopatia como parte da ação extensionista cotidiana, um passo importante foi a sua inclusão no conjunto de atividades registradas no sistema virtual de registros do planejamento da Emater-RS (chamado de Sisplan). Em menos de cinco meses, já foram registrados 896 beneficiários assistidos pela ATERS utilizando homeopatia em plantas e/ou animais.



Para além desses aspectos, podemos afirmar que o principal e maior resultado é, sem dúvida, o crescente interesse e o uso de práticas homeopáticas na ação extensionista, como evidenciaram os relatos, ainda que parciais, na etapa presencial do curso e nos registros obtidos até o momento. Esse interesse despertado é tanto mais significativo quando parte, como geralmente ocorre, das próprias famílias assistidas, que veem na homeopatia uma possibilidade concreta de redução de custos e de impactos com a utilização desta ferramenta nas formas de manejo dos agroecossistemas. Tais resultados nos animam a propor a continuação deste processo de integração interinstitucional, assim como a formação de extensionistas e, também, de agricultores. Na sequência, está prevista a realização de um processo de sistematização de experiências em homeopatia na ATERS em âmbito estadual.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos às instituições e a todos(as) colegas que apoiaram a realização deste curso. Em especial, à Comissão Organizadora pela parceria e cumplicidade na realização do curso: Pedro Boff e Marcelo Silva Pedroso (Epagri-SC), Evandro Richter, Márcia Toledo e Simone Richter (IDR-PR), Mari Inês Carissimi Boff (Udesc) e aos demais integrantes da equipe de apoio.



## CURSO PARA JOVENS RURAIS COMO ESTRATÉGIAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO

Simone Bianchini<sup>1</sup>  
Marcio Carlos Bender<sup>2</sup>  
Leonilda Romani Villani<sup>3</sup>  
Mateus Roni Hoffmann<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Epagri, Escritório Municipal de São Miguel do Oeste, [simonebianchini@epagri.sc.gov.br](mailto:simonebianchini@epagri.sc.gov.br)

<sup>2</sup>Epagri, Escritório Municipal de São Miguel do Oeste, [marciobender@epagri.sc.gov.br](mailto:marciobender@epagri.sc.gov.br)

<sup>3</sup>Epagri, Escritório Municipal de São Miguel do Oeste, [leonilda@epagri.sc.gov.br](mailto:leonilda@epagri.sc.gov.br)

<sup>4</sup>Epagri, Escritório Municipal de São Miguel do Oeste, [mateusroni@epagri.sc.gov.br](mailto:mateusroni@epagri.sc.gov.br)

### RESUMO

Ações voltadas à juventude rural são necessárias, considerando que a permanência dos jovens no meio rural está em um processo contínuo de redução. Esta é uma preocupação de segmentos públicos e privados referente ao tema da sucessão na agricultura familiar. O objetivo deste trabalho foi contribuir com o processo de qualificação e formação de jovens rurais do município de São Miguel do Oeste, no estado de Santa Catarina, enfatizando a atividade produtiva da pecuária de leite. Foram realizados oito encontros mensais de um dia, utilizando-se uma metodologia participativa nas atividades teóricas e nas práticas em propriedades rurais. Embora os resultados sejam no curto, médio e longo prazo, constatou-se que, além da qualificação profissional, este curso contribuiu no resgate da autoestima de jovens rurais, bem como representou um estímulo para efetivação de alternativas de renda, podendo refletir na melhoria da qualidade de vida e fortalecer a aproximação de jovens com a Epagri, através de agentes de extensão rural.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Juventude rural; Qualificação profissional; Sucessão rural.

Este curso foi realizado em 2019, iniciando no mês de fevereiro e sendo concluído no mês de novembro, no município de São Miguel do Oeste, localizado na região do Extremo Oeste do estado de Santa Catarina. O objetivo desta ação foi promover um espaço de qualificação com foco em pecuária de leite, para jovens rurais do município, atendidos nas ações de extensão rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri.

Este trabalho tem sua origem a partir de uma demanda local, sendo que sua realização foi referenciada pela utilização de estratégias participativas visando a qualificação da juventude rural, representando também um espaço de discussão e estímulo para aprimoramento de projetos de vida de jovens que pretendem permanecer no espaço rural atuando na agricultura familiar.

A equipe municipal da Epagri de São Miguel do Oeste mobilizou outros setores ligados à agricultura no município para participarem desta ação. Deste modo, foram parceiros na execução deste trabalho: Secretaria Municipal de Agricultura, duas cooperativas de crédito, Sicoob e Sicredi, duas cooperativas de agricultores



familiares, Cooperalfa e Cooper 25 de Maio, Associação Empresarial de São Miguel do Oeste, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato de Produtores Rurais de São Miguel do Oeste.

Na divisão das funções entre as instituições e organizações parceiras, todos indicaram jovens de suas bases sociais para participar. À Epagri coube a indicação dos instrutores, bem como de locais para as visitas e excursões técnicas. As despesas de alimentação, com exceção da Epagri e Secretaria Municipal de Agricultura, foram custeadas pelas demais entidades e essa Secretaria assumiu as despesas de deslocamento nas viagens técnicas.

Este curso foi composto de oito encontros de formação, com duração de um dia por mês, cujas datas foram preestabelecidas no início do curso. Os encontros do período matutino se deram no Centro de Treinamento da Epagri de São Miguel do Oeste (CETRESMO), abordando temas técnico-teóricos seguidos pela apresentação do portfólio de trabalho de um dos parceiros. No período vespertino foram realizadas aulas práticas referentes ao assunto abordado pela manhã. Essas aulas se davam em propriedades do município e região. Além dos oito encontros de formação, também ocorreu uma aula inaugural da qual participaram jovens, familiares e lideranças locais parceiras deste projeto.

Totalizaram 25 jovens rurais do município de São Miguel do Oeste participantes do curso e nove entidades estiveram envolvidas no processo, sob coordenação da Epagri.

A composição da matriz curricular está apresentada no Quadro 1, abaixo, assim como o registro fotográfico.

Quadro 1: Matriz curricular

	Enc.1 (09/04)	Enc.2 (07/05)	Enc.3 (11/06)	Enc.4 (09/07)	Enc.5 (13/08)	Enc.6 (10/09)	Enc.7(08/10)	Enc.8 (26/11)
<b>Matutino</b>	Proposta da Epagri para a produção de Leite em Santa Catarina	Parâmetros utilizados para produção de leite em diferentes propriedades no oeste de SC	Família e juventude rural	Alimentação de Bovinos e os fatores associados ao consumo	Aspectos ambientais nas propriedades rurais	Necessidades nutricionais dos bovinos leiteiros	Manejo e melhoramento de pastagens,	Adubação de pastagens e a importância no retorno leite
<b>Vespertino</b>	Taxa de oferta de Pastagens Estrutura do Rebanho	Gestão em propriedades rurais	Depoimento de um projeto de políticas públicas :PNCF	Bem estar animal e sanidade	Prática de proteção de nascentes Prática sobre problemas sanitários, segurança e sanidade do leite – CIDASC	Produção de alimentos para autoabastecimento Criação de teimeiras e novilhas Ferramentas para o controle alimentar	Aspectos técnicos da cerca elétrica, água e sombra em pastagens	Encerramento
<b>Local visita</b>	Itapiranga	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Serra Alta	São Miguel do Oeste	Princesa	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste



**Figura 1.** Aula inaugural



**Figura 2.** Aula prática sobre pastagens



**Figura 4.** Conclusão do curso



**Figura 3.** Aula prática sobre bem estar animal

As imagens acima ilustram o grupo de participantes do curso e alguns aspectos abordados durante as aulas práticas. A Figura 1 registra a participação na aula inaugural com o grupo de 25 jovens e as entidades parceiras. Nas Figuras 2 e 3 estão registrados momentos das aulas práticas, onde foram abordados aspectos sobre a implantação, o manejo de pastagens perenes e o bem-estar animal. A conclusão do curso está ilustrada na Figura 4.

O relato abaixo é de um jovem que integrou neste curso e destaca a importância de sua participação.

“O curso foi um divisor de água na minha forma de ver a propriedade. Com o curso mudei a forma como crio minhas bezerras e hoje estas primeiras, já são vacas criadas aqui na minha propriedade!” Jovem rural



## CONCLUSÃO

A educação, seja ela formal ou informal, é uma ferramenta fundamental de qualificação e emancipação de famílias rurais, que poderá reforçar a opção pela permanência no meio rural integrada com a melhoria da qualidade de vida.

Este curso evidenciou a importância do desenvolvimento desta ação de capacitação junto à juventude rural. Ressalta-se que o público de jovens que iniciou o curso demonstrou interesse contínuo, permanecendo e participando de todas etapas. Deste modo, considera-se que a metodologia aplicada apresenta potencial para replicação em outras ações similares e que ela fortaleceu a interlocução entre extensão rural e a juventude do campo.

A qualificação profissional, a interação e o fortalecimento de vínculos entre jovens de diferentes comunidades do município são resultados que foram observados concomitantemente ao desenvolvimento das atividades realizadas. Ainda que os resultados sejam consolidados no curto, médio e longo prazo, constatou-se que, além da qualificação profissional, este curso contribuiu no resgate da autoestima de jovens rurais, bem como representou um estímulo para efetivar alternativas de renda que poderão refletir na melhoria da qualidade de vida. Associado a esses fatores, destaca-se que este curso representou o fortalecimento e a aproximação de jovens com a Epagri, através de agentes de extensão rural.



## ATUAÇÃO DA ENGENHARIA AMBIENTAL NA ATER PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Anne Caroline Lôbo Borges<sup>1</sup>  
Icléa Almeida de Queirós Silva<sup>2</sup>  
Priscilla Regina da Silva<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater-DF, Parque Estação Biológica, Ed. Sede Emater-DF, Brasília – DF, anne.borges@emater.df.gov.br

<sup>2</sup>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater-DF, Parque Estação Biológica, Ed. Sede Emater-DF, Brasília – DF, iclea.silva@emater.df.gov.br

<sup>3</sup>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - Emater-DF, Parque Estação Biológica, Ed. Sede Emater-DF, Brasília – DF, priscilla.silva@emater.df.gov.br

### RESUMO

No Distrito Federal, desde 1978, a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública é exercida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater-DF. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 no Rio de Janeiro, reuniu chefes de Estado em torno do debate sobre os problemas ambientais mundiais, e criou um ambiente favorável ao fortalecimento das ações alusivas à questão ambiental. Nesse período, a Emater-DF se alinhou em posição de vanguarda e institucionalizou a Gestão Ambiental, sempre atenta à área rural do DF e do entorno. Desde então, a Emater-DF atua em grupos de trabalho, comissões, comitês e conselhos ambientais. Nesse contexto, em 2010 a Emater-DF, por meio de concurso público, realizou a contratação do primeiro profissional com a formação em engenharia ambiental com o objetivo de desenvolver ações de assistência técnica e extensão rural, aliadas à aplicação de tecnologias de conservação do meio ambiente. Atualmente, a Emater-DF tem em seu quadro de funcionários 03 (três) extensionistas rurais com a formação em engenharia ambiental e tem constatado, no decorrer dos anos, o fortalecimento das ações em prol da proteção ambiental. Destaca-se que a Gestão Ambiental é uma das diretrizes administrativas operacionais da Emater-DF, promovendo a adequação dos imóveis rurais conforme a legislação ambiental vigente. Ações como a participação efetiva no Projeto Produtor de Água da bacia hidrográfica do Pípiripau e da bacia do Descoberto, importantes mananciais de abastecimento público do DF; a revitalização de canais de irrigação; a promoção da conservação e restauração de vegetação nativa em áreas protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL); a realização de Campanhas de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos; o auxílio contínuo no licenciamento de atividades agropecuárias, seja por meio de obtenção de dispensas ou pela elaboração de estudos ambientais necessários ao licenciamento ordinário; a sensibilização e a orientação contínua de produtores rurais quanto a práticas de agricultura de baixo carbono, entre outras, mostram que a Emater-DF tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável como processo da extensão rural no fator de mudança das ações da ética socioambiental. Nesse sentido, a atuação da engenharia ambiental na ATER pública do Distrito Federal tem o compromisso de buscar alternativas para minimizar os danos ambientais causados pela ação antrópica e contribuir na adequação



ambiental do imóvel rural para garantia da sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Extensão rural; Gestão ambiental; Desenvolvimento rural sustentável; Adequação ambiental; Sustentabilidade rural.

## INTRODUÇÃO

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater-DF foi criada no ano de 1978 com o objetivo de proporcionar assistência técnica e serviços de extensão rural para a população do DF e alguns municípios goianos presentes no entorno de Brasília. As ações voltadas para a minimização dos impactos causados pelas atividades rurais iniciaram-se no ano de 1981. Neste ano a Emater-DF foi encarregada de executar o Programa de Manejo e Conservação do Solo lançado pela Secretaria de Agricultura, o qual visava ao correto uso do solo, a partir da adoção de práticas conservacionistas de caráter edáfico e vegetativo para a produção agrícola e pecuária da região, evitando a perda de solo por erosões laminares, sulcos e ravinas.

Em 1985 a Emater-DF promoveu a Primeira Campanha Distrital de Conservação do Solo e em 1987 instituiu o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMH) com o objetivo de promover o adequado planejamento e a ocupação racional do espaço rural. Entre meados dos anos de 1989 a 1990, outros programas deram suporte ao PNMH: Programa de Biomassa Energética; Programa de Unidades de Conservação do Solo; Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas; Proteção e Recuperação da Área de Proteção Ambiental do RioDescoberto.

A realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente – Eco-92, no Rio de Janeiro, criou um ambiente favorável ao desenvolvimento das ações alusivas à questão ambiental. A Emater-DF se alinhou em posição de vanguarda e institucionalizou a Gestão Ambiental sempre atenta à área rural do DF e de seu entorno. Ressalta-se que na ocasião da Eco -92 foi proposta a criação do curso de Engenharia Ambiental no país, para a formação de profissionais voltados ao estudo e à aplicação de tecnologias para proteger o meio ambiente.

Segundo Heizmann (2002), a Gestão Ambiental consiste na administração do uso dos recursos ambientais, por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos e potenciais institucionais e jurídicos, com a finalidade de manter ou recuperar a qualidade de recursos e desenvolvimento social. Assim, a gestão ambiental teve na extensão rural o objetivo de promover a sustentabilidade e a observação mais apurada da propriedade rural em sua totalidade, trazendo consigo também a adequação das propriedades rurais conforme a legislação ambiental vigente, pois ações de fiscalização de caráter coercitivo cada dia se fazem mais presentes no meio rural.

Entre os anos de 1995 e 1998 é introduzido o Programa Gota d'Água, referente ao uso racional da água, com técnicas de irrigação localizada poupadora de água, entre elas o sistema de gotejamento. Entre 1998-2007, os modelos de transição do processo produtivo sinalizam para uma forma diferenciada de produção. A pressão



mundial por uma agricultura de menor impacto negativo, em prol de um ambiente mais sadio e equilibrado, retoma as grandes discussões sobre a questão ambiental. A Emater-DF saiu à frente, resgatando ações deflagradas no passado com os olhos no futuro. Assim, chegara a vez da Agroecologia e da Gestão Ambiental das propriedades rurais.

Dentre as atividades em que a extensão rural atuou entre os anos de 2005 e 2010, já tencionando a atuação na esfera da gestão ambiental, destacam-se: o início das atividades no Programa Produtor de Água em conjunto com a Agência Nacional de Águas – ANA e outros parceiros focando atuação na bacia do Ribeirão Pípiripau num total de 23.500 ha; o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em todo o Distrito Federal com ênfase no manejo integrado de bacias hidrográficas; a Adequação Ambiental da Orla do Descoberto-DF, onde se encontra o principal manancial de abastecimento da população urbana do DF; a Promoção de Campanhas de destinação de Embalagens de Agrotóxicos.

Destaca-se em 2010, por meio de concurso público, a contratação pela Emater-DF do primeiro profissional com formação em engenharia ambiental para compor a equipe da Gerência de Meio Ambiente. Tal contratação foi motivada pela necessidade de uma reinvenção contínua da assistência técnica e da extensão rural e em função da nova abordagem de temas interdisciplinares, que perpassam a especificidade da produção agrícola e técnicas agrônômicas. Em 2014, a Emater-DF ampliou o quadro de funcionários e contratou mais 02 (dois) profissionais com especialização em engenharia ambiental.

Assim sendo, os extensionistas rurais com formação em engenharia ambiental juntamente com os demais profissionais que compõe o corpo técnico da Emater-DF, no decorrer dos anos tem apresentado crescimento contínuo na implementação de políticas públicas ambientais e incentivo à adequação ambiental dos imóveis rurais, promovendo o desenvolvimento rural sustentável do Distrito Federal.

## **METODOLOGIA**

Para a elaboração deste resumo expandido, optou-se pela pesquisa exploratória, abrangendo a revisão das atividades de assistência técnica e extensão rural no Distrito Federal, por meio da pesquisa sobre o histórico de ações ambientais, a situação atual e os resultados mais recentes. Portanto, desenvolveu-se uma revisão característica do assunto, no intuito de fornecer uma introdução histórica e uma análise indutiva do tema a partir de dados disponíveis sobre os resultados das ações.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que tange às ações ambientais promovidas pelo Programa de Gestão Ambiental da Emater-DF, o qual tem, dentre os responsáveis na gestão, a assistência e assessoria aos demais extensionistas, além dos profissionais da engenharia ambiental, ressalta-se a intensificação de ações voltadas para a recuperação e conservação do meio ambiente, bem como a disseminação de técnicas e sistemas conservacionistas que apoiam o desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com o Relatório de Atividades 2021 (Emater-DF), destacam-se as seguintes ações voltadas para o avanço e aprimoramento de atividades agropecuárias observando a qualidade ambiental dos sistemas produtivos: orientação a 1.279 ocupantes de terras públicas rurais quanto aos procedimentos necessários à regularização fundiária; promoção a 537 produtores rurais sobre a importância do manejo e da conservação da água e do solo; emissão de 263 recomendações técnicas para a utilização de Composto Orgânico de Lixo (COL); indicação de 108 imóveis rurais para a realização de Projetos Pilotos com a utilização do Lodo de Esgoto Classe A; atendimento a 1.683 produtores rurais em campanhas educativas sobre o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos e prevenção de incêndios florestais; e orientação a 1.922 produtores rurais quanto à adequação da propriedade rural, conforme a legislação ambiental.

A Emater-DF participa de projetos, grupos de trabalho, comissões, comitês ambientais e conselhos em parceria com órgãos e entidades do governo. Dentre as ações ocorridas em 2021, destacam-se: Projeto Reflorestar (SEAGRI-DF/Emater-DF), onde 119 produtores rurais solicitaram 45.585 mudas de espécies do cerrado, o que corresponde a uma solicitação de reflorestamento de 27,36 ha; Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária-DCAA (SEAGRI-DF/Emater-DF) com a elaboração de 88 declarações; com relação à Regularização Fundiária (SEAGRI-DF/Emater-DF), foram elaborados 41 Planos de Utilização-PU, 35 Relatórios de PU (5 anos) e 03 Pareceres Técnicos (área urbana com característica rural); apoio da Emater-DF a 163 produtores rurais para emissão de Outorgas (ADASA/Emater-DF); com relação ao Cadastro Ambiental Rural – CAR (IBRAM/Emater-DF), foram elaborados ou retificados 224 cadastros para adequação do imóvel rural à legislação ambiental em vigor.

Destaca-se ainda a atuação da Emater-DF nas ações dos Projetos Produtor de Água na bacia do ribeirão Pipiripau e do Produtor de Água na bacia do Descoberto. Esses projetos visam proporcionar a melhoria da disponibilidade de água em qualidade e quantidade na bacia e preveem com isso apoio técnico e financeiro à execução de ações de conservação de água e solo. Os projetos funcionam por meio de adesão voluntária de produtores rurais que se proponham a adotar práticas e manejos conservacionistas em seus imóveis rurais.

O Projeto Produtor de Água na bacia do ribeirão Pipiripau foi implementado em 2011 e atualmente está com 130 produtores rurais contratados na bacia. A Emater-DF é responsável por articular a adesão dos produtores ao projeto e elaborar o Projeto Individual de Propriedade (PIP), que tem como objetivo caracterizar o uso e o manejo do solo do imóvel rural, identificar as Áreas de Preservação Permanente



(APPs), remanescentes de vegetação nativa, além de propor melhorias no que tange aos serviços ecossistêmicos. São os PIPs elaborados pela Emater-DF que subsidiam o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA).

Em 2021, o Projeto Produtor de Água no Pípiripau realizou o PSA a 124 produtores rurais no valor total de R\$ 554.285,59. Os produtores rurais da bacia do Pípiripau têm realizado inscrições para adesão ao Projeto Produtor de Água no Pípiripau.

Localizado também na bacia do ribeirão Pípiripau, o canal de irrigação do Núcleo Rural Santos Dumont foi revitalizado em 2020, beneficiando cerca de 90 produtores rurais. De acordo com a Associação do Núcleo Rural Santos, em 2021 o período de estiagem teve menor impacto na região devido à tubulação do canal. As obras de revitalização do canal Santos Dumont foram um esforço conjunto de vários órgãos, como a Emater-DF, SEAGRI-DF, CAESB, ADASA, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, ABHA Gestão de Águas e a comunidade, que entrou com mão de obra em sistema de mutirão.

Já o Projeto Produtor de Água na bacia do Descoberto, manancial responsável pelo abastecimento de 60% da população do Distrito Federal, foi implementado em 2019 e tem como visão tornar a bacia do Descoberto referência na produção sustentável de água e alimento. A Emater-DF participa ativamente nas diversas frentes desse projeto.

Desde a crise hídrica que atingiu o Distrito Federal em 2017, na bacia do rio Descoberto estão sendo realizadas ações que tiveram continuidade em 2021, dentre as quais se destacam: visitas contínuas dos extensionistas da Emater-DF às propriedades rurais para sensibilizar e orientar os produtores sobre a necessidade de aperfeiçoar os sistemas e o manejo da irrigação; plantio de mudas em áreas de preservação ambiental, especialmente nascentes e cursos d'água; e revitalização de canais de irrigação que garantem a produção rural praticamente o ano todo, aumentando a renda e gerando emprego no campo.

Considerando os aprendizados adquiridos em razão da crise hídrica de 2017, o produtor rural passou a ter maior clareza sobre as intervenções que devem ser feitas em sua propriedade para adequação ambiental conforme a legislação em vigor, bem como ampliou o conhecimento sobre a bacia hidrográfica onde está inserido. As mudanças comportamentais no campo e nas áreas urbanas resultaram em manutenção dos níveis do reservatório do Descoberto durante a estiagem de 2021.

## **CONCLUSÕES**

Constata-se a importância do profissional de engenharia ambiental na assistência técnica e extensão rural pública do Distrito Federal ao promover a Adequação Ambiental do Imóvel Rural por meio do planejamento e a ocupação racional e sustentável do espaço rural. Nesse princípio, os engenheiros ambientais, juntamente com o corpo técnico da Emater-DF, realizam ações como orientação a produtores rurais sobre a necessidade da conservação ambiental das bacias hidrográficas; uso de ferramentas de geoprocessamento para elaboração de mapas, auxílio aos



produtores rurais na inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, elaboração de estudos ambientais específicos para o licenciamento de atividades agropecuárias; elaboração de requerimentos de Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA) e de outorga de uso de recursos hídricos, entre outras. Nota-se no decorrer dos anos uma maior sensibilização ambiental e a adesão dos produtores rurais às ações conservacionistas propostas nas propriedades rurais atendidas pela Emater-DF.

## REFERÊNCIAS

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – Emater-DF. Relatório de Atividades, 2021.

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS ENGENHEIROS AMBIENTAIS – APEAM. Disponível em: <https://apeam.com.br>. Acesso em 19 de maio de 2022.

HEIZMANN, L. M.. Campos, L. M. S.; Lerípio, A. A.; 2002. A Auditoria Ambiental e sua Contribuição à Gestão Ambiental. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR. Abr. 2002, V. 3, Nº2



## **A POLÍTICA PÚBLICA ‘MUDAS SEGURAS DE MARACUJÁ’ COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO DA VIROSE DO ENDURECIMENTO DO FRUTO NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, SC**

Renato Guardini<sup>1</sup>  
George Livramento<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, Rod. Admar Gonzaga, 1347 – Florianópolis, SC. [renatoguardini@epagri.sc.gov.br](mailto:renatoguardini@epagri.sc.gov.br)

<sup>2</sup>Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, Rod. Admar Gonzaga, 1347 – Florianópolis, SC. [livramento@epagri.sc.gov.br](mailto:livramento@epagri.sc.gov.br)

### **RESUMO**

A produção local por agricultores familiares de mudas de alta qualidade para o cultivo de maracujá no município de Tijucas apresenta-se como fundamental para viabilizar a permanência destas famílias na atividade, com geração de trabalho e aumento da renda. Paratanto, a existência de políticas públicas gestadas pela cadeia produtiva de forma participativa entre todos os envolvidos se mostrou fundamental para mitigar os efeitos adversos de uma doença virótica cujo controle pressupõe mudanças de hábitos e sistemas produtivos já consagrados. Assim a implantação pela ATER da política pública denominada “Mudas seguras de maracujá”, com a adesão de três famílias e a construção de três viveiros aptos a produzirem 12 mil mudas livres da virose do endurecimento do fruto se mostrou exitosa e pode servir de unidade de referência para outras famílias conhecerem a nova proposta de produção de mudas sadias de maracujá.

**Palavras-chave:** Maracujá; ATER; Muda sadia.

### **CONTEXTO**

O estado de Santa Catarina é um dos maiores produtores de maracujá-azedo do país, a qual é atualmente uma das frutas mais produzidas pelos agricultores. Desta forma, a cadeia produtiva do maracujá vem se consolidando como uma atividade de muita relevância para a agricultura familiar catarinense. Aliado a isso, foi selecionado e mantido pela Estação Experimental de Urussanga (EEUR), em parceria com os extensionistas e produtores, o maracujazeiro azedo ‘SCS437 Catarina’, que vem se destacando no mercado nacional devido à alta qualidade de seus frutos. Registrou-se em 2016 a ocorrência da virose do endurecimento dos frutos (EFM) em Santa Catarina, deixando a cadeia produtiva ameaçada. O EFM é uma das principais doenças do maracujazeiro, sendo um fator limitante para a produção. As entidades públicas e privadas, os produtores e suas cooperativas, diante deste cenário de incertezas, se mobilizaram para buscar alternativas e continuar com a atividade. Uma das principais estratégias fitossanitárias capazes de contornar esta doença no Estado é a obrigação legal de realizar o vazio sanitário de 30 dias no período de inverno, com plantio de mudas novas a cada safra, medidas que modificaram completamente o ciclo de produção até então utilizado. Ainda, para viabilizar a produção de mudas sadias, foi estabelecido um protocolo de produção que inclui o



uso de ambientes com tela lateral antiafídeo para evitar o acesso dos vetores da virose, como os pulgões, pé-direito de três metros ou mais, antecâmara com porta desencontrada na entrada do abrigo, cobertura com filme plástico entre 100 e 150 µm com aditivos de proteção contra raios ultravioleta, difusor e antiestético, cobertura do solo com ráfia, substrato de qualidade, embalagens de mudas com perfil alto de no mínimo 15x25 cm. E como fomento para aumentar a produção de mudas de maracujá livre de vírus, foi criada a política pública denominada “Mudas seguras de maracujá”, pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural – SAR.

No município de Tijucas, SC, a produção de maracujá está intimamente ligada à agricultura familiar e à ação da extensão rural da Epagri, que participou de sua introdução como alternativa de renda aos fumicultores. Desde então, existiu a produção de mudas de maracujá de forma incipiente em abrigos rústicos ou a céu aberto, aproveitando estruturas de outras atividades. Quando adquiridas de terceiros, provinham da região Sul do Estado, que atualmente é a maior produtora de mudas e de frutas. Diante deste cenário, a equipe de ATER da Epagri realizou a sensibilização junto aos produtores da fruta para a aplicação do protocolo do vazio sanitário e iniciar a produção de mudas sadias em ambiente protegido. Portanto, o objetivo deste trabalho é relatar os impactos na adoção da política pública “Mudas seguras de maracujá”, no aumento da produção local de mudas junto às famílias de agricultores de Tijucas, SC, na safra 2021/2022.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A política pública “Mudas seguras de maracujá” foi criada a partir da demanda da cadeia produtiva catarinense. No município de Tijucas os extensionistas da Epagri começaram a estimular os produtores em meados de 2020, para ter resultados já na safra 2021/2022. Para isso foram realizadas visitas nos agricultores já identificados com potencial de produção de mudas próprias, reuniões técnicas dos interessados, capacitações *in loco* e excursões técnicas para região produtora de mudas, cujo objetivo foi iniciar a produção local de mudas sadias de maracujazeiro azedo. Também foram abordados aspectos técnicos do vazio sanitário, procurando aumentar a adesão e explicando a mudança necessária no sistema de cultivo até então utilizado. Algumas das famílias envolvidas resolveram acessar a política pública para a produção de suas próprias mudas em ambiente protegido. O processo começou com a elaboração do pré-enquadramento, seguida pelo projeto técnico simplificado com três orçamentos das despesas, além de demais documentos comprobatórios. Após aprovação pela SAR, as famílias receberam os recursos orçados para a construção do viveiro, a compra de substrato, embalagens de mudas e irrigação nos padrões preconizados pela Epagri.

A equipe de ATER assessorou todas as etapas do processo, desde a cotação, a compra e a construção, até a comprovação das despesas e a prestação de contas. Na sequência, a produção das mudas foi acompanhada, desde a semeadura, emergência de plântulas, podas de crescimento, controle de doenças, monitoramento das pragas através de armadilhas com cola entomológica, ajustes na adubação, até o plantio a campo (Figuras 01, 02 e 03). A produção a campo é feita no sistema



latada, com manejo da fertilidade do solo de acordo com análise química, com correção de acidez e toxicidade de alumínio. O manejo da cobertura do solo com plantio de espécies de inverno e roçada no verão e uso mínimo de herbicidas. Quanto às doenças foliares e pragas, o seu controle é realizado com pulverizações de rotina.



**Figuras 01 e 02.** Mudanças no ponto de poda, sistema de irrigação por gotejamento, rafia de solo e armadilha de monitoramento de pragas (Tijucas/SC)



**Figura 03.** Canteiros de mudas e tala lateral antiafídeo (Tijucas/SC)

## RESULTADOS

O acompanhamento dos pomares nas propriedades de maracujá após o estabelecimento do vazio sanitário demonstrou uma mitigação dos danos da virose do endurecimento dos frutos, aparecendo poucos focos da virose apenas no final do ciclo produtivo da cultura.

Três famílias de agricultores familiares acessaram a política pública “Mudas seguras de maracujá”, com aporte financeiro total de R\$ 26.000,00, para a construção de três viveiros dentro dos padrões preconizados pela Epagri. Nestes viveiros foram produzidas 12 mil mudas livres de vírus de maracujazeiro azedo ‘SCS437 Catarina’, para uso nas próprias propriedades e com comercialização do excedente de forma local em parcerias familiares. Cerca de três mil mudas tinham entre 60 a 90 cm, chamadas de mudas grandes (Figura 04), que auxiliam na antecipação da colheita para final de dezembro e início de janeiro, permitindo melhores preços nos mercados local e regional. As mudas ainda se destacaram por apresentarem menores problemas fitossanitários, comparadas com outras mudas adquiridas pelos demais produtores de Tijucas, SC. Uma das famílias conseguiu antecipar a colheita na Safra 2021/2022, colocando frutas de alta qualidade no mercado no mês de janeiro de 2022 (Figura 05), com valores três vezes maiores por caixa comercializada que nos demais meses subsequentes.



**Figura 04 e 05.** Muda grande de maracujá-azedo ‘SCS437 Catarina’ e parreiral implantado no sistema latada com colheita antecipada (Tijucas/SC)

A produção de mudas de alta qualidade para o cultivo de maracujá no município de Tijucas, SC, apresentou-se em propriedades de agricultores familiares como alternativa para a especialização no cultivo de fruteiras, com geração de trabalho e renda necessária ao desenvolvimento rural sustentável no campo.



## CLÍNICA FITOSSANITÁRIA SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DE UMA ATERS SUSTENTÁVEL

Patricia da Silva Grinberg<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Canguçu - pgrinberg@emater.tche.br

### RESUMO

O relato de experiência da Clínica Fitossanitária (Convênio entre a Emater/RS e a Embrapa Clima Temperado) no suporte de diagnóstico fitossanitário aos extensionistas e produtores demonstra como o estabelecimento desta cooperação facilita as conexões entre a pesquisa e a extensão. O objetivo principal é atender a produtores rurais e técnicos na busca de soluções dos problemas relacionados à fitossanidade de plantas, bem como fortalecer o elo entre pesquisa, extensão e produtor rural. A prestação serviço gratuito de diagnose de patógenos e pragas, bem como distúrbios fisiológicos e fitoxidez, auxiliam nas orientações de manejo e controle dos problemas identificados no campo. A cooperação entre as instituições contribui para que tecnologias e conhecimentos sejam compartilhados entre as esferas da extensão, pesquisa, ensino e público assistido pela ATERS. Os resultados são significativos na geração de ações de sustentabilidade na área fitossanitária, porém algumas carências de recursos humanos e financeiros limitam a amplitude de atuação.

**Palavras-chave:** Clínica Fitossanitária; Diagnose; Cooperação; Sustentabilidade.

### CONTEXTO

Idealizada por pesquisadores do Centro Nacional de Fruteiras de Clima Temperado – CNPFT (atual Embrapa Clima Temperado) e da Emater /RS, a Clínica Fitossanitária foi criada em 1983 para atender ao expressivo número de solicitações de extensionistas e produtores, na identificação de problemas fitossanitários que se verificavam nas propriedades rurais.

A Clínica utiliza a base física, recursos e equipe do Laboratório de Fitopatologia da Embrapa Clima Temperado – Sede em Pelotas, RS, e conta com a colaboração de pesquisadores que atuam diretamente nas atividades diárias nas áreas de fitossanidade, entomologia e fisiologia vegetal, contando eventualmente com assessoramento técnico de outros pesquisadores da unidade e colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação que atuam em projetos de pesquisa vinculados ao Laboratório de Fitopatologia da Embrapa.

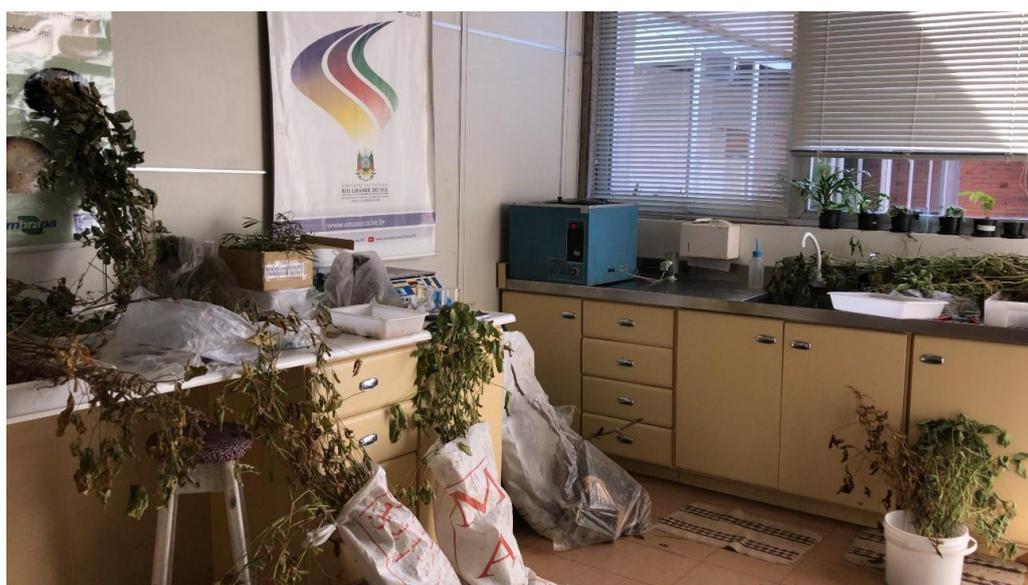
Mantém-se a prestação de serviços na busca de soluções para os problemas fitossanitários atendendo técnicos da extensão rural, produtores, pesquisadores e demais que procuram nosso serviço. As atividades da Clínica Fitossanitária facilitam as relações entre pesquisa e extensão rural, através de ações como: cursos de capacitação, oficinas e treinamentos, além de participações no Sistema de Alerta da Mosca-das-frutas; publicações técnicas, vídeos em programas de TV, participações



em eventos institucionais. Além disso, atua informando e propondo estratégias para o controle e o manejo de pragas e doenças, principalmente de espécies olerícolas e frutíferas, colaborando na instalação e no monitoramento de Unidades Experimentais Participativas, Programas de Monitoramento, tais como da Ferrugem Asiática (*Phakopsora pachyrhizi*) da soja e Mosca-das-Frutas (*Anastrepha fraterculus*) no Pêssego. Também efetua visitas técnicas e apoio institucional em ações de parceria desenvolvidas entre Emater/RS e Embrapa CACT.



**Figura 1.** Festa do Morango Pelotas, 2018 – estande da Clínica Fitossanitária com participação da Embrapa CACT, estudantes de pós-graduação e graduação da UFPel





**Figura 2.** Área de recepção de amostras da Clínica Fitossanitária na Sede da Embrapa Clima Temperado em Pelotas/RS



**Figura 3.** Sala de Microscopia no Laboratório de Fitopatologia na Sede da Embrapa Clima Temperado em Pelotas/RS, onde são analisadas as amostras recebidas pela Clínica Fitossanitária.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As ações sociais desenvolvidas pela Clínica Fitossanitária destinam-se a produtores familiares, pequenos e médios, assentados, comunidades locais, organizações públicas e privadas de ATER (EMATER), pesquisa, estudantes e estagiários. Entre os serviços prestados, destacam-se:

- Assessoria, representação e subsídio técnico externo;
- Capacitação profissional, atualização tecnológica e intercâmbio de conhecimento;
- Participação em feiras, exposições, dias de campo, atualizações e reuniões técnicas;
- Desenvolvimento social e organização comunitária;
- Meio ambiente e educação ambiental;
- Segurança alimentar, nutricional e inclusão produtiva;
- Soluções tecnológicas inovadoras.



**Figura 4.** Visita técnica da Clínica Fitossanitária a produtores de cebola para suporte fitossanitário em Rio Grande, RS

Na renovação do convênio em 2016, a atuação da Clínica Fitossanitária é ampliada para ações sociais, mantendo o principal foco de trabalho que consiste na diagnose de problemas fitossanitários, identificação de seus agentes causais e orientações quanto a medidas de controle. Esta ampliação de atuação da clínica possibilitou uma maior participação em eventos promovidos por ambas as instituições, a realização de capacitações técnicas para produtores, o desenvolvimento de ensaios para testar tecnologias, insumos alternativos e caldas fitoprotetoras junto com produtores e técnicos, além de subsidiar teses de mestrado e doutorado a partir de demandas recebidas da extensão para a Clínica.

A pandemia gerou dificuldades para todos e também novos desafios. O atendimento de suporte representa uma ferramenta imprescindível para a tomada de decisões frente aos problemas fitossanitários, que se intensificam com o uso desenfreado e muitas vezes inadequado de agrotóxicos, contribuindo com orientações, esclarecimentos e transferência de tecnologias que promovem a soberania alimentar.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos produtores que abrem suas porteiras possibilitando o fluxo de conhecimentos e trocas, colegas extensionistas da Emater/RS. Aos pesquisadores Bernardo Ueno, César Bauer e demais profissionais que colaboram com a Clínica Fitossanitária, incluindo estudantes de pós-graduação e graduação, funcionários da Embrapa Clima Temperado, em especial Gelson Krolow.



## **SUBTEMA 3**

### **CAMINHOS DO MOVIMENTO SINDICAL**

#### **Justificativa**

A importância da luta sindical é indubitável, sobretudo no momento em que a conjunção da crise econômica e pandêmica tem ampliado as demissões e a destruição de antigas conquistas econômicas e sociais. O CONFASER é um movimento político de união e formação das trabalhadoras e trabalhadores da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual do Brasil que se expressa pela troca de experiências, conhecimento e saber, discutindo teses e temas de relevância social, sindical, associativa e política (Anais do XIII CONFASER). O futuro do sindicalismo e da capacidade de representação dos trabalhadores depende de como ele será capaz de enfrentar os velhos desafios, mas também os novos processos sociais que vêm produzindo mudanças estruturais na sociedade e no mundo do trabalho, os quais convergem no último período e potencializam-se sinergicamente. A FASER está envolvida na luta pela ampliação da extensão rural em todo o país, participando da formulação de documentos, tendo participação ativa em câmaras técnicas e contribuindo decisivamente para a nova Política Nacional de Assistência Técnica, garantindo a voz das suas filiadas e a participação, através de fóruns internos e assembleias. A FASER representa uma parcela importante da base de servidores públicos responsáveis pelo cumprimento de diversas determinações da Constituição Federal, pela fiscalização e preservação do meio ambiente, pela assistência ao agricultor e pela elaboração das políticas públicas que estão fazendo do Brasil ser um país soberano e melhor de se viver. No mundo e no Brasil, o movimento sindical já deu inúmeras provas de imensa capacidade de resiliência e de reinvenção. No contexto atual do país, no entanto, conta com suas próprias forças. É hora de se perguntar: qual é a prioridade de levar adiante uma agenda de inovação, revitalização, reinvenção, que alce ao primeiro plano a tarefa de construção de um projeto comum de reestruturação geral do sindicalismo? É urgente que o movimento sindical brasileiro tome iniciativas inovadoras para promover uma reestruturação que correlacione e integre a mudança na estrutura e organização sindical à dinâmica que emerge no novo mundo do trabalho.



**Palestrante Convidado:** Prof. José Dari Krein – UNICAMP/SP (virtual)

**Avaliador Convidado:** Prof. José Dari Krein – UNICAMP/SP

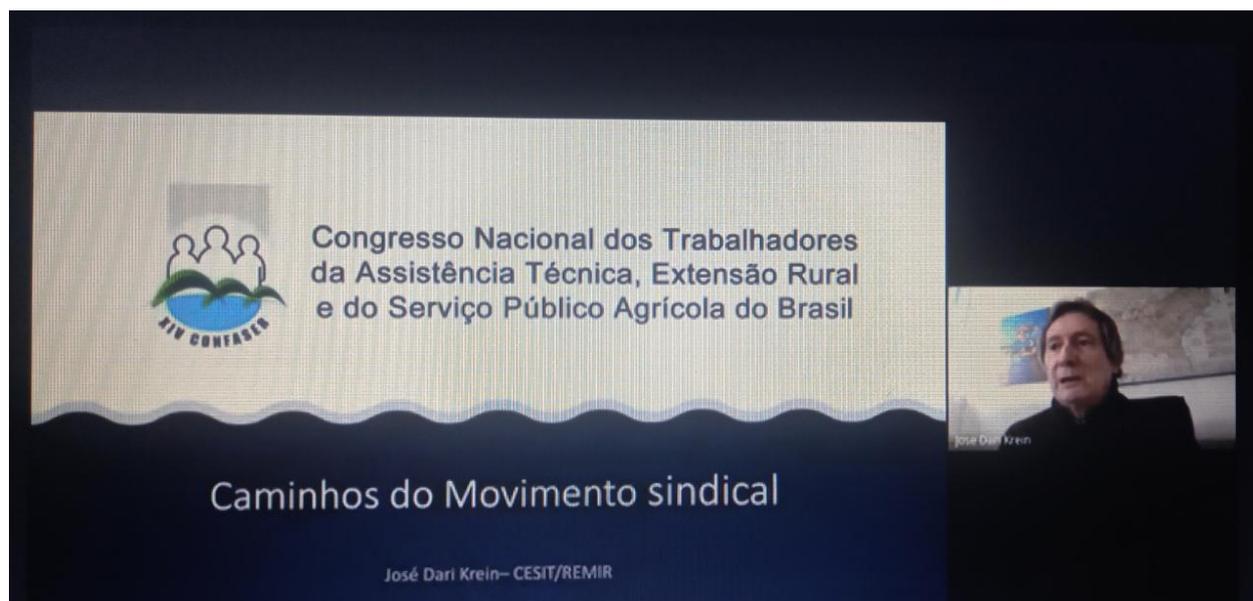
**Coordenação da Sessão:** Extensionista Antonio Angelim – SINTAPE/PE

**Relatoria:** Extensionista Ronaldo Aquino – Sinter/MG

**Apoio e Assessoria CTC:** Extensionista Luciene Tavares – SINTAPE/PE



A palestra do professor José Dari Krein está disponível na íntegra no endereço:  
<https://www.youtube.com/watch?v=Qm10xYTXyzo&t=3s>





ANAIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

**RESUMOS EXPANDIDOS REFERENTES AO  
SUBTEMA 3  
CAMINHOS DO MOVIMENTO SINDICAL**



## **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO DE UMA EMPRESA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Janya Aparecida de Paula Costa**

Auxiliar administrativo II Emater-MG, Graduada em Psicologia pela UFJF, Pós-graduada em saúde mental, Pós-graduada em Terapia Cognitivo Comportamental, Mestra em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO e Diretora de Comunicação e Cultura do Sinter –MG.

### **RESUMO**

O presente trabalho técnico-científico é fruto da dissertação de mestrado que empreendi para analisar as percepções dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa pública de extensão rural do estado de Minas Gerais (Emater-MG) sobre a incidência de assédio sexual contra mulheres em locais de trabalho, as atitudes da empresa quanto ao enfrentamento desta questão em suas unidades, considerando-o como violência contra mulheres influenciada pela cultura patriarcal. O fio condutor metodológico deste estudo qualitativo está na compreensão do assédio sexual no trabalho, usando como campo empírico de pesquisa a Emater-MG. Os resultados da pesquisa demonstraram uma percepção maior de ocorrência, na empresa, de assédio moral em relação ao sexual, além de confirmar as mulheres como maiores vítimas, indicando que influências patriarcais favorecem a ocorrência desta violência na empresa.

**Palavras-chave:** Patriarcado; Gênero; Violência contra mulheres; Assédio moral; Assédio sexual no trabalho.

### **INTRODUÇÃO**

As lutas feministas ao longo de décadas buscam levantar o debate sobre a participação da mulher em diversos setores sociais. Por muito tempo o papel social da mulher estabeleceu-se como sendo o privado, com sua função voltada principalmente para a reprodução e as preocupações com as relações domésticas, tidas como próprias das mulheres.

Embora as mulheres venham conquistando cada vez mais espaços, conforme Sobrinho & Costa (2018), ainda persiste a ideia do feminino como subordinado ao domínio masculino. O patriarcado estrutural, na sociedade brasileira desde o período colonial, ainda tem força na cultura contemporânea, fazendo com que as práticas sociais mantenham e atualizem a divisão de papéis masculinos e femininos. As mulheres conquistaram espaços sociais e institucionais, mas não se libertaram da responsabilidade, quase exclusiva, pelo privado, e pelo lugar de submissão sexual.

Ao assumir papéis sociais no ambiente de trabalho capitalista, as mulheres se depararam com mais obstáculos, dos quais destacamos o assédio e, especificamente, o assédio sexual. Embora o crime de assédio não ocorra exclusivamente contra mulheres, estudos mostram que elas são as maiores vítimas (DINIZ, M., L., 2015; SANTOS, M., 2018; OIT, 2018), indicando que tal fato seja uma questão de gênero. Sobrinho & Costa (2018) consideram o assédio sexual no ambiente de trabalho como sendo um tipo de manifestação de poder, podendo ocorrer em forma de insinuações sexuais sutis ou diretas, cantadas, contatos físicos em forma de carícia não



permitidos, gestos com conotação sexual; propostas de vantagens no trabalho, coação ou ameaça ao emprego em troca de favores sexuais.

O interesse pelo tema assédio sexual no trabalho veio a partir de vivência pessoal e de relato particular de companheiras que estavam passando por esta violência. Sendo eu psicóloga clínica que trabalha o sofrimento das pessoas, e também uma militante sindical, já há cerca de dez anos como dirigente sindical no Sinter-MG, esta situação trouxe incômodo e me fez sugerir que o tema fosse inserido nas atividades do Sindicato.

Foi então necessário estudar o tema e, como fruto das pesquisas, apresentei em conjunto com o educador Emanuel José Mendonça Sobrinho (educador da CUT atuando à época na Escola Sindical 7 de Outubro), artigo no II Simpósio Marxista, na UFMG, em 2018. Desde então, foram realizadas formações sindicais para algumas categorias distintas de sindicatos filiados à CUT. No intervalo de um ano e meio, foram realizadas quatro formações em Minas Gerais (três em Belo Horizonte e duas em Juiz de Fora) e uma formação em Vitória, ES.

O assunto também foi levado à diretoria da Emater-MG, empresa na qual possuo vínculo empregatício e é instrumento de pesquisa deste trabalho, como proposta de cláusula de negociação, na pauta de reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras. A inserção deste assunto no acordo coletivo foi negada pela empresa, com a justificativa de que estariam criando comitê específico para acolhimento de denúncias de assédio na empresa, promessa esta não concretizada.

## **METODOLOGIA**

O objetivo principal da pesquisa foi analisar e descrever o fenômeno da violência contra as mulheres nos locais de trabalho, tomando como caso empírico a percepção do assédio sexual em uma empresa pública, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Emater-MG, por parte de trabalhadores. Trata-se de uma empresa pública de direito privado, contando, em 2021, com 1.759 funcionários entre técnicos e administrativos, que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares em todo o território do estado de Minas Gerais.

Durante o processo de pesquisa de artigos, livros e trabalhos acadêmicos sobre assédio sexual no trabalho, pouco material foi encontrado. A literatura sobre o tema ainda é bem escassa, assim como pesquisas específicas. No campo da saúde mental, encontrei artigos dentro da linha psicanalítica, sendo a autora mais citada a psiquiatra psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen e, no campo organizacional, a professora brasileira Maria Ester Freitas.

No caso de assédio moral, existe vasto material e um fato interessante percebido durante o processo formativo e nas conversas internas no Sindicato é como muitas pessoas apresentaram uma tendência a desviar-se do assunto de assédio sexual para o tema assédio moral. Nas rodas de conversa, isto se fez recorrente. Quando o debate era sobre assédio sexual, havia uma divisão de opiniões nos grupos: de um lado pessoas que afirmavam a ocorrência de assédio e defendiam que deveriam existir formas mais rígidas de punição, assim como melhor acolhimento pelas empresas; de outro lado, pessoas que, ou silenciavam-se, ou diziam que “não é bem assim”, que “essa moda de dizer que tudo é assédio vem dos Estados Unidos. Somos latinos, de sangue quente, e o toque é da nossa cultura”.



No entanto, quando o assunto era assédio moral, em nenhuma das formações houve divisão de opiniões nos grupos. A existência de assédio moral não foi negada. Houve, porém, em alguns debates, a validação do ato: “às vezes o chefe tem mesmo que praticar assédio, porque tem muita gente que não quer trabalhar direito”. A validação, vinda de dirigentes sindicais, levanta ainda outra questão importante sobre, em que medida estes trabalhadores podem ter sido cooptados pela lógica capitalista de produtividade a qualquer custo.

Essa experiência profissional e de militância sindical informou questões e motivou a realização da presente pesquisa. Entre as questões, estão as seguintes: o assédio sexual no trabalho não é levado à frente nos debates, porque não ocorre com uma frequência que legitimaria o debate público ou porque o assunto incomoda e coloca em evidência o quanto o patriarcado está imbricado nas formas de pensar, sentir e se comportar das pessoas, chegando ao ponto de ignorar a existência de tal violência? Além disso, seria o assédio sexual uma extensão do assédio moral, como defende Hirigoyen (2006)?

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A principal categoria usada na análise deste trabalho para explicar o assédio sexual no ambiente laboral é o patriarcado e, como referência neste assunto, apoia-se nos estudos de Carole Pateman (1993), através de sua obra “A Teoria do Contrato Sexual”. O contrato sexual inaugura o patriarcado moderno e é invisibilizado da teoria política, naturalizando a subordinação das mulheres aos homens e a divisão público/privada. Neste sentido, dar visibilidade a questões silenciadas, como o assédio sexual no ambiente de trabalho, contribui para compreender a realidade e os mecanismos de reprodução do patriarcado.

O assédio sexual no trabalho é tipificado como crime na Lei 10.224 de maio de 2001, com a inserção do Art. 216-A, quando este ocorre sob ação de constrangimento realizado entre pessoas hierarquicamente desiguais.

Embora o Brasil seja signatário das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que versam sobre a igualdade de oportunidades, o assédio sexual no local de trabalho ainda é invisível para o Estado, que tem poucas ações efetivas de políticas públicas desenvolvidas para o combate e a prevenção. Além disso, é um tema que deveria ser muito mais debatido nos movimentos sindicais.

## CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa reforçam o pressuposto teórico que orientou essa dissertação de que o assédio sexual no ambiente de trabalho é uma forma de violência contra as mulheres como categoria própria e não mera extensão do assédio moral. Poucas foram as alegações de trabalhadores e trabalhadoras que versassem neste sentido (o assédio sexual como extensão do assédio moral) e, estas poucas, compreende-se que, a confusão ou ligação entre os tipos de assédio se faça mais por ausência de informação do que por entendimento uníssimo entre os dois tipos.

Um dos fatos que leva a esta interpretação são os próprios números percebidos com a pesquisa, que mostram uma paridade na ocorrência de assédio moral entre homens e mulheres, enquanto que, no caso do assédio sexual, onde se tem o relato das



mulheres cinco vezes maior que o dos homens, o que novamente demonstra que o assédio sexual no trabalho tem a ver com um poder diferente do hierárquico, próprio do sistema produtivo capitalista dentro das empresas, no assédio sexual no local de trabalho esta violência emerge do poder patriarcal.

Na análise da pesquisa realizada com os trabalhadores e trabalhadoras da Emater-MG, percebeu-se, portanto, como o assédio sexual no trabalho é associado às mulheres, pois, sem sombra de dúvidas, elas são as maiores vítimas.

Mais urgente e pungente, no campo organizacional, além da responsabilidade das empresas zelarem pelo bem-estar das pessoas no ambiente de trabalho, faz-se necessário priorizar o debate sobre assédio sexual, buscando a segurança das trabalhadoras, descortinando esse tabu, de forma que as pessoas sejam colocadas como o principal objetivo de investimento das empresas. E, como estratégias eficazes para isto, investir em programas que visem reconhecer possíveis riscos de assédio sexual, assim como seus efeitos na saúde mental das mulheres, realizando o acolhimento humanizado e encaminhamento implicado quando se julgar necessário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm).. Acesso em: 25/03/2018.

COSTA, Janya Aparecida de Paula; SOBRINHO, Emanuel José Mendonça. **Assédio sexual no trabalho: uma questão de gênero**. Anais do II Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo. Belo Horizonte, set. 2018. Disponível em: **A referência de hiperlink não é válida**. Acesso em: 10/01/2020.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Assédio moral e sexual como violência sexista no cotidiano das trabalhadoras**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 25 a 28 de agosto de 2015. Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

HIRIGOYEN, Marie France. F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

OIT. **Acabar com a violência e o assédio contra mulheres e homens no mundo do trabalho**. Conferência Internacional do Trabalho, 107.<sup>a</sup> Sessão. Relatório V(1). Genebra, 2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms\\_706870.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_706870.pdf) Acesso em 10/08/2021.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio: Paz e Terra, 1993.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi. **Trabalho corrompido, dignidade violada : histórias de vida de mulheres assediadas sexualmente em uma organização bancária**. Disponível em: **A referência de hiperlink não é válida**. Acesso em 03/02/2021.



## COMUNICAÇÃO SINDICAL DIGITAL: PARA FORTALECER A INTEGRAÇÃO SINDICAL

Oreste José Lustosa de Andrade<sup>1</sup>  
Maria Luciene Luzia Tavares Albuquerque<sup>1</sup>  
Romulo dos Santos<sup>1</sup>  
Antônio Angelim dos Santos<sup>1</sup>  
Regivaldo José Vitor da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

A comunicação sindical que o Sintape propõe promover conta com a integração entre as redes nas diferentes mídias – site oficial, instagram, facebook, whatsapp, e-mail institucional e plataformas de videoconferência. Estes novos instrumentos, as tais mídias eletrônicas, seriam somados aos já tradicionais (jornal escrito, panfletos, comunicação boca a boca), tendo o objetivo de trazer para dentro das entidades sindicais os representados que dela se afastaram ou que sequer se aproximaram por entender que não teriam seus interesses efetivamente representados. Planejar ações e avaliar o engajamento do público são ações fundamentais para transformar a comunicação de um sindicato.

**Palavras-chave:** Sindicalismo digital; TICs; Cybersindicalismo.

### Introdução

A comunicação sindical é formada por um tripé: a direção sindical, assessoria de imprensa da entidade e pelos trabalhadores de base. Todos os atores devem, em conjunto, definir e explorar a vasta gama de ferramentas de comunicação. A “comunicação sindical é como um mosaico, composto de ‘mil’ instrumentos, como jornal, cartilha, agenda, caderno, brindes, mídias sociais, vídeos, rádio, televisão, carro de som, panfletos, bem como a comunicação boca a boca”. Cada um com sua especificidade, mas todos se complementam (BORGES, 2018).

O sindicato não pode aparecer só na campanha salarial ou nas reclamações trabalhistas. Tem que estar constantemente “conversando” com os associados. Esta atuação reforça as mensagens e possibilita que o associado apareça ou de forma anônima nas fotos de manifestações e eventos ou de forma direta, com entrevistas, artigos ou como fonte. Sindicato que não aparece, gera dúvidas na base sobre os rumos financeiros da entidade. Transparência é fundamental. As redes sociais e as novas tecnologias geram alternativas baratas, enquanto o número de associados aumenta com atitudes mais ousadas.

O ato de saber se comunicar é a principal ferramenta do entendimento e do envolvimento do ser. Vivemos em uma época em que a comunicação deve ser cada vez mais ágil, objetiva, de fácil assimilação e transparente. As pessoas estão buscando sempre mais a informação a fim de conquistar um diferencial

<sup>1</sup>Sintape - Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, contato@sintape.org.br



competitivo, mas de nada adianta ter muita informação e não saber utilizá-la de forma adequada aos objetivos do movimento sindical.

Nesta época em que se fala em “cybersindicalismo”, “sindicalismo digital” e “sindicalismo eletrônico”, as tecnologias de informação e comunicação – TICs, notadamente através da internet e das redes sociais, se bem utilizadas pelos sindicatos, podem representar uma revolução no modelo sindical brasileiro no que se refere ao direito de informação e participação (BORGES, 2018).

É por meio dos referidos instrumentos que o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (Sintape) empreende a divulgação de informações de modo transparente e as coloca ao alcance de um elevado número de representados.

A integração da rede sindical de comunicação com as demais redes pode ser promovida. A produção de conteúdo de qualidade, com segurança e credibilidade é um ativo que ganhará cada vez mais valor em um mundo que expande a mentira intencionalmente, produzindo informação falsa para domesticar ou dirigir a massa. A reestruturação do sindicalismo do futuro inclui um projeto estratégico, ousado e inovador de comunicação (LÚCIO, 2021).

## METOLOGIA

O Sintape entende que o conteúdo de informações produzidas nos diversos meios eletrônicos deve conter informações importantes para os trabalhadores, que sejam úteis e ao mesmo tempo possuam significado. Em resumo, se o trabalhador não enxergar que o sindicato é importante para ele, não verá motivo para apoiá-lo ou para participar de suas mobilizações. Em última instância, se ele não se sentir motivado a estar junto com o sindicato, não verá nem motivo para ser sindicalizado. O foco da comunicação sindical deve estar no trabalhador. Essa é uma das bases para construir um relacionamento saudável com a categoria.

Nós da atual diretoria do Sintape trabalha para aprimorar o relacionamento com a base, ou seja, aqueles que representamos. Assim, a partir de metas estabelecidas por esta diretoria, resolvemos trabalhar com o objetivo de criar e ou reestruturar a comunicação com a categoria. Quando citamos a reestruturação da comunicação, isso implica não apenas implantar um meio de comunicação, mas avaliar o que tínhamos e a partir daí atualizá-lo com base no novo contexto das mídias digitais. A seguir, citamos as principais medidas de reestruturação e atualização na comunicação do Sintape:

- **Site oficial do Sintape**, que passou a conter informações importantes para os trabalhadores, que sejam úteis e ao mesmo tempo possuam significado, que também teve seu formato adaptado para visualização pelo celular, já que atualmente as pessoas acessam esse meio de comunicação em qualquer lugar. Na plataforma



do site do Sintape, existe a opção “FALE com o Sintape”, canal de comunicação da base com a diretoria. Os trabalhadores podem enviar comentários sobre determinada matéria publicada diretamente para a diretoria, sem a visualização por terceiros.

- **Facebook e Instagram do Sintape:** Um dos fatores que mede a eficácia de uma boa comunicação de um sindicato é a taxa e o tempo de resposta aos seus filiados.

- **Jornal Corre Campo digital:** O Jornal produzido pela diretoria de Comunicação do Sintape é denominado Corre Campo. Este informativo impresso tem periodicidade regular trimestral (a cada três meses). O alcance desta mídia vai além do que normalmente se propõe um jornal – E-mail institucional (contato@sintape.org.br e [sintape@sintape.org.br](mailto:sintape@sintape.org.br)). Os e-mails permitem que o comunicador do sindicato envie mensagens para todos os contatos registrados na conta de uma só vez. Tal característica agiliza o envio de informes e notícias importantes aos filiados, além de garantir que ninguém fique de fora da lista. Outro fator importante é a interligação dos e-mails da diretoria, pois quando algum trabalhador envia uma comunicação pelo canal institucional do Sintape, toda a diretoria recebe este e-mail, fazendo com que a comunicação também seja socializada com todos os integrantes da diretoria.

- **Grupos de WhatsApp:** Essa ferramenta digital é utilizada para informar sobre determinados assuntos, tais como; *verifiquem seus e-mails, vejam tal matéria no site e facebook do Sintape*. A partir de links criados com o site e o facebook dentro do whatsapp, podemos ampliar e aprimorar o fator agilidade da comunicação.

- **Plataformas de vídeo conferência** – Possibilita realizar reuniões, assembleias com gravação que ficam armazenadas no drive, criando um banco de dados de todas as reuniões.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O maior objetivo da comunicação sindical é conectar as entidades com os trabalhadores e assim gerar mais engajamento nas lutas da categoria. Para isso, o Sintape visa aprimorar esse relacionamento com aqueles que representa. Se em última instância as categorias não se sentirem motivadas a estar junto com o Sintape, não haverá nem motivo para se sindicalizar.

A comunicação entre a diretoria do Sintape e os filiados precisa atender as metas proposta no Planejamento Estratégica da atual diretoria. A comunicação deve ser encarada como parte da estratégia da luta sindical. Por isso, avaliamos de forma sistemática os retornos dos resultados dos meios de comunicação que dispomos:

- Primeiro foi a quebra do paradigma “O sindicato não dar notícias, só dar notícias para cobrar alguma coisa”. Toda atividade que a diretoria do Sintape realiza junto à base é veiculada em todos os canais disponíveis: site, facebook, instagram, whatsapp e e-mail.

- Conforme o retorno da base – através dos meios de comunicação em comentar,



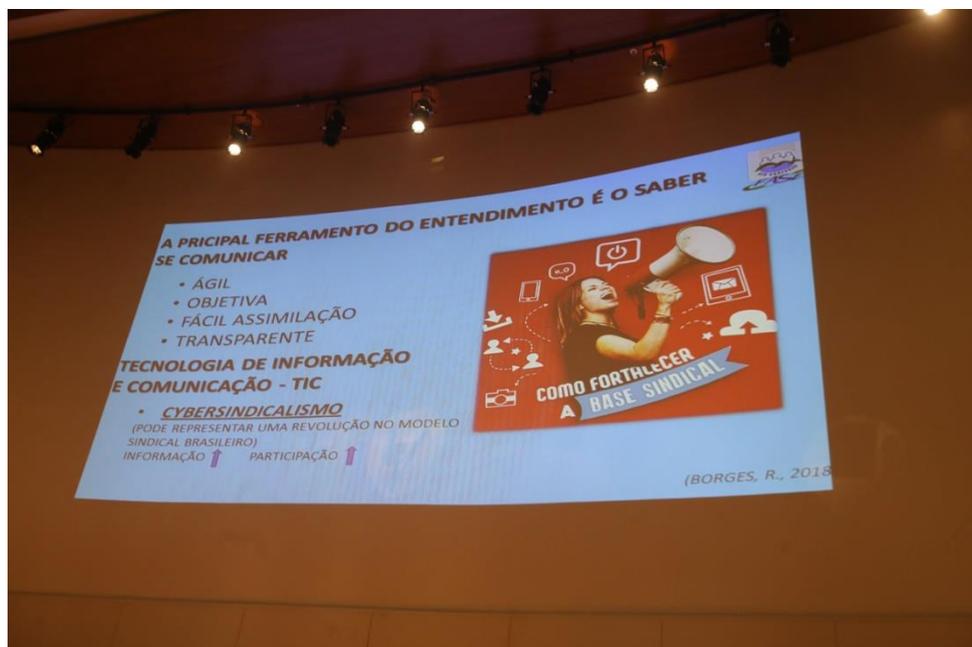
argumentar, sugerir e criticar – alguma ação é realizada pelo Sintape junto à categoria. Entre os pontos importantes para a atual diretoria do Sintape, destacam-se a avaliação, as ações tomadas junto à base, muito destas deliberadas em assembleias gerais. O Sintape é um sindicato que tem sua base distribuída portodo o território pernambucano e, nesta atual gestão, tem como meta levar as informações das atividades do sindicato a um maior número de trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Theanna de Alencar. A democracia sindical e o sindicalismo eletrônico. **Revista JusNavigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4460, 17 set. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33416>.

MIANI, R. A.. **A charge na imprensa sindical: uma iconografia do mundo do Trabalho**. Trabalho apresentado no NP16 – Núcleo de Pesquisa História em Quadrinhos, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. Setembro. 2002

LÚCIO, C. G. **O futuro do sindicalismo brasileiro em um mundo do trabalho em mudança**. RBEST Rev. Bras. Eco. Soc. Trab. / BJSLE Braz. J. Soc. Lab. Econ., Campinas, v. 3, e021006, 2021 – ISSN 2674-9564





## COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA: EXPERIÊNCIA DA GESTÃO 2020-2022 DA ASAE

Robson Becker Loeck<sup>1</sup> Marines Rosali Bock<sup>2</sup> Terezinha Marques Flor<sup>3</sup> Albino  
Motter<sup>4</sup> Carlos Roberto Vieira da Cunha<sup>5</sup> Ivania Bernardete Polaczinski<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS - robson.loeck@gmail.com <sup>2</sup> Associação dos  
Servidores da ASCAR/EMATER-RS - marines2016bock@gmail.com

<sup>3</sup> Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS - teremarquesflor@gmail.com <sup>4</sup> Associação dos  
Servidores da ASCAR/EMATER-RS - albinomotter@hotmail.com <sup>5</sup> Associação dos Servidores da  
ASCAR/EMATER-RS - betovcunha@gmail.com <sup>6</sup> Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-  
RS - iva.polaczinski@yahoo.com.br

### RESUMO

O trabalho descreve ações da Diretoria Executiva da Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS – ASAE, que podem servir de modelo para outras associações e sindicatos que queiram instituir processos comunicativos e participativos com vistas à manutenção ou obtenção de novos associados e associadas.

**Palavras-chave:** Associativismo; Organização coletiva; Planejamento; Redes sociais; Internet.

### CONTEXTO

As linhas abaixo descrevem a experiência da chapa “Diálogo e Participação” e da Gestão “Caminhando Juntos” (2020-22) da Diretoria Executiva da Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS – ASAE, que tem como missão: “Unir e defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da EMATER/RS-ASCAR, oferecer serviços e acolhimento aos associados e seus dependentes, além de defender, valorizar e propor rumos para extensão rural no RS”.

As estratégias e os procedimentos adotados podem servir de exemplo para outras associações e sindicatos para o aprimoramento de processos participativos e comunicativos, oferta de serviços, defesa de trabalhadores e trabalhadoras e da extensão rural.

### DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O associativismo pode ser realizado de diferentes maneiras. Por exemplo, uma associação pode funcionar visando relações mais horizontais ou mais verticais entre os seus associados e associadas e, destes, com a diretoria executiva.

<sup>1</sup> Sociólogo e primeiro secretário da ASAE.

<sup>2</sup> Engenheira-agrônoma e Presidente da ASAE.

<sup>3</sup> Pedagoga e vice-presidente da ASAE.

<sup>4</sup> Técnico agrícola e segundo secretário da ASAE.

<sup>5</sup> Veterinário e primeiro tesoureiro da ASAE.

<sup>6</sup> Assistente social e segundo tesoureiro da ASAE.



Nesse sentido, ainda no período eleitoral e, portanto, na qualidade de chapa (intitulada de “Diálogo e Participação”), duas decisões foram tomadas para a disputa da diretoria executiva da Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS, quais sejam: a de ouvir os associados e a de realizar uma campanha eletrônica, sem utilização de materiais impressos.

Durante o desenrolar da eleição, foram então utilizadas três ferramentas: o Facebook, o WhatsApp e o Google Meet. Os recursos financeiros para realizar a campanha vieram de uma “vaquinha virtual”, com a qual contribuíram espontaneamente os apoiadores da chapa<sup>7</sup>.

O Facebook e o WhatsApp foram usados para a divulgação da propaganda da chapa (textos, cards e vídeos) e o Google Meet para a realização de reuniões virtuais, que ouviram as demandas dos associados e das associadas e foram fundamentais para a elaboração das propostas da chapa. Propostas essas que, depois da eleição, se transformaram no Plano de Trabalho<sup>8</sup>, colocado em “prática” após sua apresentação e aprovação pelo Conselho de Representantes da ASAE<sup>9</sup>.

Apontada como deficiente, a primeira ação foi pensar em como qualificar a comunicação. A identidade visual da Associação, deveras antiga, foi após um estudo e trabalho profissional substituída por uma nova para atender os padrões atuais de design e uso publicitário. Para facilitar o acesso às informações, um novo site foi construído. Com mais conteúdo, facilidades e novas seções, entre as quais de destacam as notícias, os serviços e vantagens, os artigos de opinião, bem como a seção Nossa História de Lutase Conquistas (que valoriza o passado) e outra dirigida aos aposentados. Além disso, o site é um local que permite se informar sobre fundos, convênios e acessar documentos, enfim, “conhecer” a ASAE.



**Figura 1.** Nova identidade visual e novo site da ASAE



<sup>7</sup> A prestação de contas da vaquinha e os materiais da campanha podem ser visualizados na página do Facebook da chapa:

<https://www.facebook.com/dialogoeparticipacaoasae>.

<sup>8</sup> O Plano de Trabalho da Diretoria Executiva pode ser consultado em:

<https://site.asaers.org.br/documentos>.

<sup>9</sup> O Conselho de Representantes da ASAE é um órgão composto por 52 conselheiros eleitos. Ver: <https://site.asaers.org.br/conselho-de-representantes>.

O Facebook e o Instagram<sup>10</sup> também passaram a ser utilizados para a divulgação das ações e o compartilhamento de informações, assim como foram criados grupos de WhatsApp com a mesma intenção. Além disso, um e-mail é enviado, a cada 15 dias, para cada um dos associados e das associadas, chamado de boletim informativo “Tu Precisas Saber”.

Outra forma de interação adotada semestralmente pela Diretoria Executiva é o “Conversas com a ASAE”, por meio do Google Meet, onde são apresentadas as ações realizadas e os serviços utilizados e a situação financeira da Associação e dos seus fundos. O canal também abre espaço para os associados e as associadas se manifestarem diretamente e externarem demandas e melhorias.



**Figura 2.** Exemplos de cards divulgando as redes sociais, o “Conversas com a ASAE” e o boletim eletrônico “Tu Precisas Saber”.



<sup>10</sup> Acessar em <https://www.facebook.com/asaers.org.br> e <https://www.instagram.com/asaers.org.br>.

Com o intuito de “alargar” ainda mais a gestão, foram criados Grupos de Trabalho (GT), compostos por associados e associadas sem cargos específicos e integrantes da Diretoria Executiva, com o objetivo de aprofundar temas atinentes à extensão rural e qualificar os serviços ofertados pela ASAE. São eles: a) o GT Extensão Rural; b) o GT de Gênero; c) o GT do Assédio; d) o GT ASAE Cultural; e) o GT dos Aposentados; e f) o GT dos Fundos.

Assim, com base no apresentado acima, é possível perceber a busca de transparência almejada pela Diretoria Executiva, como também o estímulo à participação para a boa continuidade dos trabalhos da Associação, devendo ser ressaltado as contribuições dos Grupos de Trabalho para a ASAE.

## RESULTADOS

Mesmo em tempos de pandemia da Covid-19, os quais dificultaram o cotidiano das instituições e coincidiram com um grave período de retração econômica no país, o trabalho realizado pela Diretoria Executiva da ASAE logrou êxitos. Prova disso é que em pouco mais de um ano, a Associação recebeu 90 novos pedidos de associação, seguindo assim na contramão de muitas associações e sindicatos que perderam filiados.

A Diretoria Executiva e o GT Extensão Rural promoveram, entre outras atividades, uma pesquisa (ARTERS – Visão de Presente e Futuro) com os trabalhadores e trabalhadoras da Emater/RS-Ascar, da qual participaram 557 pessoas<sup>11</sup>. Os resultados da pesquisa subsidiaram a organização da Campanha “A Extensão Rural Pública Faz Bem ao Rio Grande”<sup>12</sup> e do “Repensar da Emater – Por uma ATERS Forte e Qualificada”, composto de 12 seminários regionais e um seminário estadual<sup>13</sup>.

A ASAE, por meio do GT de Gênero, realizou três lives sobre a temática das mulheres e a extensão rural<sup>14</sup>. O GT ASAE Cultural promoveu a integração e o entretenimento dos associados e das associadas também em três lives.

**Figura 3.** Marca dos seminários e página da ASAE no YouTube





O GT do Assédio, em conjunto com a Diretoria Executiva, vem tratando dos casos de assédio moral e das transferências de local de trabalho não solicitadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Emater/RS-Ascar<sup>15</sup>. O GT dos Aposentados, apresentou à Emater/RS-Ascar o Programa Voluntariado ASAE, que objetiva firmar um Termo de Cooperação para ações de voluntariado em apoio a atividades de assistência técnica e extensão rural, especialmente junto aos públicos mais vulnerabilizados<sup>16</sup>.

Por fim, o GT dos Fundos analisou todos os fundos vigentes e propôs alteração em quatro deles e a criação de um novo, sendo as sugestões acatadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Representantes da ASAE.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a colaboradora incansável dessa gestão da ASAE: Lucia Bohn Constantinopolos - [luciabc2107@gmail.com](mailto:luciabc2107@gmail.com)

Aproveitamos para também agradecer aos associados e às associadas que acreditaram e estão caminhando juntos nessa construção coletiva.



<sup>11</sup> Os resultados da pesquisa podem ser acessados em:

<https://site.asaers.org.br/2021/08/23/pesquisa-aters- visao-de-presente-e-futuro> e

<https://site.asaers.org.br/2022/03/31/gt-da-asaefinaliza-analise-da-pesquisa- aters-visao-de-presente-e-futuro>.

<sup>12</sup> A Campanha é composta de cards que circulam nas redes sociais da ASAE.

<sup>13</sup> Os Seminários ainda serão realizados e contam com o apoio de outras associações e sindicatos atrelados a extensão rural: AESR, Asapas, Semapi, Senge, Simvet/RS e Sintargs. Notícia em: <https://site.asaers.org.br/2022/04/07/asaee-entidades-promovem-os-seminarios-repensar-a-emater-por- uma-aters-forte-e-qualificada>.



ANAIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

<sup>14</sup> Ver esses e outros vídeos em

[https://www.youtube.com/channel/UCOid0MRB7BsgMhljy\\_kK41Q/videos](https://www.youtube.com/channel/UCOid0MRB7BsgMhljy_kK41Q/videos).

<sup>15</sup> O novo site da ASAE permite que seja feita um relato da situação vivenciada:

<https://site.asaers.org.br/assedio-no-local-de-trabalho>.

<sup>16</sup> O Programa conta com o apoio da Associação dos Aposentados da ASCAR – ASAPAS e foi apresentado, ainda em 2021, para a direção da Emater/RS-Ascar, que ainda não se manifestou quanto a sua efetivação.



## RESUMOS EXPANDIDOS SELECIONADOS PARA APRESENTAÇÃO ORAL E PREMIADOS PELA COORDENAÇÃO COLEGIADA EXECUTIVA NACIONAL

### TEMA CENTRAL

Primeiro lugar no XIV CONFASER tema central Sustentabilidade e Fortalecimento da ATER Pública na Era Digital, com o trabalho ATER na era digital: uma proposta metodológica para o incentivo da venda direta dos produtos da agricultura familiar  
Luiz Carlos Leonardi Bricalli, Correia, Barbosa e Messina  
ASSIN/ES



Primeiro Lugar no XIV CONFASER tema central Sustentabilidade e Fortalecimento da ATER Pública na Era Digital, com o trabalho Experiências em ater digital desenvolvidas pela Emater-DF durante a pandemia de Covid-19  
Renato Lopes e Pedro Ivo Passos Braga  
ASSER/DF





Segundo lugar no XIV CONFASER tema central Sustentabilidade e Fortalecimento da ATER Pública na Era Digital, com o trabalho Comunicação na Epagri: destaque para o canal de youtube Renata Murara Vieira e Eonir Teresinha Malgares FAPER/SC



Terceiro lugar no XIV CONFASER tema central Sustentabilidade e Fortalecimento da ATER Pública na Era Digital, com o trabalho O uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na ATER durante a pandemia do coronavírus (Covid-19) Raimundo Ribeiro, Corrêa, Lopes e Barbosa ASSEMPA-STAFPA/PA

**1 INTRODUÇÃO**

O atendimento da extensão rural, até a pouco tempo atrás acontecia quase que, exclusivamente, no formato presencial, porém, a partir de 2020 devido a pandemia do coronavírus (COVID-19) houve a necessidade de manter o distanciamento social e o afastamento das atividades presenciais, o que levou a Empresa a repensar o trabalho dos técnicos extensionistas rurais junto ao público atendido.

O Núcleo de Metodologia e Comunicação (NMC) realizou um estudo para verificar o uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's) no atendimento aos agricultores familiares e produtores rurais no período de 06 a 31 de julho de 2020.

O ponto de partida foi conhecer a realidade institucional sobre como estava sendo operacionalizado o atendimento do público beneficiário, a fim de identificar o uso dessas ferramentas na atuação extensionista no presente momento para possíveis transformações na ATER.

O resultado da consulta tem como objetivo dar subsídios para planejar ações, pesquisas, eventos e conteúdos que capacitem sobre este assunto de interesse crescente e que adentra todos os setores, seja da vida cotidiana, profissional e até do lazer.

Realização: FASER  
Correalização: EMATER-DF  
Apoio: Instituto Serzedello Corrêa  
Escola Superior do Tribunal de Contas da União



## SUBTEMA 1

Primeiro lugar no XIV CONFASER no subtema Financiamento e Sustentabilidade da  
ATER Pública, com o trabalho  
Fontes de financiamento da ATER pública: o caso da Epagri  
Célio Haverroth  
FAPER/SC



Segundo lugar no XIV CONFASER no subtema Financiamento e Sustentabilidade  
da ATER Pública, com o trabalho  
O serviço socioassistencial das ATERs dentro da Política Nacional de assistência  
social  
Luana Lucas Alves, Breitenbach, Sais e Miranda  
ASAE/RS





ANAIIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF- 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

Segundo lugar no XIV CONFASER no subtema Financiamento e Sustentabilidade  
da ATER Pública, com o trabalho

ATER pública: para quê? para quem? Considerações a partir do estado do Rio  
Grande do Sul

Luiz Fernando Fleck  
ASAE/RS



Segundo lugar no XIV CONFASER no subtema Financiamento e Sustentabilidade  
da Ater Pública, com o trabalho

Opções de financiamento dos serviços de ATER pública no estado do Rio de Janeiro  
Magno dos Santos Roza, Guimarães e Peixoto

AFERJ/RJ





## SUBTEMA 2

Primeiro lugar no XIV CONFASER no subtema ATER Pública e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com o trabalho Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), método de transição para agricultura familiar sustentável  
Renato Guardini, Zanella, Coelho, Bley, e Marchesi  
FAPER/SC



Segundo lugar no XIV CONFASER no subtema ATER Pública e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com o trabalho Experiências em secagem e armazenagem de grãos em pequenas propriedades no município de Tuparendi na região Noroeste do Rio Grande do Sul  
Albino Motter  
ASAE/RS





Segundo lugar no XIV CONFASER no subtema ATER Pública e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com o trabalho  
Um espaço de participação e voz em Pelotas: o comitê gestor quilombola Robson Becker Loeck, Guedes, Arruda, Medeiros, Velloso e Miranda ASAE/RS



Segundo lugar no XIV CONFASER no subtema ATER Pública e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com o trabalho  
Formação de extensionistas rurais em homeopatia na Região Sul do Brasil: uma experiência de integração e construção do conhecimento  
Carlos Roberto Vieira da Cunha, Miotto e Paulus ASAE/RS





### SUBTEMA 3

Primeiro lugar no XIV CONFASER no subtema Caminhos do Movimento Sindical,  
com o trabalho

Comunicação sindical digital: para fortalecer a integração sindical  
Orestes José Lustosa de Andrade, Albuquerque, Santos, Santos, Silva  
SINTAPE/PE



Segundo lugar no XIV CONFASER no subtema Caminhos do Movimento Sindical,  
com o trabalho

Comunicação, participação e transparência: experiência da gestão 2020-2022 da  
ASAE

Robson Becker Loeck, Bock, Flor, Cunha, Motter e Polaczinski  
ASAE/RS





Terceiro lugar no XIV CONFASER no subtema Caminhos do Movimento Sindical,  
com o trabalho

Violência contra mulheres: o assédio sexual no ambiente de trabalho de uma  
empresa pública do estado de Minas Gerais

Janya Aparecida de Paula Costa  
SINTER/MG

Apresentação de slides do PowerPoint - (Janya\_CTC Apresentação Janya Costa, Confaser.odg) - PowerPoint

## Alguns depoimentos sobre casos de assédio moral na empresa

*"O funcionário era apresentado sempre como "bom motorista" porque tinha batido o seu veículo mais de uma vez." TF Bes*

*"Durante uma transferência de interesse da Empresa. Fui saber numa quinta-feira à noite que teria que apresentar na segunda de manhã num local a mais de 300 km de casa" TM agropec*

*"[...]Ele chegou a montar uma advertência, assinar e colocar na minha pasta, sem meu conhecimento. Eu ainda estou vivendo no momento esse assédio. Não sei o que fazer. Ele é gerente e tem grande influência no escritório central. Sei que qualquer medida que eu tomar saírei perdendo. Não quero perder meu emprego. Nem ser transferida. Minha família reside aqui. Enfim, não sei o que fazer" TF assist adm*

*"Gerente fazer perguntas básicas em reuniões sempre ao mesmo funcionário, colocar apelidos pejorativos, escolher sempre a mesma pessoa para treinamentos, ser grosseiros com colegas bes ou deixar claro a superioridade dos agrônomos. TF Bes*





ANAIIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF- 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

## PALESTRANTES e COORDENADORES DE GRUPOS



## COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA





# **PLENÁRIA FINAL DO XIV CONFASER**

## **DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES APROVADAS**

### **TEMA CENTRAL**

1. Promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, orientados pela demanda do consumidor (a alimentação no centro da discussão, aliada à preservação dos recursos naturais, ao uso racional da água e de fontes alternativas de energia, promotores de saúde humana);
2. Estimular a atuação da extensão rural em todas as dimensões dos sistemas agroalimentares (produção, transformação, distribuição e consumo);
3. Fortalecer a ATER pública no Brasil, considerando a ATER digital como ferramenta complementar no trabalho dos extensionistas;
4. Discutir e sugerir com as instituições públicas de ATER e pesquisa o desenvolvimento de competências e de instrumentalização relacionadas às novas metodologias digitais adequadas às demandas e às necessidades de agricultores(as);
5. Sugerir ações com a representação nacional da juventude rural e periurbana (contribuindo para a sucessão familiar), visando à transição da agricultura convencional para sistemas alimentares sustentáveis apoiados em diferentes metodologias e instrumentos, dentre elas as digitais.

### **SUBTEMA 1**

1. Cada entidade filiada à FASER deve acompanhar a elaboração de leis orçamentárias dos estados (LOA e LDO), entre o executivo e o legislativo, apoiada por um grupo de trabalho da FASER, e propor ações junto ao Estado para fortalecer a política pública de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa;
2. Contribuir com as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional para o aperfeiçoamento dos marcos legais que demandem serviços da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa pública para sua implementação e garantir a alocação de recursos para esses serviços;



3. Promover a discussão dos processos de comunicação das entidades de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa, utilizando exemplos bem-sucedidos, buscando reconhecimento da sociedade, como, por exemplo, os balanços sociais;
4. Trabalhar as suas diretrizes em direção à articulação da legislação federal que trata da prestação de serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa pública (Lei agrícola, PNATER, ANATER etc.);
5. Criar fóruns para apresentar os modelos de sucesso com relação a fontes alternativas de recursos.

## **SUBTEMA 2**

Considerando que a Extensão Rural e a Pesquisa Agropecuária têm um papel crucial em apoiar o Estado brasileiro em atingir os ODS, a FASER defende:

- 1 – Promover e tornar factível os objetivos da ODS como rotina, metas e desejos da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa voltada ao Desenvolvimento Rural Sustentável;
- 2 – Apoiar a estratégia do consórcio interestadual para o desenvolvimento sustentável do Brasil, a exemplo do PAS – nordeste para fortalecimento e ampliação da agricultura familiar com bases agroecológicas e enfoque territorial;
- 3 – Articular com os órgãos competentes a realização de uma III Conferência Nacional de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa, como espaço que permite a participação social na implementação da política;
- 4 – Motivar, coordenar e promover a dinamização de sistemas agroalimentares sustentáveis com a utilização de métodos participativos e integradores;
- 5 – Promover o debate para a adequação das políticas públicas voltadas aos povos das florestas, das águas, etc. e da agricultura familiar, com vistas a considerar as diferenças regionais, a exemplo do bioma da Amazônia Legal, objetivando a redução das desigualdades sociais, o combate à pobreza e a segurança alimentar e nutricional;
- 6 – Defender a diversidade de gênero, orientando que as instituições de Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária constituam equipes multidisciplinares (técnica, social e ambiental) capazes de dar conta dos problemas complexos demandados pela sociedade em geral, bem como pelo público atendido pela extensão rural;
- 7 – Sugerir às entidades de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa investimentos em processos e metodologias de integração da pesquisa com a



extensão com vistas ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis adaptadas às demandas da agricultura familiar;

8 – Considerando uma abordagem territorial, apoiar a constituição de redes sociotécnicas, compostas por organizações diversas (associações, cooperativas, universidades, empresas de pesquisa, organizações de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa, ONGs, etc.), voltadas a apoiar a constituição de sistemas alimentares sustentáveis.

### **SUBTEMA 3**

1 – A FASER deverá construir um planejamento estratégico de acordo com as diretrizes do XIV CONFASER conjuntamente com as instituições afins: CONTAG, FETRAF, FETRAGI, CUT, quilombolas etc.;

2 – Incentivar as entidades filiadas a promover a formação sindical em tempo real, e continuada. Aperfeiçoar e colocar em prática o plano nacional de formação e renovação de lideranças;

3 – Qualificar a comunicação sindical utilizando as mídias digitais para conquistar e atender as demandas dos trabalhadores, de grupos de interesse, além de promover a interatividade do associado(a) com o sindicato, por meio de campanhas, seminários, etc.;

4 – Orientar suas filiadas a fazer um diagnóstico a fim de conhecer as situações de assédio (sexual, moral, etc.) e questões de gênero, apresentando propostas de resolução das situações existentes, inclusive com inserção do tema nas pautas de negociações coletivas;

5 – Romper com o paradigma de que os sindicatos são contra as instituições. Orientar no sentido de defesa e valorização dos serviços de extensão rural, pesquisa e assistência técnica públicas, gratuitas, de qualidade e em quantidade, como mecanismo de defesa do emprego e de valorização dos trabalhadores e da sociedade;

6 – A FASER deve construir e fortalecer sua identidade, seu pertencimento e ideologia própria.



## **MOÇÕES APROVADAS**

### **MOÇÃO 1:**

#### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

A FASER, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, durante o XIV Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – CONFASER, realizado em Brasília-DF, deliberou pela MOÇÃO DE REPÚDIO ao Presidente da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, engenheiro-agrônomo Jefferson Feitosa de Carvalho, pela não liberação de duas trabalhadoras para participarem do evento, indo de encontro ao que foi deliberado em reunião conjunta das diretorias do Sindicato dos Trabalhadores da assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Sergipe – SINTER-SE e da Associação dos Servidores da EMDAGRO – ASSEM.

A FASER, Promotora do XIV CONFASER, realizado em Brasília, de 12 a 15 de junho de 2022, no Instituto Serzedello Corrêa/Escola Superior do Tribunal de Contas da União, idealizado com o intuito de discutir a Sustentabilidade e o Fortalecimento da ATER Pública na Era Digital, subscreve esta Moção de Repúdio ao Presidente da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, engenheiro-agrônomo Jefferson Feitosa de Carvalho, pela não liberação de duas trabalhadoras para participarem do referido evento, considerando, ainda, os seguintes fatos:

1 – As diretorias do Sindicato dos Trabalhadores da assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Sergipe – SINTER-SE e da Associação dos Servidores da EMDAGRO – ASSEM, realizaram reunião conjunta para escolha dos delegados para participarem do CONFASER, decidindo que dos cinco participantes, dois seriam mulheres, obedecendo ao Estatuto da FASER, que estabelece a cota mínima de 30% de participação de mulheres;



2 – A Associação dos Servidores da EMDAGRO – ASSEM, encaminhou ofício, em 04 de maio de 2022, ao Presidente da EMDAGRO, Jefferson Feitoza de Carvalho, solicitando a liberação de duas trabalhadoras;

3 – Considerando que o referido gestor fora outrora Presidente do SINTER-SE e acreditando em uma postura democrática, identificada com os interesses da categoria e da sociedade, o SINTER-SE adquiriu as cinco passagens antecipadamente em 29 de abril de 2022;

4 – Até a data de 11 de junho de 2022, véspera da viagem da delegação à Brasília, o Presidente da EMDAGRO ainda não havia emitido um parecer à solicitação da ASSEM, apenas informou, verbalmente, que não iria liberar as servidoras.

Ante os fatos expostos, considerando os atrativos e atributos inerentes ao evento e que referido presidente cerceou, de forma autoritária, a participação das técnicas, sem nenhuma exposição de motivos, os presentes ao XIV CONFASER decidiram elaborar e dar publicidade a esta MOÇÃO DE REPÚDIO no sentido de mostrar a desaprovação ao procedimento adotado pelo Presidente da EMDAGRO, Sr. Jefferson Feitoza de Carvalho

Brasília, 15 de junho de 2022.

Lúcia Morais Kinceler  
Coordenadora da FASER



## **MOÇÃO 2:**

### **Moção de repúdio ao descaso com a manutenção dos serviços de ATER no Ceará**

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Ceará vêm sofrendo um descaso eminente por parte da atual administração da EMATERCE, que vem se mostrando inerte e conivente com o Governo do Estado, que, por sua vez, não vem repassando os recursos mínimos necessários para a manutenção dos serviços básicos dos escritórios locais, regionais e estadual e dos centros de treinamento, demonstrando indiferença, desinteresse e, em alguns casos, omissão.

Esse triste cenário vem repercutindo negativamente na qualidade da prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores familiares e às demais categorias assistidas pela EMATERCE e, por efeito, afetando sobremaneira os sistemas de produção de alimentos derivados, contribuindo para a insegurança alimentar no Estado.

Tais atitudes se manifestam por meio da baixa qualidade e da quantidade dos alimentos ofertados, provocando problemas graves na saúde e na economia e ampliando o fosso social no campo, impossibilitando que os pequenos agricultores e suas famílias acessem as políticas públicas disponíveis nas três esferas de governo.

Desse modo, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER, bem como as demais entidades filiadas presentes no XIV CONFASER, que acontece em Brasília-DF, no período de 12 a 15/06/2022, se sentem na obrigação de repudiar tais atitudes e apelam para que o Governo do Estado do Ceará passe a cumprir com suas obrigações legais e constitucionais e crie e execute mecanismos administrativos para o restabelecimento da normalidade desse importante e imprescindível serviço de atendimento aos produtores rurais, agricultores e agricultoras familiares e suas organizações.

Brasília, 15 de junho de 2022.

Lucia Morais Kinceler  
Coordenadora Geral da FASER



## **MOÇÃO 3:**

### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

"Nós participantes do XIV CONFASER REPUDIAMOS veementemente o Projeto de Lei nº 6299/2022, conhecido como PACOTE DO VENENO, aprovado em fevereiro/2022 pela Câmara dos Deputados com 301 votos a favor, 150 contra e 2 (duas) abstenções.

As nocividades dos agrotóxicos estão presentes no ar, na terra, na água e na produção de alimentos e ainda degradando o meio ambiente.

Ressaltamos também que o uso dos referidos agrotóxicos é extremamente prejudicial à saúde humana, salientando que o pacote está no Senado Federal para aprovação.

Portanto, pedimos a sua colaboração na assinatura desta moção"

Brasília, 15 de junho de 2022.

Lucia Morais Kinceler  
Coordenadora Geral da FASER



ANAIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

## RECONHECIMENTO E AGRADECIMENTO CONFERIDO PELA COORDENAÇÃO GERAL DA FASER



### PATROCINADORES E APOIADORES DO XIV



**CONFASER**

### ENTIDADE REALIZADORA DO XIV CONFASER



Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência  
Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil  
SDS – Edifício Eldorado Bloco D Sala 218 - Bairro: Asa Sul - Brasília /  
DF - CEP: 70392-901 - Telefone: 61.3321-8246 - E-Mail:  
[faserdf@gmail.com](mailto:faserdf@gmail.com)



ANAIIS DO XIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA EXTENSÃO RURAL E PESQUISA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL (CONFASER) -  
BRASÍLIA/DF – 12 A 15 DE JUNHO DE 2022

## ÓRGÃOS COLEGIADOS ELEITOS NO XIV CONFASER





## COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO COLEGIADA EXECUTIVA NACIONAL - 2022 – 2025

### TITULARES

*JOSE CLAUDIO FIDELIS PEREIRA* - origem SINTER-PB - Coordenador Geral

*MARCOS AURÉLIO VARELA SOUZA* - origem ASSEMA-RN - Coordenador Financeiro

*ELLEN SILVA DA COSTA* - origem SINTERP-MT - Coordenadora Executiva

*LUCIA MORAIS KINCELER* - origem FAPER-SC - Coordenadora de Relações Institucionais

*RONALDO VIEIRA DE AQUINO* - origem SINTER-MG - Coord. de P Sindical e Formação

*M<sup>a</sup> LUCIENE L. TAVARES ALBUQUERQUE* - origem SINTAPE-PE - Coord. de comunicação

*MARINES ROSALI BOCK* - origem ASAE-RS - Coordenadora de Ater

### SUPLENTES

*NIZOMAR FACAO BEZERRA* - origem ASSEMA-CE

*JOSÉ GONÇALVES DO NASCIMENTO* - origem ASSER-DF

*ADOLFO BRAS SUNDEHURS* - origem ASSIM-ES

*BRUCE DE LIMA SARMENTO* - origem ASSEMPA-PA

*FELIPE YOUSSEF ABOUD* - origem AFA-PR

*ALEX VIEIRA LOPES* - origem AFERJ-RJ

*PAULO ALVES FILHO* - origem SINTER-SE



## **COMPOSIÇÃO DAS COORDENAÇÕES REGIONAIS - 2022-2025**

### **COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE**

#### **TITULARES**

*AMBROSINA PEREIRA DO NASCIMENTO - origem ASSEMPA-PA*

*VICENTE DA PAULA PAIVA NETO - origem STAFPA-PA*

#### **SUPLENTES**

*JORGE DAVID PENHA GIBSON - origem ASSEMPA-PA*

*LEONICE DA CRUZ FRANÇA - origem STAFPA-PA*

### **COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE**

#### **TITULARES**

*FARNESE MENDONÇA DA CUNHA - origem ASSEMA-CE*

*ADAILTON SEVERINO DE MELO - origem ASSER-PE*

#### **SUPLENTES**

*MARIA BETHÂNIA TORRES COSTA - origem SINTER-PB*

*KÁTIA SANTANA FERREIRA DA SILVA - origem SINTER-PB*

### **COORDENAÇÃO REGIONAL SUL**

#### **TITULAR**

*GUSTAVO ADOLFO GOMES SCHOLZ - origem AFA-PR*

#### **SUPLENTE**

*ROBSON BECKER LOECK - origem ASAE-RS*



## **COORDENAÇÃO REGIONAL SUDESTE**

### **TITULAR**

*RUBEM DE ALMEIDA - origem SINTER-MG*

### **SUPLENTE**

*MARIA CRISTINA CORREA BOUGLEUX - origem AFERJ-RJ*

## **COORDENAÇÃO REGIONAL CENTRO-OESTE**

### **TITULAR**

*CARLA SALES RODRIGUES SIMÕES - origem SINTERP-MT*

### **SUPLENTE**

*BRUNO DE MELLO AQUINO - origem ASSER-DF*



## **COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL - 2022-2025**

### **TITULARES**

*JOSE NEVITON SANTOS MELO - origem SINTER-SE*

*CARLOS JOSÉ DE CARVALHO - origem AFA-PR*

*LUANA LUCAS ALVES - origem ASAE-RS*

### **SUPLENTE**

*ANTONIO JUNIOR ANGELIM DOS SANTOS - origem SINTAPE-PE*

*JOÃO ALVES DE MOURA - origem ASSEMA-RN*

*JOSÉ LUIZ DO CARMO LOPES - origem ASSEMPA-PA*